

dados

Publicação

de

Instituto Universitário de Pesquisas

do Rio de Janeiro

1970

TEMA

Simon Schwartzman

Fernando José Leite Costa

Lúcia Maria Gomes Klein e
Olavo Brasil Lima Jr.

Maria Antonieta de A. G.
Parahyba

Nancy Aléssio

Celina do Amaral Peixoto M.
Franco, Lúcia Lippi de Oliveira
e Maria Aparecida Alves Hime
Wanderley Guilherme dos Santos

Irene Maria Magalhães

Renato Raul Boschi

Richard N. Adams

LIVROS

Sociedade e Estado

Representação e Cooptação
Política no Brasil

Processo de Diferenciação na
Sociedade Colonial

Atôres Políticos no Império

Abertura Social e Participação
Política no Brasil (1870 a 1920)

Urbanização, Industrialização e
Estrutura Ocupacional

O Contexto Político da Revolução
de Trinta

Raízes da Imaginação Política
Brasileira

Antecedentes da República: Intervencionismo Militar e Legitimidade

Populações Faveladas do Rio de Janeiro: Histórico de um Trabalho

A Atitude do Cientista Social
no Estrangeiro

dados

Publicação do
Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro
1970

Diretor: Cândido Mendes
Editor: Amaury de Souza
Editores-Assistentes: José Batista & Marcus Figueiredo
Secretária: Sonia Fonseca de Oliveira

1/a	Cândido Mendes	PRESENÇA DE LAURO CAMARGO RANGEL
	Tema	Sociedade e Estado
	Simon Schwartzman	Representação e Cooptação Política no Brasil
1	Fernando José Leite Costa	Processo de Diferenciação na Sociedade Colonial
1	Lucia Maria Gomes Klein e Olavo Brasil Lima Jr.	Atôres Políticos do Império
1	Maria Antonieta de A. G. Parahyba	Abertura Social e Participação Política no Brasil (1870 a 1920)
13	Nancy Aléssio	Urbanização, Industrialização e Estrutura Ocupacional
8	Celina do Amaral M. Franco, Lúcia Lippi de Oliveira e Maria Aparecida Alves Hime	O Contexto Político da Revolução de Trinta
17	Wanderley Guilherme dos Santos	Raízes da Imaginação Política Brasileira
12	Richard N. Adams	A atitude do cientista social no estrangeiro
12	Irene Maria Magalhães	Antecedentes da República: Intervencionismo Militar e Legitimidade
19	Renato Raul Boschi	Populações Faveladas do Rio de Janeiro: Histórico de Um Trabalho
18		Livros
17		Notícias do IUPERJ

- *DADOS* é uma publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, órgão de estudos e investigações em Ciências Sociais da Sociedade Brasileira de Instrução, fundada em 1902, mantenedora, também, da Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito Cândido Mendes.
- Colaboram neste número: Antônio Octávio Cintra (do Depto. de Ciência Política da UFMG); Richard N. Adams, Maria Antonieta de A. G. Parahyba, Nancy Aléssio, Celina do Amaral Peixoto M. Franco, Lúcia Lippi de Oliveira, Maria Aparecida Alves Hime e Irene Maria Magalhães (alunos do Mestrado do IUPERJ); Fernando José Leite Costa, Lúcia Maria Gomes Klein e Olavo Brasil Lima Jr. (alunos do Mestrado e Pesquisadores do IUPERJ); além dos seguintes membros da equipe do IUPERJ: Simon Schwartzman, Wanderley Guilherme dos Santos, Renato Raul Boschi, Edmundo Campos e Eli Diniz Cerqueira.
- Redação, Administração e Assinaturas:

Revista DADOS, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rua Paulino Fernandes, nº 32 — ZC-02 — Rio de Janeiro, GB, Brasil.
- Preço no país: Cr\$ 10,00. Assinatura: Cr\$ 25,00 (três números).
- Price — Ext.: US\$ 3,50. Subscription: US\$ 10,00 (three issues).
- Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.
- Composto na Linotipia Luna e impresso na Editôra Vozes Ltda.

A partir deste número, DADOS inaugura uma nova diretriz editorial: o tema principal de cada número ficará sob a responsabilidade de um *editor de tema* que coordenará os vários artigos em função de um marco teórico. “Sociedade e Estado”, o tema deste número, é também o resultado de uma nova experiência didática com os alunos do Mestrado em Ciência Política e Sociologia do IUPERJ, os quais, sob a orientação de Simon Schwartzman, levantaram inúmeros dados quantitativos e discutiram algumas hipóteses sobre as relações entre o Estado e a Sociedade no Brasil, da República Velha à Revolução de Trinta.

Wanderley Guilherme dos Santos, no ensaio “Raízes da imaginação política brasileira”, analisa alguns dados de uma pesquisa mais ampla que vem sendo realizada pelo autor, da qual DADOS 2/3 publicou um primeiro estudo (“A imaginação político-social brasileira”).

Destacamos também a importante comunicação do Prof. Richard N. Adams, aprovada pelo Council on Educational Cooperation with Latin America, sobre “A Atitude do Cientista Social no Estrangeiro”.

PRESENÇA DE
LAURO CAMARGO RANGEL

CÂNDIDO MENDES

Faleceu a 28 de novembro último, aos 37 anos de idade, o Professor Lauro Camargo Rangel, membro da equipe Diretora do IUPERJ, e Assistente Especial da Presidência da Sociedade Brasileira de Instrução; Professor da Faculdade de Direito Cândido Mendes, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, e do IUPERJ. Sofrera grave acidente de automóvel, 15 dias antes, que o deixara paralisado, não obstante conservar tôda a sua lucidez.

Formado pela antiga Faculdade Nacional de Direito, e tendo-se especializado, mediante uma bolsa da Fulbright, em Georgetown, dedicou-se intensamente, nos últimos anos, ao estudo da Ciência Política e das Ciências Sociais. Fôra o Secretário Geral Adjunto da Mesa Redonda da IPSA no Rio de Janeiro, em 1969. Regressara, havia semanas, dos Congressos de Munique e Varna, onde representou o IUPERJ. Intensa e profundamente ligado aos trabalhos de planejamento das atividades do Conjunto Universitário Cândido Mendes, deve-lhe o Instituto muito do seu trabalho de implantação e consolidação institucional. O que sobremodo caracterizava, entretanto, o seu contributo, é, já, a riqueza e a importância de sua meditação original; a peculiaridade de sua postura como investigador, no campo das Ciências Sociais, o que, pela marca, única, de seu calor humano e de sua comunicação, veio a influir na atmosfera intelectual dos trabalhos de pesquisa e docência do Conjunto Universitário, a que se votou por inteiro.

Quando o deixei à porta de sua casa, à véspera do acidente, trazia para a sua vigília de leituras o "Tractatus", de Wittgenstein. Ao lado do conteúdo do livro, o que, no momento, excitava o interesse de Lauro era o sentido de maturação final — quase aforístico — com que a obra daquele lógico matemático, discípulo e crítico de Russel, de uma só vez, resumia e esgotava a sua mensagem, naquele campo de investigação. Eclodia, num só lance, conciso e densíssimo, um enorme trabalho interno de ruminação e procura das pontas de consciência e de síntese, no itinerário de um pensamento marcado pela angústia da racionalidade, a revolver universos inteiros do conhecimento.

Recolho, agora, as obras de consulta deixadas à mesa de trabalho de Lauro Rangel, e perpasso as suas lombadas. O rastilho de uma infatigável inves-

tigação alinhava ali abertos, trazidos à intimidade da manipulação, o que de melhor se poderia encontrar, no momento, de Matemática aplicada às Ciências Sociais; de desenvolvimento da cibernética, e da procura das aplicações da "teoria dos sistemas" à dinâmica dos fatos sociais. Tal bibliografia se enraizava, ainda mais densa, nos livros que cercavam a sua meditação noturna, e agora — como sinal permanente da sua presença — se incorporam ao patrimônio bibliográfico do nosso Instituto.

Ainda há dias, disputava-lhe o trabalho de Kenneth Berrien sobre "Natural and Social Systems". Visitara-nos o autor, há meses, e Lauro via na obra pistas para questão típica, que o excitava, no estudo da impostação do problema interdisciplinar das Ciências Sociais. Ou seja, o da viabilidade — ainda que ao modo estritamente heurístico — da aplicação da perspectiva sistêmica ao processo histórico.

Em etapa já rigorosamente caracterizada pelo esforço crescente da especialização, e respaldado numa rigorosa nova metodologia de amplo enfoque factual, ou de contenção das generalizações às teorias de alcance médio, Lauro colocava-se em tal processo como caucionador da visão totalizante e da sensibilidade, ainda, primeira, pelo entendimento do problema da mudança social — postulado pelo desenvolvimento — em toda a sua envergadura.

Devo-lhe por inteiro, ainda em monografia recente sobre o problema do "Nation Building" na América Latina, a riqueza operacional — e exploratória dos sistemas em biologia, que permitia amoldar-se a investigação sobre o pro — do conceito de "engrama". Era apropriação vinda direta do comportamento cesso de cissiparidade social das antigas nações coloniais, e nelas, das características de uma obrigatória reprodução das fórmulas do Estado-Nação que regia o complexo metropolitano na etapa da sua dependência sistêmica. Auxiliava a compreender o arcaísmo — no caso, historicamente necessitante — daquela construção à luz das perspectivas de uma visão muitas vezes ingênua do processo de "modernização" política e social. A categoria aflorava, diretamente, para Lauro, diante do municiamento teórico que passara beneditinamente a adquirir, para a cogitação que servia de pano de fundo a sua peregrinação intelectual. Ou seja, a tentativa de aplicação da teoria dos sistemas ao fluxo da realidade histórico-social.

À cata da totalidade, não transpunha as barreiras dos vários domínios do conhecimento, à procura de uma linguagem fácil de analogados. Mas perseguia-a com um noviciado teórico que a cada passo lhe exigia a aquisição, às vezes exasperante, de um novo instrumental metodológico. Donde a mutação constante e pertinaz dos livros de frente de suas estantes, a implacabilidade com o escrito de horas antes, a parada mesmo — muitas vezes para estupefação e impaciência de seus amigos — de uma linha de investigação, por um reformular ainda mais rigoroso de suas premissas. Mas o que não vinha à tona — acarretando os saltos externos, as descontinuidades, as mudanças do programa do trabalho intelectual — tinha o sêlo da vigília contínua desta angústia do conhecimento: deixava, num aforisma — e na sedimentação extrema, pois, da sua experiência — o talhe, dia a dia, daquele roteiro interior de intensa meditação.

Definia-se assim a história daquele itinerário insubmisso de perguntas interiores, a abrir o seu raio, pela implacabilidade com que afrontou as rotinas

do conhecimento e, sobretudo, de sua oferta aos níveis convencionais da eficiência didática. Não haveria como se lhe pedir resumos de seus cursos, ou a concatenação de seu universo conceitual, com a definição programática da carreira, ou do conhecimento bem arrumado, que pede ao professor a média dos alunos de um curso de Bacharelado. A esse nível, o curso poderia surgir como errático, rigorosamente inexpugnável à mirada que quisesse apreendê-lo, tão só pelas linhas de sua cosequência ostensiva. Ditava-o, na verdade, o périplo de uma investigação mais funda. E é o que se sentia, de imediato, em toda pergunta que lancetasse aquela meditação ininterrompida, cravando-se, de fato, sobre uma verdadeira problemática. E o sêlo daquele roteiro surgia no resíduo de adeptos que sabia engendrar em cada turma. E nelas transformá-los em demandantes, também, de novas e súbitas metamorfoses dos cursos; de seus critérios de relevância, no aprendizado universitário.

Não escondiam os seus amigos de fora — especialmente Alex Inkeles, Jean Marie Domenach, Karl Deustch — a apreensão quanto à envergadura que assumiria o raio daquela nebulosa a desabrochar, abrindo cada vez mais o objeto da sua investigação científica. Haveria que contê-la em algum dique que parecia, de início, fôsse o da cibernética, mas que, nas eleições finais quanto à especialização que faria no exterior em 71, parecia já se fixar, de fato, no estudo da Matemática aplicada às Ciências Sociais: dir-se-ia que, no caso, a procura do todo temperava-se ou ganhava uma trégua, antecipando a sua fisionomia no seu contraponto abstrato. Impusera-se um rigoroso roteiro interior, que envolvia a três dimensões: percorria, com determinada temática, a validade do instrumental para apreendê-la. E retinha a sua obra — impondo-se rigorosa autocrítica — na procura de um dizer que se inscrevesse numa estrita agenda de relevância.

Todos guardamos o timbre e a justeza da sua voz, naquilo em que pôde evidenciar, de máxima disciplina de um espírito; de talhe de abertura à comunicação. O rigor da investigação racional como que costurara por dentro a sua vida, forrando-a de serenidade: transformara-o no consultor obrigatório das vivências, dos conflitos e embates da massa de seus alunos e colegas de trabalho. Afloraria, sobremodo, na exigência com que, sem um rictus ou titubeio, extraiu dos médicos — logo após o acidente, que se armaria como fatal — os cálculos quanto às suas possibilidades de sobrevivência, e as subordinou na lucidez que não o deixou um instante nos quinze dias agônicos de um "corpo a corpo" contra a morte, em que era, ao mesmo tempo, o herói e o analista.

Quando não permitia mais o tratamento que guardassem as palavras o timbre cáldo da sua fala, mantinha Lauro a comunicação ao modelarem os seus lábios — com impostação perfeita — as vogais ou a articulação das frases. Era como se se sustentasse nas nervuras puras do seu espírito, no atletismo de uma sobrevivência que já se fizera, toda, obra de um querer, e de um projeto profundamente orientado de vida. Não cessavam de brotar, nos últimos dias, os planos de trabalho futuro, nem de aos seus olhos surgir, como obstáculo perfeitamente conjurável, a perspectiva de uma paralisia permanente e generalizada: sem minorar, por um instante, o quadro sombrio, via-o como coadunável com o tipo de vida e de mensagem para o qual já tinha, interiormente, chegado a um pleno amadurecimento.

Que não se peça a Lauro Rangel, porém, obra ou lance especial de sua vida: a sua morte se emaranha por inteiro como um corte de sua própria existência: atinge-o quase na sequência do rigor com que, para deflagrar uma determinada eleição no campo das especializações, ou do "role" do Cientista Social, remontara o caminho dos seus pressupostos. Devorado pelo senso de modernidade e de relevância, recuara o quanto pudera, para não perder o sentido da globalidade do contexto, a que destinaria a extrema economia de seu verbo, o fruto da longa coabitação com a racionalidade. Contivera, por aí, o seu desempenho real; demorara, como risco calculado, sobre o ensaio geral do seu recado, cravado sobre as juntas, os engastes de um "approach" interdisciplinar no campo das Ciências Sociais. Tal lhe levou — na ocasião em que intensa viagem a vários centros europeus do pensamento selava a precipitação final do sentido da sua meditação — a situar-se-para-a-morte, num corte canônico da sua biografia e da sua liberdade. Ele incidiu a pino, no instante da passagem entre prescrutar sobre as coisas e o mundo, na sua longa espera, e o fazer certo, em que se desfecharia. No meticuloso balanço de suas possibilidades, na contínua abertura de campos em que se distendia a sua fascinação com o conhecer, Lauro como que amanhava a sua morte. E recebeu-a, sem concessão, quando o rigor da sua busca já lhe levava a um divisor de águas. As renúncias, as retomadas de caminho, as alegrias de uma ascese interior, lhe permitiam, então, caucionar a certeza da realização de uma obra: via-a ligada, finalmente, às premissas em que se assentara, com a certeza de um defluir dedutivo. Configura-se nos últimos dias de Lauro Rangel uma provação especial da liberdade, na lucidez com que assumiu, como situação-limite, o partir-se o elo entre a clareza em que se represara, afinal, o seu projeto, e a realização em que se deveria deflagrar, por inteiro. Não é outro o diapasão em que os "ethos" sobre-põem-se aos "exemplos", enquanto mais perto ainda da sede bravia, em que os valores ganham os seus modos e os seus estilos, antes mesmo de se cristalizarem em dados modelos. E é, pois, pelo que fica suspenso na nossa memória — mais do que se rememora, ou se relembra — que permanece aquele decepar, sem bôrra e sem resto.

TEMA

Sociedade e Estado

Editor: Simon Schwartzman

O tema deste número trata das relações que se estabeleceram, no decurso da história política brasileira, entre o Estado e a sociedade. Os trabalhos aqui reunidos são o resultado de uma experiência didática realizada com alunos do curso de mestrado em Ciência Política e Sociologia do IUPERJ, em 1969, sob a orientação de Simon Schwartzman.

As incursões de sociólogos e cientistas políticos na seara da historiografia trazem consigo todos os inconvenientes e vantagens próprios deste tipo de transgressão. Leigo, o cientista social ignora muitas vezes autores consagrados, toma fontes secundárias por primárias, deixa de considerar teses, teorias e proposições freqüentes na literatura que não domina totalmente. Talvez por isto mesmo, entretanto, estes *parvenus* podem às vezes propor novas interpretações, chamar a atenção para aspectos ignorados, fazer conexões entre fatos isolados, ou, simplesmente, trazer a um novo contexto de discussão temas e proposições até então limitados ao especialista. Não há dúvida de que estes trabalhos padecem daqueles defeitos, mas é possível que tenham, também, algumas dessas qualidades.

Existe uma indagação teórica e um suposto metodológico que permeiam todos os trabalhos. A indagação teórica é a suscitada por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*, a respeito do domínio total que seria exercido pelo Estado brasileiro, estruturado na forma de um "estamento burocrático", sob o sistema social, político e econômico do país, desde os primórdios do período colonial. Esta tese impressiona pela força da evidência que a acompanha, e ao mesmo tempo perturba, principalmente quando estamos acostumados a pensar o Estado e a política como resultantes mais ou menos diretos de processos sócio-econômicos básicos. Este problema é discutido, em nível teórico, no início dos três primeiros artigos, evidenciando, entre outras coisas, como diversas orientações teóricas podem chegar a visões similares de um mesmo fenômeno.

O suposto metodológico implica a busca de dados quantitativos. O interesse pela quantificação não deriva, como muitas vezes se supõe, de um esforço para precisar e refinar a informação sobre um fato ou objeto já conhecido. O objetivo principal da quantificação é pesquisar a existência de tendências e relações entre fatos que só em termos globais podem ser apreendidos, e que escapam à historiografia tradicional que se desenvolve à luz do estudo de personalidades e de estruturas jurídico-formais. O desenvolvimento das técnicas de quantificação em ciências sociais, a partir, principalmente, da Segunda Guerra, veio associado à metodologia de "survey" e ao estudo de sociedades nacionais complexas. Os anos sessenta trouxeram, no entanto, a noção de que a análise sistemática de dados sócio-econômicos referidos a sociedades complexas pode levar ao conhecimento de processos globais só acessíveis, anteriormente, por via intuitiva e ensaística. Precisão e refinamento são conseqüências posteriores de melhores dados e melhores teorias, mas o suposto essencial é que não há

porque exigir dados melhores que os conceitos, e, neste momento, existe ainda um campo imenso a explorar com materiais sistemáticos que hoje dormem em nossos arquivos e bibliotecas.

O seminário que deu origem a estes estudos foi estruturado em torno de três temas — transição, desenvolvimento do Estado, desenvolvimento da sociedade civil — e dois períodos históricos — o Império e a República Velha. O resultado, aqui apresentado parcialmente, deve ser apreciado menos em seu detalhe que em seu conjunto, pelos temas, problemas e perspectivas e linhas de estudo que porventura sugira. Apesar da unidade temática e dos esforços de integração teórica, cada trabalho deve ser visto como autônomo.

Os artigos foram distribuídos da seguinte forma:

Simon Schwartzman	"Representação e Cooptação Política no Brasil"
<i>Período Colonial</i>	
Fernando José Leite Costa	"Processo de Diferenciação na Sociedade Colonial"
<i>Império</i>	
Lúcia Maria Gaspar Gomes e Olavo Brasil de Lima Jr.	"Atôres Políticos do Império"
<i>Transição</i>	
Maria Antonieta de A. G. Parahyba	"Abertura Social e Participação Política no Brasil" (1970 a 1920)
Nancy Aléssio	"Urbanização, Industrialização e Estrutura Ocupacional"
Irene Maria Magalhães	"Antecedentes da República: Intervencionismo militar e legitimidade" (publicado como nota de pesquisa)
<i>Revolução de Trinta</i>	
Celina do Amaral Peixoto M. Franco, Lúcia Lippi de Oliveira e Maria Aparecida Alves Hime	"O contexto político da Revolução de Trinta"

Os trabalhos de Hélio Mathias — "A Sociedade Civil no Império: Crescimento da População", Vera Maria Pereira — "Independência e subordinação da economia" e Renato Raul Boschi — "O Estado e a Sociedade na República Velha: uma análise de tendências orçamentárias", que não puderam ser incluídos neste número, serão publicados e divulgados como Documento de Trabalho do IUPERJ e poderão ser solicitados à instituição.

Nem todo o material quantitativo recolhido foi utilizado nas análises aqui apresentadas, e grande parte dele encontra-se reunida em documento de trabalho do IUPERJ com o título de "Subsídios para o estudo da História Político-Social Brasileira", a ser divulgado próximamente.

Representação e Cooptação Simon Schwartzman * Política no Brasil

"Os reinos conhecidos pela história têm sido governados de duas formas. Pelo Príncipe e seus servos, que, como ministros por sua graça e permissão, o assistem no governo de seus domínios; ou por um príncipe e seus barões, que ocupam posições não pelo favor do governante, mas pela antiguidade do sangue". Machiavel, *O Príncipe*.

Introdução: um modelo analítico

Estado e Sociedade

Reinhard Bendix chama a atenção, em trabalho recente, para duas linhas de pensamento que se vêm alternando na história da teoria política desde, pelo menos, Machiavel.¹ Uma delas, a mais antiga, tem no próprio Machiavel seu representante, e entende os fenômenos políticos como decorrentes das habilidades e virtudes do chefe político: o Príncipe. Em sua forma mais geral esta tradição percebe o Estado como sintetizando e realizando a vontade e os objetivos de toda a sociedade, que a ele se subordina. A outra tradição parece adquirir sua explicitação mais clara em Rousseau, para quem as atividades do Estado se fazem por dele-

gação explícita e delimitada por um contrato social. Se a noção de um contrato social não tem mais que um sentido ideológico e normativo (Rousseau trata, na realidade, de estabelecer limites de legitimação ao Estado), permanece, sem embargo, a idéia de que a política se faz em função de interesses e propósitos de grupos dentro da sociedade. Alterada a ordem causal, passa-se à discussão de que grupos, dentro da sociedade, têm mais ou menos capacidade de orientar o Estado para a satisfação de seus interesses e objetivos. Em Hegel já é nítida a separação entre Estado e Sociedade Civil, esta correspondendo ao Estado de necessidade e aquela encarnando a unidade da vontade geral, da vida política.² A crítica de Marx a Hegel, que terá influência predominante no

* O autor é ligado ao Centro de Pesquisas da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e Professor contratado do curso de mestrado do IUPERJ.

Agradece os comentários e críticas de Amaury de Souza, Bolívar Lamounier e Peter McDonough, além do interesse e debate incessante sobre os temas aqui discutidos com os alunos do IUPERJ, que também colaboraram neste volume.

1. Reinhard Bendix, "Social Stratification and the Political Community", em R. Bendix e S. M. Lipset, (ed), *Class, Status and Power*, 2ª edição, New York, Free Press, 1966.

2. Mais especificamente, para Hegel a sociedade civil é o fenômeno do Estado, enquanto que o Estado é a idéia da Sociedade. A idéia se apresenta na forma do soberano e da Constituição, e a mediação entre esta forma particularizada da idéia e a sociedade é realizada por instituições intermediárias, tais como a opinião pública, a representação de grupos civis no Estado, a burocracia etc. Esta concepção hegeliana do Estado está bem desenvolvida em Jean Hippolyte, *Études sur Marx*

pensamento social daí por diante, diz que o Estado, na realidade, não encarna a vontade geral, mas realiza a vontade particular dos membros da burocracia.³ Esta particularização do geral é função, na sociedade capitalista, do sistema de propriedade privada, e daí à identificação entre os interesses do Estado e os da classe dominante é um passo.⁴ A tradição intelectual que deriva desta crítica tende a negar autonomia aos motivos políticos, explicando-os por suas implicações econômicas, assim como às ações que decorrem do Estado, explicando-as por seus fundamentos de classe.⁵

Mas Bendix assinala, na realidade, uma terceira alternativa, também presente na citação em epígrafe de Machiavel. Se a fórmula do "Príncipe e seus servos" corresponde a um modelo de autonomia do Estado, o modelo alternativo, do "Príncipe e seus barões", não corresponde a um modelo puramente contratual. Os direitos do Príncipe não emanam dos barões, mas têm origem independente e são apenas limitados pelas posições ocupadas "pela antiguidade do sangue". Seja por

uma fonte autônoma de legitimação (quando o Príncipe, por exemplo, é um *primus inter pares*) ou pelo desenvolvimento de fenômenos de "particularização do geral" pelas estruturas burocráticas em sociedades complexas, o fato é que coexistem, em todos os sistemas sociais, sistemas de interesse que tratam de orientar e delimitar a ação do Estado, e uma autonomia mais ou menos significativa do Estado que trata de influenciar a vida da sociedade civil. Esta dualidade não é, meramente, de tipo funcional, o Estado incorporando as funções do sistema político referidas às relações verticais de autoridade e dominação, e a sociedade civil corporificando as relações horizontais de solidariedade e comunidade de interesses. O que se passa, exatamente, é que relações de solidariedade se desenvolvem dentro das estruturas de autoridade, e relações de autoridade se desenvolvem dentro das estruturas de solidariedade, e é isso que torna a pesquisa empírica necessária e insubstituível. As características do Estado não podem ser deduzidas a partir da estrutura de classes, assim

como estas não derivam de um sistema jurídico ou de poder dado.⁶ A relativa autonomia de cada um, e depois suas interações, são o objeto central dos trabalhos aqui reunidos, para o caso do Brasil.

A análise das relações entre Estado e Sociedade é não somente importante, mas constitui a própria caracterização da ciência política como disciplina. Um estudo do crescimento e diferenciação das estruturas burocráticas e de serviços de um Estado só deixa de ser um estudo jurídico e/ou administrativo e passa a ser político quando se analisam as relações entre estas estruturas e suas mudanças e outros setores da sociedade, como por exemplo a economia. A distinção entre a preponderância das estruturas de governo e a preponderância das estruturas de organização sócio-econômica de tipo autônomo levou David Apter à distinção entre sistemas de autoridade hierárquicos (que incluem sistemas políticos de mobilização e burocráticos) e piramidais (compreendendo os sistemas teocráticos e de reconciliação).⁷ Se passamos, no entanto, à consideração das formas de participação política mais típicas de cada uma destas alternativas, veremos que os termos *representação* e *cooptação* parecem ser de grande utilidade.

Com efeito, é possível pensar em sistemas sociais autônomos que desenvolvem seus recursos econômicos e institucionalizam e desenvolvem suas estruturas de interação social, de produção e difusão de símbolos e pautas culturais e educativas, tudo isto de forma independente do sistema de poder. Estas sociedades tratarão, tanto quanto possível, de subordinar o sistema de poder aos seus interesses (ou aos interesses dos setores que nelas dominam), ou, quando isto não for possível, de se fazer presentes quando decisões que lhes sejam vitais devam ser tomadas. O conceito de representação corresponde bem a este tipo de articulação de interesses e vontades de baixo para cima, buscando influenciar, dirigir ou mesmo comandar.

Entretanto, é bem distinta a situação em que o Estado prepondera, a atividade econômica, a criatividade cultural, o sistema educativo, tudo dependendo de seu beneplácito, incentivo e direção. Nessa situação, a participação política não se faz por representação de interesses junto ao Estado, mas antes, como bem o diz Apter, por "representação do Estado junto aos diversos setores da sociedade".⁸ Dono da iniciativa, o Estado tem condições de promover a participação de uns e re-

et Hegel, Paris, Marcel Rivière, 1965 (que, por sua vez, baseia-se no trabalho clássico de Luckács sobre o jovem Hegel).

3. Veja Karl Marx, *Crítica à Filosofia do Estado de Hegel*, que é uma análise detalhada da *Filosofia do Direito* de Hegel.

4. Observe-se, no entanto, que os interesses particulares da burocracia são importantes nesta análise, ou seja: a relação entre o Estado e a classe dominante não é imediata. Vale a pena citar: "A burocracia tem em seu poder o ser do Estado, o ser espiritual da sociedade: ela é sua *propriedade privada*. O espírito geral da burocracia é o *mistério*, guardado pela hierarquia da vista de estranhos pela sua estrutura de corporação privada. A revelação do espírito do Estado à opinião pública é percebida pela burocracia como traição ao seu mistério. A *autoridade* é, assim, o princípio de sua ciência, e a *idolatria* da autoridade o seu sentimento. Mas, dentro da própria burocracia, o *espiritualismo* se transforma em um *materialismo sórdido*, o materialismo da obediência passiva, da fé na autoridade, do *mecanismo* de uma atividade formal fixa, de princípios, idéias e tradições fixas. Para o burocrata tomado como indivíduo, os objetivos gerais do Estado transformam-se em seu objetivo pessoal: *a caça às posições mais altas, é necessário subir na vida* (traduzido livremente de Marx, *Oeuvres Philosophiques*, ed. Molitor, vol. IV, p. 103). Toda esta riqueza de interpretação dos fenômenos de burocratização é obscurecida quando se opera a identificação imediata entre Estado e interesses de classe, para surgir novamente muito mais tarde, e de forma paradoxal, em oposição ao marxismo, como por exemplo em Michels.

5. Veja a discussão a este respeito, em termos das ciências sociais contemporâneas, em Simon Schwartzman, "Desenvolvimento e Abertura Política", *DADOS* 6, 1969.

6. O conceito de "Modo Asiático de Produção" aparece na literatura marxista para designar um sistema sócio-econômico em que o Estado desempenha um papel ativo na organização, direção e controle da vida econômica. O termo "asiático" explica-se pelo fato de este tipo de organização social ter sido estudado inicialmente nos grandes impérios orientais que se organizaram no passado a partir de grandes sistemas de irrigação de terras. Não há razão, entretanto, para que fenômenos de organização burocrática e governamental da atividade econômica não sejam estudados de forma mais generalizada. As vicissitudes deste conceito dentro do marxismo, ocasionadas principalmente pela implicação de "asiatismo" que traz necessariamente ao Estado soviético, é discutida em detalhe por Karl A. Wittfogel, *Oriental Despotism*, Yale University Press, 1957, capítulo 9. A respeito, veja também a discussão de Luís Werneck Vianna em "Política e Sociedade no Brasil Imperial", neste volume. Para o conceito em Marx, veja os *Fundamentos de la Critique de L'Economie Politique*, tradução francesa de Roger Dangeville, Ed. Anthropos, Paris, 1967, p. 435 e seguintes.

7. David Apter, "Notes for a Theory of Non-Democratic Representation", em *Some Conceptual Approaches to the study of Modernization*, Prentice-Hall, Inc., 1968.

8. *Ibidem*.

duzir a de outros, e a participação mais eficaz não será mais aquela que melhor possa articular-se para reivindicações junto ao Estado, e sim aquela que melhor consiga se aninhar no interior da própria máquina governamental. A participação se faz por iniciativa superior, a "representação sem tributação" a que se refere Torcuato S. Di Tella, em forte contraste com o tipo anterior.⁹ A esta participação essencialmente situacionista, dependente, corresponde bem o termo "cooptação".

A vantagem destes dois termos, no sentido aqui exposto, é que eles não se referem a um sistema de governo e autoridade, ou a um sistema político em sentido amplo, mas sim a formas específicas de participação na vida pública. Um regime político autoritário e hierárquico geraria somente formas de participação por cooptação ("o Príncipe e seus servos"), enquanto que um regime piramidal e aberto seria baseado em representação. Mas as formas mistas ("o Príncipe e seus barões") são as mais interessantes e relevantes historicamente, cabendo, então, o estudo dos determinantes destes diferentes tipos de participação, sua evolução e inter-relações.

I — Participação política e sistema social

É interessante notar como esta concepção de modos alternativos de participação política pode ser integrada com um quadro conceitual mais amplo sobre a estrutura e desenvolvimento do

sistema social como um todo. Referimo-nos, em outro contexto, a existência de pelo menos quatro processos de desenvolvimento político-social que deveriam ser considerados como analiticamente independentes em qualquer estudo de desenvolvimento: o processo de desenvolvimento econômico, o de modernização social, o da participação política e o de crescimento e diferenciação da estrutura do Estado.¹⁰ É fácil ver como estes processos, enfatizados a partir de uma preocupação com estudos de desenvolvimento e transformação social, são similares aos subsistemas funcionais assinalados pela tradição parsoniana, orientada, prioritariamente, para problemas de integração social e consenso.¹¹

Pensar em termos de processos, ao invés de coerência funcional, leva à análise de tensões e clivagens que se desenvolvem entre os diversos subsistemas funcionais em um processo de mudança social e desenvolvimento. Stein Rokkan e S.M. Lipset tratam, a partir do esquema parsoniano, de criar um modelo geral para a análise histórica dos sistemas multipartidários da Europa Ocidental.¹² O esquema parsoniano consiste, essencialmente, em analisar as interações entre os seis pares de subsistemas, dos quais três são considerados especificamente "políticos", por Rokkan e Lipset

- a. interação entre os subsistemas político e valorativo: problemas de legitimação política;

9. Torcuato S. Di Tella, "As Formas do Populismo", em *Para uma Política Latino-Americana*, Rio, Paz e Terra, 1969.

10. Cf. "Desenvolvimento e Abertura Política", *DADOS* 6, 1969.

11. Para uma exposição sintética do modelo parsoniano, visto do ponto de vista do subsistema político, veja Talcott Parsons, "On the Concept of Political Power", em S. M. Lipset e R. Bendix, *Class, Status and Power*, 2ª edição, New York, Free Press, 1966, pp. 240-265.

12. "Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: An Introduction", em S. M. Lipset e S. Rokkan, *Party Systems and Voter Alignments*, New York, Free

QUADRO Nº 1

SUBSISTEMAS FUNCIONAIS E PROCESSOS DE MUDANÇA

FUNÇÃO	SUBSISTEMA	PROCESSO	INDICADORES
A (adaptação)	econômico	crescimento	renda per capita consumo de energia per capita, etc.
G (realização de objetivos)	político	crescimento e diferenciação do Estado	% do PNB em atividades governamentais, % da população ativa ocupada pelo governo, % da população servida por serviços públicos, etc.
I (integração)	"O público", associações e grupos secundários	participação política	dados sobre sindicalização, participação em partidos políticos, comparecimento eleitoral, etc.
L (manutenção de pautas e valores)	"Valorativo", familiar e educacional	modernização e secularização	urbanização, expansão de meios de comunicação de massas, expansão do sistema educacional, migração, etc.

- b. interação entre os subsistemas político e o público: problema de apoio político;
- c. interação entre os subsistemas valorativo e integrativo: problemas de lealdade e solidariedade política.

Press, 1967. A exposição que se segue dá somente uma pálida idéia do modelo desenvolvido pelos autores. Tratamos de manter tanto quanto possível as referências ao "AGIL", para os iniciados, ainda que as referências aqui devam ser inteligíveis independentemente, não há nenhum esforço, na realidade, em compatibilizar o que aqui se diz com o sistema parsoniano, mas simplesmente em utilizá-lo na medida em que nos parece útil.

A exclusão do subsistema econômico se entende pelo caráter analítico do esquema. O econômico só se relaciona diretamente com o político em termos de mobilização de recursos, o que não se reveste de caráter político em si mesmo. O aspecto político da economia aparece quando o sistema político se relaciona com o econômico através do público (com a consideração de critérios políticos de alocação de recursos) ou através do sistema de valores (implicando problemas de legitimação da estrutura do mercado de trabalho e das pautas de consumo).

A análise subsequente de Lipset e Rokkan faz-se através de um exame da estrutura interna do subsistema integrativo, onde se localizam as estruturas partidárias que emergem historicamente. Eles consideram a existência de dois eixos de referência, um no sentido de centro-periferia ("G" e "L") e outro no sentido de especificidade de interesses — política ideológica ("A" e "T"). Somente a título de exemplo, oposições políticas entre empregadores e empregados se localizariam no extremo de especificidade de interesses, da mesma forma que as oposições entre os setores primário e secundário da economia. Mas esta oposição estaria mais próxima da periferia política que a anterior, na Europa ocidental.

Se voltamos a pensar em termos de processos, e não mais de subsistemas funcionais, notaremos um ponto importante que não é levantado por Lipset-Rokkan: os quatro processos desenvolvem-se em ritmos diferentes, levando a diferentes graus de domínio de um sobre o outro. É possível pensar, por exemplo, que o desenvolvimento econômico pode vir acompanhado de um desenvolvimento maior ou menor da estrutura governamental, ou de modernização e urbanização. O mesmo se

aplica em relação ao sistema de valores e pautas de consumo, já que a correlação entre estes e crescimento econômico não é perfeita. Em relação ao processo de participação política, a flexibilidade é ainda maior, e ele tanto pode se exacerbar em função de processos de mobilização mais ou menos autônomo quanto ser reduzido por via coercitiva. Portanto, é conveniente analisar o processo de participação política como dependente dos demais, em função da relativa dominância de um sobre o outro. O quadro nº 2 sumaria os resultados desta conceituação.

Na realidade nenhum destes estilos apresenta-se de forma pura, sendo mais freqüente a combinação dos tipos A e C, por um lado, e B e D, por outro. Os termos "representação" e "cooptação" serão usados aqui em sentido mais amplo, englobando cada um destes dois tipos, respectivamente. Isto significa que, para nós, o domínio relativo do Estado terá mais importância que o tipo de processo dominado. Fazemos isto não porque o domínio relativo dos processos de crescimento econômico e modernização tenha menos importância, mas, simplesmente, porque o papel do Estado tem sido relativamente menos explorado até agora. O quadro nº 3 dá um resumo exemplificativo dos diferentes tipos de participação e ideologias políticas referidas aos sistemas que funcionam predominantemente por cooptação ou por representação.

II — Cooptação e Representação na Política Brasileira

David Apter descreve os sistemas políticos hierárquicos como "baseados em uma distribuição de autoridade em que o poder deriva rigidamente do ápice, sendo distribuído à discrição do

QUADRO Nº 2

DOMINÂNCIA, INTERAÇÕES FUNCIONAIS E ESTILOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

PROCESSO DOMINANTE	PROCESSO DEPENDENTE	"ESTILO" DE PARTICIPAÇÃO (processo integrativo)
A. desenvolvimento econômico	crescimento e diferenciação do Estado	representação política
B. crescimento e diferenciação do Estado	desenvolvimento econômico	cooptação política
C. modernização e secularização	crescimento e diferenciação do Estado	movimentos coletivos por mobilização autônoma, populismo
D. crescimento e diferenciação do Estado	modernização e secularização	mobilização induzida, nacionalismo, paternalismo

líder", e sendo "pautados através de linhas burocráticas ou militares".¹³ Há pouca dúvida de que este padrão prevaleça na política brasileira atual, e um dos objetivos deste trabalho é o de demonstrar que ele tem uma história antiga no país. A participação política neste tipo de sistema é feita através de um certo grau de cooptação da liderança política pelo centro de poder, o que é o oposto da representação política, na qual a sociedade civil tende a controlar os seus representantes na esfera política. A representação

política também tem sido vigente no Brasil, e as relações entre estas duas formas de participação é nossa preocupação central. Inicialmente, faremos um sumário do debate mais ou menos implícito na bibliografia brasileira sobre a natureza histórica do seu sistema político. A seguir exploraremos alguns dados empíricos, a maioria dos quais proporcionados pelos demais trabalhos deste volume, no sentido de verificar a tese de que a história política brasileira tem sido a de um conflito entre duas linhas primordiais de

13. David Apter, *The Politics of Modernization* (Chicago: The University of Chicago Press, 1965).

QUADRO Nº 3

CORRELATOS DE REPRESENTAÇÃO E COOPTAÇÃO POLÍTICA

	REPRESENTAÇÃO	COOPTAÇÃO
setor dinâmico	economia de exportação	o estado político
tipo de industrialização	baseada em mercado livre (não necessariamente competitivo)	baseada em incentivos governamentais
Relações exteriores:	baseadas em laços (ou hostilidades) econômicos	baseadas em laços (ou hostilidades) inter-governamentais ou inter-naçionais
Tipo de participação política		
a. nível da elite:	agregação de grupos de interesse	"classe política" cooptada, coronelismo
b. classe operária	sindicalismo autônomo	sindicalismo corporativista
c. setores flutuantes de classe: média baixa e baixa	populismo carismático	populismo paternalista
Ideologias políticas:		
a. à direita	liberalismo econômico	moralidade pública e controle social
b. ao centro	eficiência empresarial	planejamento central baseado em estímulos governamentais à iniciativa privada
c. à esquerda	objetivos anti-capitalistas	nacionalismo

desenvolvimento, uma "de baixo para cima", conduzindo aos esforços de representação política, e outra "de cima para baixo", levando à cooptação.

1. Uma ordem privada?

Nestor Duarte, em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, representa um dos extremos na interpretação do sistema político brasileiro até a Independência, em 1822. Cita Oliveira Vianna no que se refere ao poder de aristocracia local e vai mais adiante dizendo que "se atentamos melhor, porém, veremos que o fenômeno a salientar aqui não é o dessa descentralização, mas o da modificação da índole do próprio poder, que deixa de ser o da função política para ser o da função privada". E citando novamente Oliveira Vianna: "São eles que governam, que legislam, são eles que justificam, são eles que guerreiam contra as tribos bárbaras no interior, em defesa das populações que habitam as vizinhanças das suas casas fazendeiras, que são como os seus castelos feudais e as côrtes dos seus senhores".¹⁴ Noutras palavras, uma réplica do modelo feudal tomado no sentido explícito do termo e considerado essencialmente imutável até o século XIX: "a grande paz do Império, o seu equilíbrio e o seu esteio estão nesse senhorio territorial que é a força econômica e o poder material do Estado... É ele também a única parcela "política" da população brasileira..."¹⁵

A visão oposta é melhor expressa por Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder*. Retira ele da história de Portugal as origens de um estado cen-

tralizado e patrimonial, transportado para o Brasil sob a proteção britânica após a ocupação de Lisboa por Junot em 1808, e que já se encontrava presente na administração colonial. "A diferença de estrutura das duas colonizações americanas" (a portuguesa e a inglesa) "decorria da diversa constituição do Estado, em uma e outra nação. Portugal, na era seiscentista, já se havia consolidado em Estado absoluto, governado por um estamento burocrático, centralizador. A Inglaterra, ao contrário, discrepando da orientação histórica continental, definiu-se numa transação capitalista industrial e feudal, repelindo a centralização burocrática". Discute longamente os mecanismos de controle da vida econômica e os limites da autonomia política da aristocracia local brasileira, concluindo que "nosso feudalismo era apenas uma figura de retórica".¹⁶ Não ignora, é claro, as tendências centrífugas de descentralização que sempre existiram, e prossegue com um estudo detalhado do processo de centralização progressiva da administração colonial, processo esse que se acentuaria progressivamente até os fins do século XIX.

2. Antecedentes históricos

Faoro parece estar factualmente mais correto, e na segunda metade do século XVIII o país assiste à passagem de um sistema econômico colonial de produção do açúcar, no Nordeste, para um sistema de mineração do ouro e do diamante no Centro, e para um crescente enrijecimento do controle da administração colonial sobre a pujante mas efêmera economia de minera-

14. Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 172, p. 169).
15. *A Ordem Privada...*, pp. 188-9.
16. Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder — A Formação do Patronato Político Brasileiro* (Porto Alegre: Editora Globo, 1958), pp. 53 a 65.

ção. A política inicial de colonização no Brasil foi, de fato, a criação de feudos hereditários (capitanias) concedidas à exploração privada, porém este sistema não chegou a se desenvolver plenamente, sendo logo em seguida substituído por um processo crescente de centralização administrativa. Como observa acuradamente Faoro, nunca houve um pacto político através do qual os altos escalões do sistema político representassem e governassem em nome de alguns setores da sociedade, o que é típico do modelo feudal. Esta situação não ocorreu sem tensões, e representantes brasileiros estiveram presentes às Côrtes Portuguesas estabelecidas após a restauração. Tais deputados aparecem novamente no primeiro órgão representativo do país independente, a Assembléia Constituinte de 1823. Preparou ela um projeto de Constituição considerado o marco de mais alto nível de representação política da aristocracia agrária brasileira no século XIX, logo abordado pelo "golpe" imperial que dissolveu a Assembléia e outorgou uma Constituição nova e menos liberal. D. Pedro I não logrou permanecer no poder mais de nove anos devido, principalmente, à clivagem demasiadamente bem delineada entre a aristocracia nativa e seus representantes, por um lado, e a administração marcadamente portuguesa, por outro. De 1831 a 1840 há um período confuso em que se sucedem regentes e estalam rebeliões nas províncias, terminando com a maioridade legal de Pedro II aos 15 anos de idade, quando se inicia o Segundo Reinado. Nesta época já as rebeliões estavam dominadas, a imagem portuguesa do governo central fazia-se menos presente, a aristocracia agrária liberal estava ou enfraquecida pelas rebeliões separa-

tistas ou cooptada pela Corte, e o estado brasileiro pôde gozar da tranqüilidade de cerca de cinquenta anos de calmaria política baseada no controle quase absoluto da arena política pela administração imperial.

3. *Duas ideologias de mudança política*

Agora podemos ir até 1930, quando a República estabelecida após a queda do regime imperial foi destruída por um movimento revolucionário, usualmente tomado como o marco do início do Brasil moderno.

A interpretação deste movimento tem sido uma preocupação constante para os historiadores e cientistas políticos brasileiros e pelo menos duas teorias podem ser explicitadas de acordo com o debate anteriormente mencionado.

A primeira perspectiva, a do feudalismo brasileiro, está de acordo com o modelo marxista de um processo que se inicia com o sistema feudal e um governo central dependente, passando por uma contradição em virtude do surgimento de uma burguesia urbana, e culminando com uma revolução burguesa, que por seu lado prepararia o caminho para o acesso à arena política da classe trabalhadora. Adaptada ao contexto de uma economia de exportação dependente do mercado internacional, tal teoria identifica, em sua forma mais simplificada, o "feudal" com a agricultura extensiva para a exportação, de tipo colonial ou semicolonial, e a revolução burguesa é também vista como nacionalista e antiimperialista. Assim é que muitos autores brasileiros vêem a Revolução de 30 como a tomada do poder pela burguesia, senão diretamente pelo menos em termos de

consequências "objetivas" da política por ela seguida.¹⁷

Um outro modelo substitui a burguesia pelas classes médias como fator dinâmico na Revolução. Entretanto, não se trata apenas de uma variante menor do primeiro, já que suas implicações são bem distintas. Os teóricos das classes médias pensam menos em termos do processo econômico de industrialização que no processo social de modernização, e "classes médias" ou "setores médios" são conceitos suficientemente amplos para abranger todos os grupos emergentes que não sejam nem um setor da elite política e/ou agrária, nem totalmente assimiláveis a ela.

O descontentamento crescente de jovens militares após 1920 é visto por muitos autores como um indicador do surgimento do setor médio que até então era excluído do sistema político, e que agora passava a reivindicar maior participação política. A Revo-

lução de 1930 é, então, para tais autores, um movimento essencialmente de classe média que abriu as portas do sistema político a estes novos setores.¹⁸

O que chama a atenção enquanto diferença essencial entre os dois tipos de explicação não é tanto o fato de apontarem para grupos sociais diferentes como principais atores da Revolução de 30, quanto o fato de que apresentam uma imagem diferente do papel do sistema político no processo de mudança. No primeiro caso, o fenômeno político nada mais é que um epifenômeno, modificado e explicado pela confrontação entre dois setores do sistema econômico do país. No segundo caso, entretanto, os setores médios são vistos menos como uma classe econômico-social que como um estrato social que possui demandas de consumo, de participação e de poder políticos. A participação política e o poder político são buscados não como meios para satisfazer os interesses econômicos de um

17. Cf. Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Lúcia Lippi Oliveira e Maria Aparecida Alves Hime, "O Contexto Político da Revolução de Trinta", neste volume, para a determinação de duas linhas de interpretação da Revolução de 30, a da "revolução burguesa" e a da "revolução das classes médias". Os representantes da alternativa burguesa são, entre outros, Nelson Werneck Sodré (*Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasileira, 1962), Wanderley Guilherme dos Santos (*Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, ISEB, 1963) e Octávio Ianni. A recente tese de Boris Fausto (1930, *Historiografia e História*, Universidade de São Paulo, mimeografada) se dedica a demonstrar que, pelo menos na área de São Paulo, não há confirmação para um sentido "burguês" na Revolução de 30. Octávio Ianni, entretanto, tomou precauções antecipadas quanto a esta possibilidade de refutação empírica de sua tese: "a Revolução de 30, a despeito de não ter sido alimentada preponderantemente pelas burguesias industrial e financeira nascentes, nem pelo proletariado incipiente, deve ser interpretada como um momento superestrutural da acumulação primitiva, que funda a industrialização posterior" (*Estado e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 135-6). Esta afirmação baseia-se no fato de que houve um surto industrial no Brasil depois de 1930. Este tipo de explicação *ex-post-facto* é, evidentemente, irrefutável, mas não deixa de colocar seu autor em dificuldades quando se trata de explicar por que o centro da oposição a Vargas estava precisamente em São Paulo. A saída foi dizer que esta oposição, e especificamente a Revolução de 1932, "não é um movimento contra-revolucionário senão com referência aos ideais dos componentes não-burgueses da Revolução de 30" (p. 138).
18. Os teóricos da tese das classes médias incluem Virgínio de Santa Rosa (*O Sentido do Tenentismo*, 1932 (?), reeditado como *Que foi o Tenentismo?*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963), Guerreiro Ramos (*A Crise do Poder no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1961), e Heli Jaguaribe (*Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1962). Veja, para um sumário desta perspectiva, o trabalho de Celina Moreira Franco, Lúcia Lippi Oliveira e Maria Aparecida Hime, neste número.

dado setor da economia, mas como um objetivo em si mesmo, do qual derivariam outras formas de participação econômica e social.¹⁹

Estas duas teses apontam para duas abordagens intelectuais e ideológicas distintas na compreensão da história brasileira, e o que é mais importante, refletem duas tendências no desenvolvimento da sociedade brasileira que geralmente são apontadas como alternativas mas nunca, como deveria ser, como um processo simultâneo de desenvolvimento contraditório.

Estas duas teorias sobre a Revolução de 1930 devem ser vistas como ideologias das duas tendências que constituirão a preocupação central deste trabalho. Os pormenores das duas ideologias são um capítulo da história do pensamento social brasileiro e enquanto tal não lhe dedicaremos muita atenção. É suficiente dizer que embora os teóricos da revolução "burguesa" tendam a partir de uma tradição marxista, partilhar com a ideologia liberal uma visão de um estado passivo, a inspiração dos teóricos das classes médias originou-se nas experiências e ideologias fascistas européias. Virgílio de Santa Rosa, um dos mais lúcidos analistas da Revolução de 30, e um dos teóricos das classes médias, viria a tomar as experiências bolchevista e

fascista como exemplos da criação de uma estrutura de Estado eficiente e racional, dirigida pela intelectualidade e setores médios, e preocupada com a destruição da estrutura tradicional de poder em seus países. Azevedo Amaral, um dos mais importantes ideólogos do governo de Vargas, recusa explicitamente a relevância tanto de uma quanto de outra experiência para o caso brasileiro e ignora os setores médios. Vai mais longe ainda: traindo sua influência germânica, vê o poder local no interior como a fonte telúrica da força nacional e culpa as oligarquias regionais por infestarem o país com a idéia de um Estado liberal exótico e fictício. A Revolução de 30, neste contexto, é vista como um esforço de aproximação da nação com as suas fontes reais, e como o começo de uma nova era. Este componente romântico encontra-se ausente de outros autores da mesma linha de pensamento, porém todos concordam com a idéia de um Estado Central que poderia vir a recuperar a sua autonomia após várias décadas de controle pelas oligarquias regionais.²⁰

Estabelecido como um compromisso entre as oligarquias regionais e um grupo de jovens oficiais e intelectuais modernizantes, surgindo num momento em que ocorria um acréscimo nos

níveis de participação política no país, o regime de Vargas logo afastou de si um setor significativo da intelectualidade brasileira que se filiou ao movimento "integralista" e tentou mesmo derrubá-lo em 37, em um esforço para avançar ainda mais a revolução da "classe média". A despeito das diferenças individuais e divergências de opiniões sobre as origens históricas dos problemas do país e suas possíveis soluções, não é difícil ver como os ideólogos da "classe média" aceitam a noção (e o ideal) de uma estrutura governamental independente dos interesses de classe e pressões regionais, e que possa agir à vontade na condução da vida do país.

4. A dualidade brasileira

Estas duas perspectivas refletem o fato de que o Brasil tem tido um processo de desenvolvimento ao longo de duas linhas diferentes e, em certa medida, divergentes; uma gerada pelo setor mais dinâmico da economia, ligada ao mercado internacional e baseada principalmente no Estado de São Paulo, e outra gerada pelo centro do poder político, baseada no Rio de Janeiro, e apoiada nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e outros. Esta dualidade é devida à dualidade entre as fontes econômica e política de poder, entre uma estrutura de

poder hierárquica por um lado, e uma estrutura de poder contratual e piramidal, por outro. Assim, a história do Brasil pode ser descrita em termos das relações entre estes dois pólos. Ela não pode ser compreendida se se pressupõe simplesmente que o regime político reflete, mais ou menos por definição, o sistema de produção ou, então, que o poder político pode determinar o que ocorre em outras esferas da sociedade. Não é difícil perceber que estas duas alternativas devem ser tomadas como pontos extremos de um *continuum*, tendo, é claro, implicações profundas quanto à natureza do sistema político do país e ao seu futuro.

A marginalidade política do Estado econômico e demograficamente mais forte do país é, possivelmente, uma peculiaridade brasileira, que pode ser observada nos quadros nºs 4 e 5. Apenas durante a República Velha (1889-1930) São Paulo teve voz mais ativa na formação do governo central no Brasil. A Revolução de 30 começou exatamente quando São Paulo tenta quebrar a aliança republicana com Minas Gerais e assumir a liderança permanente.²¹ Frustrado, faz uma nova e mais vigorosa tentativa em 1932, que teve como resultado o fracasso e o isolamento político do Estado, por mais 30 anos. Só em 1960, com a eleição de Jânio Quadros, pôde São Paulo fazer um presidente — porém um pre-

19. A tese das "classes médias" comparte com a tese da "revolução burguesa" o dom da irrefutabilidade. Fora dos extremos superior e inferior da sociedade, todos são "classe média", um truismo que não tem demasiado valor explicativo. A insistência em teorias de "classes médias" para a explicação de movimentos sociais na América Latina, incluindo a presença dos militares na arena política, é provavelmente uma seqüela de um esquema conceitual que não consegue sair das poucas alternativas de explicação baseadas em três ou quatro classes sociais e suas permutações. "Classes médias" ou, melhor ainda, "setores médios", é uma categoria residual que pode ser usada quando as outras explicações classistas evidentemente não o podem. Mas este tipo de pseudo-explicação vem algumas vezes de algo mais profundo de que esta dificuldade teórica e conceitual, como estamos vendo.

20. Azevedo Amaral, *O Brasil na Crise Atual* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira nº 31, 1934). Para uma bibliografia completa e uma análise em profundidade de sua obra, veja o trabalho de Aspásia Brasileiro Alcântara, "A Teoria Política de Azevedo Amaral", *DADOS* 2/3, 1967. Para um panorama de nomes e temas na história do pensamento social brasileiro, veja Wanderley Guilherme dos Santos, "A Imaginação Político-Social Brasileira", *DADOS* 2/3, 1967.

21. Esta é evidentemente uma simplificação de uma situação muito mais complexa. A Revolução de 30 obteve substancial apoio em São Paulo por parte da oposição interna manifesta nos esforços de articulação do Partido Democrata, e utilizou em seu proveito a crise do café no mercado internacional. Paulo Nogueira Filho descreve em detalhes seus esforços para arregimentar apoio paulista para os setores revolucionários mais radicais — mas também seu fracasso, levando ao rompimento com Prestes. O esforço da política paulista em romper o pacto republicano existia tanto entre o grupo minoritário dos "burgueses progressistas" quanto por parte da velha oligarquia representada pelo "continuismo paulista" de Washington Luís. Cf. Paulo Nogueira Filho, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista* (Vol. 1, O Partido Democrático e a Revolução de 1930), Rio, Ed. José Olympio, 2ª ed., 1965. Estas contradições internas da política paulista perderam importância, no entanto, ante a intervenção do Governo Provisório no Estado levando à frente unida da Revolução de 1932.

sidente de pouca duração, que inaurou um período de instabilidade e levou ao regime militar de 1964.

QUADRO Nº 4

PORCENTAGEM DE VOTOS PARA PARTIDOS NACIONAIS E REGIONAIS NAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 1958 (6 maiores estados) (+)

ESTADOS	% DE VOTOS PARA PARTIDOS		% DE VOTOS DE TODO O BRASIL POR ESTADO
	NACIONAIS (1)	REGIONAIS (2)	
SP	42,0 %	58,0 %	18,0 %
MG	87,2	12,8	15,0
RS	81,9	18,1	10,0
RJ	77,3	22,7	6,0
BA	73,1	26,9	7,0
DF	69,3	30,7	7,5
BRASIL	71,7	28,3	100 %

(+) - Calculado de Orlando M. de Carvalho, "Os Partidos Nacionais e Parlamentares de 1958", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 8, abril de 1960, pp. 18/19.

(1) - PSD, PTB e UDN

(2) - PSP, PR, PDC e 6 outros

O quadro nº 4 toma uma eleição parlamentar típica, a de 1958, e compara a porcentagem de votos dada a partidos nacionais com os votos dados a partidos regionais, para os seis maiores Estados. São Paulo apresenta a variação mais significativa do padrão nacional, seguido não muito de perto pelo centro urbano do Rio de Janeiro. Os correlatos econômicos e demográficos desta marginalidade política podem ser vistos no Quadro nº 5.

É bastante claro que não se pode compreender a história política brasileira se esta contradição entre os pólos econômico e político de desenvolvimento do país não é posta no centro da análise. Entretanto, a tendência tem sido ignorar esta dualidade, devido provavelmente à falta de uma estrutura teórica adequada para integrá-la.²² Autores paulistas tendem a generalizar o que vêem em São Paulo como válido para todo o Brasil, apenas em um nível mais reduzido, enquanto outros vêem através da perspectiva do Rio ou de Minas Gerais, tendendo a ver a singularidade política de São Paulo como um fenômeno idiossincrático que não altera muito o quadro geral.²³ É de se admirar que esta

dualidade, a característica mais importante do quadro geral, tenha sido negligenciada até hoje. A delimitação

precisa desta dualidade e suas consequências são um campo praticamente virgem para a pesquisa, do qual apre-

QUADRO Nº 5

SÃO PAULO E BRASIL: ALGUNS DADOS DEMOGRÁFICOS,

SOCIAIS E ECONÔMICOS COMPARATIVOS

DEMOGRÁFICOS: população (1960)	% do total em SP 18,3
SOCIAIS:	% do total em SP
telefones (1966)	39,2
veículos	38,8
estradas federais pavimentadas	18,4
bibliotecas populares e especializadas (1965)	21,5
teatros e cinemas (1964)	27,0
estações de rádio (1966)	26,7
circulação de jornais (1966)	42,4
ECONÔMICOS:	% do total em SP
valor da produção industrial (1960)	55,1
consumo de energia elétrica (1966)	52,1
arrecadação de impostos federais (1966)	41,3

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico, 1965 a 1968

22. Muitos autores têm sugerido distinguir dois pólos na sociedade brasileira, incluindo Jacques Lambert (*Os Dois Brasis*, Rio, CBPE, 1950) e Ignácio Rangel (*Dualidade Básica da Economia Brasileira*, Rio, ISEB, 1959). Todos tendem a referir-se, com diferentes graus de refinamento e engenho, a um *continuum* ou polaridade tradicional-moderno. Houve quem levantasse a idéia de um "imperialismo interno" de São Paulo, que se opunha ao dito da locomotiva puxando os 20 vagões. Octávio Ianni discute esta questão sob o título de "falsas dualidades", dizendo, entre outras coisas, que "o conceito de dualidade retira a historicidade da história, tornando o objeto presente em sua existência manifesta". O que ele parece querer dizer é que não tem sentido falar em dois pólos distintos, já que "nenhuma economia capitalista, subdesenvolvida ou não, é perfeitamente integrada". A impressão permanece, no entanto, de que o problema que este autor discute é principalmente semântico, e a utilidade em distinguir diferentes pólos e linhas de mudança e crescimento parece ser bem alta, exatamente porque "nenhuma economia capitalista" (nem qualquer outra) "é perfeitamente integrada". (*Estado e Capitalismo*, pp. 80/81).

23. Francisco C. Weffort, por exemplo, depois de dizer que "é evidente que as condições paulistanas são específicas de uma grande cidade industrial que ocupa posição única no Brasil", afirma que, "exatamente por ser uma metrópole, ela se constitui em 'modelo' para a análise da política de massas no Brasil". ("Política de Massas", em Octávio Ianni e outros, *Política e Revolução Social no Brasil*, Rio

de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965, pp. 178-9). O fato de que a metropolização de São Paulo tenha ocorrido simultaneamente com um processo igualmente rápido de industrialização é entretanto muito especial dentro do Brasil, o que torna problemática qualquer generalização a partir deste caso. As diferenças que Weffort estabelece entre dois tipos de populismo em São Paulo, o de Jânio e o de Ademar, parecem corresponder ao fato de que Ademar era, originariamente, o representante do regime Vargas em São Paulo, dando-lhe aquele aspecto paternalista que contrasta vivamente com o populismo carismático de Jânio Quadros.

sentamos neste trabalho apenas alguma evidência preliminar.

5. Origens históricas

Torna-se importante retornar ao período de consolidação do Estado brasileiro, no século XIX, para se compreender a evolução desta situação. O período colonial no Brasil pode ser visto como uma grande operação comercial do Estado português, que desenvolveu a administração colonial como um instrumento de controle desta atividade. É essencial para a compreensão do período acentuar "os laços que uniam os dois processos paralelos da expansão comercial e criação dos Estados do tipo moderno".²⁴ O que ainda é desconhecido é a forma pela qual esta estrutura burocrática reagia face às flutuações da economia no período colonial. Celso Furtado sugere que a economia do açúcar no Nordeste só foi capaz de resistir às quedas de preço no mercado internacional pela retração de seu aspecto "externo", revertendo a um estado de auto-suficiência que é o que mais se aproximaria, no Brasil, de um sistema de tipo feudal.²⁵ Se isto é assim, o que ocorreu com as atividades administrativas e comerciais relacionadas com esta economia decadente? Os historiadores ainda estão por mostrá-lo, mas o mais provável é que o comércio tenha de-

saparecido ou se transferido, enquanto que a administração colonial se recolhia ao ritualismo burocrático ao qual a estrutura administrativa portuguesa, altamente centralizada e formalizada, tanto conduzia. O padrão da colonização ibérica na América parece-nos composto de dois movimentos típicos. Inicialmente, a administração proporciona todo tipo de facilidade à iniciativa privada, e isto tanto conduziu à prosperidade econômica quanto à dispersão do poder. Em um segundo momento, a administração aumenta seu papel, através de toda sorte de restrições e centralizações, levando a um conflito inevitável com os empresários particulares, os "criollos" na América espanhola.²⁶ A ironia da colonização portuguesa reside em que tais movimentos centralizadores tenderam a ocorrer em períodos de decadência econômica. Isto ocorreu com a economia do açúcar, certamente foi o caso da decadência da mineração em fins do século XVIII e ocorreu novamente na tentativa de restauração promovida pelas Côrtes Portuguesas. O resultado geral foi o estabelecimento de um Estado forte que está em defasagem constante com a economia; esta regularidade é ainda acentuada durante o período imperial do Brasil independente. O renascimento econômico do país na segunda metade do século XIX ocorre em uma área geo-

gráfica estranha às raízes políticas tradicionais do Estado, área esta que não está representada na política até a queda do regime imperial em 1889. A tendência para a centralização política e autoridade hierárquica procede quase sem interrupção através do século, tendo como consequência a alienação política gradual dos setores dinâmicos da economia de exportação. As características essenciais do período que marcarão a evolução do país até os nossos dias são a centralização crescente, o aumento progressivo dos recursos de poder nas mãos do governo central, e também a alienação crescente da economia do café e os desenvolvimentos ligados a esta alienação.

5.1. Modificações demográficas no século XIX

As estimativas da população brasileira antes do Censo de 1872 são imprecisas, daí os dados abaixo serem apenas indicadores de tendências muito amplas. Há pouca dúvida, no entanto, de que São Paulo tenha sido uma província relativamente pouco importante no ano de 1823, tendo apenas cerca de 7% da população total, enquanto as províncias do Nordeste, da Bahia e de Pernambuco possuíam 29% da população. Outros 29% estavam nas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, incluindo a Côrte. Uma revisão cuidadosa das informações disponíveis para o período conduziu a uma caracterização do desenvolvimento demográfico conforme o quadro nº 6 (vide nota 29):

Tais dados diferem dos de Celso Furtado, por exemplo, que calcula uma taxa de crescimento de 1,3% ao ano entre 1800 e 1850.²⁷ Não trataremos de determinar aqui a confia-

QUADRO Nº 6

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL POR REGIÃO

REGIÃO	1808/54	1854/90
Norte	2,10	1,72
Nordeste	2,31	1,28
Leste	2,82	1,66
C. Oeste	2,73	0,59
Brasil	2,54	1,79

FONTE: Helio Mathias, A sociedade civil no Império: crescimento da População" Documento de trabalho do IUPERJ

bilidade e a significação estatística e teórica desta discrepância. Basta observar a queda de mais de um ponto na taxa de crescimento do Nordeste e um acréscimo equivalente no Sul para se obter uma idéia da tendência. As variações na taxa de crescimento refletem as migrações do Nordeste e Leste para o Sul, bem como o fim do tráfico negreiro em 1850, e a imigração externa. A imigração européia para o Brasil é um fenômeno relativamente pouco importante até fins do século XIX. Apenas cerca de 22 mil imigrantes entraram em 1819 e 1850, e cerca de 900 mil de 1851 até 1888. Esta média de cerca de 25 mil imigrantes por ano no segundo período compensa parcialmente o fim do tráfico negreiro que havia introduzido no país cerca de 9 mil escravos por ano de 1801 a 1804, cerca de 30 mil de 1820 a 1829, e mais de 50 mil anuais

24. Fernando A. Novais, "O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial", em Manuel Nunes Dias e outros, *Brasil em Perspectiva*. Veja também a discussão conceitual em Antônio Octávio Cintra, "A Função Política no Brasil Colonial", *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 18, 1965, e a análise de Faoro, *Os Donos do Poder*.
25. Depois de descrever as causas do declínio econômico na área do açúcar, Celso Furtado diz que "esses fatores contribuíam para a reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local etc." (*Formação Econômica do Brasil*, Rio e Lisboa, Editora Fundo de Cultura, 1959, p. 87).
26. Para uma análise da colonização espanhola veja Magali Sarfatti, *Spanish Bureaucratic Patrimonialism in America* (Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1966).

27. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, p. 129.

entre 1842 e 1851, quando o tráfico praticamente estancou. A substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre provavelmente significou também um acréscimo na taxa de crescimento que parece ter sido nula ou negativa para a população escrava, o que poderia vir a compensar ainda mais a redução relativa do fluxo migratório.²⁸

Os dados para urbanização no século XIX são ainda mais dispersos e não permitem uma comparação sistemática através do tempo. Em 1823 apenas as cidades do Rio, Bahia e Recife possuíam mais de 50 mil habitantes, em uma população total de 4 milhões. As estimativas da população do Rio de Janeiro oscilam entre cem e duzentos mil ao longo do século, e o Censo de 1872 atribuiu-lhe 275 mil habitantes. Existe uma estimativa para 1864 que tende a exagerar os dados para os centros urbanos, mas o número de cidades relacionadas como tendo mais de 50 mil habitantes é ainda o mesmo, em uma população total de 11 milhões. O primeiro Censo, em 1872, acrescenta a este grupo mais duas cidades, Belém e Campos. Nesta época apenas o Rio, Bahia e Recife possuíam mais de 100 mil habitantes, em um total de 11 milhões. O Estado de São Paulo é o quarto maior, após Minas, Bahia e Pernambuco, e a cidade de São Paulo, naquele ano, possuía apenas 27 mil habitantes. Em 1890 a população do país havia cres-

cido para 14 milhões, e mais três cidades penetraram no grupo dos 50 mil, inclusive São Paulo, que então contava com 64 mil habitantes. Este Estado ocupava então o terceiro lugar no país em termos de população, após Minas e Bahia, mas já acima de Pernambuco.²⁹ Qualquer taxa de urbanização seria arbitrária, mas existe pouca dúvida de que o processo de urbanização no século XIX foi lento, tendo-se acelerado no fim do período.

5.2. Estagnação e Ressurgimento Econômico

A principal atividade econômica em fins do século XVIII era a mineração; seu declínio foi muito rápido, indo de uma média anual de 14.600 quilogramas no período 1741-1760 a apenas 1.760 entre 1811 e 1820. As Guerras Napoleônicas e o início do livre comércio com a Inglaterra ocasionaram uma breve prosperidade na agricultura do açúcar e do algodão, mas depois de 1812/15 os preços caem e a independência política brasileira ocorre em um momento de completo recesso econômico mundial e de retração da economia nacional.³⁰ Ao mesmo tempo, entretanto, o café estava surgindo como o produto básico no país, situação que perduraria a partir de então. O quadro nº 7 oferece um panorama geral da evolução:

Minas Gerais era ainda, na passa-

28. Veja, para a imigração européia no Brasil, Manuel Diegues Jr., *Imigração, Urbanização e Industrialização* (Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964), e, para os dados sobre o tráfico de escravos, a análise de Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia* (São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966). Uma estimativa da taxa de crescimento da população escrava em Minas Gerais para o princípio do século é de 1,3% para homens e 0,7% para mulheres. Veja a respeito o estudo de Herbert S. Klein sobre a população negra livre e escrava no Brasil, "The Colored Freedmen Under Brazilian Slavery — A Preliminary Analysis" (Universidade de Chicago, mimeografado, 1967).
29. Dados coligidos por Hélio Mathias, em várias fontes, a ser publicado como Documento de Trabalho pelo IUPERJ.
30. Virgílio Noya Pinto, "Balanço das Transformações Econômicas no Século XIX", em Manuel Nunes Dias e outros, *Brasil em Perspectiva* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969), p. 132. Os dados acima são da mesma fonte.

QUADRO Nº 7
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA ATÉ 1931

(Valor em libras de 1950)

ANO	MILHÕES DE LIBRAS		% DO CAFÉ NO VALOR TOTAL	% DO 2º MAIOR PRODUTO
	NOMINAL	DE 1950		
1821	4,3	9,4	16,3	25,3 (+)
1829	2,1	4,6	20,5	37,2
1830	3,3	7,4	19,8	36,7
1840/1	5,3	10,4	42,7	28,5
1850/1	8,1	21,5	48,1	23,3
1860/1	13,2	25,0	64,7	-
1870/1	15,4	34,0	50,3	-
1872/3	22,3	45,0	37,6	14,7
1880/1	21,2	51,0	54,6	-
1890	26,3	75,0	50,3	-
1900	33,1	90,0	67,7	-
1910	63,0	160,0	42,3	39,1 (++)
1920	82,3	67,5	49,1	6,0 (+)
1929	94,8	156,0	71,0	-
1930	65,7	130,0	62,6	-
1931	49,5	122,0	68,9	-

FONTES: IBGE, *Anuário Estatístico*, 1940 e 1966

APEC, Estudos, *A Economia Brasileira e suas Perspectivas*, 4 volumes

Oliver Onody, *A Inflação Brasileira 1820-1958* (Rio, 1960) para o índice de conversão em libras para 1950.

(+) açúcar;

(++) borracha

gem do século, o principal produtor de café no país, mas em base muito diferente de São Paulo. É comumente aceito que a fazenda de café em São Paulo era baseada em um sistema de trabalho de tipo contratual e monetário (o colonato), enquanto no resto do país, e especialmente em Minas Gerais, as relações de trabalho eram baseadas em um sistema de parceria. As diferenças entre estes dois sistemas surgem quando os preços caem no mercado internacional nos começos do século XX — o empresário do café, em São Paulo, é mais vulnerável às flutuações de preço que o sistema da parceria e daí porque, de acordo com Delfim Netto, não tenha sido surpresa que a pressão no sentido de uma intervenção do Estado nacional na economia do café partisse de São Paulo.³¹ Um regime de estrito liberalismo com relação à indústria do café foi mantido, entretanto, até 1906.

5.3. Centralização Política e Aumento do Poder

Vejam agora o que ocorre no nível do sistema político. A história política brasileira pode ser contada em termos de dois períodos. O primeiro, de 1808 a 1841, assiste às lutas pelo estabelecimento de um governo central enquanto poder estável e centralizado. O segundo, a partir de 1841 até a queda do Império, em 1889, foi um período de acentuada estabilidade e

não-contestação da autoridade imperial.

O primeiro período caracteriza-se pelo conflito entre brasileiros e portugueses, que em breve evolui para um conflito entre os partidos "liberal" e "conservador". A dissolução da Assembléia de 1823 significa a vitória dos portugueses, e a abdicação de Pedro I a vitória dos brasileiros. Após a abdicação, o país atravessa um período de rebeliões regionais que o leva à beira da fragmentação. O governo central tem que desenvolver uma capacidade militar relativamente independente das regiões onde se localizam as revoltas, desenvolvendo então um exército regular. Tanto a Marinha como o Exército, no início do Brasil independente, são compostos por portugueses e utilizam-se de forças mercenárias, mas a nacionalização do exército parece ter ocorrido rapidamente. Um decreto reorganizando o exército, em 1831, fixa sua força em 10 mil homens, e o número real oscila entre 15 e 20 mil em todo o século, à exceção do período da Guerra do Paraguai. Havia 35 mil homens em armas em 1865 e 83 mil em 1869, cifra que cai novamente para 15 mil em 1873. Tais dados deixam entrever o desenvolvimento de um exército organizado e profissional após a instabilidade do regime regencial.³² Isto é demonstrado no quadro nº 10 de "Atôres Políticos do Império", neste volume.

31. Veja Antônio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil* (São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, Cadeira III, 1959, pp. 43-44). A comparação entre os sistemas de "colonato" e de "parceria" se baseia em Augusto Ramos, "A Intervenção do Estado na Lavoura Cafeeira", em *O Café* (Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1934).

32. Uma breve história da criação do exército brasileiro é dada por Eurípedes Simões de Paiva, "A Organização do Exército Brasileiro", em Sérgio Buarque de Holanda (ed), *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, vol. I, pp. 235-277. Uma descrição detalhada da criação da Marinha de Guerra é dada por Prado Maia, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império* (Rio, José Olympio, 1965), que dá um quadro bem nítido de suas origens portuguesas. Para os efetivos militares no século XIX veja os dados coligidos por Olavo Brasil de Lima Jr., e os constantes

Apenas o Rio Grande do Sul não está completamente pacificado em 1845, e não é por acaso que o homem encarregado de combater as rebeliões viesse a ser considerado o fundador do exército nacional.

O fim das revoltas regionais e a criação de forças armadas regulares constituíram apenas algumas das realizações governamentais no período. O orçamento federal triplicou nos primeiros dez anos após a independência, e cresceu constantemente ao longo do século. (Ver quadro nº 8). Não se trata de um simples aumento nominal, pois o valor da moeda brasileira manteve uma relação estável com a Libra Inglesa, durante a maior parte do século XIX.³³ Esse incremento dos gastos governamentais acompanhou de perto a recuperação da economia brasileira na segunda metade do século, devido principalmente ao café, mas que reflete também a crescente capacidade do governo de usufruir dela. O quadro nº 8 mostra que as despesas governamentais mantiveram uma relação estável e crescente com o comércio exterior, e o quadro nº 9, de "Política e Sociedade no Brasil Imperial" (elaborado por Vera Maria Pereira Borda), mostra a crescente importância deste comércio como fonte de renda para o governo central.

5.4. Representação Política

Quem se fazia representar ante esta estrutura governamental sempre em

expansão? Durante o Império certos níveis de renda e propriedades eram requisitos necessários ao exercício de direitos políticos, e Faoro analisa detalhadamente como a Carta de 1823 intencionalmente reduziu a importância da propriedade de terras enquanto critério principal de elegibilidade.³⁴ O número total de eleitores em 1872 anda em torno de um milhão — cerca de 11% da população total do país.³⁵ Essa cifra assinala, de maneira muito geral, os limites do sistema político, e o folclore brasileiro abriga incontáveis histórias a respeito de irregularidades e fraudes eleitorais de todo o tipo — o partido no poder sempre venceu as eleições por ele convocadas e organizadas.

A Assembléia Constituinte de 1823 é considerada como representante das tendências centrífugas mais liberais, contrastando com as tendências centralizadoras do governo imperial. Se isto é certo, é de se esperar que o Congresso jamais se tenha tornado um corpo plenamente institucionalizado, e isso se reflete, embora indiretamente, nos dados relativos às alocações de recursos orçamentários ao legislativo, apresentados no quadro nº 10, em "Atôres Políticos do Império", neste volume.

O orçamento do legislativo fazia parte do orçamento do Ministério do Império, tendo sempre um volume de recursos bem menor do que os destinados aos gastos com a Família Real, principal item da despesa desse Minis-

nos Relatórios da Administração do Ministério da Guerra. O exército nacional quase nunca esteve em perfeita harmonia com a elite civil, que tratou sempre de controlar sua expansão pela criação da Guarda Nacional, no século passado, e das polícias estaduais durante a República Velha. Esta história tem, evidentemente, implicações profundas para a compreensão das relações entre civis e militares no Brasil desde o período regencial.

33. Dados para a equivalência entre moedas brasileira e inglesa são encontrados em Olivar Onody, *A Inflação Brasileira* (Rio, 1960).

34. *Os Donos do Poder*, pp. 141 e seguintes.

35. Dados levantados e analisados por Maria Antonieta Parahyba, em "Abertura Social e Participação Política no Brasil" (1870 a 1920), neste volume.

tério. As despesas governamentais com o legislativo jamais excederam 1,6% do total, e tenderam a crescer ligeiramente da primeira para a segunda metade do período imperial (a média para o período que vai de 1837 a 1864 é de 0,75%, enquanto a média do período 1864/89 é de 1,10%).³⁶ Esse leve aumento relativo significou um progresso real, num contexto de crescimento geral do Estado, mas não

foi suficiente para compensar a absorção gradual da oposição liberal pelo Estado político. "O que parece ter ocorrido na realidade foi a prática de um mecanismo semelhante ao da reciprocidade vigente no sistema coronelista: da mesma forma que para se manter o coronel cede na autonomia legal ao governo estadual em troca da concessão, por parte deste, de uma autonomia extralegal, o Partido Liberal

QUADRO Nº 8

DESPESAS GOVERNAMENTAIS E EXPORTAÇÕES NO

BRASIL, SÉCULO XIX

ANO	DESPESAS GOVERNAMENTAIS (+)	EXPORTAÇÕES	DESP/EXP. (%)
	(+)	(+)	%
1823	4,702	20,623	22,80
1831/2	12,836	32,431	39,79
1840/1	19,073	41,672	45,76
1852/3	29,368	73,645	39,87
1860/1	45,950	123,171	37,30
1870/1	83,435	168,000	49,66
1889	138,108	259,095	53,30

FONTE: Dados coligidos por Sergio da Rocha Souza e Luiz Werneck Vianna

(+) em 1.000 contos de reis

36. Dados levantados por Sérgio da Rocha Souza.

QUADRO Nº 9

RECEITA PÚBLICA NO PERÍODO IMPERIAL

RECEITA	1831/32	1888
Importações	29,5 %	61,0 %
Interior	42,7	10,0
Exportações	6,0	28,0
Total: (contos de réis)	11.1 milhões	145.2 milhões

FONTE: Vera Maria Borda, "Independência e subordinação da Economia Imperial", IUPERJ, Documento de Trabalho.

abre mão de seus princípios básicos em troca da possibilidade de ser esporadicamente convocado pela instituição suprema do regime imperial centralizado para se ocupar do Executivo".³⁷ Se a filiação partidária dos detentores das posições executivas e legislativas não nos diz quem eles representam, suas origens regionais podem ser um melhor indicador:

O quadro dificilmente poderia ser mais marcante. Enquanto o centro de gravidade econômico e social se desloca para o Sul, a base política do governo se desloca para o Norte. São Paulo e Rio Grande do Sul estão manifestamente sub-representados, e não é por acaso que estes dois Estados irão se tornar os sustentáculos da República. A diminuição da participação

37. Cf. Lúcia Maria Gomes Klein & Olavo Brasil de Lima Júnior em "Atôres Políticos do Império", neste volume. A referência mais importante em relação ao coronelismo é a obra clássica de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (Rio de Janeiro, 1948). Para uma discussão contemporânea do tema, veja Bolívar Lamounier, "Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais", *DADOS* 5, 1969.

QUADRO Nº 10

PROVÍNCIAS DE ORIGEM DOS MEMBROS DOS
GABINETES DO SEGUNDO REINADO +

	DE 1840 a 1853		DE 1857 a 1871		DE 1873 a 1889	
	PROVÍNCIA	REGIÃO	PROVÍNCIA	REGIÃO	PROVÍNCIA	REGIÃO
PA						
NORTE	1,75		1,59			
MA			1,59		7,50	
PI			6,35		5,00	
CE					2,50	
PB					2,50	
PE	12,28		14,28		10,00	
AL						
NORDESTE		12,28		25,39		30,00
SE					2,50	
BA	26,32		34,92		22,50	
MG	19,30		7,94		32,50	
RJ						
LESTE		77,20		61,91		65,00
SP	7,02		7,94		2,50	
SC	1,75		1,59		-	
São Pedro (RS)	-		1,59		2,50	
SUL		8,77		11,12		5,00
BRASIL		100 %		100 %		100 %
(N)		(57)		(63)		(40)

(+) Este quadro sumariza os dados detalhados no quadro nº 11 apresentado em "Atôres Político do Império", neste volume

do Rio de Janeiro provavelmente reflete o crescente abasileiramento da elite política, que tende a ser recrutada principalmente na aristocracia mais tradicional do Norte e Nordeste. Todavia, tudo parece indicar que esse recrutamento envolve muito mais um

processo de cooptação do que de representação política.

A alienação política das fontes de riqueza é paralela à resistência enfrentada pelo exército na tentativa de assegurar para si um papel político mais ativo. O fim do Império dá-se atra-

vés de um golpe militar incruento, abrindo caminho para uma tentativa de descentralização política, e para o estabelecimento de uma relação menos imprecisa entre poder político e desenvolvimento econômico e social.

6. Descentralização Republicana

O período Republicano caracteriza-se por uma ascendência das províncias, agora Estados, ao controle da arena política. São Paulo transforma-se num ator principal, e, lado a lado com Minas Gerais, sustenta a eleição de todos os presidentes até Washington Luiz em 1926.

A história política desse período é, sem dúvida, bem mais complexa do que aparece aqui, e não é o caso de analisá-la agora.³⁸ Pretendemos apenas acentuar alguns fatos comumente deixados de lado na análise desse período.

Primeiramente, a descentralização republicana não significou uma ampliação substancial da participação eleitoral. Maria Antonieta Parahyba mostra como outros fatores correlacionados com o processo de modernização crescem muito mais que os níveis

de participação eleitoral,³⁹ e a inquietação social nos principais centros urbanos cresce continuamente a partir de 1920.

Em segundo lugar, o Exército era um ator muito importante nas decisões políticas da República Velha. Foi o Exército que tomou o poder em 1889, com Deodoro, e foi um general quem o sucedeu, Floriano. A campanha do candidato Rui Barbosa contra o General Hermes da Fonseca em 1910 foi feita em termos de oposição civilista. Hermes é o último representante ilustre da velha geração militar no executivo nacional, mas, a partir dos anos 20, uma nova safra de jovens militares dá início à sua duradoura carreira de atuação política.⁴⁰

Em terceiro lugar, o peso cada vez maior do Estado de São Paulo não levou a uma representação plena na área do executivo nem mesmo neste período. Pode-se argüir que o governo central não era demasiadamente importante dada a descentralização operada, mas se isto foi verdade em algum momento já tinha deixado de sê-lo nos anos 20.⁴¹ A despeito do fato de o Partido Republicano Paulista ter apoiado todos os candidatos presi-

38. Para um bom resumo do período, veja o trabalho de Maria do Carmo Campello de Souza, "O Processo Político Partidário da Primeira República", em Manuel Dias e outros, *Brasil em Perspectiva*, pp. 163-226. A obra clássica sobre o período é, certamente, de José Maria Bello, *História da República*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

39. Veja o quadro nº 3 de Maria Antonieta Parahyba, em "Abertura Social e Participação Política no Brasil", neste volume.

40. A importância do papel político do Exército na Primeira República é uma destas grandes realidades que não encontra cabida em análises meramente classistas do período. A excelente compilação de documentos da época por Edgard Carone (*A Primeira República, texto e contexto*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969) não deixa de evidenciar o importante papel dos militares no período, mas a passagem dos textos à interpretação do contexto não é tão fácil. Uma das quatro partes do livro é dedicada às forças armadas no período. O epílogo, entretanto, tem estas forças armadas como o grande ausente: "A implantação da República é o gesto de uma classe, reivindicação de um grupo em desenvolvimento (...)" "A Primeira República é o período em que os senhores do café ascendem ao poder, alcançam sua plenitude e depois declinam para seu ocaso". "O governo é a representação de uma (classe) apenas; outras vivem em processo de marginalização" etc. *A Primeira República*, p. 288.

41. Mário Wagner Vieira da Cunha, em seu importante "O Sistema Administrativo Brasileiro", considera que a autonomia dos Estados é bastante alta no início, cain-

denciais eleitos a partir de 1898, e ter dado forma à "política dos governadores" com Campos Sales, de seus sucessores somente Rodrigues Alves e Washington Luís eram paulistas, tendo o primeiro um colorido fortemente monarquista. A ausência do poder de 1906 a 1926⁴² foi fortemente ressentida no Estado e a revolução de 1924 em São Paulo é talvez o melhor indício deste fato. Esta revolta militar teve todo o apoio da Câmara de Comércio de São Paulo, e o depoimento de seu presidente, José Carlos de Macedo Soares, merece uma citação em extenso:

"Tinha São Paulo o direito de abandonar a Federação ao domínio — por vezes exclusivo — de estadistas menos adiantados, de permitir a política-gem utilitária do "empreguismo", de-

sanando tôdas as coragens cívicas, pelo apoio sistemático aos mandões regionais, pela expropriação injusta dos mandatos?

Pois bem: a abstenção de São Paulo não se limitou aos cargos de nomear, que têm constituído o alvo e a ambição de quase todos os homens públicos do país. Perdemos totalmente a influência legislativa, tanto na Câmara Federal quanto no Senado. Fomos completamente excluídos de um dos poderes da República, pois no Supremo Tribunal Federal, a esta hora, não há um único juiz de São Paulo. Entretanto, dêles dizia Rui Barbosa: "Podemo-nos consolar da fraqueza de seus políticos, ao menos, com a serenidade impoluta dos seus magistrados". Não temos um só representante no Conselho Superior do Comércio. Na Diplo-

do, depois da primeira guerra, em função da mudança do centro econômico mundial para os Estados Unidos. "O poder destes grupos (locais de poder), reconhecido na Monarquia, amplia-se na República a ponto de livremente contraírem os Estados empréstimos no estrangeiro, de cobrarem impostos de exportação, criarem barreiras fiscais interestaduais e manterem suas próprias forças armadas" (p. 16). A transferência do centro dinâmico da economia mundial para os Estados Unidos, no entanto, fez com que surgisse a "necessidade de um entendimento de nação a nação, caindo quase em desuso o apelo a banqueiros particulares. A conquista da Presidência da República apresentou-se como necessidade iniludível para a garantia econômica das oligarquias estaduais" (*O Sistema Administrativo Brasileiro*, Rio, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963, pp. 19-20).

42. Quanto à ausência da presidência significar ausência de poder está ainda para ser visto. De acordo com a proposição de Mário Wagner Vieira da Cunha, o governo central teria se transformado em objeto de posse essencial para a oligarquia paulista, no início dos anos vinte. Diminuída a autonomia estadual, seria necessário ver se os grandes Estados não passaram a controlar de maneira sistemática alguns postos-chave para seus interesses dentro da administração federal. Manuel Olympio Romeiro, Oficial de Gabinete do Ministério da Fazenda no Governo Artur Bernardes (1922-4), sai em campo para defender São Paulo das acusações de "filho pródigo da União" e sustenta, com dados abundantes, que, enquanto São Paulo contribuía com um terço, aproximadamente, da receita federal, "é forçoso reconhecer que o Estado de Minas Gerais é, na União Brasileira, o que maiores encargos acarreta aos cofres federais, sendo, portanto, na realidade, aquele que mais pesado se torna ao Tesouro Nacional". Cf. M. Olympio Romeiro, *São Paulo e Minas na Economia Nacional*, empresa Graphica "Revista dos Tribunaes", São Paulo, 1930, p. 4. O autor é ainda testemunha dos conflitos entre a economia paulista e Artur Bernardes em relação à política de valorização do café, levando a que a economia paulista executasse diretamente esta política sem o apoio e mesmo com a relutância do governo federal.

É evidente, se isto é assim, que o governo central tinha importância distinta para os dois grandes Estados. Para Minas, dependente do sistema de cooptação, a dependência já era grande na década de 20, mas São Paulo ainda reservava grandes áreas de ação autônoma. Por isto é que, quando São Paulo se rebela mais tarde contra a administração central, esta rebeldia assume o tom de um conflito entre São Paulo vs. Minas, conflito que já se prenuncia no trabalho de Olympio Romeiro.

macia, como na Magistratura, na Marinha, como no Exército, nos poderes do Estado, por toda parte, em todos os postos de influência e de autoridade, São Paulo está sistematicamente excluído".⁴³

O que mais lhe importava não era a falta de instrumentos para uma política de clientelismo e apadrinhamento, tão essencial em um sistema em que o poder emana do acesso aos instrumentos de administração. O problema principal era ter-se negado a São Paulo a representação política adequada através da qual os objetivos de sua elite pudessem ser alcançados. Não era, assim, uma simples questão de discriminação regional, mas o confronto de dois estilos e objetivos políticos distintos e conflitantes. O resultado, mais uma vez, foi a vitória da cooptação sobre os esforços de representação.

6.1 A nova centralização e depois.

A sociedade e a política brasileiras tornam-se cada vez mais complexas e menos estudadas a partir de 1930, e podemos interromper aqui este apanhado histórico. Voltemos à Revolução de 30, e um rápido exame de alguns resultados eleitorais pode ajudar-nos a entender melhor o seu significado. As eleições presidenciais durante a República Velha raras vezes foram competitivas (Rodrigues Alves em 1902, Afonso Pena em 1906, Epitácio Pessoa em 1918, Washington Luiz em 1926) e, quando competitivas, as divisões eram essencialmente regionais.

Rui Barbosa, duas vezes derrotado em eleições presidenciais, tinha suas bases políticas na Bahia, e Getúlio Vargas, em 1930, foi sustentado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. O quadro nº 11 apresenta dados para uma comparação entre as três últimas eleições competitivas da República Velha.⁴⁴

Estes dados são incompletos, e qualquer conclusão é tentativa. 1910 mostrou certa competição intra-estadual localizada, principalmente, nos Estados do Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande deram uma média de 73,3% de seus votos a seus candidatos preferidos), uma situação que não voltou a se repetir em 1914, quando Rui Barbosa foi apoiado apenas pela Bahia. O comparecimento eleitoral mostrou um aumento pequeno mas persistente durante o período, caindo entretanto para 2,06% em 1926 (uma eleição sem oposição), e mais que duplicando em 1930. A eleição de 1930 foi mais competitiva que as anteriores ao nível estadual, particularmente na cidade do Rio de Janeiro onde o candidato vencedor obteve apenas 51% dos votos. Em geral, no entanto, o padrão é o mesmo, tanto nos Estados da situação quanto nos da oposição, com uma característica a mais: o nível de participação eleitoral aumentou, principalmente nos Estados da oposição. Isso apenas vem confirmar a proposição geral de que a competição política tende a ampliar a extensão do conflito político, denotando um afastamento radical do padrão de abertura polí-

43. José Carlos Macedo Soares, *Justiça — A Revolta Militar em São Paulo*, Paris, Imprimerie Paul Dupont, 1925, p. 12.

44. Dados elaborados em "O Contexto Político da Revolução de 30", neste volume. É bem sabido que as eleições para este período não refletem os "verdadeiros" sentimentos da população, dados tanto os baixos níveis de participação quanto os altos níveis de fraude. Eles indicam, no entanto, as dimensões da comunidade política, e o grau de abertura do sistema à manifestação de oposições.

ELEIÇÕES COMPETITIVAS NA REPÚBLICA VELHA

	1910	1914	1930
Estados em oposição	São Paulo, Bahia Rio de Janeiro	Bahia	Minas, Bahia R. Grande Sul
Candidato da oposição	Rui Barbosa	Rui Barbosa	Getúlio Vargas
Média das percentagens de votos do candidato vencedor nos Estados da situação	89,5 (16 Estados)	95,60 (10 Estados)	85,44 (9 Estados)
Média das percentagens de votos do candidato da oposição em seus Estados	73,75 (Bahia e São Paulo)	62,21 (1 Estado)	84,83 (3 Estados)
Média das percentagens de votos dos candidatos vencedores em cada Estado	87,79 (18 Estados)	~ 94,00	85,29
Porcentagem de votantes sobre a população total	1,64 %	2,14 %	5,10 %

tica extremamente limitada até então dominante.⁴⁵ O sistema político baseado no domínio dos Estados mais tradicionais não pode mais se sustentar; contudo, ao invés de o centro poder deslocar-se para São Paulo, esse Estado, novamente, é o grande perdedor. O regime de Vargas transfere

ainda mais a fonte de poder dos Estados para o executivo, e aumenta a participação dos militares e a dependência das oligarquias regionais em relação ao governo central.⁴⁶ Em 1932, assistimos ao fim da esperança de que o novo regime não traria nenhuma mudança radical e muitos dos

que apoiaram Vargas em 1930 estão agora atrás das barricadas de São Paulo.⁴⁷ As tendências para uma concentração cada vez maior de poder nas mãos do executivo, intensificando a participação da União na vida econômica e social, a contínua cooptação das lideranças políticas autônomas em todos os níveis e a subordinação do processo econômico no processo político, serão firmemente estabelecidas durante o regime de Vargas, e, realmente, não mais alteradas desde então. Ao mesmo tempo, entretanto, as divisões regionais se transformam gradualmente em clivagens nacionais, num processo que começa no Rio e permanece essencialmente como um fato urbano. Essa combinação entre uma forte centralização e uma política "plebiscitária" parece estar na base do populismo a partir do final da década de trinta.

7. Conclusões: algumas implicações teóricas.

Os fatos históricos são únicos, e não é possível chegar a conhecer um fenômeno político específico sem estar familiarizado com suas particularidades. Isso vale tanto para o Brasil como para qualquer outro país, mas esse estudo não pretende ser uma análise da "singularidade" de nossa história. Ao contrário, o objetivo é identificar, na aparente singularidade e complexidade de nossa história política, padrões que possam ser divisados em um alto nível de abstração, e cuja combinação compõe a realidade específica que estamos tentando descrever. Já

tratamos em outra parte de algumas questões conceituais e proposições mais gerais para a análise da política brasileira,⁴⁸ e esta conclusão se referirá tão-somente aos pontos que parecem ser mais diretamente relevantes ou que foram melhor elucidados ou levantados pela análise histórica anterior, em função do modelo analítico apresentado no início.

Em primeiro lugar, as limitações de uma abordagem exclusivamente "desenvolvimentista" do processo sócio-político são visíveis. O processo de mudança política não pode ser entendido seja como uma consequência do processo de modernização (como insinuam os que consideram 1930 uma revolução de "classe média") seja através do processo de desenvolvimento econômico, ou acumulação de capital (como afirmam os teóricos da revolução "burguesa"). Há uma esfera específica do poder político que cresce em tamanho e muda suas fontes de energia através do tempo. As ligações entre este processo político e o que acontece em outras esferas da sociedade é um problema de pesquisa empírica. No Brasil, a tendência parece ter sido a existência de um baixo nível de correspondência entre as esferas sócio-econômica e política.

Em segundo lugar, parece claro que a questão não consiste em saber qual tipo de explicação é melhor, mas quanto cada uma delas pode explicar de uma dada situação. Uma abordagem desenvolvimentista de um certo tipo acarreta uma série de consequências a fazer dela um quase modelo, e parece ocorrer que muitos desses mo-

45. E. E. Schattschneider, *The Semi-Sovereign People* (Holt, Rinehart e Winstor, 1960), capítulo 1.

46. Benedito Valadares descreve desinibidamente seu papel nos esforços de subjugar a elite política mineira à vontade de Vargas, tanto quanto seu papel na luta contra São Paulo. Veja Benedito Valadares, *Tempos Idos e Vividos* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966) e meu comentário em *DADOS* 6, 1969.

47. Uma destas pessoas era o gaúcho João Neves da Fontoura, líder da Aliança Liberal. Outro foi o paulista Júlio de Mesquita Filho. Veja João Neves da Fontoura, *Memórias*, vol. II, "A Aliança Liberal e a Revolução de 30" (Porto Alegre, Editora Globo, 1963).

48. Simon Schwartzman, "Desenvolvimento e Abertura Política", *DADOS* 6, 1969.

delos podem ser aplicados simultaneamente em diferentes circunstâncias. Vejamos algumas possibilidades. Uma das alternativas possíveis se dá entre modelos "cataclísmicos" e "estratégicos" de explicação, o primeiro determinista e o segundo incluindo elementos de escolha.⁴⁹ Estes dois modelos podem ser entendidos simplesmente como duas maneiras diferentes de olhar as mesmas coisas, mas, enquanto o primeiro tende a focar a esfera decisória (que é principalmente política) como determinada por processos "externos", o segundo se atém mais especificamente ao processo decisório a partir da suposição de que os graus de liberdade são muitos e relevantes. É importante determinar, numa situação histórica dada, quanto do processo global é decidido em um determinado centro de decisão e em que medida é independente dêste, sendo função, então, de circunstâncias fora de controle ou de outros centros de decisão não controlados.⁵⁰

Fizemos referência a três processos distintos de crescimento: um através de um padrão tradicional-moderno; outro através de um continuum pré-indus-

trial-industrial, e o terceiro através de um continuum de crescimento e diferenciação do Estado. Mostramos como os dois processos aparecem como modelos alternativos de explicação da Revolução de 1930, dentro da historiografia. O primeiro supõe uma participação crescente dos setores médios modernizantes na vida política, e o problema político correspondente é o da integração desses grupos emergentes na vida política. Um dos caminhos são os governos de tipo populista, mas suas limitações são bem conhecidas, e diferentes espécies de mobilização de tipo fascista, tecnocrático e/ou regimes coercitivos são prognosticados. O modelo do continuum pré-industrial-industrial se atém mais estritamente aos limites e possibilidades de produção econômica, tendo como variáveis essenciais as características do mercado internacional quando o setor exportador-importador é importante. Esse modelo tende a excluir explicações especificamente políticas até o momento em que se localiza um ponto de estrangulamento econômico, quando então se tende a interpretar a participação governamental nas ati-

vidades políticas como completamente dependente das necessidades econômicas. O terceiro modelo possível, bem menos freqüente na literatura, é a abordagem especificamente política que, no caso do Brasil, tenderia a ver seu sistema político como decorrente do estado mercantilista dos séculos XVIII e XIX, e toda a análise política subsequente sendo feita em termos dos conflitos entre suas tendências centralizantes e as demandas de representação política dos grupos sociais e econômicos emergentes. O que a análise acima sugere é que qualquer desses modelos tem uma aplicabilidade parcial ao caso brasileiro e a questão empírica mais interessante diz respeito ao seu domínio específico e à sua interação.

O terceiro ponto geral decorrente consiste na descrição das clivagens mais importantes na política brasileira. Em primeiro lugar, a separação entre centro e periferia política, uma tendência centralizante e outra des-centralizante. Essa separação pode ser desdobrada em duas direções. Primeiro, há a separação entre os setores mais burocráticos e tecnocráticos e a "classe política" que assume o papel de intermediária entre o governo e os interesses locais e regionais. O segundo desdobramento diz respeito ao setor da sociedade que é dependente do governo central e o setor que não o é. O primeiro setor inclui tanto a "classe política" como a administração técnica e burocrática; e o segundo, os setores econômica e institucionalmente autônomos. Essa divisão coincide com a divisão regional entre a área de São Paulo e o resto do país, no que se refere à participação política. Essa divisão regional assume diferen-

tes aspectos para grupos diferentes: divisão entre interesses liberais e interesses econômicos protecionistas, entre corporativismo e sindicalismo, entre formas paternalistas e formas carismáticas de mobilização política popular.

Existem dois tipos de questões inter-relacionadas que não puderam ser examinadas em profundidade aqui. A primeira refere-se ao exame teórico do possível cenário político que decorreria de um predomínio das estruturas de representação sobre as de cooptação na história política brasileira. Se a falência da política civil no Brasil é uma decorrência do predomínio histórico dos sistemas de cooptação, será que a vitória da Revolução de 1932, por exemplo, não teria criado as bases para um regime representativo de apoio civil mais estável e eficaz? A resposta a esta questão é problemática, mas é bastante provável que ela tenda a ser negativa, por uma série de razões. Primeiro, parece bastante evidente que o liberalismo ideológico ligado à economia exportadora e à indústria paulista não seria capaz de, por si mesmo, levar à frente um processo de desenvolvimento econômico, sem a ajuda do Estado. Depois, o processo de modernização social tende a ser, e tem sido no caso do Brasil, muito mais rápido que o de crescimento econômico, autônomo ou induzido, fazendo com que estilos políticos populistas tendam a predominar quando o sistema de participação se mantém aberto. O populismo carismático (mais ligado ao processo de crescimento econômico) e paternalista-fascista (mais ligado ao processo de crescimento do Estado) são ambos disfuncionais para um estilo de participação política que se pretenda eficaz.⁵¹ Finalmente, as pos-

49. Esta distinção é sugerida por Anatol Rapoport ("Two views of Conflict: The Cataclysmic and the Strategic Models", em *Proceedings of the International Peace Research Association*, Van Gorcum-Assen, Holanda, 1966) como uma forma de contrastar as teorias de jogo com as teorias de tipo Richardson sobre conflitos internacionais.

50. Este ponto é discutido explicitamente por Vera Maria Pereira em relação à interpretação que Faoro dá da vida econômica do Império: "se a tese de Faoro para o período imperial, especialmente para sua segunda metade, é a de que o Estado Patrimonial, através do estamento burocrático, controla inteiramente a economia, e por suas interferências é que o sistema se expande, a tese que propomos é diversa. O Estado não tem condições financeiras para orientar a economia, para investir em atividades modernizadoras; não tem condições políticas externas para decidir sobre alternativas econômicas; e não tem condições políticas internas para assumir o controle do sistema, embora tenha condições administrativas bastante desenvolvidas para exercer um mecanismo de repressão, no sentido de impedir o desenvolvimento de uma "independência" político-econômica dos novos setores latifundiários-mercantis em expansão". Isto parece ser mais verdade a respeito da economia rural de exportação que a respeito dos esforços de industrialização e terciarização no século XIX. A história de Mauá parece indicar a existência de uma forte interdependência entre a iniciativa privada e incentivos governamentais ou sua falta. Veja entre outros Anyda Marchatt, *Viscount Mauá and the Empire of Brazil* (Berkeley and Los Angeles: The University of California Press, 1965).

51. Theodore J. Lowi chama a atenção para dois tipos distintos de funções dos partidos políticos e, podemos generalizar, dos sistemas de participação social. A primeira é uma função "constituente", que tem que ver com a estrutura do regime,

sibilidades de aberturas e contatos internacionais parecem conduzir a um "esvaziamento" político das elites econômicas mais ativas.

Este é, pois, o segundo tipo de questões que não pudemos desenvolver suficientemente: o dos efeitos da situação de dependência do país ante o sistema internacional. A vinculação da economia brasileira de exportação ao mercado internacional pode ter sido um dos fatores principais na determinação de um liberalismo à *outrance* nos seus setores mais dinâmicos, que buscariam no Estado pouco mais que a função policial do liberalismo europeu do século passado. Esta internacionalização prematura da economia seria, assim, um dos principais determinantes da ausência de uma ideologia nacionalista e desenvolvimentista entre os representantes das classes empresariais brasileiras. Quem desenvolve este "projeto" é, na realidade, o Estado Novo, levando muitos a considerarem, por implicação, que o Estado Novo representava os interesses objetivos (mas inconscientes) da burguesia.

Seria importante poder levar à análise dos fenômenos de dependência a consideração dos três processos de transformação a que viemos nos referindo, assim como suas inter-relações e domínio relativo. Haveria que distin-

guir os setores econômico, governamental e cultural (ou ideológico, ou valorativo), tanto no pólo dominante quanto no pólo dependente, e examinar as consequências das diversas combinações. É evidente que a dependência do Império Brasileiro ante a casa Rotschild deve ter tido consequências políticas distintas da dependência de setores da economia brasileira, à política fiscal e de importação do governo norte-americano. Cada um destes setores possui graus distintos de liberdade de ação, e a análise desta matriz complexa de interações e domínio pode levar a resultados bem mais proveitosos que a simples constatação de um fenômeno de dependência internacional global e indiferenciado.

Por mais importantes que sejam as questões de dependência, elas não devem obscurecer o fato de que a política brasileira tem uma dinâmica interna própria que deve ser conhecida em seus aspectos fundamentais e que determina, em grande parte, a colocação do país no contexto internacional. Os limites desta autonomia não são conhecidos, mas há tão poucas razões para acreditar em uma autonomia completa quanto em supor que toda a nossa história não passa, na realidade, de um jogo de fantoches feito por mãos alheias.

e menos com seu funcionamento efetivo. A segunda função é a de "policy-making", relacionada com a condução efetiva da coisa pública. A tese de Lowi é que esta função de execução político-administrativa nem sempre coexiste com a outra, e a ausência da função executiva é o que diferencia o sistema partidário norte-americano em relação aos dos países da Europa Ocidental. A "eficácia" de um sistema de participação deve ser medida de forma independente nestas duas dimensões. É possível considerar, assim, que o sistema partidário da Primeira República foi eficaz no primeiro sentido, mas não no segundo, o inverso tendo ocorrido com o Estado Novo. O populismo, em suas duas versões, tende a submeter a função constituinte a grandes oscilações, ao tempo em que reduz a função de "policy-making". Cf. Theodore J. Lowi, "Party, Policy and Constitution in America", em W. Nisbet Chambers e W. Dean Burnham, *The American Party Systems, Stages of Political Development*, Oxford University Press, 1967.

SUMMARY

A theoretical scheme to analyse the structure and the transformations of the Brazilian political system is advanced from the study of the relationships between State and society in Brazil from the end of the Colonial period to the Revolution of 1930. The existence of a patrimonialist State which is not destroyed by the country's separation from Portugal, emphasizes the need to consider the political processes arising from the State as often-times autonomous and capable of influencing the development and transformations of the productive and of the social stratification systems. This view challenges the more usual interpretative model which considers the political system as a consequence of a given level and distribution of the means of production and of the related forms of social stratification. Therefore, the distinction between systems of

political representation, which approximate this model, and systems of political cooptation, which are more similar to the former model. Analysis of the Brazilian political history seem, first, to substantiate the view that these two systems of political participation tend to coexist; and, second, that while the system of political representation develops itself in the São Paulo area, the system of political cooptation is based on the Central and Northeastern states of less dynamic economic life. Finally, historical evidence seems to support the view that the system of political cooptation tends to be the dominant system, therefore explaining the political marginalization of the state of São Paulo within the Federation, one of the outstanding characteristics of the Brazilian political system.

RÉSUMÉ

Un borne théorique pour l'analyse de la structure et des transformations du système brésilien est ici proposé à partir de l'étude des rapports entre l'Etat et la Société Brésilienne, depuis la fin de la période coloniale jusqu'à la révolution de 1930. L'existence d'un Etat d'origine patrimonialiste qui survit à l'indépendance, signale la nécessité de considérer les processus politiques issus de l'Etat comme souvent autonomes et exerçant une influence sur les développements et les transformations du système de production et de stratification sociale. Ceci nie le modèle interprétatif usuel qui tend à considérer le système politique comme issu d'un certain niveau et d'une certaine distribution des moyens de production et des formes de stratification sociale qui lui est rattaché.

D'où la différence entre systèmes de re-

présentation qui ressemblent à ce modèle et les systèmes de cooptation politique, qui s'approchent plutôt du modèle précédent. L'analyse de l'histoire politique du Brésil semble montrer, en premier lieu, que ces deux systèmes de participation ont tendance à coexister, et deuxièmement que si le système de participation se développe dans la région de São Paulo, le système de cooptation se fixe dans des états avec une économie moins dynamique comme ceux du Centre et du Nord-Est. Finalement, l'évidence historique semble indiquer que le système de cooptation tend à être dominant, expliquant ainsi la marginalité politique de l'Etat de São Paulo au sein de la Fédération, qui est une des caractéristiques des plus marquantes du système politique brésilien.

Processo de Diferenciação na Sociedade Colonial

Fernando José Leite Costa *

I. Introdução

Os limites impostos à discussão sobre a formação do Estado Brasileiro situam-se no contexto de algumas pressuposições básicas, nem sempre explicitadas na discussão:

- 1ª — A existência de uma relação dicotômica entre o *Estado* e a *Sociedade Civil* (ordem pública, ordem privada, poder central, poder local). Esta relação se dá nos termos de uma oposição mútua ou de uma subordinação entre os pólos dicotômicos.
- 2ª — A capacidade que cada um dos pólos dicotômicos teria em dirigir o processo de formação do "Estado Brasileiro". Isto traz como consequência o fato de se assumir que os componentes de formação de ambos os pólos são os mesmos — os dois pólos estariam aptos a desenvolver a "função política".

O objetivo desta discussão sobre a formação do Estado Brasileiro está

muitas vezes impregnado de um conteúdo ideológico, onde se procura propor uma estratégia de desenvolvimento político, muito mais do que realmente identificar os componentes essenciais deste "fato singular".

Na tentativa de ampliar os limites desta discussão, o que faremos de saída é não trabalhar com um modelo dicotômico, o que por sua vez não significa negar qualquer capacidade explicativa a este tipo de abordagem.

O trabalho tem um caráter necessariamente descritivo. É nosso objetivo analisar aspectos diferenciais da sociedade colonial, e o conceito de *diferenciação* tem atribuições especialmente *classificadoras*.¹ Para Eisenstadt a diferenciação "descreve as maneiras pelas quais as principais funções sociais ou as principais esferas institucionais da sociedade tornam-se dissociadas uma da outra, ligadas a coletividades especializadas e papéis, e organizadas em quadros de referências simbólicas e organizacionais relativamente específicas e autônomas dentro dos confins do mesmo sistema institucionalizado".²

Com isso, assumimos também as li-

mitações inerentes a este tipo de abordagem, especificadas pelo próprio Eisenstadt ao frisar que "...o grau de diferenciação dentro de uma dada sociedade ou campo institucional não determina para si próprio os contornos concretos do sistema".³

II. Análise de alguns aspectos da sociedade colonial do ponto de vista da diferenciação.⁴

1. — Diferenciação do Sistema Político

A colonização portuguesa criou na sociedade colonial um tipo de dominação política que pode ser definido em termos weberianos como um *sistema de dominação patrimonial*. As raízes deste tipo de dominação encontram-se na própria sociedade original, no dizer de Nestor Duarte: "Por mais surpreendentes que fôssem as condições do meio americano à sociedade que se veio fundar no Brasil por iniciativa dos portugueses, e por mais novos e originais que viessem a ser os processos de acomodação a que teve ela de se submeter, é fora de dúvida que a história do Brasil, com a interpretação consequente de sua organização social, deve começar antes do descobrimento".⁵

A formação das nações ibéricas, o prematuro aparecimento de uma instituição política — *O Estado Nacional* — em meio a uma Europa Feudal, é melhor apreendida se atentarmos para as condições em que este foi formado —

a tarefa de *Reconstrução Nacional*: "as guerras de reconquista ajudaram a restringir o poder feudal e propiciaram o desenvolvimento da monarquia nacional espanhola (...), a fluidez produzida pelo avanço das fronteiras, o papel central das cidades e a necessidade de uma liderança derivada de uma situação de guerra permanente impediram a cristalização do feudalismo clássico. A reconquista dotou a coroa de Castela de novas terras e recursos que puderam ser distribuídos entre seus auxiliares e usados para transformar os barões feudais em uma dependente "noblesse de cour". A guerra exigiu de Castela a organização de suas finanças, indústria e comércio, para objetivos nacionais e em bases nacionais".⁶ Em termos portugueses, a situação é basicamente a mesma e, segundo Nestor Duarte, "a unidade política se dá para a defesa do território, para lutar contra as monarquias vizinhas, para resistir à Espanha a lhermorder o costado e para extremar-se moral e religiosamente do mouro".⁷

Em resumo, o processo de diferenciação do sistema político, no caso das nações ibéricas, teria oposto a uma esfera inicial — a comuna, o município, o domínio patriarcal — o Estado Nacional, encarregado de tarefas específicas, tendo para isso que criar toda uma nova série de "coletividades e papéis especializados" — o exército nacional, a burocracia nacional, alocados em "quadros de referências simbólicas" no caso bem determinados —

* O autor, graduado na Escola de Sociologia e Política da PUC-Rio, realiza curso de Mestrado em Ciência Política e Sociologia no IUPERJ, sendo integrante da equipe de pesquisadores desta instituição.

1. Ver Eisenstadt — "Mudança social, diferenciação e evolução" in *Modernização e Mudança Social*, Editora do Professor, Belo Horizonte, 1969.
2. Eisenstadt — *idem*.

3. *Idem*, *ibidem*.

4. Não é nosso objetivo fazer um estudo extensivo e descritivo (no sentido histórico) do período colonial, o que se pretende é sugerir algumas hipóteses que sirvam de indicação para a nossa preocupação principal, ou seja, a formação do Estado brasileiro.

5. Duarte, Nestor, *A ordem privada e a organização política nacional*, Cia. Editora Nacional, 1966.

6. Sarfatti, Magali — *Spanish Bureaucratic — Patrimonialism in America*, Univ. of California, Berkeley, Institute of International Studies, 1966.

7. Duarte, Nestor, *op. cit.*

ou seja, a busca ou a reconquista da identidade nacional.

Nestor Duarte dá-nos uma descrição desse processo de diferenciação:

“Não vale aqui digressionar sobre a natureza conceitual e histórica do Estado, como fenômeno político, mas é oportuno insistir que do ponto de vista conceitual, que corresponde aliás ao histórico e social, o Estado é um fenômeno político diferenciado, ou seja: a organização, chamemo-la grupo ou ordem, pouco importa, que se constitui para exercer, com a força social, a função mais geral e extensiva de dirigir e governar a todos os membros e grupos menores componentes de uma determinada comunidade nacional. Seja dito logo que essa função de direção e governo não se exercita por dependência e consequência de outra função ou atividade social”.⁸

Na sociedade colonial encontraremos tanto áreas ou períodos, nos quais prevaleceu o predomínio do sistema de dominação política (representado pelo Estado-metropolitano, e seus instrumentos), como também áreas ou períodos nos quais prevaleceu o que chamaremos de “forças centrífugas”, ou seja, uma esfera do sistema político que tinha área de jurisdição própria,

reconhecida pelo sistema de dominação política, e na qual foram mantidas formas de dominação política próprias.

Essas forças centrífugas localizaram-se principalmente nas grandes propriedades territoriais da colônia.

O sistema de dominação das forças centrífugas se define pelas relações de dominação vigentes no domínio territorial. Dessas, duas se destacam pela sua importância — as relações que tenham por objetivo a defesa da propriedade e as que tenham por objetivo o prestígio do proprietário. Para Oliveira Vianna, em torno desses dois objetivos formam-se “aqueles elementos ou traços que exprimem a vida pública da grande propriedade latifundiária”.⁹

Podemos dizer ainda que esta esfera de jurisdição própria tanto podia se situar ao nível da propriedade territorial (conforme dito acima) quanto ao nível de uma Instituição — a Igreja. O centrífugo se define como uma esfera própria — privada, no dizer de N. Duarte — que se opõe, mas também se relaciona, com a esfera do sistema de dominação política: o Estado.

As “forças centrífugas” são parte integrante do sistema político, estando portanto integradas no *centro político*.¹⁰ No dizer de Sérgio Buarque de Holanda, “a idéia de uma *estrutura social frouxa*, o tipo específico de cul-

tura da personalidade, a idéia de um estado representando o princípio unificador, maximizando os seus instrumentos de coerção, fazem parte da nossa herança social”.¹¹

O sistema de dominação política pode ou não ter sucesso no controle dessas “forças centrífugas”, o que vai em última instância depender da possibilidade e da capacidade de utilização dos instrumentos com que conta. Esses instrumentos são o poder jurídico e o militar.

O sistema de dominação política em momento algum se reduz à projeção de interesses de quaisquer espécies dessas “forças centrífugas”, embora o sistema de dominação absorva alguns desses interesses.

O sistema de dominação política tem sua legitimidade baseada na tradição, na justificativa sagrada da sua existência e na aceitação, por parte dos seus dominados, dessas bases. O que, em parte, constitui a mesma base normativa do sistema de dominação das forças centrífugas.

No que se refere a uma identificação do processo de diferenciação no sistema político, o que faremos, por hora, é apenas indicar fontes de estudo. Assim, por exemplo, em relação às “forças centrífugas”, Oliveira Vianna, quando descreve o “complexo feudal” e o “complexo eleitoral”, nos dá uma idéia de que tipo de coletividades e papéis especializados foram criados e como esses papéis se transformaram. Da parte do sistema de dominação política o trabalho de Faoro é importante para mostrar a tendência desse sistema em reintegrar “as coletividades e papéis especializados” dispersos.

2. Diferenciação do Sistema Econômico

Levando-se em conta as expectativas criadas em relação à “empresa colonial”, podemos considerar a diferenciação do sistema econômico em termos da produção para o *mercado externo* e produção para o *mercado interno* (este englobando as áreas de subsistência).

Evidentemente, este não é um critério absoluto, na medida em que houve durante todo o período colonial uma tendência à formação de complexos econômicos que agregariam esferas de produção para o mercado interno à esfera de produção para o mercado externo. No entanto, permanece em nível de diferenciação importante.

A empresa colonial, que constitui, no dizer de Celso Furtado, “um episódio da expansão econômica europeia”¹², foi efetuada sob orientação do *Estado*, que já contava com toda uma experiência acumulada neste setor. Em relação a esta empresa existia uma expectativa definida: compensações financeiras crescentes (tanto por parte do Estado como por parte dos empreendedores privados). Essas expectativas se cristalizaram ideologicamente em torno do *mercantilismo*, que não forma o que se poderia chamar *propriamente* de uma “teoria econômica”, mas é, basicamente, um conjunto de normas de atuação econômica. Estas normas impunham uma uniformização muito grande à atividade econômica, pelo menos durante o período de implantação que corresponde ao primeiro século de colonização.

8. Nestor Duarte faz uma descrição de como se relacionam as duas esferas do sistema político.

“A família, por exemplo, detém poder de mando e direção por força da atividade genésica e para assegurar tão-só os interesses que lhe são próprios. A religião, por igual, exerce mando ou exercita uma considerável força de direção e mando por bem da atividade religiosa e só enquanto interesse aos fins da comunidade eclesástica. O poder nesses grupos é uma consequência e um meio. Na ordem estatal, o poder do mando e governo é o próprio fim da organização, que só se institui para o poder caracterizar e precisar esse poder. O Estado é a organização do poder para o mesmo... (...) não é, por isso, o Estado um poder familiar ou religioso ou econômico. É um poder diferenciado. Este é o seu conceito de fenômeno puro, estremo dessa ou daquela ideologia ou teoria que o concebia dessa ou daquela forma.”

9. Vianna, Oliveira — *Instituições Políticas Brasileiras*, Livraria José Olympio, 1949.

10. Ver Eisenstadt — “Estado, sociedade e formação de centros, alguns problemas relacionados com o desenvolvimento da Ciência Política”, in DADOS 4.

11. Buarque de Holanda, Sérgio — *Raízes do Brasil*, Livraria José Olympio — Rio de Janeiro, 1969.

12. Furtado, Celso — *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

Esta uniformização significava necessariamente a atividade econômica baseada no trabalho escravo e destinada a atender as demandas do mercado externo. A viabilidade econômica de qualquer empreendimento estava relacionada com a adequação a estas normas. Isto não significava, por outro lado, a inexistência absoluta de qualquer outro tipo de atividade econômica. Evidentemente, este foi o caso da economia estacionária de S. Vicente, além de toda a área do gado que funcionou como economia subsidiária à economia da cana-de-açúcar.

Esta uniformização vai diluir-se principalmente no século XVIII, quando da estagnação do complexo do Nordeste (cana-gado) e do surgimento do ouro e suas bases subsidiárias de sustentação, das quais a mais importante é novamente o gado, tendo-se o Sul como mercado fornecedor.

Ao esgotar-se o ciclo do ouro, já não se poderia falar em uniformização econômica da colônia. Nem sob o ponto de vista da atividade econômica dominante, nem sob o ponto de vista da atividade econômica voltada para o mercado externo, nem mesmo do ponto de vista do comportamento das áreas produtoras para o mercado externo. Exemplo: em relação à instabilidade do mercado externo, o complexo do Nordeste adequava a sua produção às necessidades desse mercado; o ouro, na medida em que o seu fator de produção terra-ouro esgotou-se, evoluiu para uma produção voltada para o mercado interno.

3. Diferenciação no Sistema de Estratificação Social

Analisaremos este processo usando como indicador a urbanização. De

alguma maneira, a urbanização pode significar a aquisição de padrões de orientação universalistas que se opõem a padrões de orientação particularistas, mais próprias de uma sociedade de bases rurais. Daí que um dos aspectos da diferenciação na estratificação social estaria localizado na diferenciação dos *padrões de orientação*. Os outros aspectos ligam-se basicamente a um aumento maior da mobilidade social nas áreas urbanas.

Para que o processo de urbanização venha a modificar os padrões de orientação, ele deve ser manifestação de uma "mobilização social", entendida nos termos de K. Deutsch, ou seja: "processo pelo qual principais aglomerados de velhos compromissos sociais, econômicos e psicológicos são solapados e rompidos e pessoas se tornam disponíveis para novos padrões de socialização e comportamento."¹³

Esta distinção é de fundamental importância para se compreender, na história colonial, diferenças bastante significativas entre os diversos "processos de urbanização". Uma não-distinção equivaleria a incorrerem numa perspectiva puramente evolucionista. Ou seja, falarmos em "processo de urbanização" na colônia é pouco significativo, pois não existe uma relação fixa e determinada entre urbanização e diferenciação no sistema de estratificação social. Em torno da variação desta relação algumas proposições interessantes podem ser feitas.

Mesmo levando-se em conta a pouca fidedignidade dos dados sobre a população no período colonial, além da questão da diversidade de fontes, o quadro nº 1 nos dá pelo menos uma idéia aproximada do crescimento populacional que se torna particularmen-

QUADRO Nº 1

ANO	POPULAÇÃO	FONTE DOS DADOS
1550	15.000	?
1576	17.100	Rev. do Inst. Hist. e Geog. - Silvio Ferreira Rangel
1585	57.600	Calôgeras
1600	100.000	Rocha Pombo
1660	184.000	Estimativa do autor
1690	300.000	Estimativa do autor
1780	2.523.000	Estimativa do autor
1800	3.250.000	Nina Rodrigues

FONTE: Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial - F. Contreiras Rodrigues Ariel Editora Ltda. - Rio de Janeiro - 1935.

te intenso no século XVIII, e que será responsável pelo menos em parte pelo surto urbano deste século.

Gilberto Freyre retrata o processo de diferenciação na oposição entre a Casa Grande e o Sobrado — entre a estrutura social cujo ápice é a Casa Grande, e a estrutura social cujo ápice é o Sobrado, entre as "coletividades e os papéis especializados criados pela Casa Grande e os criados pelo Sobrado". Acrescenta ainda à relação sugerida inicialmente entre urbanização e diferenciação na estratificação social, uma relação entre diferenciação e conflito político, identificando esta última

relação na luta entre o Recife dos mascates e a Olinda dos senhores-de-engenho.

No estudo sobre mobilidade social em Salvador colonial, Russel-Wood mostra que a imagem de uma estratificação rígida descrita em forma de uma pirâmide social não nos dá uma idéia exata do que realmente estava ocorrendo na colônia:

"A estrutura de uma sociedade fundamentada na agricultura e que depende do escravo para a sua força trabalhadora apresenta-se na forma de uma pirâmide segundo muitos

13. Eisenstadt, "Modernização: Crescimento e diversidade", in *Modernização e Mudança Social*, Editora do Professor, Belo Horizonte, 1969.

sociólogos. Esta pirâmide social possui base ampla constituída pela escravatura e tem por ápice uma aristocracia de sangue ou de fazendas. Entre estes dois pólos extremos havia a burguesia, classe difícil de definir, cuja constituição variava de um lugar para outro e de um tempo para outro. Geralmente esta pirâmide social coincidia com outras pirâmides de ordem técnica e econômica nas quais uma classe dominante comercial correspondia às classes sociais de incontestável origem branca, enquanto nas camadas inferiores havia um acréscimo progressivo na mestiçagem até chegar ao negro e uma diminuição sempre crescente de recursos financeiros até dar no próprio escravo.

O conceito de uma pirâmide social representa uma ultra-simplificação, quando aplicada à estrutura social da Bahia colonial. Admite uma estratificação rígida e inflexível que nunca existiu em Salvador. De fato, a sociedade baiana daquela época se caracterizou por uma grande mobilidade interna nos planos horizontal e vertical".¹⁴

O autor ressalta ainda dois fatos:

- a) o processo de mobilidade social se intensificou no decorrer do século XVIII (que corresponde a um período de grande crescimento populacional, conforme já foi mostrado);
- b) existiam diferenças entre o processo de mobilidade em Salvador e no complexo urbano do ouro, originário do século XVIII: "... na cidade do Sal-

vador, mais ligada, à tradição e mais consciente das hierarquias sociais do que nas vilas mineiras, era de esperar que as distinções sociais perdurassem mais tempo".¹⁵

Sérgio Buarque de Holanda, na sua análise sobre a nossa *herança social*, sugere que a idéia de uma "estrutura social frouxa" fazia parte desta herança, concluindo pela autocapacidade de se diferenciar do sistema de estratificação social.

4. Conclusão

Destas análises procuraremos formular hipóteses relacionadas estritamente com o processo de diferenciação, ou seja, hipóteses que nos possibilitem "identificar os pontos de rompimento cruciais pelos quais diferentes esferas de atividade social e cultural são libertadas dos vários quadros de referência adscritos"...¹⁶

- 1º) Inicialmente, a diferenciação se dá apenas no sistema político. Isto vai corresponder aproximadamente ao 2º e 3º períodos (do quadro nº 2 abaixo). Ela irá ocorrer pela incapacidade do sistema de dominação política (Estado-metropolitano) em arcar com todas as responsabilidades (atribuições jurídico-administrativas, investimentos) da colonização. Neste período o sistema econômico era praticamente indiferenciado (domínio absoluto da produção para o mercado externo) e a estratificação social rígida e baseada na posse da terra.

A esfera das "forças centrífugas" mostrou-se eficaz não só em criar "as coletividades e papéis especializados", mas também em mantê-los.

Geograficamente, este processo de diferenciação se localizou na única área de viabilidade econômica da colônia: a zona canavieira do litoral do Nordeste.

A superposição entre o sistema político (representado pelas "forças centrífugas"), o sistema de estratificação social e o sistema econômico era praticamente absoluta.

O que se sugere é que paralelamente ao processo de formação do complexo econômico do Nordeste, descrito por Celso Furtado, se dá a formação de um complexo sócio-político regional, que apresenta como característica principal a capacidade de manutenção dos seus elementos iniciais — em outras palavras, onde a autonomia dos subsistemas era muito limitada. Ou seja, formou-se um complexo sócio-político regional que desenvolveu toda uma grande capacidade de resistências a mudanças.

- 2º) Os períodos seguintes se caracterizaram por uma diferenciação crescente do sistema de dominação política (Estado-metropolitano), que para tanto teve que desenvolver papéis e coletividades bastante mais abrangedoras, que os das "forças centrífugas". A incorporação, mais seus instrumentos de atuação de uma orientação cada vez mais universalista, aumentou-lhes a efetividade. Ao mesmo tempo que serviram para relacionar intimamente o grau de diferenciação do sistema de dominação política com o grau

de diferenciação do sistema de estratificação social.

A intensidade desse processo será maior na área geográfica do Centro-Sul, mais especialmente na região do ouro, que foi também a região que mais sofreu o impacto do crescimento populacional e da urbanização. Disto resultando uma autonomia maior tanto para o sistema de dominação política quanto para o sistema de estratificação social; e conseqüentemente um dinamismo maior para ambos os sistemas.

III. Análise do período 1808-1820

Esse período é marcado pela transferência da sede política da monarquia portuguesa da metrópole para a colônia. Vamos partir de três hipóteses:

- 1º) Este fato não significou nenhuma ruptura (no sentido de definir nova direção ao processo de mudança) na sociedade colonial; ele pode ser considerado como um elemento dinamizador do processo de diferenciação do sistema de dominação política (a esfera do poder central) já em movimento acelerado desde o séc. XVIII, principalmente no Centro-Sul. Ou seja, em relação ao processo de centralização significou uma centralização maior e mais efetiva.

Simonsen, no capítulo sobre "autonomia econômica e soberania política", sugere, inclusive, que este projeto de transferência já estava formulado:

"D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, que tão acentuada influência teve nos primeiros quatro anos do governo no Rio, já em 1803 havia abraçado a idéia de mudança da corte e

14. Russel-Wood A.F.R. — Mobilidade Social na Bahia colonial — *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 27, julho de 1969.

15. Idem.

16. Eisenstadt, op. cit.

QUADRO Nº 2
BALANÇO DA COLÔNIA

PERÍODOS	DIFERENCIAÇÃO NO SISTEMA POLÍTICO	ESTÁGIO ECONÔMICO	URBANIZAÇÃO	CONFLITOS
1º 1500/1530	predominância da esfera do sistema de dominação política que tenha um caráter exploratório-militar - a esfera das "forças centrífugas" se dedicou ao extrativismo.	extrativismo	inexistente frotas militares e comerciais	- - -
2º 1530/1549	predomínio da esfera das forças centrífugas (capitanias hereditárias)	início da cultura da cana	- núcleos urbanos do litoral sul paulista - núcleos urbanos açucareiros de Pernambuco - Salvador, Ilhéus	- - -
3º 1549/1640	- início do processo de diferenciação do sistema de dominação política (gov. geral); coexistência entre as duas esferas; (UNIÃO IBÉRICA)	- no final do período do início da decadência do açúcar. - expansão do gado pelo São Francisco	- Rio de Janeiro - Felipéia - Natal - São Luiz - Belém	- a luta contra os holandeses do NE - movimento dos quilombos.
4º 2a. metade do séc. XVII	mantém-se sem nenhuma modificação importante	- decadência do açúcar - formação do complexo econômico do Nordeste	- complexo urbano do Vale do Paraíba (S. Paulo) - Patanaguá-Curitiba - Recife - S. Francisco - S. Catarina - Parati-Ángara dos Reis,	- revolta de Beckman no Maranhão - lutas entre os jesuítas e bandeirantes no sul
séc. XVIII	- aceleração do processo de diferenciação do sistema de dominação política, perda de atribuições da esfera das "forças centrífugas"	- apogeu e decadência do ouro - "integração econômica nacional" com a formação do "entros econômicos sub-sidiários"	- complexo urbano do ouro (MG, GO e RJ) - S. Pedro do Rio Grande do Sul - Lajes e Desterro (S. Catarina) - interior baiano	- mascates - emboabas - revoltas em Minas Gerais - revolta de 1798 em Salvador

FONTES: divisão em períodos: Eulália Lahmeyer Lobo - Administração Colonial luso-espanhola nas Américas
estádio econômico: Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil
urbanização e conflitos: Capistrano de Abreu - Capítulos da História Colonial.

neste sentido apresentava um memorial ao Regente — Portugal não formava a parte essencial e melhor da monarquia. No Brasil havia a possibilidade de se criar um poderoso Império.¹⁷

- 2º) A velocidade do processo de diferenciação no sistema de dominação política (esfera do poder central) foi maior que a velocidade da diferenciação, tanto no sistema econômico quanto no sistema de estratificação social.
- 3º) O nível alcançado pelo processo de diferenciação no sistema de dominação política (esfera do poder central), com o conseqüente desenvolvimento de seus instrumentos ("os papéis e coletividades especializados"), do qual o mais importante foi a máquina burocrático-administrativa, aumentou a sua autonomia, tanto em relação aos outros subsistemas (sistema econômico e sistema de estratificação social) quanto em relação à outra esfera do sistema político: "as forças centrífugas".

Em relação ao sistema econômico, Simonsen mostra que as medidas de incentivo ao sistema (liberalização do comércio e das atividades industriais) não produziram nenhum dos resultados desejados.

Uma análise do comércio exportador, que é o indicador mais importante para o funcionamento do sistema econômico, mostra-nos a sua estabilidade no período:

"... a nossa exportação estava na casa das £ 4.000.000, nos primeiros anos do século XIX. Pois,

durante as guerras peninsulares, e até a época da independência, ela não ultrapassou as cifras anteriores, verificadas no nosso comércio com Portugal. O comércio direto com as nações estrangeiras mal terá compensado o desfalque sofrido com o comércio português"¹⁸:

QUADRO Nº 3

VALOR DAS EXPORTAÇÕES
(£)

	VALOR
1806	3.931.550 (+)
1818	4.000.000
1827	3.000.000
1832	3.000.000

(+) Comércio exclusivamente com Portugal

FONTE: Roberto Simonsen, História Econômica do Brasil, Ed. Nacional, São Paulo.

Para Simonsen, isto é explicado pela política colonial das nações européias que davam preferência aos seus produtos coloniais e à concorrência do mercado produtor norte-americano.

Internamente isto pode significar a incapacidade do sistema econômico se diferenciar, ou seja, adaptar-se (criar novos "papéis e coletividades") às novas exigências.

Um outro aspecto importante que o comércio externo aclara é a descen-

17. Simonsen, Roberto — História Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, 1965.
18. Idem.

tralização das pautas de exportação, mostrando a inexistência de um pólo econômico dominante.

Os dados disponíveis sobre exportação, se bem que não sejam exatamente do período estudado, parecem indicar uma *tendência anterior* à descentralização.

Mesmo levando-se em conta a dispersão, o eixo econômico mais importante deixará de ser o Centro-Sul e retornará para o Complexo do Nordeste (este fato também é ressaltado por Celso Furtado para o final do período colonial). A parcela mais importante da produção de açúcar, cacau, fumo, algodão, e talvez do próprio couro, se concentrou nesta região, e consequentemente mais de 60% da renda gerada pela exportação, o item mais importante da renda nacional, aí se localizaram. Tomando como indicador de importância econômica a receita das capitânias, temos que, com exceção do Rio de Janeiro, as capitânias mais ricas eram as do Complexo do Nordeste. A importância econômica do Rio de Ja-

neiro neste período pode ser em parte explicada pelo fato de não se localizar a sede do governo, seus recursos, *além* do fato de que o seu porto ser saída obrigatória da produção das capitânias do Centro (Minas, Goiás, Mato Grosso).

Este fato significava, ao mesmo tempo, o reativamento do sistema econômico e a manutenção do complexo político-social do Nordeste. A resposta do sistema econômico aos impulsos do mercado externo foi uma resposta contida nos limites do sistema: reincorporação dos fatores de produção em disponibilidade.

Os aspectos mais importantes do complexo político-social do Nordeste permaneciam imutáveis:

- sistema de estratificação social rígido baseado na posse da terra;
- sistema político caracterizado por um grau de diferenciação maior das forças centrífugas do que da esfera de dominação do poder central.

QUADRO Nº 4

% DO VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
EXPORTADOS SOBRE O TOTAL DAS EXPORTAÇÕES

	CAFÉ	AÇUCAR	CACAU	FUMO	ALGODÃO	COURO	Σ
1821	16,3	25,3	0,7	4,4	21,3	13,8	81,8
1822	19,6	18,4	0,5	2,9	24,6	16,2	82,8
1823	20,1	25,7	0,4	2,4	21,6	10,5	80,7

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil -
1939/40 - IBGE

QUADRO Nº 5

ORÇAMENTO DAS CAPITANIAS (contos de reis)

-1823-

CAPITANIA	RECEITA	DESPESA
PARÁ	332.972	312.186
MARANHÃO	767.837	749.523
PIAUÍ	72.558	58.686
CEARÁ	138.784	104.749
R. G. NORTE	42.222	39.263
PARAÍBA	247.711	217.220
PERNAMBUCO	1.436.726	1.321.060
ALAGOAS	123.441	114.614
SERGIPE	34.477	32.224
BAHIA	1.644.413	1.549.872
ESPIRITO SANTO	17.726	66.000
CÔRTE e R. J.	6.580.112	6.336.748
S. PAULO	279.788	265.174
S. CATARINA	29.203	107.524
R. G. SUL	530.816	434.049
MATO GROSSO	117.530	116.971
GOIÁS	56.676	54.833

FONTE: SIMONSEN - HIST. ECONÔMICA DO BRASIL
Cia Ed. Nacional SP.

Se acrescentarmos aos dados sobre comportamento do sistema econômico os dados sobre o sistema de estratificação social, veremos até que ponto a nossa terceira hipótese pode ser comprovada.

Os indicadores para a análise do sistema de estratificação social são todos de natureza sócio-demográfica. No entanto, a forma como são apresentados (tendo como unidade as capitânias) e o fato de terem uma fonte comum permitem-nos inferências bem mais precisas:

Uma observação imediata em relação aos dados apresentados no quadro nº 6 é uma diversificação muito grande entre as capitânias.

Outro indicador de variação seria por exemplo em relação à média nacional da porcentagem de escravos na população total:

Média nacional ...	29,0%	
Amplitude de variação	4,5%	59,0%
Amplitude de variação das capitânias do Norte	10,4%	59,0%
Amplitude de variação das capitânias do Sul	4,5%	50,0%

Essa diversificação diminui muito se analisarmos os dados em termos de *rangos* ocupados pelas capitânias nos diversos itens do quadro nº 7. A variação é bem menor, o que indicaria não terem ocorrido transformações abruptas no período.

As capitânias que ocupavam os *rangos* mais altos em termos de população absoluta em 1808 mantiveram suas posições em 1823, tiveram as suas taxas de crescimento demográfico e maiores receitas. Só no que diz respeito ao percentual da popula-

ção na capital (tomada como indicador de urbanização) é que a variação foi maior. No entanto, as causas desta variação não podem ser encontradas no período. Elas ocorreram no século XVIII (Goiás e Mato Grosso). A mineração, atividade que deslocou população para estas capitânias no século XVIII, concentra-as em núcleos urbanos.

Podemos dizer que as modificações no sistema de estratificação social não tiveram um caráter nacional. Foram muito mais intensas em algumas regiões do que em outras.

Os impulsos ao sistema também tiveram origens diversas. Assim, por exemplo, o impacto da imigração portuguesa, causada pela vinda da família real, foi muito maior no Sul, principalmente no Rio de Janeiro, que absorveu a totalidade do contingente. Este fato foi responsável pelas modificações na estratificação social no Rio de Janeiro, tanto em termos de novos padrões de comportamento quanto em termos da própria mobilidade social.

No Norte, o crescimento econômico foi provavelmente o fator responsável pelo crescimento da população. Sendo que, levando-se em conta as estruturas populacionais internas diversas, o impacto nessas estruturas do crescimento econômico foi diferente, pois afeta, principalmente, a *população branca* (livre) das capitânias com grandes contingentes de escravos — indicador da importância da atividade econômica. Assim, no mesmo período, o percentual de crescimento da população vai ser bem diverso, em capitânias que mais cresceram economicamente:

Maranhão	37,5%
Pernambuco	100,0%
Bahia	70,4%

QUADRO Nº 6 =
INDICADORES SÓCIO - DEMOGRÁFICOS

CAPITÂNIAS	POP. EM 1808	POP. EM 1823-(C)	% DE CRES. 1823-1808	DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO			CAPITAL DA CAPITÂNIA	POP. NA CAP.-D-	% D/C
				POP. LIVRE -A-	POP. ESCRAVA -B-	% A/C			
PARÁ	96.000	128.000	33,3	88.000	40.000	68,0	Belém	20.000	20,0
MARANHÃO	120.000	164.836	37,5	67.704	97.132	41,0	S. Luiz	25.000	15,0
PIAUI	70.000	90.000	28,5	80.000	10.000	88,0	Ociras	3.000	4,0
CEARÁ	160.000	200.000	25,0	180.000	20.000	90,0	Fortaleza	3.000	1,5
R.G. NORTE	50.000	71.053	40,0	56.677	14.376	79,0	Natal	5.000	8,0
PARAIBA	95.162	122.407	28,4	102.407	20.000	83,0	Paraíba	6.000	5,0
PERNAMBUCO	244.277	480.000	100,0	330.000	150.000	68,0	Recife	50.000	11,0
ALAGOAS	116.000	130.000	12,1	90.000	40.000	69,0	Alagoas	6.000	5,0
SERGIPA	75.061	120.000	60,0	88.000	32.000	73,0	Sergipe	1.000	1,0
BAHIA	335.961	671.922	70,4	434.464	237.458	64,0	Salvador	60.000	10,0
ESP. SANTO	70.219	120.000	71,4	60.000	60.000	50,0	Vitória	3.000	* 9,0
CORTE e RJ	235.079	451.648	91,9	301.099	150.549	66,0	R. Janeiro	100.000	22,0
M. GERAIS	350.000	640.000	82,8	425.000	215.000	65,0	Vila Rica	20.000	3,5
S. PAULO	200.408	280.000	40,0	259.000	21.000	92,0	S. Paulo	18.000	7,0
S. CATARINA	38.687	50.000	31,6	47.500	2.500	95,0	Desterro	5.396	10,0
R.G. SUL	87.167	150.000	76,4	142.500	7.500	95,5	P. Alegre	10.000	7,0
M. GROSSO	25.000	30.000	20,0	24.000	6.000	80,0	Cuiabá	10.000	30,0
GOIÁS	50.365	61.000	22,0	37.000	24.000	60,0	Goiás	9.000	18,0
T O T A L	2.419.406	3.960.866		2.813.351	1.147.515	71,0	-	-	-

FONTE: "Memória Estatística do Império"
Rev. do Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro

QUADRO Nº 7

RANGOS OCUPADOS PELAS CAPITANIAS

POPULAÇÃO EM -1808-	POPULAÇÃO EM -1823-	% DE CRESCIMENTO 1808-1823	% DE POPULAÇÃO NA CAPITAL	RECEITA DO ANO DE 1823
- MINAS GERAIS	- BAHIA	- PERNAMBUCO	- MATO GROSSO	- CÔRTE e RJ
- BAHIA	- MINAS GERAIS	- CÔRTE e RJ	- CÔRTE e RJ	- BAHIA
- PERNAMBUCO	- PERNAMBUCO	- MINAS GERAIS	- PARÁ	- PERNAMBUCO
- CÔRTE e RJ	- CÔRTE e RJ	- R. G. SUL	- GOIÁS	- MARANHÃO
- S. PAULO	- S. PAULO	- ESPÍRITO SANTO	- MARANHÃO	- R. G. SUL
- CEARÁ	- CEARÁ	- BAHIA	- PERNAMBUCO	- PARÁ
- MARANHÃO	- MARANHÃO	- SERGIPE	- BAHIA	- S. PAULO
- ALAGOAS	- R. G. SUL	- S. PAULO	- S. CATARINA	- PARAIBA
- PARÁ	- ALAGOAS	- R. G. NORTE	- R. G. NORTE	- CEARÁ
- PARAIBA	- PARÁ	- MARANHÃO	- R. G. SUL	- ALAGOAS

A forma como o sistema de estratificação social absorveu estes impulsos também foi diversa. Nas capitânias do Sul, principalmente na Corte e Rio de Janeiro, o sistema absorveu estes impulsos e se diferenciou. Aparece uma nova aristocracia ligada à terra e responsável pela cultura do café, introduzida neste período. A maior parte desta "nova aristocracia" era formada pelos *nobres imigrantes* que foram agraciados com fartas distribuições de terras.¹⁹ A administração pública e os novos serviços, também se incluem como canais de absorção de setores da população.

No Norte o reativamento do sistema econômico mantendo o complexo político-social não deu ao sistema autonomia suficiente para se diferenciar, mesmo com toda a pressão que foi maior no Norte do que no Sul (principalmente em Pernambuco). A Revolução Pernambucana de 1817 seria uma tentativa de impor estas transformações através do sistema político.

O processo de diferenciação do sistema político (esfera do poder central) pode ser medido através do desenvolvimento da máquina administrativa, entendendo-se este desenvolvimento como:

- especificidade crescente da máquina administrativa (capacidade de realocação de setores, de abrir novos setores de atuação);
- amplitude (capacidade da máquina administrativa atuar nacionalmente); e
- criação de fontes de recursos para a manutenção do Estado.

Para a análise do funcionamento da máquina administrativa utilizamos como dados os atos do governo (decretos, leis, alvarás, cartas-régias etc.) para todo o período.

Os atos foram codificados em função de 5 variáveis:

QUADRO Nº 8

DISTRIBUIÇÃO DAS CAPITANIAS
(por % de cresc. demográfico)

INTERVALO	A CAPITANIAS		B FREQUÊNCIAS	
	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA ACUMULADA	CAPITANIAS DO NORTE	CAPITANIAS DO SUL
10 - 20	2	2	1	1
21 - 30	4	6	3	1
31 - 40	5	11	3	2
41 - 50	-	-	-	-
51 - 60	1	12	1	-
61 - 70	1	13	1	-
71 - 80	2	15	-	2
81 - 90	1	16	-	1
91 - 100	2	18	1	1
TOTAL	18	-	10	8

C. AMPLITUDE DE VARIAÇÃO DO % DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

BRASIL	12,1	—	100,0
CAPT. NORTE	12,1	—	100,0
CAPT. SUL	20,0	—	91,9

- amplitude (com especificação)
- gastos envolvidos
- relevância
- tipo
- setor

capitânias ou partes da capitânia).

Para o presente trabalho só utilizamos duas variáveis:

- setor
- especificação local do ato (excluídos os atos de amplitude nacional, as decisões de amplitude local eram tomadas tendo como área de aplicabilidade as

A distribuição anual mostra-nos a intensidade inicial de atuação, com diminuição no período de instalação da Corte, basicamente os quatro primeiros anos, e uma retomada de intensidade no final do período.

Em relação ao primeiro aspecto indicador de desenvolvimento (especificidade da máquina administrativa), ao mesmo tempo em que não ocorrem mudanças muito importantes na atividade setorial, pode ser observado

19. Idem.

QUADRO Nº 9
ATOS DO GOVERNO

ANO	Nº TOTAL
1808	191
1809	155
1810	155
1811	164
1812	85
1813	94
1814	82
1815	95
1816	89
1817	116
1818	138
1819	138
1820	181

um esvaziamento, principalmente nos setores de regulamentação que perdem importância no período. Para o ano de 1808 contamos 30 regulamentações de vários tipos (econômicas em geral, sobre distribuição de terras, sobre ouro e diamantes e sobre estrangeiros), caindo para 12 em 1820. De 50 a 55% da atividade da máquina administrativa no período se dedicaram aos negócios militares e de governo, ou seja, itens cujas características principais são a uniformização

(vinculação a normas rígidas) e a pouca capacidade de diferenciação. Finanças públicas, um setor com capacidade de diferenciação bem grande, teve sua importância acrescida no período.

Pode-se explicar esta relativa estabilidade da máquina administrativa na sua atividade setorial em função da forma como foi instalada, ou seja, ela não se forma gradativamente, mas vem pronta de Lisboa para o Rio de Janeiro.

As modificações mais importantes ocorridas na administração se deram no alargamento de sua área de atuação.

A partir de uma concentração inicial muito grande no Rio de Janeiro ocorre uma diluição progressiva desta concentração, tendo atingido no ano de 1820 a totalidade das capitânias, o que obviamente é um indicador de eficácia e capacidade de diferenciação. Isto pode ser observado na seguinte correlação: a) os atos relativos à Côrte e Rio de Janeiro somam 93 em 1888 e 48 em 1920; b) o total de atos de amplitude local é da ordem de 126 em 1808 e 152 em 1820.

Um outro aspecto importante a ser ressaltado é a diferença de intensidade de atuação. Houve uma atuação muito mais intensa nas capitânias do Sul do que nas capitânias do Norte (à exceção da Bahia). Permanece no período uma tendência vinda do século XVIII — uma diferenciação maior no Sul do que no Norte.

Também em relação a fontes de recursos, houve modificações muito importantes, o que atesta a eficácia do sistema de dominação (esfera do poder central) em se diferenciar.

Assim, por exemplo, em relação à receita, tornou-se menos dependente do funcionamento do sistema econômico (ligado à instabilidade do mercado

QUADRO Nº 10
ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Í T E N S	1 8 0 8		1 8 2 0	
	QUANTIA	% SOBRE O TOTAL	QUANTIA	% SOBRE O TOTAL
RENDIMENTOS ADUANEIROS	785.056 \$ 352	34,0	1.719.762 \$ 084	17,0
RENDIMENTOS ARRECADADOS PELA MESA DE INSPEÇÃO	144.110 \$ 545	6,0	-----	--
DIVERSOS RENDIMENTOS REAIS	1.930 \$ 640	0,8	-----	--
COBRANÇAS FEITAS PELO ERÁRIO REAL	154.228 \$ 300	6,0	-----	--
RENDAS ARRECADADAS PELA GRANDE CHANCELARIA	25.759 \$ 549	1,1	364.701 \$ 681	--
CASA DA MOEDA	79.463 \$ 372	3,5	148.101 \$ 487	--
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	585.942 \$ 358	25,0	1.544.977 \$ 839	15,0
RECEITAS OU LUCROS DIVERSOS	401.981 \$ 011	17,0	3.956.655 \$ 083	40,0
RECEITAS ARRENDADAS OU ESTANCADAS	79.700 \$ 362	3,5	167.096 \$ 605	--
CONTRIBUIÇÃO DAS PROVÍNCIAS	-----	--	1.551.475 \$ 981	15,0
T O T A L	2.258.172 \$ 499	--	9.715.628 \$ 699	--

FONTE: Roberto Simonsen — História Econômica do Brasil
cia. Ed. Nacional, SP

QUADRO Nº 11

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ITENS	1808		1820	
	QUANTIA	% SOBRE O TOTAL	QUANTIA	% SOBRE O TOTAL
DESPESA COM A CASA REAL	456.724 \$ 059	19,8	1.706.035 \$ 630	17,4
EXERCITO	454.638 \$ 515	19,7	996.744 \$ 774	10,2
ARMAZENS REAIS E MARINHA	603.854 \$ 176	26,2	1.034.581 \$ 746	10,5
ERÁRIO REGIO	633.470 \$ 818	27,5	611.551 \$ 989	6,2
DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS	86.297 \$ 636	3,7	788.145 \$ 227	8,0
OBRAS PÚBLICAS	-----	--	81.540 \$ 716	0,8
DESPESAS COM A FABRICAÇÃO DE MOEDA PROVINCIAL	-----	--	3.870.305 \$ 182	39,6
T O T A L	2.297.904 \$ 099	--	-----	--

FONTE: Roberto Simonsen - Hist. Econômica do Brasil
Cia Ed. Nacional

externo), criando dois novos itens muito importantes:

- a) contribuição das províncias — contribuição esta constante nos orçamentos provinciais;

- b) receitas e lucros diversos — provenientes da atuação do Estado no próprio sistema econômico, atividade financeira (recunhagem de moeda provincial).

A despesa também se diferencia, como atesta a análise de sua composição.

Todos estes indicadores sugerem que, no período 1808-1820, o dinamismo do processo de diferenciação do sistema de dominação política (esfera do poder central) foi muito intenso,

disto resultando uma capacidade muito grande do mesmo de absorver os outros subsistemas, tornando-os dependentes (ressaltando todo o tipo de variação desta dependência) e internamente tornou-se apto a "absorver mudanças além de suas próprias premissas institucionais iniciais".²⁰

SUMMARY

This paper proposes a specific approach to the study of the Brazilian colonial society, in terms of the process of internal differentiation of social, economic, and political subsystems. A main concern was to develop adequate empirical indicators

to substantiate that analysis. The increased degree of internal differentiation of the political subsystem vis-à-vis that of other subsystems emerged as the most interesting finding.

RÉSUMÉ

Cet article propose un "approach" pour l'étude de la société coloniale brésilienne en termes d'un processus de différentiation interne des sous-systèmes social, économique et politique.

L'objectif principal est de développer des

indicateurs adéquats et empiriques comme base d'analyse.

Le degré croissant de différentiation interne du sous-système émerge en tant qu'une des plus intéressantes évidences.

20. Eisenstadt, "Modernização, crescimento e diversidade", in *Modernização e Mudança Social*, Editora do Professor, Belo Horizonte, 1969.

No estudo que se segue pretendemos, através da análise da participação política no período imperial, explorar um pouco a temática política que caracterizou o período e como se situavam os diversos atôres face ao poder central. Para tanto, na primeira parte procuramos analisar a participação política definida como ilegítima do ponto de vista do regime, e na segunda parte a representação política, tanto no que se refere à situação partidária quanto no que se refere à representação provincial no governo central.

*A participação ilegítima:
movimentos revolucionários*

Dado o contexto sócio-demográfico e econômico, o que se passa no nível do sistema político? Existem dois aspectos que devem ser considerados. Em primeiro lugar estão aquelas formas de participação político-social que se manifestam de modo mais ou menos espontâneo, e que, no caso do Brasil imperial, raramente encontram guarida no sistema político institucio-

nalizado. Em segundo lugar está este próprio sistema dotado de legitimidade institucional e, durante o Império, de grande estabilidade e permanência.

Se adotarmos uma concepção mais ampla do sistema político, que inclua tanto os aspectos normais e institucionalizados quanto aqueles que escapam ao marco formal, sem deixarem de ter, entretanto, permanência, o problema da violência política passa a ocupar um lugar de destaque. A maioria dos autores tende a ver a violência de um ponto de vista clínico, como um fenômeno patológico, na medida em que se excluem da própria noção de estrutura social as fontes de destruição. O que se pretende com este trabalho é, através da análise histórica de algumas rebeliões brasileiras, sugerir linhas de análise que venham incorporar a noção de violência à de mudança social como traço natural das estruturas sociais e, conseqüentemente, dos processos sociais.

A nossa preocupação consistirá em verificar o papel desempenhado por atôres políticos dentro de um marco participacional legalmente definido co-

mo ilegítimo. Trata-se, enfim, de verificar em que medida, a partir do estudo das rebeliões do período 1830-1845 (excluindo-se a Revolução Praieira),¹ a violência se associa ao próprio processo evolutivo da sociedade como elemento naturalmente associado à mudança.²

I

Durante os anos 1831, 1832 e 1833 ocorreu uma série de movimentos que por sua natureza e objetivos devem ser distinguidos dos movimentos revolucionários de 1835 e 1845.

É assim que só na Bahia (quadro nº 1) desenvolveram-se três rebeliões no ano de 1831 e uma no ano de 1833: em Pernambuco ocorrem duas em 1831 e uma em 1832. Estas sete rebeliões de curta duração e circunscritas à capital provincial, quando muito tiveram alguma repercussão em uns poucos núcleos urbanos do interior. Caracterizam-se essencialmente pelo seu caráter de agitação de rua — grupos armados — ou por serem levantes militares, como ocorreu na segunda revolução baiana de 31, do ponto de vista ideológico.³ Os levantes mi-

litares estão claramente ligados à criação recente do exército brasileiro; são revoltas contra o tratamento obtido nas corporações e contra o atraso do pagamento do soldo; frequentes eram as manifestações contra o elemento português;⁴ já as rebeliões de 1833, na Bahia, e a de 1832, em Pernambuco, tiveram objetivos políticos específicos: na primeira, o separatismo e o republicanismo, ao passo que, na segunda, verifica-se uma tendência oposta, qual seja a restauração de Pedro I.

Dos movimentos do período estudado merecem um pouco mais de atenção os movimentos conhecidos pelos nomes de Sabinada (Bahia, 1837-38), Cabanagem (Pará, 1835-40), Balaiada (Maranhão, 1838-41) e Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-45).

A Sabinada durou de setembro de 1837 a março de 1838; já aqui os movimentos revolucionários tomam um caráter bastante distinto, tanto em função do volume de forças envolvidas (legais e revoltosas) quanto em função da repercussão na província. Após a expulsão e fuga das autoridades, chegaram os revoltosos a dominar a capital provincial e a luta estendeu-se

1. Para um estudo histórico das rebeliões, vide especialmente: Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*; Hélio Vianna, *História do Brasil*; José Ribeiro do Amaral, *Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*; Lucas Alexandre Boitreaux, *A Marinha Imperial versus a Cabanagem*; Manoel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*; Luís Vianna Filho, *A Sabinada*; Joaquim F. de Assis Brasil, *A Guerra dos Farrapos*; Rodrigo Otávio, *A Balaiada*.

2. Para uma discussão mais ampla vide Bolívar Lamounier, "Política Local e Tensões Estruturais no Brasil: Teste Preliminar de uma Hipótese", DADOS/4, Rio, 1968 e "Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais", DADOS/5, Rio, 1968. Na mesma revista, DADOS/5, vide ainda Alair S. Passos, "Transição e Tensão nos Estados Brasileiros", e Antônio Octávio Cintra, "Educação e Protesto Político".

3. O termo "ideológico" refere-se aqui à noção de ideologia enquanto sistemas de crenças, no qual há uma interdependência entre idéias, e como um elemento determinado do comportamento. Vide para maior discussão, David E. Apter, *Ideology and Discontent*, The Free-Press NY, 1964; Robert Lane, *Political Ideology*, The Free-Press, NY, 1962, e Giovanni Sartori, "Politics, Ideology and Belief Systems" in *American Political Science Review*, LXIII (2), junho de 1969.

4. Tais rebeliões encontram-se vinculadas à abdicação de Pedro I; possivelmente ela foi percebida como ponto de partida para romper finalmente com todos os vínculos com Portugal.

* Os autores são membros da equipe de pesquisadores do IUPERJ onde também realizam estudos finais para obtenção do grau de mestrado em Ciência Política. Olavo Brasil de Lima Jr. é bacharel em Ciências Sociais — especialização em Ciência Política — pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1968. Lúcia Maria Gaspar Gomes, bacharel em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1967.

QUADRO Nº 1

MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS DO IMPÉRIO (1830-45)

LOCAL	OBJETIVOS	DURAÇÃO
BAHIA (Sabinada)	Deportação de Portugueses	1831
	Melhoria de Tratamento dos Soldados	1831
	Aparências Federalistas	1831
	Separatista e Republicano	setembro de 37 a março de 38
PERNAMBUCO	Levante Militar	1831 (setembro)
	Anti-português	1831 (novembro)
	Restaurador	1832 (abril)
PARÁ (Cabanagem)	Contra Administração Local	1835 a 1840
MARANHÃO (Balaiada)	Banditismo (?)	fins de 1838 a princípios de 1841
R. G. SUL (Farrapos)	Reação Contra Administração e Republicanismo	setembro de 1835 a princípios de 1845

aos municípios de Feira de Santana e Vila da Barra. As estatísticas finais da rebelião atestam a sua maior virulência face às rebeliões anteriores: 594 legalistas mortos, 1.001 revoltosos mortos e 2.989 rebeldes prisioneiros.⁵ A rebelião teve início com a sedição do Forte de São Pedro, alastrando-se pelas demais guarnições e colocando o governo em fuga.

Quanto aos seus propósitos, o que se constata é um mal-estar geral da população face ao governo central tido como despótico, à exceção da regência de Feijó, aparentemente bem aceita pelos baianos. Pretendia-se a separa-

ção da Bahia do governo central e a instalação de uma república, enquanto durasse a minoridade de D. Pedro.

O Pará encontrava-se de há muito congestionado; o governo central e o provincial preocupavam-se com a existência de bandos armados que agitavam o interior. A revolução estourou a 7 de janeiro de 1835, estendendo-se até 1840; teve uma participação de cerca de 5.000 rebeldes, ou seja, o equivalente a aproximadamente um sexto da população da capital provincial.⁶ A penetração da Cabanagem foi de tal ordem que chegaram os revoltosos a dominar quase todos os grandes e pe-

quenos centros urbanos, inclusive a Ilha de Marajó. Sua popularidade é, em parte, decorrência da consciência política predominante no Norte. Fundamentalmente de origem mestiça, a população julgava que a Independência devia ter-lhe assegurado o domínio completo do governo e do poder econômico, simbolizado pela propriedade. Isto explica os porquês do desejo de destruição das estruturas políticas e econômicas preconizado pela liderança do movimento. O recrutamento era feito essencialmente nas camadas mais humildes da população. Ao contrário da Sabinada, a Cabanagem não se circunscreveu aos núcleos urbanos, em virtude da grande mobilidade dos rebeldes: grupos armados percorriam o interior, dando combate às tropas legalistas e atacando as propriedades rurais com que se defrontavam, desde que não pertencessem a caudilhos que logo se arvorassem em líderes revoltosos.

No Maranhão, a Balaiada, que se estendeu de 1838 a 1841, é dos movimentos estudados o que apresenta características mais populares, quer pela sua composição, quer pela sua liderança. Aqui, no momento da deflagração do movimento, já não vemos como líderes chefes de guarnições militares ou pessoas de projeção na vida local. A liderança compunha-se de mestiços revoltosos que aderiram à luta para vingar antigas ofensas e injustiças. As lutas pessoais tiveram assim grande importância como fator precipitador do movimento. Os revoltosos chegaram a contar com a participação de 3.000 escravos evadidos. Só após a queda da Vila de Caxias (1º de agosto de

1839) é que foi criada uma Junta Provisória, composta de elementos locais estranhos à liderança inicial do movimento, que tratou de definir um programa de reivindicações: revogação da lei dos prefeitos e da lei que organizou a Guarda Nacional, anistia para os rebeldes, processo regular para os presos, confirmação nos postos que os rebeldes se haviam outorgado, expulsão dos portugueses natos, restrição dos direitos dos portugueses naturalizados e pagamento das forças rebeldes.

Em 22 de agosto de 1841, na rendição, entregaram-se 2.000 balaios;⁷ Caxias dispunha, nesse momento, de 8.000 homens.⁸

O movimento revolucionário mais longo foi a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, que durou de setembro de 1835 a princípios de 1845, quando foi concedida a anistia. Foi ainda o movimento de mais ampla participação, tanto do lado dos revoltosos quanto das tropas legais. Caracteriza-se ainda pelo seu caráter de conflagração urbana (a partir de Porto Alegre e Pelotas) dominando vários municípios do interior. Já no ano anterior, a revolta, que tivera início por motivos de descontentamento em relação à administração provincial, proclama a república. Chegou mesmo a reunir uma assembléia constituinte, que discute uma constituição republicana.

II

Nesta segunda parte trataremos de verificar o impacto exercido pelos movimentos revolucionários no governo central. Aqui, através de uma mani-

5. Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 2º volume, pág. 280. Avalia-se em 4 mil o total de revoltosos segundo o mesmo autor.

6. Idem, pág. 121.

7. Idem, pág. 162.

8. Idem, pág. 163. Está ainda por ser feito um levantamento geral sobre potencial humano envolvido nas rebeliões da época, portanto, revela-se difícil uma avaliação, nesse sentido, da periculosidade de cada rebelião e mesmo de sua aceitação popular.

pulação ainda que pouco sistemática dos dados disponíveis, buscaremos delectar a capacidade extrativa do Governo Imperial, isto é, como reagiu para fazer frente às necessidades geradas pelo estado de guerra, e de que recursos usou para suprimi-lo. Capacidade extrativa, da forma aqui utilizada, refere-se à capacidade governamental de mobilização de recursos materiais e humanos para a implementação de uma decisão ou de uma política explícita, qual seja reprimir os movimentos revolucionários.

Antes convém atentar para o Quadro nº 2, que procura mostrar a ocor-

rência dos movimentos no tempo e no espaço. O que se observa é que, a partir de 1831, o número de movimentos decresce para logo em seguida crescer novamente e por fim decrescer. Os movimentos dos três primeiros anos foram de menor intensidade revolucionária. O período 1837-40, já dentro da fase de revoluções mais intensas, é o período de maior ocorrência simultânea de movimentos armados.

A fim de medir o impacto sofrido pelo Governo Imperial, tomaremos dois tipos de dados: orçamentais e efetivos militares. A evolução das des-

QUADRO Nº 2

OCORRÊNCIA SIMULTÂNEA DE REVOLUÇÕES

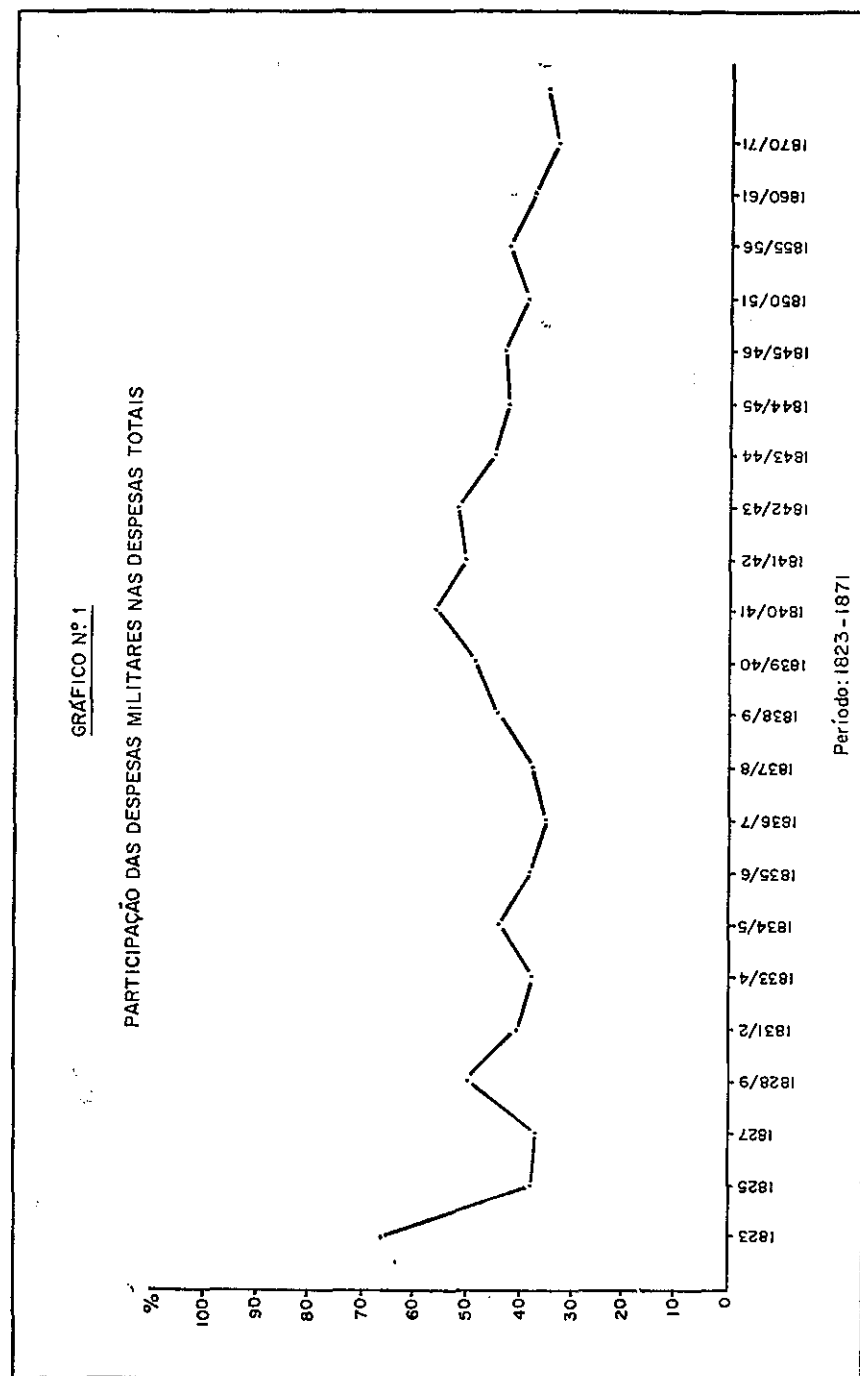
ANO	PERNAMBUCO	PARA'	BAHIA	MARANHÃO	R. G. SUL	TOTAL
1831	X X		X X X			5
1832	X					1
1833			X			1
1834						0
1835		X			X	2
1836		X			X	2
1837		X	X		X	3
1838		X	X	X	X	4
1839		X		X	X	3
1840		X		X	X	3
1841				X	X	2
1842					X	1
1843					X	1
1844					X	1
1845					X	1
TOTAL	3	6	6	4	11	27 30

QUADRO Nº 3

DESPESAS MILITARES E DESPESAS TOTAIS

ANO	DESPESAS MILITARES (em mil reis)	DESPESAS TOTAIS (em mil reis)	DESPESAS MILITARES %
1823	3.064:086	4.702:434	65,0
1825	3.307:474	8.357:452	39,5
1827	4.564:271	11.842:292	38,5
1828/9	6.559:554	13.911:492	49,5
1831/2	5.254:609	12.798:074	41,0
1832/3	5.658:696	15.808:550	36,0
1833/4	4.718:859	11.477:903	41,0
1834/5	4.706:222	12.908:251	36,5
1835/6	4.776:030	14.339:943	33,5
1836/7	4.773:019	13.969:508	34,5
1837/8	8.020:858	18.919:682	43,0
1838/9	8.070:019	18.131:071	44,5
1839/40	13.878:492	24.968:661	56,0
1840/1	11.076:033	22.772:185	48,5
1841/2	13.430:671	27.483:018	48,0
1842/3	13.387:508	29.113:263	46,0
1843/4	10.884:667	25.947:240	42,0
1844/5	10.771:616	25.634:627	42,0
1845/6	9.886:214	24.463:597	40,5
1850/1	14.262:269	33.924:588	42,0
1855/6	16.213:359	42.864:284	38,0
1860/1	19.410:977	55.797:516	35,0
1870/1	32.065:402	103.673:134	40,0

FONTE: Finanças-Quadros Sinóticos da Receita e Despesa do Brasil, Rio, 1914.



pesas nacionais (Quadro 3 e Gráfico 1) sofreu crescimento constante em decorrência do crescimento do aparelho estatal e de suas funções.

No que se refere à participação das despesas militares, aqui entendidas como a soma das despesas dos Ministérios da Marinha e do Exército, constata-se, em primeiro lugar, um decréscimo dessa participação de 1823 a 1835 (excetuando-se o ano de 1828-29 e 1831-32);⁹ a partir de então ocorre um crescimento constante até 1840, para logo em seguida cair novamente. O que é de particular relevância é que os níveis elevados da participação nos anos 1835-36 e 1845-46 (superiores a 36%) correspondem exatamente aos momentos mais críticos da história revolucionária do período: os anos de 1839-40, que alcançaram o valor mais elevado — 56% —, é o exercício financeiro imediatamente posterior ao ano em que ocorria o maior número de revoluções: 4 em 1838 (Pará, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul). Enfim, as revoluções refletiram-se nas finanças da nação na medida de sua intensidade revolucionária, do qual os objetivos, duração e população revoltada são alguns dos indicadores.

No Quadro nº 4 verifica-se uma não correspondência entre o aumento das despesas militares e o aumento da receita, isto é, não há uma relação constante que nos permita constatar uma tentativa de incrementar a receita para enfrentar os gastos com a guerra interna. Do lado da receita não se observa sequer um crescimento contínuo, porque muitos seriam os fatores a influir em seu comportamen-

to; do lado das despesas, esta irregularidade é mais compreensível, dada a sua natureza. De qualquer modo podemos postular, em função dos dados apresentados, a dificuldade do governo em mobilizar prontamente, através da receita, meios para combater os movimentos. Por outro lado, a flutuação das despesas militares em relação à despesa nacional mostra que tais gastos tiveram de ser cobertos. Possivelmente o mecanismo utilizado foi a transferência de dotações de outros ministérios para a Marinha e para o Exército.

A segunda variável utilizada para medir o impacto das revoluções tem a ver com os contingentes militares utilizados. De certa forma isto já estaria incluído na análise que fizemos das despesas militares, porém a mobilização de tropas é um bom indicador da capacidade sistêmica para reagir face a necessidades imprevistas, por um lado, e, por outro, do grau de aceitação do movimento local na província.

O Quadro nº 5 mostra que os efetivos militares federais pouco variaram no período 1829-1845, no que se refere aos anos em que há informações disponíveis,¹⁰ o que evidencia a dificuldade governamental em mobilizar tropas. Uma vez que cabia à Assembléia Legislativa aprovar os *Relatórios* ministeriais, quando votava inclusive os efetivos, pode-se hipotetizar um descompasso entre o Executivo e o Legislativo que, por uma razão ou por outra, obstruía o processo de decisão no que se refere ao aumento dos efetivos militares.

Uma investigação dêsse aspecto, de especial relevância para o estudo da

9. Essa elevação das despesas militares em relação às despesas totais corresponde ao período de envolvimento da nação nas guerras da Cisplatina.

10. Os *Relatórios* dos anos 1833, 35, 36, 37 e 42 não se encontram na série de relatórios da Biblioteca Nacional. Quanto aos anos 1832, 34 e 38 os *Relatórios* não trazem os dados em questão.

QUADRO Nº 4

AUMENTO DAS DESPESAS MILITARES E DA RECEITA
(1831-1846)

ANO	RECEITA	AUMENTO	DESPA MILITAR	AUMENTO
1831/2	12.369:722		5.254:609	
1832/3	16.132:395	3.762:673	5.658:696	404:089
1833/4	12.471:865	-3.660:539	4.718:859	910:837
1834/5	14.819:551	2.347:695	4.706:222	- 12:634
1835/6	14.135:426	- 684:125	4.776:030	69:808
1836/7	14.904:702	69:276	4.773:019	- 3:011
1837/8	13.457:538	-1.447:164	8.020:858	3.247:839
1838/9	17.262:189	3.804:651	8.070:019	49:261
1839/40	18.977:205	1.715:016	13.878:492	5.808:473
1840/41	18.852:103	1.125:102	11.066:033	-2.812:459
1841/42	18.916:550	64:447	13.430:671	2.364:638
1842/43	18.712:315	- 204:235	13.378:508	- 43:163
1843/44	21.350:970	2.638:655	10.884:667	-2.502:841
1844/45	24.808:556	3.453:586	10.771:616	- 113:051
1845/46	26.199:179	1.394:623	9.886:214	- 885:402

FONTE: Finanças-Quadros Sinóticos da Receita e
Despesa do Brasil, Rio, 1914.

formação do Estado brasileiro, poderia ser feita através da análise das votações e discussões em torno dos *Relatórios* militares. Tal investigação poderia vir a esclarecer a posição e possíveis vinculações de políticos federais com os movimentos ocorridos em sua província, bem como a relação situação-oposição. Cresce ainda a importância desse estudo de elites se atentarmos para os objetivos e caráter dos movimentos rebeldes, que na maioria dos casos apresentavam tendências separatistas e republicanas.

Observa-se que não podemos interpretar exclusivamente, a partir dos dados acima, que sejam apenas estes os efetivos militares totais, utilizados pe-

las autoridades no combate aos revoltosos, uma vez que era muito freqüente a formação de força de emergência "ad hoc" para o combate, e mesmo porque o efetivo da Guarda Nacional não está aqui incluído. Isto, no entanto, é ainda um indicador da incapacidade governamental na mobilização de novos recursos.

No Quadro nº 6 (forças militares por províncias) ressalte-se a presença de numerosa tropa nas províncias do Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão e Santa Catarina, Estados em que o movimento revolucionário foi mais intenso. A razão da grande concentração de tropas em Santa Catarina decorre da invasão de seu território por

QUADRO Nº 5

EFETIVOS MILITARES NACIONAIS
(1830-1845)

ANO	Nº DE HOMENS
1829	22.979
1830	19.487
1831	16.967
1839	16.430
1840	17.126
1841	21.974
1843	17.023
1844	17.095
1845	23.563

FONTE: Relatórios dos
Ministros do E
xército, 1830-
1845.

tropas rebeldes do Rio Grande do Sul (Farrapos). A Bahia, apesar de ter sido na década palco de 5 rebeliões, não conta com grandes efetivos, possivelmente não só em virtude do tempo já decorrido como também pela menor periculosidade da Sabinada, face à Cabanagem, Balaiada e Farrapos, e ainda por ter cedido seus efetivos para dar combate, no Norte, aos rebeldes do Pará e do Maranhão.

Esse artifício de transferência de tropas é bastante significativo por duas

razões. Em primeiro lugar, reforça a nossa idéia inicial de dificuldade de mobilização rápida de tropas, de ano para ano. Em segundo lugar, pode ainda ser utilizado como indicador da penetração e apoio obtidos pelos movimentos revolucionários, isto é, a população não se armava e se enfileirava ao lado das tropas legalistas. Os dados abaixo não são realmente uma sequência temporal, não permitindo, portanto, verificar a distribuição de tropas legais combatentes nas seguintes categorias: tropas regulares sediadas na província, tropas regulares provenientes de outras províncias e tropas mobilizadas localmente na população civil. Torna-se necessário um levantamento sistemático dos movimentos de tropa no momento da questão, dado que seria de grande valor para aferição do prestígio do movimento rebelde junto à população local.

Sabe-se ainda (pelo Relatório de 1843) que entre 5 de abril de 1841 e 31 de dezembro de 1842 foram ainda enviados 5.452 homens para o Rio Grande do Sul, o que faria um total de 8.538, desconhecendo-se os dados para março de 1838 a abril de 1841. As revoluções estudadas, em termos de intensidade revolucionária e de impacto no Governo Imperial, podemos ver, neste trabalho preliminar, assim ordenadas (intensidade e impactos decrescentes): Farrapos, Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Revolta baiana de 1833, Revolta pernambucana de 1833, Revoluções baianas de 1831-33, e Revoluções pernambucanas de 1831-32.

III

Pelo que se viu dos movimentos revolucionários do período estudado, poderiam eles ser classificados em duas fases distintas. Os movimentos dos primeiros anos da década (1831, 32 e

QUADRO Nº 6
FÔRÇAS MILITARES POR PROVÍNCIAS

PROVÍNCIA	1839	1840	1841	1843	1844	1845
RJ	1.073	1.074	919	1.241	2.453	2.040
RS	8.366	7.512	9.230	7.843	7.558	12.537
MA	-	-	5.365	1.224	834	1.033
SC	695	2.404	956	188	134	239
PE	1.010	548	1.244	828	731	405
MT	617	751	628	289	625	958
MG	267	284	628	786	879	756
SP	752	853	260	512	601	245
CE	255	265	564	403	381	491
AL	179	223	162	183	81	1.322
PI	-	192	222	500	302	285
BA	291	89	90	81	619	703
PB	219	223	201	157	124	185
GO	152	152	123	84	234	313
RN	62	64	89	104	86	117
SE	39	57	16	109	118	83
ES	61	85	101	-	1	64
PA	1.830	1.408	1.516	1.342	1.128	1.117

FONTE: Relatórios, Ministério do Exército.

33) poderiam, à primeira vista, ser tomados como a continuação da luta pela Independência: com a abdicação de Pedro I, em 1831, desapareceriam os últimos vínculos formais de caráter político com Portugal. Deu-se vazão, então, a uma série de sentimentos de caráter nativista, visando a dar a brasileiros o controle exclusivo do poder político e do poder econômico.

Já os movimentos posteriores, a partir da Sabinada, tiveram outro caráter: ainda que não houvesse, como foi o caso da Balaiada, objetivos políticos bem definidos, desde o momento da sua conflagração, em todos eles estão latentes a insatisfação e a revolta contra a administração estadual. Inserir-se-iam tais movimentos em um contexto nacional pouco estruturado: a

administração central de 1831 a 1840 foi bastante instável e pouco coesa do ponto de vista organizacional. Prova disto é que, com exceção de Farrapos, os movimentos pretendiam a instauração de uma república provisória, enquanto durasse a minoridade de D. Pedro, tal era o grau de descontentamento com o regime. Um segundo fator de âmbito nacional que merece destaque foi o clima de liberalismo criado após a retirada de D. Pedro, monarca bastante autoritário.

Temos, portanto, por um lado, tendências liberalizantes, no que se refere ao Estado, e tendências nacionalizantes, no que se refere à Sociedade. Por outro lado, estão o baixo grau organizacional do Estado e sua incapacidade de mobilizar prontamente recur-

QUADRO Nº 7

DESLOCAMENTO DE FÔRÇAS PARA O RIO GRANDE DO SUL: PRINCÍPIO DA REVOLTA ATÉ 31 DE MARÇO DE 1838	
ORIGEM	HOMENS
RIO	2.019
BAHIA	302
PERNAMBUCO	229
SANTA CATARINA	262
T O T A L	3.086

FONTE: Relatórios,
1838

sos. Este conjunto de fatores definiria o marco nacional que permitiu e favoreceu o surgimento dos movimentos revolucionários, alguns ameaçando francamente o regime e as instituições existentes.

Viu-se até agora alguns traços históricos que caracterizaram os movimentos revolucionários do Império e a forma através da qual o governo central os combateu. Trataremos, a seguir, de verificar a existência ou não de uma clivagem política básica, comum aos movimentos em questão,

QUADRO Nº 8

DESLOCAMENTO DE FÔRÇAS PARA O PARÁ: DO COMÊÇO DA REVOLTA ATÉ ABRIL DE 1835	
ORIGEM	HOMENS
RIO	178
BAHIA	7
PERNAMBUCO	831
CEARÁ	124
MARANHÃO	221
T O T A L	1.961

FONTE: Relatórios,
1838

buscando incorporar a noção de violência à evolução do Estado.

Os problemas fundamentais associados ao estudo das revoluções podem ser assim sintetizados: por que ocorrem, quando ocorrem e como ocorrem; trataremos a seguir do primeiro problema, uma vez que os demais já foram abordados. A discussão de tais problemas deve envolver, a nosso ver, a consideração de certos supostos e conceitos gerais. Já salientamos a idéia de se considerar a violência como propriedade estrutural da sociedade, o

que basicamente significa que toda sociedade tem um potencial revolucionário. Ela possui, no entanto, mecanismos de controle das tensões, e a tendência ao equilíbrio ou ao desequilíbrio deve ser baseada em suas próprias características estruturais e/ou conjunturais. Enfim, toda sociedade produz e controla tensões: a tendência para a "ordem" ou para a "revolução" é função do saldo entre, por um lado, a sociedade como sistema gerador de tensões e, por outro lado, a sociedade enquanto sistema controlador de tensões.

Que fatores seriam responsáveis pela grande erupção dos movimentos revolucionários do período imperial? O que se observa é que tais movimentos caracterizam claramente um momento de transição na vida brasileira.

A consideração das causas básicas dos movimentos, ou de suas reivindicações, aponta sempre para uma mesma direção: a insatisfação com a administração pública e mesmo para o separatismo, ainda que visto como solução provisória até que se desse a maioria de D. Pedro II. Isto tudo parece indicar que a dimensão da organização hierárquica do governo e divisão funcional dos diversos níveis da administração pública (central x local) era o tema contestado por excelência. Ou seja, a centralização *versus* a descentralização consistiu o eixo básico em torno do qual se situavam os conflitos.

O ódio à administração portuguesa, pouco alterada no governo de Pedro I, não parece ser indicativo realmente de uma preocupação nacionalista dominante, mas senão pela associação exis-

tente entre portugueses e administração pública, e assim a oposição fundamental seria contra o tipo de administração e não apenas contra o elemento português. Não se observa, realmente, uma consciência de luta pela nacionalidade e nem sequer uma movimentação intraprovincias no sentido de coordenar em âmbito nacional a luta.¹¹ Nativismo é aqui apenas um instrumento, uma bandeira de luta contra a administração central que, por ser estrangeira, permitiu talvez uma maior mobilização popular.

A própria evolução da administração colonial portuguesa é a história alterada de orientação centralizadora e descentralizadora. A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil significou um fortalecimento do governo central na medida em que se criou toda uma estrutura governamental no Rio de Janeiro, à qual se *subordinava* a autoridade provincial. O Governo de Pedro I foi a continuidade deste mesmo aparelho burocrático e a Independência a forma encontrada para a manutenção das estruturas burocráticas do governo em mãos de Pedro I.

O que se pretende com tudo isto é enfatizar que a criação do estado nacional brasileiro, obra do II Império, é uma idéia portuguesa que sempre contou com oposição daquilo que poderíamos chamar de "forças locais". A criação do estado brasileiro foi feita de cima para baixo, com pouca ou nenhuma mobilização popular, não sendo de forma alguma a resultante de forças locais; foi obra de uma elite política identificada com o liberalismo predominante na época.

Enfim, a história política da época representa a luta entre tendências locais que se opunham à centralização (e aqui o sentido das revoluções da época revela-se um excelente indicador) e uma elite política identificada com o liberalismo defendendo o estabelecimento do estado nacional brasileiro.

Atôres Legítimos do Sistema Político

1. Os Partidos e seus Programas

Durante o 1º Reinado não existiram organizações partidárias, e as eleições baseavam-se em critérios de prestígio local e pessoal. As relações entre o Executivo e o Legislativo foram sempre muito precárias, dando origem a um tipo de governo unilateral, em detrimento dos representantes eleitos para a Câmara.¹²

A partir de 1831, com a Abdicação, configuraram-se os primeiros partidos: os Exaltados, unidos em torno do ideal federalista, e chegando mesmo a admitir a idéia da República; os Moderados, também favoráveis à autonomia provincial com a criação de Assembleias Legislativas e de intendências municipais, à supressão do Conselho de Estado e do Poder Moderador, embora conservando-se o regime monárquico;¹³ e o Restaurador, cujo objetivo principal é não permitir a alteração da Constituição, além de agir no sentido de favorecer o retorno de D. Pedro I ao Brasil.

Em 1836 os Moderados e parte do Restaurador vão formar o Partido Conservador, cujo programa se resume na limitação das reformas instauradas pelo

Ato Adicional, em 1834, referentes à concessão de maior autonomia às províncias e por eles responsabilizadas por grande parte das revoltas que eclodiram durante o período regencial. Sua opção se fizera em favor da centralização e do fortalecimento da autoridade, e sua posição permanece inalterada até o fim do Império. Até 1878 não tinham sequer apresentado outro programa além do de sua criação.¹⁴ Adepto do regime de gabinete, implantou no Brasil um parlamentarismo *sui generis* em que as eleições do Legislativo não passavam de uma forma de ratificar e legitimar o Executivo previamente escolhido pelo Poder Moderador. A adoção definitiva do novo regime é considerada por Oliveira Vianna como elemento responsável pela transformação dos partidos de órgãos de representação de aspirações definidas em "meros agregados de clãs organizados para a exploração comum do poder".¹⁵

Com o objetivo de assegurar a maioria na Câmara, o partido no poder lançaria mão do expediente de dissolver a Assembleia sempre que se verificasse uma rotatividade dos partidos no Gabinete.

O mecanismo de obtenção das "Câmaras unânimes" era acionado por uma engrenagem complexa, uma espécie de pirâmide, no cimo da qual se colocava o presidente do Conselho de Ministros, passando por seus agentes regionais, os presidentes de províncias, que, de posse do controle das máquinas judiciária e policial locais, conseguiam manipular o processo eleitoral a partir de sua base, ou seja, a fase de

11. A própria Inconfidência Mineira, movimento revolucionário de maior vulto durante o período colonial, não apresenta traços suficientemente estruturados que deem conta de uma preocupação pela liderança e controle de um movimento nacional. Contava-se, apenas, com a adesão de outras províncias, mais objetivamente com a adesão do Rio.

12. Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, pág. 136 (CLAPCS).

13. Américo Brasiliense, *Os Programas dos Partidos Políticos e o 2º Império*, São Paulo, Tipografia de Jorge Seckler, 1878, pág. 10 (CBPE).

14. *Os Programas dos Partidos Políticos*, pág. 12.

15. Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1925.

qualificação ou alistamento, a cargo das mesas eleitorais municipais.¹⁶

Os autores divergem no que se refere à classe em que os conservadores habitualmente recrutavam seus membros: segundo Héliô Jaguaribe,¹⁷ J. C. de Oliveira Tôrres¹⁸ e Paulo Mercadante,¹⁹ o Partido Conservador representaria os interesses da classe territorial. Entretanto, dentre esses apenas Mercadante justifica sua posição: acredita que somente uma estrutura de poder centralizado disporia de meios para impedir a mudança das relações de trabalho, mais especificamente, a abolição do sistema escravista, sobre as quais a classe agrária baseava grande parte de seu poder econômico.²⁰

Já R. Faoro²¹ parte do pressuposto inverso: o Partido Conservador se identificaria com os interesses da burocracia estatal. Desvinculado das atividades produtivas e sustentado pelos impostos canalizados para o Centro em detrimento das províncias, o aparelho administrativo havia se constituído em detentor único do poder. A descentralização política, significando a representação de interesses econômicos e regionais, resultaria no estancamento de parte de sua fonte de sustento — a tributação — e na quebra da unidade de seu poder.

O Partido Liberal, que em 1831 tivera como objetivo principal a autonomia provincial e a supressão de de-

terminadas instituições monárquicas, e talvez da própria monarquia, perdera, em 1838, um pouco de sua intensidade: determinara como sua nova linha de ação cercar a monarquia de instituições republicanas, precisamente para que ela pudesse manter-se. Depois de haver promovido a maioria, em 1840, entra em processo de sensível desgaste; seu programa perde consistência, sua prática política torna-se idêntica à dos conservadores; a oposição partidária deixa de se fazer ao nível dos objetivos e passa a obedecer a rivalidades de caráter pessoal.²²

A maioria parece ter sido o divisor das tendências dos Partidos Conservador e Liberal: o período regencial se caracterizara pela adesão a princípios bem definidos; pelo contrário, o que se observa nos quinze primeiros anos do II Império é um amortecimento dos princípios partidários, que atinge seu ponto máximo com o Gabinete de coalização do Paraná, em 1853. Não tendo poupado esforços no sentido de apressar a maioria, os liberais abriram caminho para o processo de centralização ao qual se opunham, e lançaram as bases para o predomínio indiscutível dos conservadores até 1862. Não é de estranhar, portanto, que durante esse período se houvessem adaptado ao sistema de rodízio de Gabinetes, e tivessem se li-

mitado a esperar, impacientes, pela convocação do Poder Moderador.

A análise da maioria dos autores estudados²³ é bastante imprecisa, no que se refere ao recrutamento do Partido Liberal: no seu entender ele representaria os interesses da classe média urbana e dos bacharéis. Não especificam, no entanto, quem constitui essa classe média, quais sejam os seus interesses e em que medida se conciliam com os objetivos do partido.

Apenas Faoro apresenta uma explicação suficientemente clara e coerente: se, de um lado, o aparato burocrático estatal se confunde com o Partido Conservador, o princípio de descentralização liberal favorece os interesses da classe agrária produtora, tolhida pelos excessos da centralização.

A falta de representatividade das eleições é apontada também como uma das causas da lenta absorção do partido Liberal pelo Conservador, o que por si só não constitui uma explicação, pois, se na verdade havia fraudes eleitorais, ambos os partidos as praticavam.²⁴ O que parece ter ocorrido na realidade foi a prática de um mecanismo semelhante ao da reciprocidade vigente no sistema coronelista: da mesma forma que, para se manter, o coronel cede sua autonomia legal ao governo estadual em troca da concessão, por parte deste, de uma autonomia extralegal,²⁵ o partido Liberal abre mão de seus princípios básicos em troca da possibilidade de ser es-

poradicamente convocado pela instituição suprema do regime imperial centralizado, para se ocupar do Executivo. Haja vista que, até 1862, os liberais estiveram no poder no período que vai de 1844 a 1848, em seguida de 1859 a 1861, além do Gabinete da Maioridade de 1840, que durou apenas 8 meses.²⁶

A ascensão da Liga Progressista ao poder marca o ressurgimento das idéias liberais. Formada de liberais e conservadores dissidentes, seu programa concentra-se na defesa da reforma eleitoral e da descentralização administrativa, embora admitindo a centralização política. A partir dessa fase, a regeneração do sistema representativo torna-se um dos problemas políticos mais importantes.²⁷ Vai ser retomado, em 1868, pelos liberais-radical, cuja atuação concentra-se na luta contra a intervenção do Poder Moderador nas eleições, embora deixando clara a sua intenção de realizar reformas sem recorrer a métodos revolucionários.²⁸

Criado em 1870, e tendo absorvido parte da corrente liberal-radical, o Partido Republicano parece demonstrar, por vários indícios, que seu objetivo era o de expressar numa série de necessidades e exigências da sociedade que os partidos, ou melhor, as instituições monárquicas, já não podiam representar e atender.²⁹

A falência dos partidos políticos era indiscutível: nenhum dos dois pôde realizar seus interesses; os con-

16. João Camillo de Oliveira Tôrres, *Os Construtores do Império*, São Paulo Companhia Editora Nacional, 1968, págs. 22-4.
17. Héliô Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª edição, 1968.
18. J. C. de Oliveira Tôrres, *op. cit.*
19. Paulo Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1965.
20. "... o movimento do regresso visava, entre outras coisas, a tolher os anseios abolicionistas, representando, pois, no plano político, um dos pontos de apoio e defesa da organização servil do trabalho. O centralismo assegurava um maior controle sobre o país, ao passo que a autonomia das províncias poderia ocasionar a mudança nas relações internas de produção". Paulo Mercadante, *op. cit.*, pág. 128.
21. Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, Editora Globo, 1958.
22. Américo Brasiliense, *op. cit.*, pág. 13.

23. Jaguaribe, João Camillo de Oliveira Tôrres, Mercadante.
24. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro, Garnier, 1897, citado em J. C. de Oliveira Tôrres, *op. cit.*, pág. 18.
25. Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* — "O Município e o Regime Representativo no Brasil", Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948.
26. Max Fleiuss, *História Administrativa do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1925 (2ª edição).
27. Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957 (5ª edição), págs. 368-372.
28. Américo Brasiliense, *op. cit.*, pág. 31.
29. Euclides da Cunha, *A Margem da História*, Porto, Livraria Lello e Irmãos, 1946 (6ª edição), págs. 304-309.

servadores chegaram mesmo a colocar em prática algumas das principais medidas propostas pelos liberais: a eleição direta e a abolição.³⁰

Os republicanos haviam compreendido que monarquia e centralização eram elementos inseparáveis,³¹ perceberam que só a mudança das instituições lhes permitiria realizar seus objetivos principais: a representatividade eleitoral e a federação.

Seria interessante verificar até que ponto os ideais republicanos estão ligados ao desejo, por parte de determinadas províncias, de maior autonomia econômica,³² ou mesmo, da intenção por parte dos fazendeiros de café, de usar a máquina governamental para favorecer seus interesses econômicos.³³ É sintomático o fato de São Paulo ter sido a primeira província a eleger dois deputados republicanos, em 1885, seguido por Minas, em 1888.

Um estudo baseado em dados eleitorais até 1881 (Lei Saraiva) dificilmente poderá revelar resultados importantes a respeito do recrutamento e zonas de influência dos partidos em razão da vigência, até essa época, do mecanismo de eleição de "câmaras unânimes" para garantir maioria ao partido no poder, através do qual era também impossível ter-se uma idéia clara do tamanho do eleitorado conservador e liberal. Apenas a comparação, de eleição para eleição, do total de eleitores que haviam votado em cada um dos partidos serviria para dar uma noção da flutuação do eleitorado.

2. As Relações do Executivo com o Legislativo³⁴

A instituição do Poder Moderador, como organismo acima e independente dos partidos, evidencia a clara diferenciação entre a administração executiva, representada principalmente pelo Imperador e o gabinete por ele escolhido, e o sistema político partidário que aparece, com possibilidades restritas de atuação, no interior do sistema legislativo.

O Poder Moderador "é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, para que, incessante, vele sobre a manutenção da independência, harmonia e equilíbrio dos demais poderes políticos".³⁵ São poderes do poder moderador, entre outros, os de nomear os senadores, dissolver a Câmara de Deputados, nomear e demitir ministros de Estado e suspender magistrados.

O sistema eleitoral, por sua vez, está sujeito a vários tipos de restrições. Os senadores são vitalícios, escolhidos pelo Imperador, em um terço, através de listas tríplices. As eleições são indiretas, e limitadas a *cidadãos ativos*: estavam excluídos de votar nas assembleias paroquiais os que tivessem renda anual abaixo de 100\$ "por bens de raiz, de indústria, comércio ou emprego". Estavam excluídos de ser eleitos os que tivessem renda abaixo de 200\$ por "bens de raiz, comércio ou empre-

go". E só podiam ser eleitos deputados os que tivessem 400\$ ou mais.

Desde os episódios da dissolução da Assembléia Constituinte está evidente o conflito entre o Legislativo e a administração central. É o conflito entre o projeto de Constituição, que procura limitar ao máximo os poderes do Imperador e valorizar a representação nacional através da indissolubilidade da Câmara, do voto suspensivo, da sujeição das forças armadas à Câmara e não ao Imperador³⁶ — e a Carta outorgada, que estabelece o oposto. Os senadores, estando sob a pressão de escolha do próprio monarca, alentados pela vitaliciedade, não se opunham à sua ação. Por outro lado, a própria constituição da Câmara, restrita aos grandes proprietários e aos "letrados" que os representam,³⁷ entra em conflito com o Imperador apenas através de alguns de seus membros. O único grande momento de vitória do Parlamento foi realizado na ocasião da

renúncia do Imperador em 1831, que não deixou de ter, entretanto, a colaboração do exército.³⁸

Em todo o decorrer do Império podemos verificar a pouca expressão do Parlamento pela comparação das dotações gerais do Ministério do Império, através do qual era distribuída a dotação da Câmara e do Senado. As despesas básicas deste ministério se dão com a Família Real, com o Conselho e a Secretaria de Estado, além do Parlamento. Só no final do Império, quando a importância relativa do Ministério do Império diminui, é que a participação relativa do Legislativo no seu orçamento se aproxima da casa dos 19%. Em relação às despesas gerais do governo, no entanto, a porção que cabe ao Congresso é sempre mínima.

Qual a relação, entretanto, entre despesas e importância política? É bem verdade que o poder de um organismo político não depende simplesmente

QUADRO Nº 9
PROFISSÃO DOS DEPUTADOS
(8 legislaturas)

PROFISSÃO	LEGISLATURA (1826 - 1858)								TOTAL
	26/29	30/33	34/37	38/41	42	45/47	48	53/58	
Militar	10	11	8	5	6	6	6	4	56
Religioso	21	14	21	7	9	4	8	2	86
Bacharel	10	8	8	8	11	18	10	31	104
Magistrado	15	19	16	22	8	25	20	31	166
Médico	3	3	5	4	2	5	5	5	32
Fazendeiro	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Diplomata	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Professor	-	-	1	-	5	1	4	2	13

30. Calógeras, *op. cit.*, pág. 364.

31. Américo Brasiliense, *op. cit.*, págs. 61-84.

32. R. Faoro, *op. cit.*, pág. 234.

33. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967 (7ª edição), pág. 124.

34. Este subcapítulo é uma contribuição do colega Sérgio da Rocha Souza.

35. *Constituições do Império*, Edições Saraiva.

36. Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*, ed. Brasiliense, São Paulo.

37. Raymundo Faoro, *op. cit.*, pág. 151.

38. O informação detalhada encontra-se nos *Subsídios para a História Político-Social Brasileira*, Rio, IUPERJ, 1970.

39. Idem, *ibidem*.

te dos recursos materiais à sua disposição, já que fatores de prestígio, legitimidade e autoridade legal têm importância central. Mas é de se esperar que, na medida em que uma instituição governamental se firme e institucionalize, ela adquira também proporcionalmente mais recursos para cobrir os custos normais de um processo de desenvolvimento e institucionalização. O que o quadro abaixo indica, no entanto, é que o crescimento numérico do poder legislativo vinha acompanhado, não de aumento, mas de estagnação ou restrição de seus recursos operacionais:

QUADRO Nº 10

CRESCIMENTO COMPARATIVO DAS DOTAÇÕES DA
CÂMARA DE DEPUTADOS E O CRESCIMENTO DO

NÚMERO DE DEPUTADOS

(Período de oito anos)

ANO LEGISLATURA	Nº DE DEPUTADOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (em milréis)
26 - 29	76	-
30 - 33	97	388:369\$121
34 - 37	106	-
38 - 41	98	271:829\$000
42	96	215:727\$000
45 - 47	98	284:929\$000 279:729\$000
48	129	285:509\$000
53 - 58	123	228:320\$000

O que isto evidencia é que o Parlamento não se equipou, não aumentou seu pessoal, não teve à sua dis-

posição recursos que lhe permitissem um funcionamento eficiente como representante da soberania nacional. Porque esta soberania estava, e sempre esteve, nas mãos do Poder Imperial.

3. A participação das províncias no Poder Central

A maioria dos autores é unânime em concordar que, durante o Império, as províncias desempenhavam o papel de meras ramificações do Poder Executivo. Os presidentes de província não passavam de agentes-encarregados da consecução da política administrativa e da composição do Legislativo, obedecendo aos interesses do Executivo Central e, mais exatamente, do presidente do Conselho de Ministros.

Tendo em vista a anulação, na prática, da legitimidade do Legislativo, tentamos verificar em que medida a frequência com que as províncias aparecem representadas no Executivo se constituiria em uma forma válida de medir a sua participação no poder. Para isso procuramos complementar os dados sobre a composição e orientação dos Gabinetes do II Império com informações acerca da província de origem dos titulares das Pastas. A seguir procedemos à tabulação daqueles dados de forma a sintetizá-los, tal como são apresentados no Quadro nº 11, cujo exame mostra que as províncias da Bahia, Rio de Janeiro, Minas e Pernambuco estiveram sempre sobre-representadas. Também São Paulo, ainda que em menor escala, enviou um número considerável de representantes. Algumas províncias participaram do Executivo com um, dois ou três representantes, enquanto outras, como Goiás, Mato Grosso, Paraná, Espírito Santo e Amazonas, nem sequer participaram.

QUADRO Nº 11

FREQUÊNCIA COM QUE AS PROVÍNCIAS ESTÃO REPRESENTADAS NOS GABINETES DO II IMPÉRIO

	1840	1841	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1848	1848	1852	1853	1857	1858	1859	1861	1862	1862	1864	1864	1865
DF	1	3	2			1		2	1	4	3	2		1		4		3		1	
ES																					
BA		1		3	2		2	1		2	2	2	1	2	1	2	2	1	1	1	3
SE																					
AL															1			1			
PE	2			1	2	2							2		1		2				1
PR																					
RN																					
CE																					
PI															1					1	
MA																			1		
PA									1				1								
AM																					
SP	2						2	1	2								1		1		
PR																					
SC				1									1								
SP*							1										1				
MG	1	1	1		2			2	1	1	2		1	1							
GO																					
MT																					
P**		1	1													1					
CS***			1																		

NOTA: O estudo se limitou a recolher informações sobre os gabinetes do II Império em virtude de não terem existido organizações partidárias durante o I Império.
* SP - São Paulo ** P - Portugal *** CS - Colônia do Sacramento

	1866	1868	1870	1871	1875	1878	1880	1882	1882	1883	1884	1885	1888	1889	TOTAL
DF		2	1		1									1	34
ES															-
BA	2	3		2	2		2		1		1	1		1	45
SE														1	1
AL						1								1	3
PE			3	1	1				1				1	1	21
PR					1										1
RN									1						1
CE		1											1		2
PI	1								1			1			6
MA								1		1	1				14
PA															2
AM															-
SP	2		1									1			13
PR															-
SC															2
SP*						1	1								4
MG	1		1	1		2		2	1	2	1	1	2	2	29
GO															-
MT															-
P**															2
CS***															1

O passo seguinte será tentar explicar por que aquelas províncias ocuparam maior número de Pastas nos Gabinetes. Os dados referentes à contribuição de cada província para a receita geral do Império nos pareceram extremamente sugestivos porque, se convenientemente controlados, servirão para apoiar ou refutar a perspectiva de Faoro, de que há, no Império, uma completa dissociação entre poder econômico e poder político.

Partindo desta idéia, normalmente não deveria haver correlação positiva entre a frequência de participação no Executivo e o montante de contribuição de cada província para a receita geral, dada pelo somatório dos impostos diretamente arrecadados pelo governo central nas províncias.

Como o nosso objetivo foi apenas o de tentar verificar se a tendência postulada por Faoro se verifica ou não, sem pretender, contudo, especificar o seu grau de intensidade, decidimos apresentar os dados para dez períodos, separados por intervalos relativamente regulares: 1856-57, 1861-62, 1866-67, 1869-70, 1872-73, 1875-76, 1878-79, 1881-82, 1884-85 e 1888. A escolha de períodos posteriores a 1856 se explica exclusivamente pela dificuldade de acesso aos dados anteriores àquele ano.

O que se observa, a partir de uma correlação meramente visual, é que, de início, parecia haver uma coincidência entre as províncias que mais contribuem com as que aparecem com maior frequência ocupando cargos no Executivo. A Bahia, por exemplo, que ocupou 46 pastas nos 36 Gabinetes do II Império, contribuiu, nos períodos analisados, com cerca de 8 a 15% da receita geral oscilando sempre entre o segundo e o terceiro lugares por ordem de contribuição. O mesmo ocorre com Pernambuco, que ocupou um total

de 20 pastas, e que se colocou sempre no segundo, terceiro ou quarto lugares por ordem de contribuição. O Rio de Janeiro, entretanto, ocupou um total de 33 pastas, embora tenha-se situado em posições menos importantes na classificação por ordem de contribuição das províncias. Caso semelhante é o de Minas Gerais, que teve 29 representantes no Executivo. As províncias do Pará e de São Paulo situam-se no caso oposto; embora contribuindo com 4 a 6% da receita geral, não chegaram a ocupar mais que duas ou três pastas nos Gabinetes do II Império.

São Paulo é, talvez, o caso mais interessante. Embora tendo-se tornado o principal produtor de café, a partir da segunda metade do século XIX, sua contribuição oscilou entre 5 e 9% da receita geral e não ocupou mais do que 12 pastas. É verdade, no entanto, que sua posição na ordem de contribuição, que geralmente oscilava entre o quarto e o sexto lugares, sobe, em 1888, para o segundo lugar.

Desta forma, se a análise conjunta dos dois tipos de dados não se revelar suficientemente convincente para confirmar, ainda que parcialmente, a idéia central de Faoro, pelo menos também não demonstra a existência de uma proporcionalidade entre contribuição fiscal e representatividade no Executivo, necessária para demonstrar a tese oposta.

Seria necessário, entretanto, fazer uma série de observações com referência à confiabilidade dos dados apresentados: inicialmente, seria inviável confirmar quaisquer das duas tendências sem se proceder a uma correlação entre dados sobre produção e urbanização, discriminados por província, dados esses que influem diretamente sobre os impostos de exportação e de interior.

As províncias onde se arrecadam os montantes mais altos de impostos sobre

a exportação nem sempre são as que na realidade produzem mais; muitas vezes sua produção é escoada através de portos localizados em outras províncias, como é o caso de São Paulo, cuja produção cafeeira foi exportada sobretudo através do porto do Rio de Janeiro. Somente no final do século é que aumentam as suas exportações através do porto de Santos.

Por outro lado, o peso relativamente pequeno da contribuição de certas províncias, como Minas, para a receita geral, é explicado em parte pelo fato de não terem litoral e, conseqüentemente, não apresentarem quotas referentes a exportações e despachos marítimos.

O fato de as informações acerca das províncias de origem dos membros dos Gabinetes estarem incompletas constitui uma das principais deficiências do trabalho e representa uma limitação séria para a manipulação dos dados apresentados, sobretudo dos que se referem às duas últimas décadas do Império.

A fim de dar uma idéia mais clara das principais tendências em termos de representação no Executivo e contribuição relativa para a receita geral, decidimos reorganizar alguns dados e distribuí-los em dois quadros. Foram selecionadas as cinco províncias mais representadas nos Gabinetes do II Império; o quadro nº 12 apresenta, separadamente, o total de frequências com que aparecem representadas nas cinco últimas décadas do Império.

O quadro nº 13 apresenta a média aritmética das contribuições daquelas mesmas províncias para a receita geral, nas quatro últimas décadas do Império.

Observa-se que a partir de 1870 as contribuições do Rio de Janeiro e Bahia sofrem um decréscimo sensível, o mesmo acontecendo com a frequência com que aparecem representadas no Executivo. Pernambuco mantém-se relativamente estável, embora suas contribuições tenham diminuído; com Minas ocorre o oposto, ou seja, uma estabilização na área de contribuições

QUADRO Nº 12

PROVÍNCIAS MAIS REPRESENTATIVAS NO EXECUTIVO
-PERÍODO 1840/89-

	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89	TOTAL
RJ	14	6	10	2	2	34
BA	11	8	15	4	7	45
PE	7	3	3	5	3	21
SP	7	-	4	1	1	13
MG	8	5	1	4	11	29

QUADRO Nº 13

MÉDIA ARITMÉTICA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A RECEITA GERAL

PROVÍNCIAS MAIS REPRESENTADAS NO EXECUTIVO	P E R Í O D O S			
	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
RIO DE JANEIRO	1,73	1,57	1,48	0,92
BAHIA	15,09	11,71	9,95	0,13
PERNAMBUCO	15,00	14,65	11,20	9,11
SÃO PAULO	1,98	2,85	4,84	7,78
MINAS GERAIS	1,00	1,11	1,21	1,17

e um aumento na representação. Já a interpretação dos dados relativos a São Paulo apresenta alguns problemas: tal como aparecem nos quadros nºs 12 e 13, demonstram um aumento das contribuições acompanhado de uma diminuição de representação nos Gabinetes, sugerindo a confirmação, pelo menos para esta província, da tese de Faoro de que durante o Império ocorreu uma dissociação entre poder econômico e poder político. Entretanto, é justamente a partir de 1870 que os dados sobre a representação das províncias no Executivo estão mais incompletos, o que concorre para relativizar qualquer conclusão preliminar a que se possa chegar a respeito de São Paulo.

Conclusão

A análise empreendida, ainda que insuficiente do ponto de vista dos dados utilizados, aponta para certos aspectos importantes.

No que se refere à temática política, o que se constata é a prevalência da dimensão centralização-descentralização como denominador comum, tanto nos movimentos de participação ilegítima — movimentos revolucionários — quanto na organização partidária do Império — liberais x conservadores.

Quanto à tese de Faoro de que o Partido Conservador correspondia aos interesses da burocracia estatal e que o Partido Liberal recrutava seus membros na oligarquia latifundiária, como indicativa de uma possível dissociação entre o poder econômico e o poder político, tornam-se necessárias algumas observações. Em primeiro lugar, os dados de representatividade e de contribuição financeira provinciais revelam-se insuficientes para a comprovação de uma e de outra hipótese, em função das dificuldades apontadas.

A recombinação desses dados demonstra que, se tomados isoladamente, alguns dos períodos do II Império

são marcados por uma tendência, ainda que não muito acentuada, a uma maior associação entre poder econômico e poder político, esse é o caso sobretudo das décadas de 1860-69 e 1870-79, em que a diferença entre as províncias que apresentam simultaneamente uma alta contribuição e uma representação significativa diminui em relação às que, embora contribuindo com percentagens consideráveis para a receita geral, encontram-se sub-representadas junto ao Governo (vide anexos 1, 2, 3 e 4). Essa tendência sofre uma reversão durante a última década do Império, quando volta a predominar a dissociação entre poder político e econômico, que parece ser realmente a tônica do II Império, tal como indica o Anexo 5, calculado a partir das médias das percentagens das contribuições e do número total de representantes de cada província no Gabinete durante o período 1850-1889. É necessário, contudo, não subestimar a importância do fator econômico, uma vez que a observação desses dados recombina, quer para períodos de 10 anos, quer para a quase totalidade do II Império, chama a atenção para o fato de que as províncias que tradicionalmente apresentam baixas contribuições, com uma exceção apenas, a do Piauí, acham-se invariavelmente sobre-representadas no Gabinete.

Fazendo uma rápida retrospectiva de todo o período imperial, observa-se que o I Império se caracterizou pela alta intensidade do conflito político, tanto ao nível dos atores legítimos, através dos partidos que então se formavam, nitidamente diferenciados em termos de orientação, como ao nível dos atores ilegítimos, cujas principais reivindicações se expressavam através dos vários movimentos que eclodiram sobretudo durante a década de 30.

O que se percebe é que em ambos os níveis o conflito gerou em torno da oposição à centralização que caracterizava o regime, no qual o poder político se concentrava nas mãos de uma burocracia predominantemente portuguesa, desligada das atividades produtivas, a qual se transferira para o Brasil em 1808.

O que o II Império tem de curioso é que embora permaneça o fator que anteriormente serviria de base para o conflito, ou seja, a centralização, o conflito em si praticamente desaparece, cedendo lugar à institucionalização de mecanismos típicos de cooptação, que deram origem à alternância pacífica dos partidos no poder e às eleições de câmaras "unânimes" como simples ratificação de uma escolha previamente realizada pelo Poder Moderador.

A ausência de contestação do estamento burocrático durante o II Império parece indicar a interferência de uma série de fatores, fortalecendo a idéia de que uma análise do fenômeno da associação ou dissociação entre poder político e econômico apenas ao nível das províncias é insuficiente. O que se sugere, a título de complementação do presente estudo, seria uma análise, ao nível individual, dos elementos componentes dos gabinetes imperiais, visando verificar em que medida se achavam ligados, por laços de família, à aristocracia fundiária. A hipótese subjacente a este tipo de investigação seria a de que a legitimação do estamento burocrático no II Império esteve diretamente relacionada com a assimilação progressiva, através dos mecanismos de cooptação de alguns dos interesses dos latifundiários, não se verificando, portanto, uma dissociação tão completa entre poder econômico e político como alguns dados à primeira vista parecem demonstrar. Dentre os

fatores que contribuem para confirmar essa hipótese, citam-se a gradual diferenciação entre os programas partidários e o fato de o Partido Conservador ter sido o responsável pela implantação das principais medidas reivindicadas pelos liberais. No que se refere à forma como se processou a vincula-

ção dos interesses dos proprietários de terras ao sistema, é provável que os bacharéis, na sua maioria provenientes da aristocracia rural, tenham desempenhado o papel de representantes dos latifundiários dentro da própria burocracia, agindo como porta-vozes de seus interesses.

APÊNDICE Nº 1

1850-1889 (média)

		CONTRIBUIÇÃO	
		ALTA	BAIXA
REPRESENTAÇÃO	ALTA	RJ BA PE MG	PI
	BAIXA	AL CE MA PA S. PEDRO	ES PI SE PB RN AM PR SC GO MG

NOTA: vide anexos 1, 2, 3, e 4

APÊNDICE Nº 2

		1850-59 CONTRIBUIÇÃO	
		ALTA	BAIXA
REPRESENTAÇÃO	ALTA	RJ BA PE MG	
	BAIXA	ES CE MA PA SP	SE AL PB RN PI AM PR SC GO MT

ANEXO 1

		1860-69 CONTRIBUIÇÃO	
		ALTA	BAIXA
REPRESENTAÇÃO	ALTA	RJ BA PE SP	PI
	BAIXA	CE MA PA S. PEDRO MG	ES SE AL PB RN AM PR SC GO MT

ANEXO 2

		1870-79 CONTRIBUIÇÃO	
		ALTA	BAIXA
REPRESENTAÇÃO	ALTA	RJ BA PE S. PEDRO MG	
	BAIXA	CE MA PA SP	ES SE AL PB RN GO MT PI

ANEXO 3

		1880-89 CONTRIBUIÇÃO	
		ALTA	BAIXA
REPRESENTAÇÃO	ALTA	BA MA MG	
	BAIXA	RJ AL PE PB CE SP S. PEDRO	ES SE RN PI AM PR SC GO MT

ANEXO 4

SUMMARY

The fundamental concern of this paper is to explore the theme of political participation in Imperial Brazil, both in terms of legitimate (political party organization), and of illegitimate participation (revolutions). It also seeks to verify the extent to which economic and political power were associated in Imperial Brazil,

through the analysis of data on provincial financial contributions and provincial political representation in the Cabinet. It is thus an attempt to specify Raimundo Faoro's thesis, while emphasizing the need to incorporate other variables into the model in order to obtain more refined explanations.

RÉSUMÉ

Le but principal de cet article est d'une part exploiter la thématique sous-jacente à la participation politique pendant l'Empire, tant en ce qui se réfère aux formes légitimes de participation (organisation des partis) quant à celles illicites.

D'autre part, on cherche à voir jusqu'à quel point le pouvoir économique et le pouvoir politique se trouvaient associés

pendant l'Empire, à travers la manipulation référence aux contributions monétaires des Provinces et la représentation politique dans les Cabinets de l'Empire. Il s'agit donc d'un essai d'analyse de la thèse de Raimundo Faoro (*Os Donos do Poder*) qui met en lumière le besoin d'utilisation d'autres variables pour que l'on puisse obtenir un plus haut degré de précision.

Abertura Social e Participação Política no Brasil

Maria Antonieta de A.G.

Parahyba *

1. Introdução

No quadro geral da economia brasileira que abrange o período final do Império até a 1ª Guerra Mundial (1860-1914), observa-se uma abertura em todos os setores: importação, exportação, receita, despesa. O número de indústrias brasileiras no princípio do século XX é bem maior que na década de 1880. A infra-estrutura se vê fortalecida com a construção de milhares de quilômetros de estradas de ferro, abertura de estradas, as comunicações tornando-se mais fáceis com o aumento da rede de telégrafo e de telefones. Um novo centro econômico emerge na passagem do século: o Centro-Sul. O café, vindo das lavouras decadentes do Vale do Paraíba, entra no Estado de São Paulo nos finais do século XIX, e vai constituir durante a 1ª República o produto mais importante da economia brasileira, propiciando o desenvolvimento da região que abrange o Estado de São Paulo até o sul do país.

Muitos estudos têm sido feitos para observar as alterações que a Repú-

blica trouxe à economia e à sociedade brasileiras. No plano político, atribui-se à mudança de regime político a estrutura política "coronelista" que se implanta no Brasil¹ a partir de então. De fato, não há dúvida de que os proprietários agrícolas passam a desempenhar o papel de verdadeiros atores no cenário político do começo do século. São eles que *fazem* os presidentes, os deputados, os senadores. Contudo, por trás deles, há uma comunidade política que tem sido pouco estudada, não só pela falta de dados que permitam analisá-la com fidelidade, como pela sua pequena representatividade num sistema político onde antes da realização das eleições o nome do eleito se encontra no "bôlso do colê" dos políticos mais importantes.

Foi para essa comunidade política que voltamos a atenção neste estudo. E para verificar a amplitude da participação da população na comunidade política, achamos que seria significativo compará-la com a participação real da população na economia e na sociedade brasileiras.

* Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Estado de São Paulo (1968), presentemente cursando o Mestrado em Ciência Política e Sociologia, do IUPERJ.

1. Veja-se Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio, 1948, pág. 184.

Trabalhamos com dados censitários, objetivando conhecer os principais processos sociais que tiveram desenvolvimento no período que vai de 1872 (data da elaboração do 1º Censo Nacional) até 1920, observar a sua variação no decorrer do período estudado, bem como avaliar a repercussão das transformações sócio-econômicas na própria estrutura política e especialmente na comunidade política do Brasil.

2. Participação Social e Participação Política

São inúmeras as teorias que estudam os reflexos das mudanças sociais na atividade política dos membros de uma sociedade. De um modo geral, existe uma tendência para apontar uma relação causal entre processos, tais como urbanização, industrialização, educação, que propiciam uma abertura social, com emergência de novas camadas da população, e os mecanismos políticos de escolha de representantes e de participação política.

Entendemos aqui por *participação social* o processo de crescimento de setores populacionais urbanos, ocupados em atividades profissionais, munidos de educação. Desta forma, se entre os dois períodos limítrofes (1872 e 1920) houver uma alteração na composição e no crescimento da popula-

ção urbana, da população alfabetizada e da população ocupada², poder-se-á concluir por uma alteração no sistema de participação social brasileiro.

Já a *participação política* é uma variável que admite uma quantidade bastante grande de indicadores, entre os quais o mais conhecido é a proporção de votantes, isto é, o tamanho da camada que toma decisões de maneira indireta — através do voto. São inúmeras as formas de se participar da vida política: a liderança decisória nos assuntos nacionais, na qualidade de representante popular, a liderança em âmbito mais restrito, no interior de organizações formais e informais, a participação eleitoral através do voto e da escolha dos representantes, o “compromisso” de camadas da população com o governo central³ e até mesmo as formas não-legítimas de participação, constituídas pelas revoluções e atentados.

Buscamos estudar a participação política através do levantamento do tamanho do seu colégio eleitoral⁴. Não contamos com dados tais como número de votantes nas eleições, não sendo portanto possível observar quantos são os que votam, mas, apenas, quantos estão aptos a votar.

A comparação da população que participa da vida social com a que está apta a participar na esfera política nos permitirá estudar a defasagem não ape-

nas entre dois setores da vida brasileira: a sociedade e a política, como também entre os ideais reformistas do Império e dos republicanos, e a sua colocação em prática, nos princípios deste século.

Respostas serão procuradas para questões como: Que tipos de alterações se verificaram na sociedade e na política neste período? Pode-se falar em desenvolvimento no período que vai de 1872 a 1920? A abertura social nestes 48 anos, verificada de maneira espontânea, terá correspondido uma política induzida de aumento da participação eleitoral? Se esta política de aumento não teve lugar, quais as repercussões de uma sociedade que se amplia, sem que sua esfera política sofra qualquer alteração?

3. Algumas limitações

Fazer uso de um material censitário esparso, bem como manusear os primeiros recenseamentos brasileiros, e daí colher dados para análise, não deixa de ser uma temeridade. Sempre se está sujeito a ter um trabalho muito grande de elaboração dos dados, para depois se chegar à conclusão de que os dados estão equivocados e que o resultado não deve corresponder à realidade. Por outro lado, há a oportunidade de se chegar a novas descobertas, e levantar uma realidade inexplorada.

Pela própria ausência de uma elaboração sistemática dos Censos Nacionais, não se contou com um critério homogêneo de apresentação dos dados, chegando muitos dados a não constar do levantamento feito num determinado período.

Por outro lado, na comparação entre urbanização, ocupação, alfabetização, temos que deixar de lado o problema da não-coincidência do tamanho das populações consideradas, pelo

fato de cada processo abranger uma faixa etária diferente:

— população alfabetizada: maior de 7 anos;

— população urbana: todas as idades;

— população ocupada: maior de 14 anos;

— eleitores: maiores de 21 anos.

Ao problema da confiabilidade dos dados, por precariedade das técnicas de recenseamento, acrescenta-se com relação aos dados eleitorais a própria estrutura política dos fins do Império e da República Velha, onde a fraude era uma instituição, e onde o eleitorado, muitas vezes fictício, não tinha voz decisória.

Em razão dos próprios dados que lhe servem como base para análise, este estudo tem suas limitações. Presta-se, por outro lado, a posteriores elaborações, quer de caráter empírico, quer de explicação sociológica e histórica.

4. Abertura ou Fechamento na Sociedade e na Política do Brasil?

Quando tentamos comparar a participação política e a participação social em dois momentos (1872 e 1920), bem como ao longo dos 48 anos que separam estes anos limítrofes, estamos partindo de um pressuposto através do qual a *urbanização* leva uma quantidade relativa de habitantes do campo para as cidades, bem como desloca populações de outros locais do país e do exterior. Estes migrantes têm seu modo de vida alterado pelo meio onde passam a viver. Há maior contato social, maior possibilidade de comunicação, encontram-se facilidades que o campo ou outras regiões não urbanizadas não poderiam fornecer.

A *educação* não é necessariamente um corolário do processo de urbaniza-

2. População urbana: população de cidades com mais de 30.000 habitantes; população alfabetizada: população que sabe ler e escrever, independentemente do fato de ter frequentado escolas; população ocupada: união dos setores primário, secundário e terciário, com exclusão dos “serviços domésticos”, nesta época quase sempre não remunerados.
3. Veja-se Jorge Graciarrena, no artigo “Urbanização, Estrutura de Poder e Participação Política dos Setores Populares”, in *Urbanização e Subdesenvolvimento*, organizado por Luiz Pereira — Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969, pág. 182.
4. Os dados sobre o número de eleitores foram encontrados nas seguintes fontes: dados de 1873 — Diretoria Geral de Estatística, Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 1873 — Rio de Janeiro; dados de 1912 — Diretoria Geral de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil — 1908-1912, Ano I, Vol. I — Território e População; dados de 1933 — Anuário Estatístico do Brasil — 1936.

ção, mas acompanha-o de perto, de um modo geral. Na falta de dados educacionais fiéis para este período, tomamos para o estudo da educação o índice de alfabetização.

Quando tem lugar um incremento na população ocupada, fundamentalmente em atividades primárias e secundárias, podemos concluir que a economia está crescendo, já que um aumento no setor produtivo (superior ao mero acréscimo demográfico) implica no aumento da produção de bens, produção essa que é remunerada e reverte em consumo. Sociologicamente, um incremento na população ocupada propicia uma mobilidade horizontal ou vertical.

Quando os três processos verificam-se paralelamente, pode-se falar numa abertura social. Em 1872, conforme se observa no Quadro 1, 31% da população brasileira viviam em cidades com mais de 30.000 habitantes, sendo o índice de população ocupada um pouco superior (47%), em virtude das atividades rurais compreenderem 33% da população brasileira, enquanto as atividades urbanas (indústria e serviços) só ocupavam 14%. Havia então uma certa correspondência entre a alfabetização, requisito para ser eleitor (= 19%), a ocupação em serviços urbanos (= 14%) e o número de eleitores inscritos (= 11%), não se verificando então uma grande marginalização política de pessoas potencialmente em condições de participar da esfera do poder.

Em 1920, a proporção da população urbana aumentou para 51%, subindo também a taxa de alfabetização

para 29%. O que se verifica nos demais setores é uma queda significativa da participação social e política. A população ocupada na indústria cai de 8% para 4%. As atividades urbanas (indústria e serviços) caem de 14% para 8%. Até a população ocupada na agricultura, que constitui a atividade mestra da nossa economia, cai de 33% para 21%.

Mas bastante significativo é o fato de a participação política cair de 11% para 4%, quando se considera que este decréscimo se verifica no período que vai do fim do Império — onde o voto era controlado por idade (só maiores de 25 anos podiam votar), por condição social (os escravos não votavam) e por renda (100 mil réis anuais de renda, era condição para ser votante, e 200 mil réis anuais era o limite mínimo de renda para ser eleito)⁵ — e chega até 1920, em plena República Velha, regida pela Constituição de 1891, que estabelecia o *sufragio universal*, só o limitando para os analfabetos. Sem dúvida, a diferença entre o índice de alfabetização em 1920, que era de 29%, e o índice de participação política, equivalente a 4%, não se devia somente à exclusão da população escolar, sem idade para votar.

Comparada com a população ocupada, com a urbanização, com a alfabetização, ou mesmo com a estrutura ocupacional, a participação política diminuiu em sua proporção, embora tenha apresentado, no período de 1873 a 1933, um acréscimo de 29%, conforme se pode verificar no quadro nº 2.

5. As eleições no Império eram feitas em dois níveis: nas eleições primárias, faziam parte os *votantes*, que escolhiam os *eleitores*, e estes, nas eleições secundárias, diretas, escolhiam os representantes provinciais e nacionais. A esse respeito, veja-se João Camillo de Oliveira Torres, *A Democracia Coroada* — Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1957, Cap. XIV: "O Sistema Eleitoral", pág. 283.

QUADRO Nº 1

MUDANÇA SOCIAL

(Alterações na participação Social e Política)
(1872 - 1920)

GRÁU DE	INDICADOR	ALTERAÇÕES				
		1872	1890	1900	1920	TENDÊNCIA
URBANIZAÇÃO	População em cidade com 30.000 habs. e mais	31%	24%	36%	51%	Ascendente
ALFABETIZAÇÃO	População Alfabetizada	19	18	31	29	Ascendente
OCUPAÇÃO PROFISSIONAL	População Ocupada	47	- (4)	- (4)	29	Descendente
INDUSTRIALIZAÇÃO	População ocupada em atividades industriais	8	- (4)	- (4)	4	Descendente
OCUPAÇÃO EM ATIVIDADES URBANAS	População ocupada em atividades industriais e de serviços	14	- (4)	- (4)	8	Descendente
OCUPAÇÃO EM ATIVIDADES RURAIS	População ocupada em atividade agrícola e extrativa	33	- (4)	- (4)	21	Descendente
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	nº de eleitores inscritos	11 (1)	- (4)	5 (2)	4 (3)	Descendente

Fonte: Recenseamentos de 1872, 1890, 1900 e 1920

Nota: (1) em 1873
(2) em 1912
(3) em 1933
(4) inexistente.

QUADRO Nº 2
CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
(POR ESTADO)

	1873-1912 %	1912-1933 %	1873-1933 %
AM	+ 120	- 75	- 45
PA	+ 65	- 55	- 26
MA	- 34	- 64	- 76
PI	- 16	- 61	- 67
CE	- 44	- 38	- 65
RN	- 44	+ 13	- 37
PB	- 46	+ 2	- 44
PE	- 30	- 11	- 37
AL	- 59	- 8	- 62
SE	- 55	+ 64	- 26
BA	- 42	- 16	- 51
MG	+ 74	+ 5	+ 83
ES	+ 232	+ 40	+ 363
RJ	- 10	- 13	- 22
DF	-	+ 236	-
SP	+ 222	+ 52	+ 389
PR	+ 145	- 14	+ 112
SC	+ 76	+ 42	+ 150
RS	+ 195	+ 74	+ 414
MT	+ 46	- 6	+ 37
GO	- 20	- 24	- 41
BR	+ 16	+ 11	+ 29

Fonte: João Camilo de Oliveira Torres,
A Democracia Coroada, cap. XIV,
Livreria José Olímpio, 1957

Pela observação das tendências da distribuição da população contidas no quadro nº 1 observa-se que só a população urbana e a população alfabetizada aumentaram sua proporção em relação à população total. As demais, com exceção da população eleitoral, apesar de terem crescido (e o Quadro nº 3 atesta o fato), passaram a absorver uma quantidade menor de pessoas, já que este crescimento ficou aquém do crescimento demográfico natural.

QUADRO Nº 3
CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E POLÍTICA
(1872-1920)

	1872-1890 (%)	1872-1900 (%)	1872-1920 (%)
POPULAÇÃO URBANA (+)	29	103	412
POPULAÇÃO OCUPADA (+)	- (1)	23	88
POPULAÇÃO ALFABETIZADA (+)	36	186	379
ELEITORADO (++)	16 (2)	11 (3)	29 (4)
POPULAÇÃO TOTAL	42	72	203

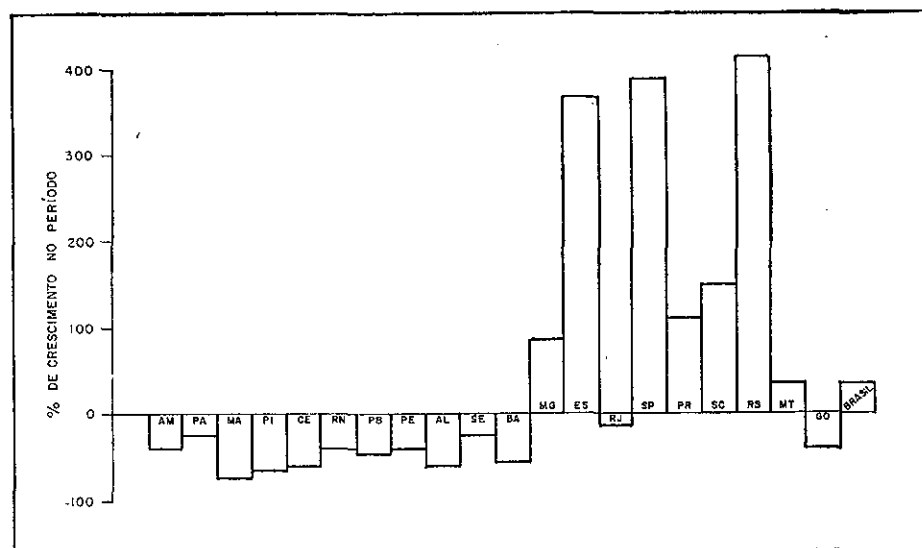
FONTE: Recensamento de 1872, 1890, 1900 e 1920

NOTA: (1) dado inexistente
(2) 1873 - 1912
(3) 1912 - 1933
(4) 1873 - 1933
(+) Participação social
(++) Participação política

GRÁFICO Nº 1

VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, POR ESTADO (1873-1933)

(Crescimento do número de eleitores)



NOTA: VER QUADRO Nº 2

Assim, pode-se inferir que a sociedade cresceu, acompanhando atrasadamente o crescimento natural da população total, mas o que não se verificou foi um desenvolvimento global, uma mudança social voltada para a abertura de canais de participação a toda população brasileira. A República trouxe um fechamento na comunidade política brasileira. Muitos Estados tiveram seu número de eleitores diminuídos entre 1872 e 1933, como se observa no Gráfico nº 1. É preciso não esquecer aqui que um fechamento da participação política é uma condição imprescindível para o domínio de oligarquias regionais, tão conhecidas nesse período da política brasileira.

Detendo-nos agora mais pormenorizadamente no Gráfico nº 2 que estuda o crescimento no período de 1872 a 1920, das populações urbanas, alfabetizada e ocupada, por Estado, obser-

vamos que, a partir do Espírito Santo, o crescimento se faz sentir mais fortemente, decrescendo na região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás). Dos Estados do Sul, o que sofreu maiores alterações foi São Paulo, cujo crescimento apresentamos a seguir, comparado ao do Rio Grande do Sul (também atingido pelo surto de crescimento) e a todo o país:

Crescimento no período de 1872-1920

— população urbana			
— população ocupada			
— população alfabetizada			
— população eleitoral			
SP	RS	BR	
%	%	%	
7.393	1.280	412	
184	123	88	
870	789	379	
389	414	29	

Estas alterações são o reflexo do deslocamento do pólo econômico da região Leste, até então centro econômico e político, com Estados de peso como Minas e Bahia, para o Sul, onde se concentram a economia cafeeira e seu mercado abastecedor de produtos agropecuários, e onde os elementos responsáveis pelo processo político vão ser recrutados entre os próprios proprietários agrícolas. Nesta região pode-se falar em crescimento, em mudança social e política. O quadro nº 2 mostra que a população eleitoral cresceu apenas nesta região, do que se deduz que este crescimento sofreu a influência do processo de abertura econômica e social que o café propiciou aos Estados do Sul. O Rio Grande do Sul, o maior centro abastecedor desta região, foi o Estado que maior crescimento apresentou do seu eleitorado: 414%, seguido por São Paulo (389%) e Espírito Santo (363%).

Quando se observa a participação social e política ao nível nacional, os desequilíbrios internos do processo de desenvolvimento e de mudança social são obscurecidos. No entanto não há que negar a defasagem que tem lugar entre as regiões brasileiras neste período que compreende o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

Em 1872, as populações urbana, alfabetizada e ocupada, se distribuíam pela região Leste e Sul, sem uma concentração específica. Já o eleitorado apresentava uma forte concentração na região Norte-Nordeste-Leste, rarefando-se no Sul. Em ordem decrescente de concentração da população eleitoral, os Estados que então se destacavam eram Alagoas (18%), Piauí e Maranhão (15%), Amazonas, Pará, Paraíba e Sergipe (14%), Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia (13%) e Ceará (12%).

Todos os 11 Estados ao norte de Minas Gerais concentravam as maiores proporções de eleitores, deixando para São Paulo, por exemplo, a mais baixa proporção: 7% da população total do Estado.

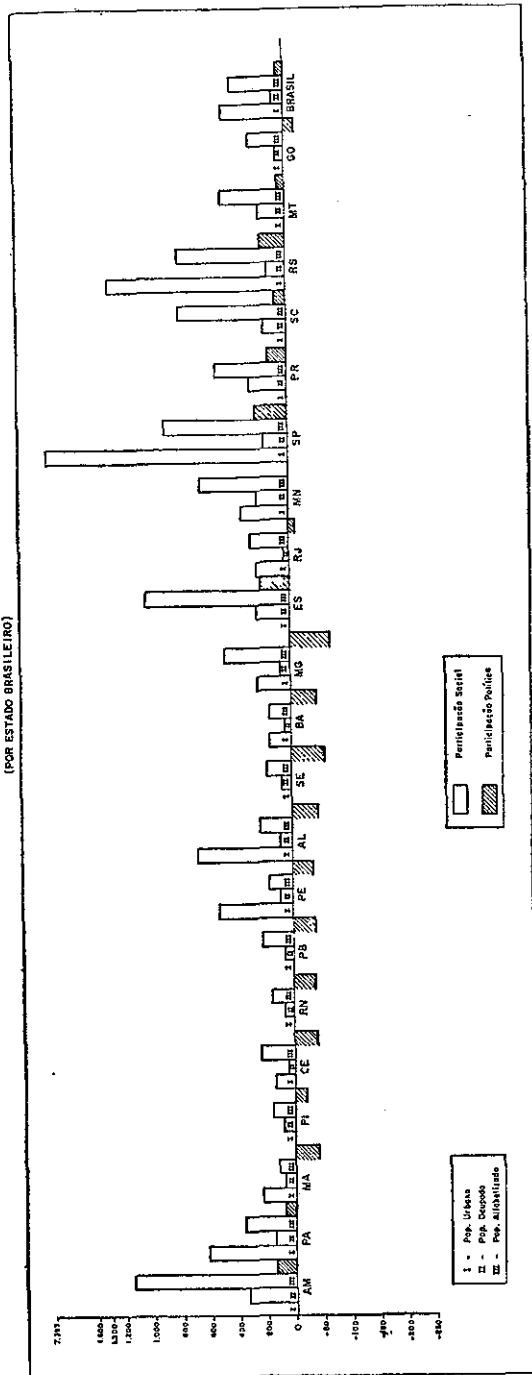
Na segunda década deste século, a situação já está bem alterada: a população alfabetizada se concentra no Sul. A população urbana e a ocupada apresentam-se ainda dispersas pelas várias regiões. O eleitorado desta vez apresenta uma concentração visível na região abrangida pelo Espírito Santo (4%), Rio de Janeiro (3%), Distrito Federal (6%), São Paulo (4%), Paraná (3%), Santa Catarina (4%), Rio Grande do Sul (agora na vanguarda, com 8%), contra a proporção de 1% e 2% dos demais Estados.

Nos dois períodos, as diferenças interestaduais na distribuição dos eleitores são pequenas, chegando a se separar por unidades (12%, 13%, 1%, 2%), sendo seu limite máximo em 1872, de 11% (diferença entre o Estado de maior número de eleitores e o de menor concentração), diminuindo esta porcentagem, em 1920, para 7%.

Tentamos interpretar até aqui as alterações que se verificaram na participação social e política da população brasileira, do ponto de vista de sua proporção em relação à população total, e do seu crescimento no período. Não buscamos criar um índice somatório da participação social, contentando-nos em deixar claras as variações nos processos sociais e políticos através do tempo (quadro nº 3) e nos anos censitários de 1872, 1890, 1900 e 1920 (ver o quadro nº 1).

As medidas de crescimento e distribuição das diversas populações deste estudo são, a nosso ver, complementares, já que se uma indica as tendências ascendentes e descendentes da urbanização, da alfabetização e dos

GRÁFICO Nº 2
ALTERAÇÕES NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
NO PERÍODO DE 1872 - 1920
(POR ESTADO BRASILEIRO)



demais processos de mudança social e política, a outra permite controlar o caráter ascendente ou descendente pela taxa de incremento no período. Daí se concluir que a população ocupada, embora com uma taxa de crescimento de 88% no período de 1872 a 1920, teve um decréscimo de 18% (47% em 1872, 29% em 1920) com relação à população total. Estes 18% resultantes da diferença de proporção bem poderiam constituir um *coeficiente de marginalização*, já que em cada 100 pessoas, em 1872, 47 estavam ocupadas em serviços remunerados, havendo, em 1920, apenas 29 delas trabalhando, o que supõe que 18 tenham ficado à margem da esfera ocupacional.

Esta marginalização também se verifica na participação política, onde de 11% a taxa percentual de eleitores passa a 4%.

De um modo geral, todos os Estados brasileiros tiveram sua taxa de crescimento, no período de estudo, incrementada com relação à população urbana, à população ocupada e à população alfabetizada. Já o crescimento da população eleitoral só se verificou, neste período, em 8 Estados brasileiros, pouco mais de 1/3 do país. Aparentemente, a manutenção do "fechamento" da participação política, acompanhada de um incremento cada vez maior nas taxas de participação social, podem ameaçar a estabilidade do sistema político, porque uma parcela da população que passa a se integrar à sociedade e à economia não encontra possibilidades de entrar no sistema político.

Contudo, o que se verifica é que nos Estados onde o crescimento da participação foi maior, a participação política *também* cresceu, com altos índices, tais como os já apontados para o

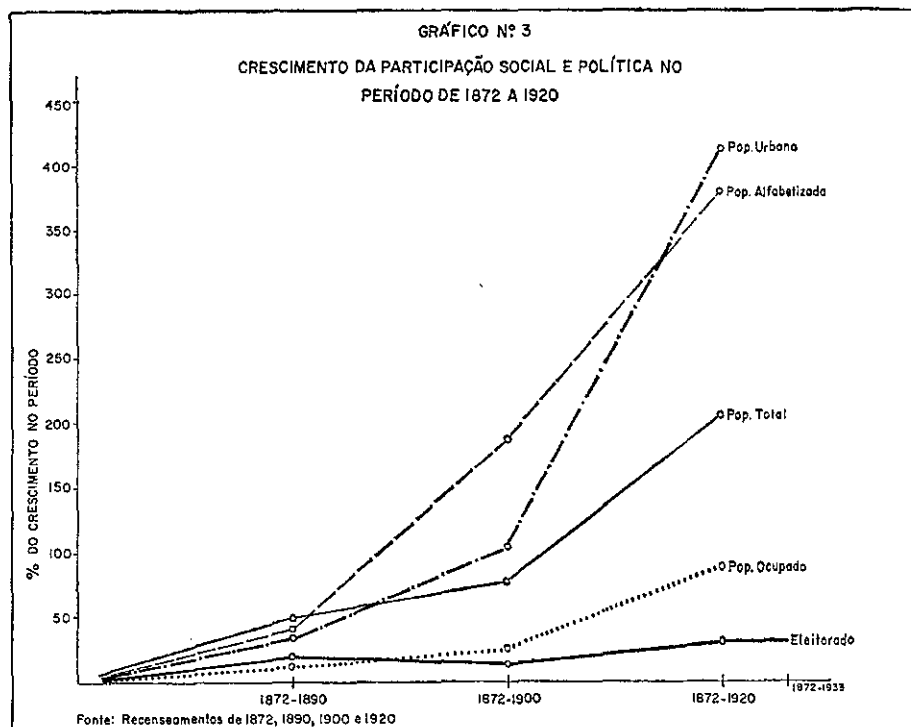
Rio Grande do Sul (414%), São Paulo (389%) e Espírito Santo (363%).

Ainda contando com uma abertura político regional ligada ao desenvolvimento econômico da região Centro-Sul, podemos afirmar que há uma insuficiência no grau desta abertura, que se comprova no período posterior ao do último censo que analisamos (Recenseamento de 1920): uma época revolucionária nos vários campos da sociedade e da política e que culmina, em 1930, com a refutação do sistema político imperante na República Velha.

Conclusões

A participação social e a participação política cresceram no período compreendido entre 1872 e 1920. Mas crescer é uma tendência natural dos processos sociais ao longo do tempo, dado que os atores desses processos são as populações que aumentam naturalmente. Importante não é apenas o crescimento mas a relação deste com o incremento demográfico da população.

O Gráfico nº 3 permite que estabeleçamos uma comparação entre o crescimento da população urbana, da população alfabetizada, da população ocupada e do eleitorado, em relação ao crescimento da população total. O que se observa nêlé é que as linhas que se colocam abaixo da curva de crescimento da população total representam os processos que cresceram, mas em proporção inferior ao da população total, havendo sempre um hiato, que é a diferença por atingir. Este hiato é mais sentido com relação ao eleitorado, cuja proporção de crescimento é bastante pequena no decorrer do período. A urbanização e a alfabetização, por sua vez, foram bastante além do incremento da população total, deno-



tando uma modificação na estrutura essencialmente agrária anterior, e indicando a existência de um processo de transformação interna que não é mais que a transferência do pólo econômico da região Leste para o Centro-Sul com suas conseqüências naturais.

A observação do crescimento dos processos sociais ao nível de cada Estado, e mesmo ao nível regional (Gráfico nº 2), deixa bem flagrante as desigualdades internas, e mostra a existência de uma dependência entre o processo de abertura social e o da abertura política. Sabendo-se que a Constituição de 1891 afirmava a universalidade do voto, era de esperar que o governo buscasse de início desenvolver seu colégio eleitoral, ampliando-o mediante a aplicação de uma política de "arrebanhamento" da po-

pulação em idade de escolher seus representantes. O que ocorreu, realmente, foi uma grande defasagem entre os ideais reformistas do século XIX, quer do Partido Liberal, quer no Republicano. Uma vez proclamada a República, não se cuidou de estender os direitos políticos a maiores camadas da população, mas sim em tirá-los cada vez mais, em benefício de uma elite, que fazia das decisões tomadas para seu benefício as decisões que a massa tinha de acatar. No Centro-Sul ocorreu um crescimento na participação eleitoral, o que comprova a idéia de uma relação da abertura social com a política. Contudo, este aumento não foi tão significativo, comparado ao crescimento da urbanização na região.

As repercussões desse desnível entre

as duas formas de participação a longo prazo vão se fazer sentir na década revolucionária dos anos 20. Na arte, na pintura, nos movimentos políticos e militares, nas reformas educacionais, tenta-se a "abertura" que o sistema político não soube oferecer. O Golpe de 30 põe fim ao "fechamento" da

participação política por parte das oligarquias locais. Um Código Eleitoral é elaborado em 1932, para regulamentar a participação política e as eleições, e tem início um processo de moralização da política eleitoral — caminhos iniciais para uma abertura da comunidade política.

SUMMARY

This paper deals with the measurement of the processes of urbanization, occupational structure and literacy (which denote the degree of social participation of the population), and of extension of franchise (which denotes the degree of participation in the political community) in 1872, 1900, and 1920, as well as during the 48 years of this period. It concludes that there was a general increase of social and political participation (the latter to a lesser extent); however, this does not mean that there was an opening of social and political spheres everywhere in the country. The analysis of increases in participation at the state level suggests that there is a

relation of dependence between the opening of social participation and the opening of political participation, especially in the Central-Southern states of Brazil. Notwithstanding, the proportion of members of the political community in relation to the country decreases considerably between 1873 and 1933, indicating a barrier to the political participation of those who benefited from social changes. This tendency toward the closure to political participation, which is strengthened by the oligarchical character of the system, provoked its overthrow in 1930 after one decade of revolutionary movements.

RESUMÉ

L'auteur procède à la mensuration des processus d'urbanisation, d'occupation professionnelle et d'alphabétisation (qui montrent le degré de participation sociale de la population) à côté du relevé de l'importance du collège électoral (qui montre le degré de la participation dans la communauté politique) en 1872, 1900 et 1920 ainsi qu'au cours des 48 années qui constituent cette période.

En conclusion, l'auteur signale l'existence d'une croissance générale de participation sociale et politique (cette dernière en moindre degré) ce qui ne signifie pas d'emblée qu'il y eut eu une ouverture des sphères sociale et politique dans tout le pays. L'étude de l'accroissement de ces formes de participation au niveau des différents états du Brésil, montre qu'il y a

un rapport de dépendance entre l'ouverture de la participation sociale et celle de la participation politique, fait qui est bien évident si l'on observe leur accroissement dans la région Centre-Sud du Brésil.

Toutefois, la proposition des éléments de la communauté politique en rapport à la population totale du pays diminue sensiblement entre 1873 et 1933 montrant que la participation politique s'est limitée à ceux qui ont été favorisés par les processus que le changement social implique, cette tendance à un "rétrécissement" de la participation politique ne pouvant être surmontée par le caractère oligarchique de la distribution du pouvoir, va mener à la chute de ce système politique (1930) après une dizaine d'années de mouvements révolutionnaires.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Os dados apresentados nos quadros e gráficos resultam de uma elaboração do material colhido dos seguintes censos:

1. Diretoria Geral de Estatística — Recenseamento do Brasil em 1872

2. Diretoria Geral de Estatística — Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 1873 — Rio de Janeiro
3. Diretoria Geral de Estatística — Sinopse do Recenseamento de 1890
4. Diretoria Geral de Estatística — Sinopse do Recenseamento de 1900
5. Diretoria Geral de Estatística — Anuário Estatístico — 1908-1912 — Ano I, Vol. I — Território e População
6. Diretoria Geral de Estatística — Recenseamento de 1920
7. Diretoria Geral de Estatística — Anuário Estatístico, 1936.

Fontes Secundárias

1. SANTA ANNA NERY, Frederico José de — *Le Brésil en 1889* — Paris — Librairie Charles Delagrave, 1889 — Especialmente Cap. VI — "Population, Territoire, Electorat", de J. P. Favilla Nunes.
2. CARONE, Edgard — *A Primeira República* — Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969.
3. FAORO, Raymundo — *Os donos do poder* — Editôra Globo, 1958.
4. OLIVEIRA VIANA — *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República* — Biblioteca de "O Estado de São Paulo", São Paulo, s.d.
5. BAKLANOFF, Eric — "Análise dos fatores externos ao desenvolvimento do ponto nevrálgico do Brasil; o Centro-Sul, 1880-1930" — artigo contido na *Revista Brasileira de Economia* — Fundação Getúlio Vargas, Ano 21, nº 4, dez. 1967, págs. 35-49.
6. BARCELOS, Milton — *Evolução Constitucional do Brasil* — Imprensa Nacional, 1933.
7. OLIVEIRA TORRES, João Camillo de — *A Democracia Coroada* — Livraria José Olympio — Rio de Janeiro, 1957.
8. GERMANI, Gino — *Política y Sociedad en una época de transición* — Ed. Paidós — Buenos Aires, 1965 — especialmente Cap. 5: "De la sociedad tradicional a la participación total en América Latina".
9. BRANDÃO LOPES, J. R. — *Desenvolvimento e Mudança Social* — Edit. Nacional, 1968.
10. GRACIARENA, Jorge — "Urbanização, Estrutura de Poder e Participação Política dos Setores Populares", artigo contido em *Urbanização e Subdesenvolvimento* — organização de Luiz Pereira — Zahar Editôres, 1969.

Urbanização, Industrialização e Estrutura Ocupacional (1872-1920) Nancy Alessio *

1. Introdução

Sobre este período que se focaliza tem incidido um grande interesse por parte dos investigadores sociais. A elaboração que ora se apresenta não tem a pretensão de criar novas explicações da realidade social do meio século que vai do último quartel do século XIX ao início do século XX. Ao contrário, pretende-se levantar alguns pontos de comprovação de explicação já formulada sobre o presente período de análise.

Neste sentido tomaram-se como base as hipóteses formuladas por Juarez Rubens Brandão Lopes, em obra recente, acerca do processo de urbanização e suas relações com a industrialização na sociedade brasileira.¹ A partir de sua análise colocam-se os seguintes problemas:

1º) O período a partir de 1900 é de transição de um mercado regional para um mercado nacional brasileiro.

2º) O ritmo de crescimento da urbanização reflete o desenvolvimento muito mais rápido da indústria.

3º) Há, então, uma tendência à generalização do processo de urbanização por todo o país.

4º) Essa urbanização depende dos efeitos indiretos, econômicos e sociais da industrialização nas áreas mais dinâmicas do Brasil.

5º) O surgimento gradual de um mercado em escala nacional, além de provocar o êxodo rural, torna-se influente na decadência do artesanato e no seu ressurgimento como forma de desemprego e subemprego nas regiões em que a urbanização se deu desvinculada do desenvolvimento econômico regional.

Segue-se uma breve síntese dos aspectos da realidade econômica do período, uma pequena discussão sobre o relacionamento entre urbanização, industrialização e estrutura ocupacional no período e algumas conclusões sobre os problemas levantados.

2. Aspectos da realidade econômica

Diz Celso Furtado em obra recente sobre a América Latina: "no correr do

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, participa atualmente do Curso de Mestrado em Sociologia e Ciência Política do IUPERJ.

1. J. R. B. Lopes — *Desenvolvimento e Mudança Social no Brasil* — Cia. Editôra Nacional, São Paulo, 1969.

século compreendido entre os anos de 1800 e o primeiro conflito mundial, implantou-se um esquema de divisão internacional do trabalho e tomou forma um sistema de economia mundial. As atividades econômicas de uma parcela crescente da população mundial passaram a comportar-se como elementos interdependentes de um conjunto articulado".²

Segundo o autor, a inserção dos países latino-americanos nessas novas linhas de expansão do comércio internacional realizou-se a partir dos anos 40 do século XIX. Em certas regiões, a agricultura tropical de exportação chegou a desempenhar papel importante como fator de desenvolvimento. No caso da região cafeeira de São Paulo, as condições de solo, a produtividade relativamente alta da mão-de-obra e a extensão da área plantada, favoreceram a construção de uma infra-estrutura e ensejaram a criação de um mercado interno. A rápida expansão de demanda de café e cacau, a partir dos meados do século XIX, permitiu que os produtos tropicais latino-americanos desempenhassem um papel dinâmico na integração da economia latino-americana. Neste caso, a significação direta das modificações da economia inglesa foi muito menor (pois a Inglaterra era abastecida pelas regiões coloniais de mão-de-obra abundante e baixos salários): coube aos Estados Unidos e, em menor escala, aos países continentais europeus o papel de centro dinâmico.

Essa inserção do Brasil nas linhas de expansão do comércio internacional tem implicações internas complexas. Torna-se impossível dar uma visão

completa do problema, em virtude do pouco conhecimento que ainda se tem das transformações ocorridas no Brasil. Será feita, a seguir, uma breve discussão sobre duas regiões — o Nordeste e o extremo-sul —, como também sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, acentuando-se o seu aspecto espacial.

No final do século XIX temos várias "ilhas" econômicas no Brasil, três das quais destacavam-se sobre as demais: a da região produtora de café, a da economia do açúcar (Nordeste — Zona da Mata) e a da região de colonização no Sul (com produtos de agropecuária para abastecer a região do café).³

Quanto ao Nordeste, observa-se já no início do século XX uma passagem crescente do mercado de seus principais produtos (cana e algodão) de externo para interno, isto é, para abastecer o centro-sul. A fim de tentar superar o problema da concorrência externa, há implantação de usinas no caso do açúcar, mas o processo é bem lento e não consegue vencer o seu atraso tecnológico. Tanto para o açúcar como para o algodão (que a partir das duas décadas do século XX já se desenvolvem em São Paulo), a região passa a ter o seu principal mercado dentro do país (com a crescente concorrência dos produtos do centro-sul), enquanto que no mercado externo atua como fornecedor marginal, só aumentando suas possibilidades de expansão quando condições conjunturais favoráveis permitem a penetração do produto de alto custo.

Em relação à estrutura ocupacional, podem-se acompanhar duas conse-

quências: a das poucas perspectivas de industrialização das cidades do Nordeste e o da expulsão do camponês da terra. A constituição de uma economia nacional leva à crescente concentração da indústria no centro-sul, onde as economias externas têm maior expansão e com a crescente concorrência da agricultura dessa região com a do Nordeste restringe-se mais ainda a possibilidade da expansão da industrialização do Nordeste.

Quando condições conjunturais (referidas acima) permitem o progresso das plantações de cana há uma destruição gradual da economia de autoconsumo dos camponeses e ocorre a fuga para as cidades. O crescimento urbano se faz sem correspondência com a ampliação do dinamismo funcional urbano: as cidades "incham".

Quanto à economia cafeeira, a mesma compreendia os Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas, Gerais e São Paulo, em sua primeira fase de expansão. Esta é provocada em termos do quadro das fazendas tradicionais, explorando o trabalho escravo e/ou num fluxo monetário mínimo, a um nível de salários reais muito baixo. Na segunda fase, ocorrida no altiplano paulista, a escassez de mão-de-obra desempenhou papel fundamental. Realizou-se então amplo recrutamento de mão-de-obra européia, sendo exigido desde o início o pagamento do salário em moeda e condições de vida capazes de atrair populações européias.⁴ Essas transformações sociais estão na origem da mais rápida urbanização do altiplano paulista, da formação de um núcleo de mercado interno nessa região e de seu subsequente desenvolvimento.

No período que se analisa cresce também a população dos Estados da

região Central, em virtude da corrente que cresceu na direção de Mato Grosso, ocupando terras bem irrigadas do chamado Triângulo Mineiro. Esse povoamento seguirá avançando daí para a região que forma o sul de Mato Grosso.⁵ Com a concentração da indústria nas áreas de São Paulo, Minas e Rio e, ao mesmo tempo, com o afastamento do café para oeste de São Paulo e depois para o Paraná e dentro de Mato Grosso, passa a gerar-se nesses Estados próximos da região urbano-industrial dominante uma agricultura e pecuária comerciais que no futuro irão expulsando a agropecuária gaúcha do abastecimento constituído por São Paulo-Rio.

Em relação às colônias européias localizadas no sul, observa-se que as mesmas encontravam-se em situação particularmente favorável do ponto de vista da economia de subsistência: verifica-se um grande crescimento demográfico. Essa massa de população nas regiões de colônias européias e o excedente de produção de alimentos constituirão fatores básicos do rápido desenvolvimento da região: ela se beneficiou da expansão do mercado interno, seja diretamente, colocando produtos de qualidade (vinho e banha de porco), seja indiretamente através da expansão urbana dos Estados, possibilitada pelo aumento da produtividade no setor pecuário.

Com base na exposição dos parágrafos anteriores, segue-se uma breve síntese dos problemas referentes ao processo de industrialização neste período de análise.

Ao primeiro surto industrial que coincidiu com o início da República podem ser atribuídas então as determinantes básicas:

2. Celso Furtado — *Formação Econômica da América Latina* — Cia. Editor, Rio, 1969, pág. 57.
3. Ver J. R. B. Lopes, *op. cit.*, e Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — Ed. Fundo de Cultura, Rio, 1961.

4. Ver Celso Furtado — *op. cit.*, especialmente Caps. 21, 22, 23 e 24, págs. 137-162.
5. Ver Caio Prado Júnior — *História Econômica do Brasil* — Ed. Brasiliense, São Paulo, 1967, pág. 204.

a) a constituição de mercados para produtos industriais importados em algumas áreas do país: o da região São Paulo-Rio (na base da economia do café); o da região da Zona da Mata, ao redor de Recife (na base da economia açucareira) e o do Sul, tendo Rio Grande e Porto Alegre por centros (na base de uma agropecuária voltada para o abastecimento interno);

b) a abolição da escravatura e a imigração européia;

c) medidas financeiras e creditícias adotadas pelo Governo Republicano.

O aparecimento desses mercados, principalmente urbano, para produtos industriais importados nesses pontos e outros do território brasileiro foi bastante importante para a industrialização do país. Destaca-se, assim, o crescimento da urbanização alcançado pelos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, sobretudo na região Centro-Sul do país.⁶

O primeiro surto industrial dá-se no período de 1880-89, prolongando-se pela República até 1895, e a fase de crise financeira que se segue provoca uma paralisação do mesmo. A política de saneamentos financeiros do Governo compensará estas dificuldades e funcionará no futuro como um reforçamento de barreira tarifária em consequência de qualquer nova depreciação cambial.

Através de observação do Quadro nº 1 pode-se notar a concentração geográfica da indústria no então Distrito Federal e em São Paulo em 1907 e a relativa dispersão pelo Brasil afora. Exceto Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que se colocam à frente de outros Estados, grande número de unidades tem relativa parcela do total.

A Grande Guerra de 1914-1918 vai dar grande impulso à indústria brasileira, quando lhe foram criadas condições favoráveis de proteção, as quais acrescentava-se uma política favorável à acumulação do capital.

Durante as primeiras décadas do século XX vai se consolidando a hegemonia da indústria paulista e, em menor grau, da carioca, como se pode verificar pelo Quadro nº 1 já citado. Além disto diminui a dispersão industrial, comparando-se 1907 com 1920. As indústrias carioca e paulista passam a crescer não só em função do mercado regional, mas da dependência do mercado nacional que se forma.

3. Urbanização, industrialização e estrutura ocupacional

Nas últimas décadas do século XIX, portanto, havia "áreas de mercado", mais ou menos extensas, em cidades de certa expressão e nas zonas rurais que lhes eram tributárias. Os centros urbanos constituíram-se pois numa das pré-condições do desenvolvimento industrial posterior.

As conseqüências da indústria para o crescimento urbano são distintas no início do desenvolvimento industrial brasileiro e nos períodos mais recentes. A partir da década de 1890 a indústria aparece em muitos pontos do Brasil, gozando em cada qual de um mercado regional, e nêles provoca um aumento da população urbana, pois há crescente articulação econômica entre as diferentes regiões e o desenvolvimento industrial subsequente concentra-se na região centro-sul. A urbanização apresenta então uma tendência a generalizar-se como podemos verifi-

QUADRO Nº 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR UNIDADES BRASILEIRAS (1907 - 1920)

	1907	%	1920	%
DF	33,1		20,8	
SP	16,5		31,5	
RS	14,9		11,0	
RJ	6,7		7,4	
PR	4,9		3,2	
MG	4,8		5,5	
PE	4,0		6,8	
BA	3,2		2,8	
PA	2,7		1,1	
AM	2,0		0,1	
SC	2,0		1,9	
AL	1,0		1,6	
MA	0,7		0,7	
SE	0,6		1,2	
MT	0,5		0,2	
CE	0,4		0,8	
PB	0,4		1,1	
GO	0,2		0,1	
PI	0,1		0,2	
RN	0,1		0,6	
ES	0,1		0,7	
T O T A L	100,0		100,0	

FONTE: JOBIM J., Brazil in the making, the Macmillan Co, N. Y. 1943.

6. Veja-se o quadro nº 3.

QUADRO Nº 2

CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR
UNIDADES BRASILEIRAS DE 1872 - 1920

	POPULAÇÃO URBANA				CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO (2)	
	1872	(1)	1920	(1)	URBANA	TOTAL
MG	1.210.986	29	4.087.051	75	237 %	18.090
BA	643.552	14	1.529.851	28	138	142
RJ	299.575	6	947.691	16	216	90
DF	274.972	1	1.157.873	1	321	321
PE	268.077	7	1.687.338	30	529	156
RS	105.520	3	1.455.946	30	1.280	388
CE	77.567	2	179.977	4	132	83
AL	68.631	2	531.685	11	675	181
PA	61.997	1	440.444	6	610	257
MA	31.604	1	103.275	2	227	142
SP	31.385	1	2.351.673	34	7.393	448
PB	- -	-	419.368	9	xx	155
SC	- -	-	334.939	8	xx	318
ES	- -	-	124.338	3	xx	457
PR	- -	-	120.420	2	xx	441
PI	- -	-	92.242	2	xx	188
AM	- -	-	75.704	1	xx	530
GO	- -	-	38.574	1	xx	219
SE	- -	-	37.440	1	xx	103
RN	- -	-	30.696	1	xx	130
MT	- -	-	- -	-	xx	308
AC	*	*	- -	-	*	*
BRASIL	3.073.866	67	15.746.525	265	412 %	203

* Não existia como unidade em 1872

** Em 1872 essas unidades não tinham cidades com mais de 30 000 habitantes

(1) Nº de cidades por unidade com mais de 30 000 habitantes.

(2) O crescimento foi calculado através da fórmula:

$$\frac{\text{Pop. } T_2 - \text{Pop. } T_1}{\text{Pop. } T_1} \times 100$$

FONTE: Censo de 1872 e Recenseamento de 1920, da Diretoria Geral de Estatística.

car através de análise dos quadros números 2 e 3.⁷

O Quadro nº 2 mostra que 11 unidades brasileiras possuem cidades de mais de 30.000 habitantes em 1872. Em 1920 entram neste grupo quase todas as unidades que não apareciam em 1872, com exceção de Mato Grosso e Acre. As unidades mais urbanizadas dividem-se naquelas que têm desenvolvimento industrial como São Paulo, o então Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e naquelas que têm menor desenvolvimento industrial como Alagoas, Bahia e Pernambuco. O Quadro nº 3 reforça

esta afirmação, mostrando que de 1872 a 1920, embora o maior crescimento da população urbana tenha se verificado nas unidades centro-sul, onde se concentrava o desenvolvimento industrial, outras regiões também apresentaram grandes taxas de crescimento da população urbana, superiores inclusive à taxa de crescimento da população total. No Quadro nº 3 relacionam-se crescimento urbano com o crescimento da população total,⁸ visualizando-se melhor o problema.

Verifica-se, então, que a urbanização acompanha, a grosso modo, as regiões onde se concentra o desenvolvi-

QUADRO Nº 3

RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E O
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA POR REGIÕES
BRASILEIRAS (1872-1920)

REGIÕES	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL (1)			CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (1)			RELAÇÃO DE CRESCIMENTO URBANA/TOTAL		
	1872-1890	1872-1900	1872-1920	1872-1890	1872-1900	1872-1920	1872-1890	1872-1900	1872-1920
NORTE	43 %	109 %	332 %	43 %	161 %	732 %	1,0	1,5	2,2
NORDESTE	27	43	139	2	49	323	0,04	1,1	2,3
LESTE	44	67	176	38	90	254	0,9	1,3	1,4
S. PAULO	65	172	448	313	2 163	7 393	4,8	12,6	16,5
SUL *	95	144	382	49	207	1 711	0,5	1,4	4,5
CENTRO-OESTE	45	69	243	-	**	***	-	-	-
BRASIL	42 %	72 %	203 %	29 %	103 %	412 %	0,7	1,4	2,0

* São Paulo foi computado separadamente, vide nota 8

** Em 1900 a pop. urbana alcançou o nº de 34 393, sendo inexistente para 1 872

*** Em 1920 a pop. urbana alcançou o nº de 38 574, sendo inexistente para 1 872

(1) - O crescimento foi calculado através da fórmula: $\frac{\text{Pop. } T_2 - \text{Pop. } T_1}{\text{Pop. } T_1} \times 100$

FONTE: Censo de 1872 e Recenseamentos (sinopses) de 1890 e 1900 e Recenseamento de 1920, da Diretoria Geral de Estatística.

- Para medir urbanização empregou-se o critério de observação do crescimento de cidades de mais de 30.000 habitantes (critério demográfico). Somente a partir de 1940 começa-se a separar a população das cidades e vilas (quadro urbano e sub-urbano) da população rural de cada município. O referido critério foi escolhido em virtude da inviabilidade de outros. O critério de municípios de mais de 5.000 habitantes superestimaria o grau de urbanização, pois muitas unidades pouco urbanizadas surgiriam com 100% de urbanização; o de mais de 50.000 habitantes seria tendencioso, pois o critério por si mesmo atribuiria grau de urbanização às unidades conhecidamente urbanizadas no período.
- Tomou-se por base o critério de J. R. B. Lopes, *op. cit.*, pág. 16. As taxas de crescimento encontradas no presente trabalho diferem em relação a esse autor no que se refere ao estabelecimento da população urbana (usou o critério de cidades de mais de 50.000 habitantes) e no que se refere ao cálculo da taxa de crescimento (usou crescimento anual médio).

mento industrial, mas já há uma tendência para o crescimento de grande número de cidades independentes do aparecimento de indústrias, passando a decorrer de mudanças na economia rural, que se fazem em função das mudanças de todo o sistema econômico; isto não significa um desligamento entre os processos de urbanização e industrialização; vai-se constituindo um sistema industrial com um mercado nacional, tornando-se articuladas as mais dispersas partes da sociedade, como também alastrando-se por toda ela um modo de vida urbano criado nas grandes cidades, propiciando o já muito discutido "efeito demonstração".

Quanto à estrutura ocupacional, não é fácil nem muito preciso comparar os algarismos registrados nos Censos de 1872 e 1920 em relação à classificação das profissões, dada a diversidade dos critérios utilizados. Contudo, far-se-á uma análise-tentativa no sentido de levantar alguns problemas referentes aos caracteres sociais e econômicos da época e suas implicações em relação com as características apresentadas pela força de trabalho brasileira nesse período.

Deve-se assinalar que o Estado de São Paulo aparece no quadro em separado das outras regiões geográficas em virtude de suas características sociais e econômicas que o especificam como unidade singular na época e por ser significativa a sua alta taxa de crescimento da população urbana nos períodos mais próximos a 1920.

9. No que se refere à estrutura ocupacional, vários problemas da coleta de dados devem ser aqui considerados. As profissões acham-se registradas ao nível estadual (provincial para 1872) nos Censos de 1872 e 1920. No Censo de 1900 encontram-se dados apenas ao nível nacional, adicionando-se o fato de tornar-se impossível distanciar as atividades agrícolas das do setor industrial, pois os dados se apresentaram reunidos. Em 1890 não se conhece a existência de registro de população por profissões.

Os critérios de classificação de 1872 são totalmente distintos dos de 1920: os cálculos realizados neste trabalho transformaram-se em tarefa bastante complexa; reconhece-se-lhes o caráter tentativo algo restrito.

Houve responsabilidade de analisar população desempregada, pois pôde-se verificar que a soma da população ativa com a população "em condições diversas" (volantes) resultava na população total de cada unidade brasileira considerada. Isto significa que tanto em 1872 como em 1920 registraram-se pessoas de todas as idades em categorias como "sem profissão", por exemplo.

Os quadros 4 e 5 apresentam uma distribuição da força de trabalho brasileira, de acordo com a percentagem de concentração da mão-de-obra nos setores primário, secundário e terciário, em relação à população ativa de cada unidade e do Brasil, em 1890 e 1920.

Em relação ao setor primário, observa-se um aumento da concentração da população nesse setor de modo geral em todas as unidades brasileiras, já que, desde 1850 até o período que estamos analisando, ganham novos impulsos os diferentes empreendimentos industriais e comerciais e sobretudo os agrícolas, que continuam a se multiplicar no setor exportador, principalmente em relação à lavoura cafeeira no centro do país e à extração da borracha no Norte. Deve-se observar que são menores as percentagens no setor primário, em 1920, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Município Neutro. É uma comprovação interessante pois são essas unidades brasileiras que concentravam as maiores percentagens do montante de produção industrial (veja-se quadro 1) em 1907 e 1920.

QUADRO Nº 4

POPULAÇÃO NOS SETORES OCUPACIONAIS EM 1872
(por unidades brasileiras)

	SETORES OCUPACIONAIS			% DE HOMENS NO SETOR SECUNDÁRIO (**)
	PRIMÁRIO (*)	SECUNDÁRIO (*)	TERCIÁRIO (*)	
AM	47 %	25 %	28 %	42 %
PA	73	13	14	47
MA	69	20	11	31
PI	56	28	16	11
CE	68	21	11	11
RN	60	18	22	20
PB	78	14	8	10
PE	77	10	13	31
AL	64	14	22	34
SE	78	14	8	27
BA	71	17	12	27
MG	66	23	11	2
ES	71	21	8	20
RJ	75	7	18	11
DF	15	24	61	61
SP	76	12	12	32
PR	75	7	18	45
SC	77	13	10	29
RS	83	12	5	10
MT	71	12	17	33
GO	66	26	8	17
BRASIL	70 %	16 %	14 %	19 %

* Calculado sobre o total da mão-de-obra da unidade

** Calculado sobre o total do setor secundário.

FONTE: Dados censitários de 1872 - Diretoria Geral de Estatística.

QUADRO Nº 5

POPULAÇÃO NOS SETORES OCUPACIONAIS EM 1920
(por unidades brasileiras)

	SETORES OCUPACIONAIS			% DE HOMENS NO SETOR SECUNDÁRIO (**)
	PRIMÁRIO (*)	SECUNDÁRIO (*)	TERCIÁRIO (*)	
AC	83 %	5 %	12 %	75 %
AM	78	8	14	66
PA	76	10	14	67
MA	80	12	8	46
PI	76	18	6	30
CE	80	12	8	37
RN	82	10	8	45
PB	87	6	7	58
PE	78	12	10	59
AL	81	11	8	54
SE	74	17	9	49
BA	76	14	10	50
MG	82	10	8	69
ES	86	6	8	75
RJ	74	13	13	74
DF	8	38	54	80
SP	67	17	16	75
PR	78	10	12	79
SC	82	9	9	61
RS	70	14	16	71
MT	72	13	15	65
GO	82	12	6	38
BRASIL	73 %	14 %	13 %	64 %

* Calculado sobre o total da mão-de-obra da unidade

** Calculado sobre o total do setor secundário

FONTE: Recenseamento de 1920 - Diretoria Geral de Estatística

Comprova-se pelo quadro nº 6 que as mesmas unidades de maior produção industrial da fase inicial do século XX tiveram um crescimento da população no setor secundário de 1870-1920. Deve ser assinalado que há uma variação negativa, isto é, de decréscimo apresentado por vários Estados, como Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. Poder-se-ia apontar este retrocesso pelo fato de as indústrias nessas regiões estarem limitadas a mercados de curto raio, com caráter local limitado, não dispondo além disto de fontes de capital que lhes garantissem um autofinanciamento, como ocorreu no Centro-Sul, onde o progresso da lavoura cafeeira garantiu a reunião de fundos suficientes para os indivíduos se estabelecerem na indústria por conta própria e independentemente, além da existência de um dos maiores mercados internos para a indústria nessa região.

Ao lado dessas implicações, deve-se acrescentar que o Recenseamento de 1872 registra ocupações, tais como "operários em madeiras", "em metais", "em tecidos", "em couros e peles", "em tinturaria", "de vestuário", "de chapéus", "manufatureiros e fabricantes", "costureiras", que em grande parte poderiam referir-se a profissões de caráter artesanal que foram desaparecendo pela emergência gradual de áreas industriais de mercado em escala mais ampla, aumentando mais ainda o descompasso entre a demanda e as oportunidades de trabalho nelas existentes. Além disso, o artesanato é ocupação quase que exclusivamente, na maioria dos ramos, de mulheres e de crianças da zona rural, que a alternam com os afazeres domésticos. Isto pode ser provado pelo quadro nº 6,

onde se verifica predominância da mão-de-obra feminina, de modo geral, em tôdas as unidades brasileiras.

Sabe-se que a sobrevivência (e às vezes reaparecimento) do artesanato é indício claro da prevalência do desemprego e subemprego rural e urbano, quando já se tem crescimento relativo de urbanização e início de processo de industrialização.

Uma análise do quadro 6 leva a considerar que justamente Estados do Nordeste, situados numa região que passou a funcionar como fornecedora marginal ao mercado externo e de poucas perspectivas quanto à industrialização, continuam concentrando mão-de-obra feminina no setor secundário.

Essas tendências acima referidas se concretizam também em relação ao setor terciário. Como a urbanização se realiza subordinada ao desenvolvimento econômico, as regiões onde este se acha defasado não concretizam uma expansão rápida das cidades e se esta ocorre, em alguma escala, está longe de ser acompanhada de um crescimento proporcional de recursos, que permitiria o desenvolvimento equilibrado das coletividades urbanas. Desta forma, observa-se que aqueles Estados que apresentaram de 1872 a 1920 um retrocesso em relação ao setor secundário mantiveram em geral a mesma tendência em relação ao setor terciário, que se retraiu como indicam os já citados quadros 4, 5 e 6.

Foram discutidos, anteriormente, os problemas relativos à polarização e expansão do Centro-Sul em relação à economia do país, secundado pelo Sul e parte da região Centro-Oeste, em detrimento do Nordeste. Através da análise do quadro nº 7, verifica-se que esta tendência se mantém constante

QUADRO Nº 6

CRESCIMENTO DOS SETORES OCUPACIONAIS NO BRASIL DE
1872 A 1920

	VARIAÇÃO DE 1872-1920		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
AC	*	**	***
AM	64 %	40 %	128 %
PA	160	104	157
MA	61	- 14	- 0,4
PI	159	18	- 22
CE	37	- 36	- 18
RN	110	- 16	- 41
PB	50	- 41	20
PE	78	111	27
AL	150	47	- 34
SE	51	88	74
BA	59	21	30
MG	118	- 25	19
ES	318	- 7	248
RJ	22	137	- 11
DF	60	422 "	185
SP	150	300	275
PR	280	421	142
SC	205	91	157
RS	86	166	655
MT	190	210	164
GO	110	- 20	19
BRASIL	98 %	56 %	77 %

* O Acre só aparece em 1920 com uma população de 31 466 no primário

** O Acre só aparece em 1920 com uma população de 2 056 no secundário

*** O Acre só aparece em 1920 com uma população de 4 623 no terciário

(1) O crescimento foi calculado através da fórmula:
$$\frac{\text{Pop.T}_2 - \text{Pop.T}_1}{\text{Pop.T}_1} \times 100$$

FONTE: Censo de 1872 e Recenseamento de 1920, da Diretoria Geral de Estatística.

QUADRO Nº 7

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E DA
POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DIVERSAS POR UNIDADES BRASILEIRAS
DE 1872 A 1920

	VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO	
	ECONOMICAMENTE ATIVA	EM CONDIÇÕES DIVERSAS
AC	*	**
AM	347 %	706 %
PA	153	347
MA	40	258
PI	90	285
CE	16	132
RN	53	178
PB	35	271
PE	74	220
AL	93	241
SE	59	287
BA	49	230
MG	74	276
ES	245	713
RJ	23	178
DF	222	405
SP	184	783
PR	261	583
SC	185	433
RS	123	849
MG	187	402
GO	69	394
BRASIL	88 %	317 %

* O Acre só aparece em 1920 com uma pop. economicamente ativa de 38.145

** O Acre só aparece em 1920 com uma pop. em condições diversas de 54.234

(1) O crescimento foi calculado através da fórmula:
$$\frac{\text{Pop.T}_2 - \text{Pop.T}_1}{\text{Pop.T}_1} \times 100$$

FONTE: Censo de 1872 e Recenseamento de 1920, da Diretoria Geral de Estatística.

em relação ao crescimento da população economicamente ativa.¹⁰

Torna-se flagrante, além disso, o grande crescimento da população em condições diversas (desemprego, ocupações volantes), o que deve ter razões complexas. Tentar-se-á, a seguir, levantar alguns problemas.

Vemos inicialmente que, ao lado dos problemas ligados à realidade social que se analisa, existe o fato já frisado suficientemente de que os dados censitários referentes a 1872 e 1920 diferem profundamente em seus critérios classificatórios de profissões.¹¹ Quanto à realidade social, já se acentuou bastante que o final do século XIX e início do XX marcam a ascensão de novas regiões sócio-econômicas no Brasil, em detrimento de outras e, como é normal num país de economia cíclica dependente, os centros que se desenvolvem passam a atrair contingentes relativamente grandes de indivíduos desocupados e subempregados, o que se traduz, por exemplo, no efeito da mobilidade crescente das coletividades rurais antes relativamente estáveis. A expansão rápida das cidades das regiões em ascensão, porém, está longe de ser acompanhada de um crescimento proporcional de recursos, que permitiria o desenvolvimento equilibrado das coletividades urbanas. É o que explica a existência de um desequilíbrio na repartição dos empregos urbanos que, além disso, são em número insuficiente para atender às necessidades dos habitantes das cidades.

Esse desequilíbrio traduz-se pelo subemprego generalizado e pela baixa produtividade de uma fração importante da população urbana ativa. Se compararmos o quadro nº 2 com o quadro nº 7, verificamos que São Paulo, por exemplo, que apresenta de 1872-1920 um crescimento urbano da ordem de 7393%, teve praticamente as mais altas relações entre o crescimento da população urbana nas razões de 12 a 16 entre 1872-1900 e 1872-1920, respectivamente. Isto poderia estar relacionado ao fato de São Paulo apresentar tão alto crescimento da população em condições diversas, apesar da projeção econômica que tem no período. Quanto às outras unidades brasileiras, a não ser as do Sul que têm relações relativamente significativas entre o crescimento da população urbana e o da total, permanecem elas em plano relativamente inferior no que diz respeito a essa relação, apresentando crescimento menor da população em condições diversas.

IV — Conclusão

Nas últimas décadas do século XIX, portanto, havia "áreas de mercado", mais ou menos extensas, em cidades de certa expansão e nas zonas rurais que lhes eram tributárias. Os centros urbanos constituíram-se pois numa das pré-condições do desenvolvimento industrial posterior. Esse desenvolvimento irá provocar a concentração da industrialização no Centro-Sul e o pro-

cesso relativamente generalizado de urbanização por todo o Brasil em virtude da dependência do mercado nacional que se forma com a articulação crescente das distintas regiões do país. A constituição da economia nacional é, portanto, um elemento imprescindível de análise para se compreender urbanização sem industrialização, que

se nota nas áreas menos desenvolvidas do país, como é o caso do Nordeste. O gradual surgimento do mercado em escala nacional, além de provocar o êxodo rural, implica em desaparecimento de ocupações artesanais e/ou surgimento das mesmas como fator de subemprego e desemprego rural e urbano nessas áreas.

SUMMARY

This paper seeks to analyse the connections between social processes that characterize major changes in Brazilian society from 1872 to 1920. Only some of the principal factors are investigated, that is, those factors which might establish the specificity of this period in contrast to other periods in Brazilian history: urbanization, industrialization, and occupational structure. Industrialization takes place within a situation of relative urbanization, accelerated in the last decades of the nine-

teenth century; industry, on its turn, further accelerates urban growth and provokes changes in the occupational structure. The paper discusses some of the problems related to the existence of an indirect relation between urbanization and the social and economic effects of industrialization; in other words, it emphasizes the need to refine the concept "formation of an urban-industrial system", which is seen as excessively linear in nature.

RÉSUMÉ

Cette étude a pour objet de voir quels sont les rapports entre les processus sociaux qui caractérisent les modifications subies par la société brésilienne de 1872 à 1920. On y examine quelques uns des aspects principaux soit ceux qui pourraient marquer d'un minimum de caractère spécifique la période en question si on la compare avec d'autres périodes de l'histoire brésilienne: urbanisation, industrialisation et structure d'emplois.

L'urbanisation déjà en cours dès la fin du XIX^e siècle, déclenche l'industrie;

celle-ci à son tour imprime un rythme accéléré au développement urbain et provoque des changements dans la structure d'emplois. L'hypothèse formulée essaye de relever quelques problèmes concernant l'existence d'un rapport indirect entre l'urbanisation et les effets économiques et sociaux de l'industrialisation, soit les problèmes liés au besoin de mettre au point le concept "formation du système urbain industriel", dont la caractéristique est d'être plus ou moins linéaire.

10. Observe-se o caso da região Norte (Pará e Amazonas), que apresenta alta taxa de crescimento dessa população e está ligado à economia da borracha, que se transformou, nos fins do século XIX, na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. Os processos de expansão e retraimento da produção brasileira ocorreram num curto período de tempo, pois, quando se introduziu a borracha oriental no mercado, depois da 1ª Guerra Mundial, os preços do produto reduziram-se a níveis inferiores.

11. Veja-se nota 9.

O Contexto Político na Revolução de Trinta

Celina do Amaral Peixoto
Moreira Franco, Lúcia Lippi
Oliveira, Maria Aparecida
Alves Hime *

I — Introdução

O presente trabalho tinha como objetivo original levantar dados que levassem à compreensão da comunidade política às vésperas da Revolução de 1930. Neste sentido começamos por um levantamento bibliográfico sobre o tema e selecionamos os que se referiam à comunidade política.

Após o exame do material existente achamos que os escritos sobre a Revolução de 30 (depoimentos, memórias, história documental) levantam em detalhes os dados históricos relevantes para a reconstituição dos acontecimentos e seu encadeamento histórico, sendo o material suficiente para ser sistematizado.

Examinamos também os escritos interpretativos dos acontecimentos, que apresentam dois tipos de abordagem. Um, procurando categorias explicativas, tenta ver os acontecimentos à luz de teorias de classes sociais. As outras explicações são de caráter histó-

rico e levam apenas à caracterização das forças que desencadearam os movimentos ao nível factual.

Os dados existentes na historiografia não nos permitiram ir adiante nas teses apresentadas sobre a representatividade de classe dos atores da Revolução. Assim é que para o fim específico deste trabalho não consideramos as categorias de classe mas sim a ação política dos atores, determinada pela própria instância política.

Esta restrição do nível de análise somente à esfera do político apresenta limitações que não nos são desconhecidas. Entretanto foi este o encaminhamento possível, tendo em vista as condições de realização do tema proposto.

Nesse sentido o objetivo de nosso trabalho limita-se a "caracterizar na comunidade política o comportamento dos atores que levou o sistema político da Primeira República até o ponto de ruptura", procurando a explicação da Revolução de Trinta ao nível do polí-

tico, através de uma sistematização bibliográfica e de alguns dados primários.

II — Discussões das Teses Sobre a Revolução de 1930

Os autores que procuram uma explicação para a Revolução de Trinta, seja ao nível econômico, social, político ou ideológico, visualizam uma ruptura, que irá projetar consequências em futuro imediato. Assim, podemos falar de um *continuum* que vai das explicações ao nível político que vêm apenas o rompimento do sistema de compromisso até as proposições de cunho econômico que definem, a partir da tomada pelo poder por uma classe, o desencadear de um sistema econômico, antes reprimido.

1. Proposições quanto ao comportamento dos autores enquanto representantes de classe na sociedade civil.

a) "*A Revolução de 30 expressa a ascensão da burguesia industrial à dominação política*".

Como representante desta corrente, Nelson Werneck Sodré, em "*Formação Histórica do Brasil*", apresenta a Revolução de Trinta como uma adaptação da estrutura política "inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos",¹ às modificações que vinha sofrendo a estrutura econômica. A economia brasileira dominada por uma atividade de caráter colonial — a cafeicultura — viu-se, a partir da Primeira Guerra Mundial, disputada por capitais oriundos de diversas fontes. Esta luta vem eviden-

ciar a existência de um mercado interno em crescimento e de um surto industrial incipiente que se tornam foco de cobiça dos capitais estrangeiros.

Em decorrência das modificações ocorridas nas forças produtivas, a sociedade brasileira apresenta, na década de vinte, o seguinte quadro:

- 1) uma classe operária sem consciência da sua força, em decorrência de recrutamento na área rural;
- 2) a classe do campo submetida a um regime de relações semi-servis, e, portanto, impossibilitada de acordar para a vida política;
- 3) a classe média, instruída pelo positivismo republicano, encontra, finalmente, seu porta-voz no grupo militar e nos movimentos tenentistas de 22, 24 e 26;
- 4) e a classe dominante apresenta-se cindida: de um lado, os exportadores de café favorecidos pelo mecanismo orçamentário estatal; de outro, a classe dominante não vinculada diretamente à exportação e que, em épocas de crise, sofre as consequências da diminuição dos lucros.

Assim, enquanto as forças rebeldes esboçam apenas a inquietação da classe média e a agitação de grupos militares, a estabilidade do governo não é ameaçada. Mas, a partir da crise de 29, as contradições dentro da classe dominante são levadas a extremos, permitindo a formação de "aliança entre setores daquela classe (dominante) e grupos atuantes da classe mé-

* As autoras fazem parte, como alunas, do programa de Mestrado em Ciência Política e Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco e Lúcia Lippi Oliveira são bacharéis em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica, e Maria Aparecida Alves Hime é bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. SODRÉ, Nelson Werneck — *Formação Histórica do Brasil* — Editôra Brasileira, São Paulo, 1962, pág. 320.

dia".² Será, no entanto, a sucessão presidencial o estopim que polarizará "as inquietações reinantes, compondo os ímpetus de rebeldia da oficialidade jovem com as insatisfações de grupos políticos importantes, que traduziam as insatisfações de formas de produção prejudicadas pelas normas vigentes".³

Wanderley Guilherme, em um de seus primeiros trabalhos — *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil* — afirma que os problemas em curso na sociedade brasileira derivam da expansão capitalista que se processa em seu interior. Esses problemas, no entanto, não são dependentes do sistema, mas só adquirem sentido quando a ele estão relacionados.

Da mesma forma que Sodré, Wanderley Guilherme apresenta um quadro da sociedade brasileira em que se esboça a formação de um mercado interno. A decretação do trabalho livre, o aumento da imigração europeia, a expansão da cultura cafeeira, o estabelecimento de fontes de energia barata, a instalação de indústrias médias em São Paulo e Distrito Federal e a criação em 1904 do Centro Industrial são condições preliminares que promoveram, desde o início do século, o Capitalismo no Brasil, não mais como uma tentativa frustrada, mas como um sistema integrado.

O Capitalismo como sistema firma posição, portanto, em oposição ao setor exportador, isto porque o aparelho estatal, que se encontrava nas mãos das classes exportadoras, impedia o pleno desenvolvimento do setor capitalista. Assim, no final dos anos vinte, observamos que as instituições políticas regionais e nacionais compor-

tavam cada vez menos a expansão das forças produtivas. A Revolução de Trinta aparece como uma adequação da estrutura política às modificações que vinha sofrendo a estrutura econômica — "... tratava-se de criar as condições para a rápida expansão do capitalismo no Brasil, o que vinha sendo entravado, agora de modo intolerável, pelo completo domínio do aparelho estatal exercido pela oligarquia, voltada para o exterior".⁴

As análises acima apresentam uma visão dualista da sociedade brasileira, ou seja, afirmam a coexistência de dois modos de produção — feudal e capitalista. O primeiro vincula-se à economia de exportação, enfatizando os interesses do mercado internacional; o segundo, luta pela criação de um mercado interno, que procura expandir sua produção industrial. Dentro desse enfoque a Revolução de Trinta expressa a vitória do mercado interno, ou seja, do capitalismo sobre o setor exportador voltado para o mercado internacional. Em termos políticos, a vitória das forças revolucionárias expressa um primeiro passo na rearticulação ao nível da superestrutura político-jurídica às modificações que vinham ocorrendo na infra-estrutura econômica. Nos estudos de Nelson Werneck Sodré e Wanderley Guilherme observa-se a relação de dependência entre os níveis econômico e político: dada uma alteração na infra-estrutura econômica haverá, forçosamente, uma rearticulação ao nível da superestrutura político-jurídica.

Inserida na proposição de ascensão da burguesia industrial encontra-se a tese recente de Boris Fausto, que levanta algumas questões sob diferentes

formas de abordagem. A primeira procura, através de um levantamento quantitativo e qualitativo da produção industrial, verificar a expressividade política da burguesia industrial. Em outra, pergunta-se se, como fração de classe, a burguesia industrial aspira à dominação política. A verificação da questão seria feita em dois níveis: pelo comportamento da categoria social e pela definição dos agrupamentos oposicionistas como seus representantes políticos, através de uma análise ideológica. A última questão coloca a possibilidade de o Estado agir como representante da burguesia industrial, através da análise dos atos do governo após a Revolução de 1930.

A conclusão de Boris Fausto é categórica: "A Revolução de 30, seja sob a forma direta de intervenção da fração de classe, seja sob a forma imediata de uma "revolução do alto", não foi um movimento que tenha conduzido a burguesia industrial à dominação política".⁵

b) "O Movimento de 30 como Revolução das Classes Médias".

Os autores que se referem ao movimento de 30 como "revolução das classes médias", tais como Virgínio Santa Rosa e Guerreiro Ramos, o fazem pela identificação dos tenentes como classes médias. Esta identificação é verificada ao nível ideológico, suas reivindicações ou bandeiras de luta são vistas como pertencentes às classes médias.

Guerreiro Ramos situa o início do movimento pequeno-burguês com a

própria Proclamação da República, pelo importante papel dos militares nos governos de Deodoro e Floriano. Em 1910, o êxito da Campanha Civilista nos centros urbanos demonstra, também, sua identificação com as classes médias. "As quarteladas de 22, 24 e a Coluna Prestes são movimentos de liderança e de ideário tipicamente pequenos-burgueses. Sumariamente sua problemática pode ser resumida nos seguintes reclamos: democratização do voto mediante reforma eleitoral, liquidação da política dos governadores, abolição da ditadura do Executivo, uniformização da justiça, garantia de independência do Judiciário, liberdade de imprensa".⁶

A Revolução de Trinta seria a continuidade dos movimentos da década de 20 e da Campanha Civilista; seu êxito diferencia-a dos anteriores. "A Revolução de 1930 encerrou um ciclo de nossa evolução política e abriu outro, isto é, encerrou o ciclo da constitucionalização efetiva do Estado e abriu o ciclo das lutas políticas pela estruturação ideológica das classes sociais do Brasil".⁷

O autor vai buscar fundamentação na História da República, na participação dos militares em movimentos eleitorais e armados, para poder concluir que Trinta representa o fim de um ciclo de evolução política.

Hélio Jaguaribe volta-se para o econômico com o mesmo intuito de explicar "a investida ao poder da classe média".

"Paralela à economia, desenvolvia-se a crise política, que a "débâcle" do café precipitou, conduzindo-a à solu-

2. *Ibidem*, pág.

3. *Ibidem*, pág.

4. GUILHERME, Wanderley — *Introdução ao Estudo das Contradições Sociais no Brasil* — I.S.E.B., Rio de Janeiro, 1963, pág. 44.

5. FAUSTO, Boris — 1930: *Historiografia e História* (tese de doutoramento apresentada à Cadeira de Metodologia da História, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — São Paulo, 1969 — mimeografado.)

6. RAMOS, Guerreiro — *Crise do Poder no Brasil: Problemas da Revolução Nacional Brasileira* — Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961, pág. 28.

7. *Ibidem*.

ção revolucionária de 1930".⁸ Compara a crise da década dos 20 com a das instituições imperiais; as modificações da estrutura econômica e social exigiam transformações do sistema político administrativo. A "Revolução de 1930, precedida pelas tentativas abortadas que se sucedem nos anos de 20 e precipitada pela crise econômica, é uma segunda investida ao poder da classe média".⁹

A pequena burguesia que se tinha mobilizado com a República e com o Federalismo agora lutava pelo voto secreto. A classe média que se beneficiara com o Federalismo através do aumento do número de empregos públicos entendia "que necessitava do poder para proporcionar empregos, mediante a expansão da burocracia pública, como para utilizar a máquina do Estado no sentido de se perpetuar no controle da mesma".¹⁰ Era o embrião do "Estado Cartorial".

Virgínio Santa Rosa situa a participação política das classes médias como consequência do crescimento e progresso das cidades. "O desenvolvimento das indústrias e do comércio, exigindo múltiplas funções e cargos, provocou uma diferenciação mais ou menos instantânea no seio das massas anônimas das populações nacionais".¹¹ Segundo o autor, este crescimento polarizou, de um lado a burguesia nacional confundida com a alta burguesia e, de outro, a pequena burguesia confundida com o proletariado. A medida que crescia, esta pequena burguesia passou a pleitear leis de conser-

vação, como a lei do inquilinato, que de 1921 a 29 foi debatida pelo Legislativo; passou também a reivindicar direitos políticos. As resistências foram muitas, suas reivindicações não eram "direitos". O peso político da pequena burguesia das cidades não conseguia se fazer representar dentro do código eleitoral. "Sem representação regular nos Congressos e sem meios de alcançá-la, os espíritos saídos do seio das classes médias se voltam para a campanha da reforma da lei eleitoral vigente".¹² Citando Plínio Salgado, Santa Rosa transcreve o seguinte trecho: "as forças reais que se agitavam, fora dos quadros políticos, eram as camadas novas da pequena burguesia que esperneavam sob o peso das massas rurais".¹³ E o peso das massas rurais permitia que, embora com o apoio das populações das cidades, dos movimentos armados de 22, 24 e 26, fossem esmagados pelos governos.

Em 1930, a polarização representada pela oposição fortalece a vida partidária e as reivindicações das classes médias são acolhidas na Plataforma da Aliança Liberal: modificação do código eleitoral, voto secreto etc...

"Entretanto, a consequência mais considerável da inclinação dos politizantes para os desfechos armados, (...) é a intromissão nas conspirações dos militares revoltados de 22, 24 e 26. Com isso, os tenentes iam surgir desassombradamente no cenário político nacional". "Assim, vitoriosa a Revolução de 30, abriram-se

grandes brechas no quadro social brasileiro. E, pelas brechas subitamente abertas, penetram dia a dia milhares e milhares de pequenos-burgueses, clamando pela representação parlamentar e reconhecimento dos seus direitos econômicos".¹⁴

Estas teses se referem aos movimentos chamados tenentistas de 22 e 24 como sendo de classes médias, entretanto este pertencimento à classe que deveria concretizar-se mediante apoio destas forças políticas não é efetivamente comprovado. Fala-se de apoio popular à rebelião de 24. Entretanto, não se seguiu o compromisso que seria decorrente deste apoio. Torna-se especialmente difícil a comprovação desta tese.

Outra forma de abordar este tema tem sido o da identificação da origem familiar dos componentes dos movimentos tenentistas. Entretanto, esta mesma tese é contestada por outra que diz ser o Exército uma organização que submete seus membros a uma nova "socialização" e que importaria pouco, para a compreensão do comportamento individual e/ou de grupos dos tenentes, sua origem familiar. Compreensão esta que deveria ser buscada nas contradições existentes no próprio Exército e deste com o sistema político.

No que se refere ao componente ideológico dos movimentos tenentistas, suas proposições são identificadas como sendo de caráter "elitista e centralizador". Juarez Távora em "A guisa de depoimento"¹⁵ apresenta as seguintes proposições: necessidade de rever a Constituição, uniformização das instituições, maior centralização que significa restauração do equilíbrio entre

os 3 Podêres, admitindo a predominância do Judiciário.

A categoria "classes médias" apresenta-se bastante fluida, não se define. No Brasil, em trinta, pouco se faz no sentido de indagar sobre a composição e mesmo existência dessas classes médias. A explicação da ideologia tenentista como de classe média se faz estabelecendo uma relação teórica entre as proposições de classe média presentes nos movimentos europeus — nazismo, fascismo — e as proposições tenentistas. Neste particular Guerreiro Ramos coloca a Revolução de Trinta como última etapa de "um ciclo de nossa evolução política", cujo ideário pertencia à classe média e diz, por outro lado, que é a partir de trinta que se inicia a luta política pela estruturação ideológica dos interesses das classes sociais. Então, embora a estruturação ideológica se dê após trinta, antes as classes médias já lutavam politicamente?

Outra pergunta que cabe fazer: Quem são estas classes médias? Talvez o estudo da fase posterior, o estudo da composição, da ideologia e ação do Partido Integralista, assim como a instalação do próprio Estado Novo, possa elucidar alguns dos itens que se apresentam obscuros no presente momento.

2. Proposição sobre o comportamento dos atores enquanto representantes de interesses políticos:

a) "A Revolução de Trinta como disputa pelo poder, ao nível das oligarquias, assume caráter regionalista".

8. JAGUARIBE, Hélio — *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* — Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962, pág. 170.

9. *Ibidem*, pág. 173.

10. *Ibidem*, pág. 173.

11. SANTA ROSA, Virgínio — *O Sentido do Tenentismo* — 2ª edição sob o título "Que foi o Tenentismo?" — Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, pág. 97.

12. *Ibidem*, pág. 37.

13. *Ibidem*, pág. 40.

14. *Ibidem*, pág. 53.

15. TÁVORA, Juarez — *A Guisa de Depoimento* (O Combate, 1927-28, Rio de Janeiro, Vol. 1, págs. 113-115. Anais da Câmara dos Deputados, Imprensa Nacional, 1929).

A ruptura que levaria à Revolução, dada a estrutura política vigente na primeira república, apresenta-se com caráter regionalista e no estrito nível político como redefinição dos termos de equilíbrio do sistema.

De modo esquemático o que se diz é que “a revolução é a aliança liberal em armas e a aliança liberal é a cisão mais grave e profunda na cúpula dirigente da primeira república”.¹⁶

Instituída a República em termos das coordenadas federalistas, presidencialistas e regime representativo, o sistema passa a equilibrar-se pelo jogo de compromisso dos Estados, que detinham substancial parcela de autonomia, e o poder central. A política era feita em nome estadual, inexistindo partidos nacionais e tendo os partidos voz através dos governos estaduais. O desenvolvimento desigual das unidades federadas levou, desde logo, a uma hierarquia de Estados. A discrepância de poderes se manifestava em dois planos: no Legislativo — onde predominavam as maiores bancadas —, e no processo sucessório — onde pesava o maior eleitorado.

Segundo o esquema proposto por Barbosa Lima, os Estados se dividiriam em dois grupos — Estados Líderes (São Paulo e Minas Gerais) e Estados Satélites: os de segunda categoria (Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro) e os de terceira categoria (os demais). A disputa sucessória se daria entre os Estados líderes — São Paulo e Minas Gerais —, configurando-se a famosa política do “café com leite”: “... não há exemplo de presi-

dente paulista eleito sem o apoio de Minas e vice-versa, como também não houve até hoje fórmula vitoriosa que não tivesse ao menos o apoio de um desses dois Estados”.¹⁷ Mas as sucessões, sobretudo a partir de Rodrigues Alves, não se faziam sem crises: “... esse fenômeno é natural porque, dentro da rigidez do sistema político, as eleições são válvulas de escape: é nesta ocasião que as barganhas, os interesses e as simpatias podem manifestar-se mais livremente”.¹⁸

O predomínio político de Minas e São Paulo não deixou de ser contestado por outras forças que batalhavam à margem do processo, aspirando as posições de liderança e tentando impedir a hegemonia absoluta, sobretudo de apenas uma das correntes: “... os quarenta anos de federalismo brasileiro resumem-se a uma luta contínua contra a supremacia de alguns Estados”.¹⁹ O Rio Grande do Sul seria ao longo da história “uma força de rebeldia, ameaça permanente contra os conchavos e combinações dos grandes Estados”.²⁰

É dentro desta linha que Barbosa Lima Sobrinho vê o movimento desencadeado a partir de 1929 como tendo dois tipos de motivação: uma aparente — o liberalismo — outra real e profunda — a paixão regionalista. A primeira “garantia adesões e simpatias ao movimento, ... (mas as causas efetivas é que) asseguravam a cooperação das forças mais poderosas do levante”.²¹ Para ele é “sob este aspecto dos sentimentos regionalistas e em face dos Estados que governam

que os gestos dos presidentes dissidentes valiam de motivo de aplauso e de maior popularidade”²² ... “o que avulta entre os fatores da Revolução de Trinta é o sentimento regionalista na luta pelo equilíbrio das forças entre os Estados federados. Minas Gerais alinhando-se ao Rio Grande do Sul combatia a hegemonia paulista que a candidatura do Sr. Júlio Prestes asseguraria por mais quatro anos”.²³

As lutas regionalistas são, por alguns, explicadas pela diversidade de interesses econômicos representados pelos Estados contendores; segundo Boris Fausto: “a crise da hegemonia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares aonde a oposição à hegemonia tem características específicas. Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas as características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas, imbricamento de interesses entre a burguesia agrária e a industrial nos maiores centros), e as divisões “puras” de fração burguesia/agrária, burguesia industrial — não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário”.²⁴

Os autores que entendem a via revolucionária como sendo uma cisão entre a classe dominante com contornos regionalistas são, via de regra, historiadores e pretendem a explicação mais do acontecimento histórico do que dos aspectos políticos, e não chegam a propor teoria explicativa. Den-

tre eles, Boris Fausto aprofundará mais este tipo de explicação, refutando as teorias monistas. A ruptura se daria por divergências na própria oligarquia dominante, divergências estas que se acirrarão devido ao quadro geral do país: descontentamentos urbanos, crise de 1929.

Por este caminho importaria saber, então, o que levava à cisão na classe dominante e por que tal cisão gerava o desequilíbrio do sistema político obrigando, no dizer de Boris Fausto, a um rearranjo do sistema. Ao contrário de Barbosa Lima que considera as “paixões regionalistas” de certa forma desvinculadas de seu aspecto econômico, manifestando-se apenas ao nível do poder, Boris Fausto verá a cisão em torno do problema do café — aglutinando-se as burguesias não diretamente a ele vinculadas, mas sem que tenham, necessariamente, um caráter industrializante.

Como já afirmamos, anteriormente, as análises de classe, até hoje publicadas, explicam a esfera política como epifenômeno. As análises que tomam os atores enquanto representantes políticos, ainda que carecendo de um enfoque teórico, apresentam informações histórico-factuais que podem servir de dados para futura sistematização, ao nível da esfera política.

III — A Comunidade Política às Vésperas de 1930

Nossa análise visa ao estudo de um momento histórico que precede um ponto de ruptura no sistema político, ruptura essa que se explica pelo momento histórico anterior. Torna-se, então, necessário considerar dois mo-

16. CARONE, Edgar — *A Primeira República* — Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969, pág. 242.

17. LIMA SOBRINHO, Barbosa — *A Verdade sobre a Revolução de Outubro* — Editora Unitas, São Paulo, 1933, pág. 262.

18. CARONE, Edgar — *op. cit.*, pág. 242.

19. LIMA SOBRINHO, Barbosa — *op. cit.*, pág. 261.

20. *Ibidem*, pág. 262.

21. *Ibidem*, pág. 254.

22. *Ibidem*, pág. 260.

23. *Ibidem*, pág. 269.

24. FAUSTO, Boris — *op. cit.*, pág. 131.

mentos analíticos: um, trata o sistema dentro de seus parâmetros; o outro, apresenta-o quando esses parâmetros já foram rompidos. Vamos tomar os atôres políticos como unidade de análise do tema em questão.

O comportamento dos atôres no Tempo 1 é explicado pelo próprio funcionamento do sistema; nesse sentido, é através do mesmo funcionamento que deve ser buscada a explicação da ruptura (Tempo 2).

Assim temos, no Tempo 1, a luta pelo poder dentro dos parâmetros do sistema político, delimitado pelo lançamento das candidaturas que concorrem ao pleito de 1930, até o momento em que a votação é apurada. Os atôres legítimos dêsse tempo são todos aqueles que participam na comunidade política e que lutam pelo poder dentro do quadro institucional: o Estado Central, Estados situacionistas e Estados oposicionistas. Os atôres ilegítimos são aqueles que aspiram participar da comunidade política e utilizam a luta armada para conseguir essa aspiração: os tenentes da Coluna Prestes, políticos revolucionários.

No Tempo 2 temos a luta pelo poder fora dos parâmetros do sistema político, iniciada no momento da derrota da Aliança Liberal e terminada com a vitória da Revolução. Neste caso, os atôres políticos não são definidos pelo seu caráter de legitimidade ou ilegitimidade. Temos a ruptura do sistema. De um lado, persistem aqueles que o sustentam; de outro, os que o questionam. Assim, a ação do movimento revolucionário situa o fim da legitimidade do sistema.

Consideramos ter ocorrido a ruptura pela impossibilidade de o sistema absorver as oposições que se formavam dentro da própria comunidade política.

Assim, será na própria atuação dos

atôres considerados legítimos que deverão ser encontrados os elementos que levarão à ruptura. Não desconhecemos a atuação de atôres que, mesmo no Tempo 1, contestavam o sistema de representação política. Quando as possibilidades de tomada do poder são vedadas à oposição, unem-se políticos oposicionistas, tenentes da coluna e políticos revolucionários para a tomada do poder — configura-se o Tempo 2. Para a análise das condições que levaram a oposição a não aceitar as regras do jogo político vigente é importante observar como se processava a disputa pelo poder, atendo-nos a considerações sobre os atôres legítimos no Tempo 1. O que já foi dito acima explica por que não consideramos outros atôres, indiretamente ligados ao jogo político da época — como o Exército.

Partimos, então, para discutir algumas proposições sobre o equilíbrio político, formuladas como se segue:

- 3) *O poder dos Estados não expressa a fraqueza do poder central; e*
- 4) *Os Estados dotados de maior força política dominam o quadro sucessório nacional.*

Os Estados dotados de maior força política são aqueles que têm o maior número de eleitores, e que, na República Velha, dominaram o quadro sucessório.

Vamos analisar esta proposição através de um estudo dos resultados eleitorais para Presidente da República e de um quadro de coligações. Este não apresenta uma lista completa dos presidentes do período, mas a relação dos candidatos à sucessão no ano do pleito eleitoral (Anexo nº 2). A coluna 1 indica os candidatos que chegaram à Presidência da República, a coluna

2, aqueles que concorreram nas urnas e perderam, a 3 apresenta os que não chegaram a concorrer eleitoralmente, mas que conseguiram uma composição de forças em torno de seu nome. Para cada candidato mostramos nas colunas laterais o apoio estadual que obtiveram, no ano do pleito eleitoral.

Antes de entrarmos na análise dos dados eleitorais e do quadro de coligações vamos hierarquizar aqueles Estados de maior peso político pelo tamanho de seu eleitorado (Anexo nº 3). Tomando a votação aproximada dada aos candidatos à Presidência da República nos anos eleitorais de 1914 e 1926, obtivemos uma hierarquização dos Estados de acordo com o tamanho de seu eleitorado, ou melhor, de acordo com o seu peso político eleitoral:

- 1º — Minas Gerais
- 2º — São Paulo
- 3º — Rio Grande do Sul
- 4º — Bahia
- 5º — Rio de Janeiro
- 6º — Pernambuco
- 7º — Pará
- 8º — Distrito Federal

O oitavo lugar é ocupado em 1914 pelo Ceará e em 1926 pelo Distrito Federal, mas, para efeitos explicativos, vamos incluir nos quadros analíticos o Distrito Federal, pela importância que adquire posteriormente.

Podemos, então, passar ao estudo das coligações dividindo o quadro em três períodos:

- de Campos Salles a Afonso Penna
- de Hermes da Fonseca a Washington Luís
- da campanha de Júlio Prestes a Getúlio Vargas.

As sucessões presidenciais no primeiro período, de 1898 a 1906, caracterizam-se pela inexistência de uma oposição eleitoral de fato. Nenhum dos candidatos chega a concorrer eleitoralmente; esboça-se apenas uma oposição fraca, uma articulação entre Estados de menor peso eleitoral. Assim, o apoio a Lauro Sodré é dado por Estados de baixo peso eleitoral: Rio Grande do Sul (3º), Pará (7º) e Paraná e Santa Catarina, que não chegam sequer a figurar nesta hierarquia. Da mesma forma, Quintino Bocaiuva é indicado em 1902 pelo Rio de Janeiro (5º), não obtendo, no entanto, outras adesões.

Por outro lado, é também significativa a tentativa frustrada de Rodrigues Alves (SP) e Afonso Penna (MG) para indicar seus sucessores — Bernardino de Campos (SP) e Davi Campista (MG). As duas candidaturas não obtiveram o apoio de suas respectivas bancadas estaduais, o que evidencia o surgimento de dissidências nos Estados de Minas e São Paulo. No entanto, não nos aprofundaremos no presente estudo nessa questão considerada relevante para a compreensão das modificações que vinha sofrendo o processo político partidário.

O período de Hermes da Fonseca a Washington Luís é marcado pela existência de uma oposição organizada e pela apresentação de candidaturas contrárias à situação. De 1910 a 1918 a oposição é expressa na figura de Rui Barbosa, inicialmente levada a termo pelos Estados de São Paulo (2º), Bahia (4º) e Rio de Janeiro (5º), e, posteriormente, pelos Estados de São Paulo e Bahia. Se observarmos no Anexo nº 3 o crescimento da oposição no período de 1910 a 1914, verificamos que ele é nulo, somente no Pará aumenta 0,1%, enquanto que nos demais Estados, que sustentaram

a candidatura Rui Barbosa, o decréscimo percentual da oposição é significativo — 69,3% em São Paulo e 9,0% na Bahia. Se em 1910 o lançamento da candidatura Hermes da Fonseca levantou divergências dentro da própria oligarquia que o apoiava, em 1914 Venceslau obteve o apoio maciço da coligação Minas-São Paulo-Rio Grande do Sul. O período de 10 a 18 caracteriza-se, portanto, pelo crescente fortalecimento da situação e conseqüente enfraquecimento da articulação oposicionista. É significativo, também, que em 1918, por ocasião da eleição de Epitácio Pessoa, Rui Barbosa não tenha conseguido sequer lançar sua candidatura formalmente.

Tanto Rui Barbosa quanto Pinheiro Machado sofrem restrições nas diversas tentativas de lançar-se à Presidência da República. José Maria Bello propõe como explicação o fato de que "...o Brasil não tem nenhuma tendência a escolher para sua suprema chefia personalidades fortemente marcantes".²⁵ A explicação não deve ser buscada na simples análise das personalidades de Rui e Pinheiro, mas na impossibilidade do sistema republicano absorver políticos que se projetavam acima dos interesses regionais, seja pela tentativa de organizar um partido nacional, seja pelo exercício de fato de uma vontade pessoal acima de partidos e Estados.

Na República Velha, o poder político de um candidato à presidência é expresso pelo peso eleitoral de seu Estado e daqueles que o apóiam. A candidatura Epitácio Pessoa é ilustrativa dessa proposição. A Paraíba não tinha peso eleitoral no quadro republicano, e é por isso que sua eleição é garantida por um apoio total e irrestrito dos

três Estados de maior peso — Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. Sabemos que essa coligação aparece em anos anteriores, mas agora ela adquire maior força se levarmos em consideração a barganha política que a antecede. Segundo José Maria Bello, a sucessão de Delfim Moreira, que se encontrava enfermo, é entregue aos políticos de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. A candidatura paulista é vetada por Minas e Rio Grande, o que automaticamente impossibilita a alternativa mineira. É assim que se forma a coligação em torno de Epitácio, dando-lhe uma força excepcional.

A sucessão de 1922, caracterizada pela não-interferência do Presidente Epitácio Pessoa, isto é, do poder central, permite que as forças regionais oposicionistas se articulem em torno de uma coligação de elevado peso eleitoral. A "reação republicana" em torno do nome de Nilo Peçanha é arregimentada pelos Estados do Rio Grande do Sul (3º), Bahia (4º), Rio de Janeiro (5º) e Pernambuco (6º), em oposição à candidatura oficial de Arthur Bernardes.

Em contraposição, a indicação de Washington Luís, em 1926, é filha dileta do Estado forte. Sua eleição expressa o compromisso dos Estados com o poder central e a subordinação das irreverências regionais aos interesses federais.

O terceiro período é representado por duas fortes candidaturas: Júlio Prestes é lançado pelo poder central e escudado pelo Estado de São Paulo (2º), enquanto que Getúlio Vargas é apoiado por três Estados, sendo dois de elevado peso político — Minas (1º) e Rio Grande do Sul (3º). Du-

rante a sucessão em trinta a oposição adquire novas feições, ela torna-se consistente: pelo peso eleitoral da coligação que a sustenta, pela expressiva votação obtida nas eleições, e pelo crescimento do seu eleitorado quando comparado ao de 1914 e 26.

O resultado em percentagem da votação do candidato da Aliança Liberal, em seis Estados de elevado peso eleitoral, vem comprovar a força política da oposição:

Minas Gerais	83,70%
São Paulo	10,06%
Rio Grande do Sul	99,64%
Pernambuco	14,05%
Pará	4,69%
Distrito Federal	48,96%

O resultado do Anexo nº 4 vem mostrar o crescimento nas percentagens da votação oposicionista, nos anos de 1914 a 1930.

Minas Gerais	81,6%
São Paulo	3,0%
Rio Grande do Sul	99,2%
Pernambuco	13,8%
Pará	4,1%
Distrito Federal	40,1%

O aumento da votação e do eleitorado mineiro e gaúcho deve-se ao fato de estarem os governos estaduais lançando a candidatura aliancista. Como já afirmamos, esses Estados aceitam as regras do jogo político, e, portanto, não é de estranhar que tenham utilizado a fraude — aumento desproporcional da votação — para chegar à vitória através das urnas. Não obstante, reafirmamos o significativo crescimento nos demais Estados.

Concluimos, assim, pela constatação de um aumento considerável do poder político dos Estados oposicionistas, observado não somente pelo crescimento de sua votação, como pelo aumento da sua capacidade de lançar uma candidatura de elevado peso político. Passamos, agora, à última proposição:

5) *O Estado era instrumento de integração das forças políticas regionais na ausência de partidos políticos nacionais.*

O início da Primeira República é marcado por situações onde não há equilíbrio constitucional e as relações entre o Estado Central e os Estados são continuamente contestadas. As lutas entre poderes, tais como as derrubadas estaduais, as mudanças contínuas das forças, que ora apóiam e ora deixam de apoiar, tornam difícil este possível respeito constitucional.

É Campos Salles quem vai, percebendo o poder das forças estaduais representadas através do Legislativo, criar um sistema que responderia "a uma perfeita aliança entre o Executivo e o Legislativo para que os esforços coordenados dos dois poderes possam ter a eficiência necessária em proveito dos grandes interesses da Nação".²⁶ E adiante: "o Congresso... tem necessidade de que sua iniciativa seja esclarecida e mesmo a certos respeitos dirigida".²⁷ Considera que o poder com condições de influir sobre o Legislativo é o Executivo. Para tal é necessária uma maioria que, significando uma unidade sólida entre os poderes, possibilite uma ação conjunta e o funcionamento harmônico do governo. Daí: "os su-

25. BELLO, José Maria — *História da República: 1889-1930* — Organizações Simões Editora, Rio de Janeiro, 1952, pág. 291.

26. SALLES, Campos — *Manifestos e Mensagens* — in: Carone, Edgar, op. cit., págs. 15-25.

27. *Ibidem*.

fráguas que elegem o primeiro magistrado são os mesmos que devem formar a maioria do Congresso, e aí está o vínculo de íntima e vigorosa aliança entre os dois poderes". É este o pensamento subjacente à chamada "política dos governadores", política esta que dá maior peso parlamentar às oligarquias estaduais através da "verificação de poderes".

"O regimento do Congresso estatua que ao mais velho dos diplomados cabia a presidência interina da Câmara, incumbindo a ele a nomeação da comissão encarregada de organizar a lista dos diplomas presumivelmente legítimos".²⁸ Realizada a reforma regimental o presidente interino da nova Câmara seria o presidente da anterior.

Diante da luta dos grupos visando conseguir a maioria na Câmara, diz Campos Salles: "...entendi que não era lícito assistir indiferente a essa luta cujos resultados poderiam acarretar a ruína moral da República, e resolvi, conseqüentemente, intervir adotando medidas preventivas. Dirigi-me, para esse fim, aos governos dos Estados, onde ineludivelmente reside a verdadeira força política neste regime".²⁹

Na sucessão, Campos Salles põe em prática a sua política, no intuito de garantir a continuidade a seu governo e dirá: "...não havendo partidos organizados, donde deveriam surgir os candidatos, compete-me... levar aos grandes eleitores a minha opinião, o que faço sem o menor movimento de compressão e muito menos de corrupção".³⁰ Mais adiante fará o presidente a seguinte referência: "...tendo a meu lado a grande maioria do Estado

de São Paulo dei como vencida a primeira etapa. Dirigi, então, as minhas vistas para os dois grandes núcleos eleitorais — Minas e Bahia —, a fim de com os três Estados formar o centro de operações".³¹

Documentos como este de Campos Salles dão idéia da atribuição do Poder Central como elemento de integração das forças políticas regionais. As ações de presidentes posteriores confirmarão tal prática.

O poder político da República era baseado nos governos estaduais e estes deviam ao Estado a sua própria estabilidade. Assim, forma-se a relação de dependência mútua, na qual a função de integrar partes era assumida pelo poder central. Na ausência de partidos nacionais caberia ao presidente encaminhar as negociações sobre a sua sucessão, consultando as forças políticas e buscando um nome em torno do qual se aliassem as diversas correntes. Isto feito, caberia à Convenção partidária apenas homologar o candidato escolhido. Idealmente, o Presidente não deveria buscar apoio para o "seu candidato" mas sim auscultar as diversas correntes. De fato, ocorria que o Presidente usava a força, dada pela posição que ocupava no sistema, a fim de impor suas preferências. Configurava-se o "filhotismo", os candidatos "tirados do bolso do colête", "as candidaturas palacianas" contra os quais se insurgirão freqüentemente as correntes de oposição que, às vezes, alcançavam poder de veto quando representavam Estados politicamente fortes ou coligações de peso, conforme já vimos.

O Executivo tinha, ainda, um outro instrumento de força, advindo de sua influência sobre a Comissão de Reconhecimento aonde poderia ser dado o último golpe nas futuras oposições do Legislativo. O compromisso tácito era de garantir a representação das "situações" estaduais: respeitar os Estados ditos fortes e garantir nos Estados fracos a representação favorável ao Presidente. Grupos dissidentes quando logravam o direito de disputar em nome de uma representatividade eleitoral, e eram formalmente eleitos, tinham, ainda, de passar pela crivagem do reconhecimento.

Em conclusão, podemos afirmar: o Estado foi o criador do sistema republicano de equilíbrio de poderes. De um lado, temos as forças estaduais representadas no Legislativo; de outro, a coordenação do Executivo, mantendo uma relação de reciprocidade em que a posição do Estado é de integração das forças regionais na ausência de partidos políticos nacionais.

Não se desconhece, nem se pretende negar a importância dos impasses e contradições em que se encontrava a sociedade brasileira no fim da década dos vinte; segundo as palavras de Hélio Silva, "era uma dessas raras oportunidades em que toda gente aspirava ao advento de novos horizontes e novos métodos". Também não nos propomos julgar da inevitabilidade ou não de uma ruptura na ordem instituída, quaisquer que fossem as forças que a conduzissem, o que justificaria o célebre dito de um dos líderes políticos da época: "Façamos a Revolução antes que o Povo a faça".

O que se queria saber, no funcionamento do jogo político, era o que levou a um ponto de impasse as relações de seus atores, fazendo com que parte deles se transformasse em força de ruptura do sistema.

Os parâmetros de funcionamento do jogo político na República Velha caracterizam-se por uma forma de representação cuja unidade básica era os Estados. O funcionamento do jogo se devia a um sistema de apoio recíproco onde os Estados hierarquizados entre si apoiavam o Poder Central e este sustentava as situações regionais. A máquina eleitoral garantia a legitimidade dos acordos. O direito de contestar era permitido aos Estados. As divergências eram resolvidas pela arbitragem do Poder Central que equilibrava as forças políticas regionais. Quando as oposições, não aceitando a ação coordenadora do Poder Central, recorriam às eleições, o equilíbrio do sistema não se alterava.

Às vésperas de trinta observam-se várias especificidades. As representações regionalistas formam uma oposição com peso político forte; esta oposição tenta um acordo com o Poder Central sem, entretanto, obter êxito. Não que as oposições se tenham furtado a uma solução conciliatória, ao contrário, a proposta de um *tertius* é evidente na correspondência trocada entre Getúlio Vargas e Washington Luís (arquivo particular da família Vargas). No entanto, a intransigência do Poder Central é clara. Manifesta-se pela manutenção de Júlio Prestes, pela não aceitação de um compromisso satisfatório a todas as forças políticas em jogo. Não sendo o impasse resolvido só cabe à oposição recorrer às urnas e, desta feita, seria o confronto de forças com pesos equivalentes.

A Aliança Liberal vai diretamente ao eleitorado, apela para uma mobilização de caráter nacional, conseguindo votação significativa, ainda que não lograsse alterar os resultados. As oligarquias que apóiam o Poder Central garantem a vitória do candidato presiden-

28. *Ibidem*.

29. SALLES, Campos — *Da Propaganda à Presidência* — in: Carone, Edgar, *op. cit.*, págs. 236-241 e 244-246.

30. *Ibidem*.

31. PIRATININGA, João — *Política Paulista* — in: CARONE, Edgar, *op. cit.*, págs. 108-114.

cial. O Poder Central, através da Comissão de Reconhecimento, garante por sua vez a hegemonia da situação no Legislativo. A quebra do mecanismo conciliatório obriga o Estado a agir no sentido de preservar o sistema, que não comportava uma oposição de tal envergadura. Assim, os habituais cortes, efetuados pela Comissão de Reconhecimento, ocorrem após as eleições, só que, neste momento, a "degola" vai-se dar contra uma das forças sustentadoras do próprio equilíbrio do sistema.

Se o Poder Central investe sobre forças que o sustentam, que garantem sua posição no sistema, deixa de exis-

tir sua função integradora. Define-se um ponto de impasse na relação Estado Central Forte—Estados Fortes.

O que observamos, portanto, é que os parâmetros que definem o sistema político na República Velha, em trinta não têm mais vigência. A relação entre os atores é rompida, mas dificilmente poderia se manter quando oposições legítimas com elevado peso político passam a falar em nome da nação e não mais em termos regionais. A incorporação desta oposição ao sistema só poderia se dar com a mudança dos parâmetros do próprio sistema político.

ANEXO I

ESQUEMA DAS TESES INTERPRETATIVAS SOBRE A REVOLUÇÃO DE TRINTA

AUTORES	QUAL A CLASSE OU GRUPO QUE FEZ A REVOLUÇÃO?	QUAL A ORIGEM DA CRISE?	QUAL O FATOR PROPULSOR DA CRISE?	QUAL A CONSEQUÊNCIA?
NELSON WERNECK SODRÉ	BURGUESIA INDUSTRIAL	ECONÔMICA	DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
WANDERLEY GUILHERME	BURGUESIA INDUSTRIAL	ECONÔMICA	DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
GUMRREIRO RAMOS	CLASSES MÉDIAS	IDEOLOGIA	CRISE NA ELITE	EMERGÊNCIA DO POVO
HELIO JAGUARIBE	CLASSES MÉDIAS	ECONÔMICA	DESEMPREGO	ESTADO CARTORIAL
VIRGINIO SANTA ROSA	CLASSES MÉDIAS	SOCIAL	URBANIZAÇÃO	SOCIAL-DEMOCRACIA
BARBOSA LIMA	OLIGARQUIA	POLÍTICA	QUEBRA DO "SISTEMA DE COMPROMISSO"	DERROTA DO REGIONALISMO OU NOVA FASE?
JOSÉ MARIA BELLO	GRUPOS ANTI-OLIGÁRQUICOS	POLÍTICA	DECADÊNCIA REPUBLICANA	CONCILIAÇÃO
BORIS FAUSTO	OLIGARQUIA E MILITARES	POLÍTICA	QUEBRA DO "SISTEMA DE COMPROMISSO"	ESTADO DE COMPROMISSO

ANEXO II

QUADRO DE COLIGAÇÕES

ANO DA SUCESSÃO	1. CANDIDATO VITORIOSO		2. CANDIDATO PERDEDOR		3. CANDIDATO A CANDIDATO	
	NOME DO CANDIDATO	APÓIO ESTADUAL	NOME DO CANDIDATO	APÓIO ESTADUAL	NOME DO CANDIDATO	APÓIO ESTADUAL
1898	CAMPOS SALLES	MG, SP, RJ, PE	NÃO HÁ	-	LAURO SODRÉ	RGS, PA, RN, SC
1902	RODRIGUES ALVES	MG, SP	NÃO HÁ	-	QUINTINO BOCAIUVA	RJ
1906	AFONSO PENA	MG, SP, RGS	NÃO HÁ	-	BERNARDINO CAMPOS	*
1910	HERNES DA FONSECA	MG, SP, RGS	RUY BARBOSA	SP, BA, RJ	DAVI CAMPISTA	*
1914	VENCESLAU BRAS	MG, SP, RGS	RUY BARBOSA	SP, BA	NÃO HÁ	-
1918	EPITÁCIO PESSOA	MG, SP, RGS	NÃO HÁ	-	RUY BARBOSA	RJ, PA
1922	ARTHUR BERNARDES	MG, SP	NILO PEÇANHA	RGS, RJ, PE, BA	NÃO HÁ	-
1926	WASHINGTON LUIS	MG, SP	NÃO HÁ	-	NÃO HÁ	-
1930	JULIO PRESTES	SP	CETULIO VARGAS	MG, RGS, PB	NÃO HÁ	-

* Os candidatos foram propostos pelos Presidentes Rodrigues Alves e Afonso Pena

ANEXO III

PESO ELEITORAL-HIERARQUIZAÇÃO DOS ESTADOS SEGUNDO O NÚMERO DE VOTANTES NAS ELEIÇÕES

HIERARQUIZAÇÃO DOS ESTADOS SEGUNDO O ELEITORADO	ESTADOS	Nº DE VOTANTES NA ELEIÇÃO DE 1914 (*)	Nº DE VOTANTES NA ELEIÇÃO DE 1926 (*)	Nº DE VOTANTES NA ELEIÇÃO DE 1930 (*)
1º	MG	142.000	146.000	360.000
2º	SP	64.000	125.000	357.000
3º	RS	69.000	94.000	298.000
4º	BA	51.000	55.000	-
5º	RJ	33.000	46.000	-
6º	PE	32.000	33.000	54.000
7º	PA	27.000	32.000	61.000
8º	CE	22.000	-	-
9º	DF	-	25.000	58.000

(*) A votação foi arredondada para facilitar a observação.

FONTE: Anais do Congresso Nacional (Resultados Eleitorais), Imprensa Nacional, 1914, 1926, 1930.

ANEXO IV

RESULTADOS ELEITORAIS PARA PRESIDÊNCIA

ESTADOS	1910			1914			1930		
	SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO	TOTAL	SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO	TOTAL	SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO	TOTAL
MG	-	-	-	97,9	1,8	100,00 (142.534)	16,3	83,7	100,00 (361.452)
SP	23,7	76,3	100,00 (108.488)	92,8	7,0	100,00 (64.097)	89,9	10,00	100,00 (356.797)
RS	75,5	24,5	100,00 (66.699)	99,5	0,4	100,00 (59.092)	0,4	99,6	100,00 (297.610)
BA	28,8	71,2	100,00 (34.414)	37,4	62,2	100,00 (51.298)	-	-	-
RJ	-	-	-	96,5	2,8	100,00 (33.313)	-	-	-
PE	99,5	0,5	100,00 (31.751)	99,7	0,2	100,00 (32.298)	85,9	14,0	100,00 (64.213)
PA	99,5	0,5	100,00 (21.892)	99,2	0,6	100,00 (27.092)	95,3	4,7	100,00 (61.350)
DF	-	-	-	87,8	8,8	100,00 (5.215)	51,0	48,9	100,00 (58.127)

Obs: As diferenças nos percentuais se deve ao fato de não ter sido computado a votação para "outros candidatos"

SUMMARY

This paper distinguishes two approaches, as present in the literature on the Revolution of 1930: one which is based on theories of social classes, and another which tries to characterize the social forces which participated in that movement in empirical terms. The former approach is only discussed without concern as to its validity; the latter approach is used as a way of characterizing the behavior of the political actors which led the First Republic into its own destruction. Two moments are considered: first, the functioning of the system given certain parameters, and, second, the collapse of the system once the limits have been reached. The political actors are the states, the central State, the "Tenentes" who par-

ticipated in the Coluna Prestes, and the Revolutionary Parties. The main hypothesis of this work is that the collapse of the First Republic was provoked by the conflict between the states and the central State. The breakdown of the coalition which supported the First Republic is seen as a result of the central State's attempt to preserve the system even at the cost of undermining its own basis of support; and then as a result of the increase in electoral weights within the system. A central State. The breakdown of the coalition led by a system of regional alliances, and an Opposition which was too big to be kept outside the system of alliances forced the redefinition of the very parameters which supported the system.

RÉSUMÉ

Ayant pour base une systématisation des travaux sur la Révolution de 1930, l'étude fera deux types d'approche: celle qui essaye d'utiliser des catégories explicatives à la lumière des théories de classes sociales e celle qui se limite à caractériser les forces que ont déclenché le mouvement au niveau factuel.

La première approche est à peine discutée sans prétendre une conclusion de validité ou non des thèses. La deuxième est utilisée en tant que source pour caractériser dans la communauté politique le comportement des acteurs qui a conduit le système politique de la Première République jusqu'au point de rupture.

Pour des finalités d'analyse, l'auteur a pris en égard deux moments: a) le système fonctionne, tout en préservant les paramètres; b) le système en rupture.

L'analyse se fera dans les limites de fonctionnement du premier moment, à partir duquel le deuxième peut être expliqué.

On considère comme acteurs, les États, le Pouvoir Central, les "Tenentes" de la

"Coluna" et les Politiciens Révolutionnaires. L'hypothèse en évidence est que dans les rapports entre les États et le Pouvoir Central, aura lieu le point de rupture. Limiter l'approche à un aspect du rapport politique est fait délibérément, et on n'y discute pas l'inévitabilité ou non d'un mouvement révolutionnaire, en raison des autres forces au sein du système politique. Tel limite permet de voir comment les paramètres qui définissent le jeu politique de l'Ancienne République cessent d'exister.

La coupure du compromis est cherchée en deux facteurs. Premièrement dans le comportement du Pouvoir Central, qui tout en voulant préserver le système, démoit les propres bases de maintien.

Le second facteur est celui de l'élargissement du système vu par l'accroissement des voix électorales.

Un Pouvoir Central trop fort pour un système de base régionaliste et une opposition trop grande pour rester hors du jeu de compromis a mené au besoin de rédefinir les paramètres qui maintenaient le système.

Raízes da Imaginação Política Brasileira Wanderley Guilherme dos Santos *

No ensaio que se segue tentarei traçar as raízes históricas da imaginação política brasileira corrente. Aqui, "imaginação política" refere-se ao tipo de avaliações políticas que alguns homens de percepção educada, comprometidos com o público de uma forma ou de outra, são compelidos a fazer. Não dispondo de tempo e/ou habilidade para desenvolver pesquisa cuidadosa, esses analistas são obrigados a mobilizar todas as informações disponíveis a fim de oferecer uma explicação racional dos acontecimentos para suas audiências. É natural, portanto, que o produto final seja uma mistura ilustrativa de dados econômicos, indicadores sociais, traços culturais e rumores políticos, e que as principais fontes destas elaborações sejam jornalistas políticos, altos burocratas, analistas políticos, economistas e líderes políticos. São estas as pessoas que selecionam, processam, interpretam e transmitem informações, e que dis-

põem amplamente do poder de transformar uma opinião privada em crença pública. Mais do que isso, eles veiculam um esquema de análise que, acredito, permanece bastante inabalável na mente do público, ainda que alguns aspectos particulares da informação possam ser abandonados ou re-interpretados no processo de comunicação face a face. É este esquema que reúne um grande número de tipos heterogêneos de informação e torna-os coerentes na representação intelectual do processo político. Esta, mais que o processo de reunir evidências, é a tarefa da imaginação política.

Deparando-se com evidências dispersas, dados não sistemáticos, informações não confirmadas e sem o tempo necessário para superar estas deficiências, os formadores de opinião têm, eles próprios, que fornecer os instrumentos intelectuais através dos quais a realidade política adquire um

* O autor, bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, prepara atualmente sua tese para doutoramento em Ciência Política pela Stanford University, California, USA. Membro da equipe de pesquisadores e professor do curso de Mestrado do IUPERJ. Este artigo teve origem do roteiro para a conferência que o Autor pronunciou no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Berkeley em princípios de 1969. Posteriormente o roteiro transformou-se em trabalho apresentado, em meados de 1969, em seminário graduado de Ciência Política na Universidade de Stanford, onde realizou seus estudos de doutoramento. É este trabalho que está aqui traduzido. As fontes utilizadas não ultrapassam, por isso, o ano de 1967 ou, no máximo, 1968.

O presente trabalho é uma retomada do estudo "A Imaginação Político-Social Brasileira" publicado em DADOS 2/3. (N.R.)

desdobramento racional¹. É esta disposição interior pré-factual que preenche as lacunas na informação, seleciona e interpreta as evidências disponíveis e avalia a probabilidade dos boatos. Finalmente, experiências pessoais e habilidade intelectual adicionam os últimos ingredientes responsáveis pela extensão da visão de mundo resultante, extensão que repercute na população e se torna um fato social². A imaginação política, portanto, é aquele primeiro laboratório onde as ações humanas, não importa se significantes ou insignificantes, relacionadas ou não umas às outras, entram como matéria-prima, são processadas e transformam-se em história política.

Os principais determinantes que constituem a imaginação política são: premência de tempo, dados heterogêneos e fragmentários, disposição interior e perícia pessoal. Contudo, talvez haja uma hierarquia entre estes elementos, no que se refere à relevância de cada um, que explique a existência de diferentes visões de mundo, relativas a diferentes formadores de opinião. Todos têm a mesma premência de tempo, bem como acesso a um conjunto de dados mais ou menos similares, mas nem todos têm a mesma disposição interior ou a mesma habilidade para fazer a parte exata da informação preencher o ângulo exato do esquema. Portanto, parece pacífico podermos considerar que as variações na perícia pessoal e na disposição interior dos formadores de opinião estão entre os principais fatores que contribuem para a existên-

cia de avaliações conflitantes dos assuntos políticos. Mais que as próprias evidências, isto é, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais do mundo real, é a disposição interior dos formadores de opinião que elaboram as lições que o povo aprenderá dos acontecimentos e que, em troca, influenciará seu comportamento político. Este último ponto estabelece o segundo vínculo temporal da imaginação política.

A imaginação política vincula-se ao passado, na medida em que os múltiplos acontecimentos do dia, semana ou ano anteriores unem-se numa explicação racional *prima facie* do que sucedeu. Mas a imaginação política está também vinculada ao futuro, no sentido de que estabelece o limite das alternativas de ação dentro do qual as pessoas se movimentarão e escolherão. Consequentemente, se a imaginação política é importante no tempo passado como uma primeira elaboração da história política, é mais ainda importante no tempo futuro como a determinante imediata do comportamento político. Em geral, as pessoas agem segundo uma avaliação das possíveis consequências de seus atos, e isto depende da visão de mundo proporcionada pela imaginação política. O que se procura nas páginas que se seguem é a estrutura desta imaginação política, a saber, a disposição interior dos formadores de opinião, também chamados padrões de explicação. As questões que tentaremos responder são: quais são os padrões de explicação que prevalecem na imaginação política

brasileira? Qual a sua origem? Para este efeito, vamos nos restringir à reação dos formadores de opinião em relação aos acontecimentos ocorridos no Brasil em 1964.

I — Em 1964, na sequência da derrocada do governo João Goulart, foi estabelecido no Brasil um regime autoritário, cujos aspectos coercitivos se vêm acentuando até o presente. Em dezembro de 1967, a bibliografia sobre o movimento político de 1964 já havia atingido 114 textos, muitos dos quais tentando explicar as razões pelas quais esses acontecimentos ocorreram e o que seria provável acontecer em futuro próximo.³ Não considerando os vários livros e artigos que procuraram dar apenas uma mera visão cronológica dos acontecimentos, bem como muitos outros que expõem experiências pessoais do período, os textos podem ser distribuídos da seguinte forma:⁴

	Livros	Artigos
a) Avaliação positiva	9	1
b) Avaliação negativa	16	9
c) Analítico	8	10
d) Análise estrangeira	3	7
Total	36	27

Deve-se entender que os itens de classificação pretendem cobrir apenas o caráter geral dos textos, sem proclamar exclusividade de enfoques. É tanto verdade que os estudos analíticos implicam premissas de valor, senão recomendações claras, quanto as inter-

pretações "valorativas" mostram alguns "insights" analíticos. Mais adiante mostrar-se-á que estas diferenças são irrelevantes no que concerne aos padrões fundamentais de explicação. O motivo da discriminação acima consiste, precisamente, em permitir-nos ir do valor aparente dos textos para a percepção mais profundamente articulada dos autores.⁵

Poder-se-ia esperar que tantas análises correspondessem a diversas explicações para o movimento político de 1964. Entretanto, isto não ocorre. De fato, é surpreendente como os textos convergem para uma conformidade marcante, desde que se separem os autores ao longo da linha a favor/contra o movimento. Sugiro, antes de discutir as diferenças de estilo e/ou ênfase, que a informação contida em toda literatura e as formas pelas quais ela está conectada sejam representadas por dois diagramas não muito complicados. Eu os chamarei diagrama pró-movimento e diagrama anti-movimento, considerando que apenas três dos autores relacionados no apêndice 1 exigiriam correções mais significativas, caso fossem perguntados qual dos diagramas representaria melhor sua própria explicação dos acontecimentos.⁶ Os diagramas respectivamente *pro* e *anti* seriam mais ou menos conforme os quadros nºs 1 e 2:

Traduzindo estes diagramas em linguagem discursiva, poderíamos estabelecer o que seria a hipótese interpretativa central do movimento de 1964, segundo aqueles que lhe são contra e aqueles que lhe são a favor.

1. O texto dá a impressão que, não fosse a premência de tempo, os formadores de opinião fariam uma avaliação completamente objetiva dos acontecimentos. Não é o que o estudo supõe e, de qualquer forma, isto não é importante para a discussão subsequente.

2. Estou interessado nos determinantes da fonte da mensagem, não nas condições sociais que fazem a população pender para uma ou outra das visões competitivas do mundo.

3. Cf. Amauri de Souza, "Bibliografia anotada do movimento político brasileiro de 1964".

4. Veja Apêndice 1, para a discriminação dos títulos ao longo da classificação.

5. A literatura sob "análises estrangeiras" não será discutida neste ensaio.

6. As exceções são Celso Furtado e Francisco Weffort, cujas análises darão lugar a um diagrama particular, e Candido Mendes, cujos artigos referem-se principalmente à dinâmica do novo regime. Para referências veja Apêndice 1.

A primeira interpretação estabeleceria o seguinte:

O governo Goulart caracterizava-se por ser apoiado e pacatuar com comunistas e corruptos. Como produto, promoveu inflação, corrupção, desordem administrativa e tentativas de violação da ordem democrática. Além disso, favoreceu a subversão comunista e estimulou a quebra da disciplina nas Forças Armadas.

Aquêles que se opõem teriam a seguinte hipótese interpretativa para os mesmos acontecimentos:

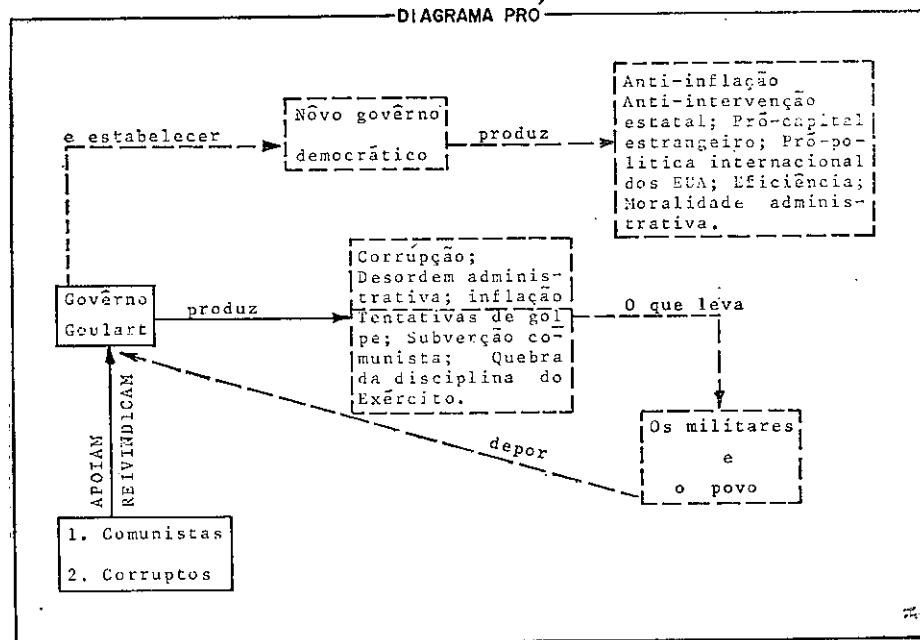
O governo Goulart tentou desenvolver de forma autônoma a economia brasileira, com o apoio de forças progressistas e contra

os obstáculos tradicionais a uma vida independente do povo brasileiro. A fim de alcançar este desenvolvimento, o governo Goulart propôs e iniciou a execução de medidas contra poderosos interesses que, por manipulação e mobilização de alguns setores das classes médias e do Exército, puderam interromper a pacífica revolução brasileira em curso.

A partir daqui, o presente estudo poderia adotar a linha tradicional, que tenta localizar as fontes das percepções políticas divergentes em segmentos diferentes, e portanto conflitantes, da estrutura social. As indagações relevantes, então, seriam: Que posição ocupam na estrutura social de classes as pessoas que favoreceram o movimento de 64? Quais eram seus inte-

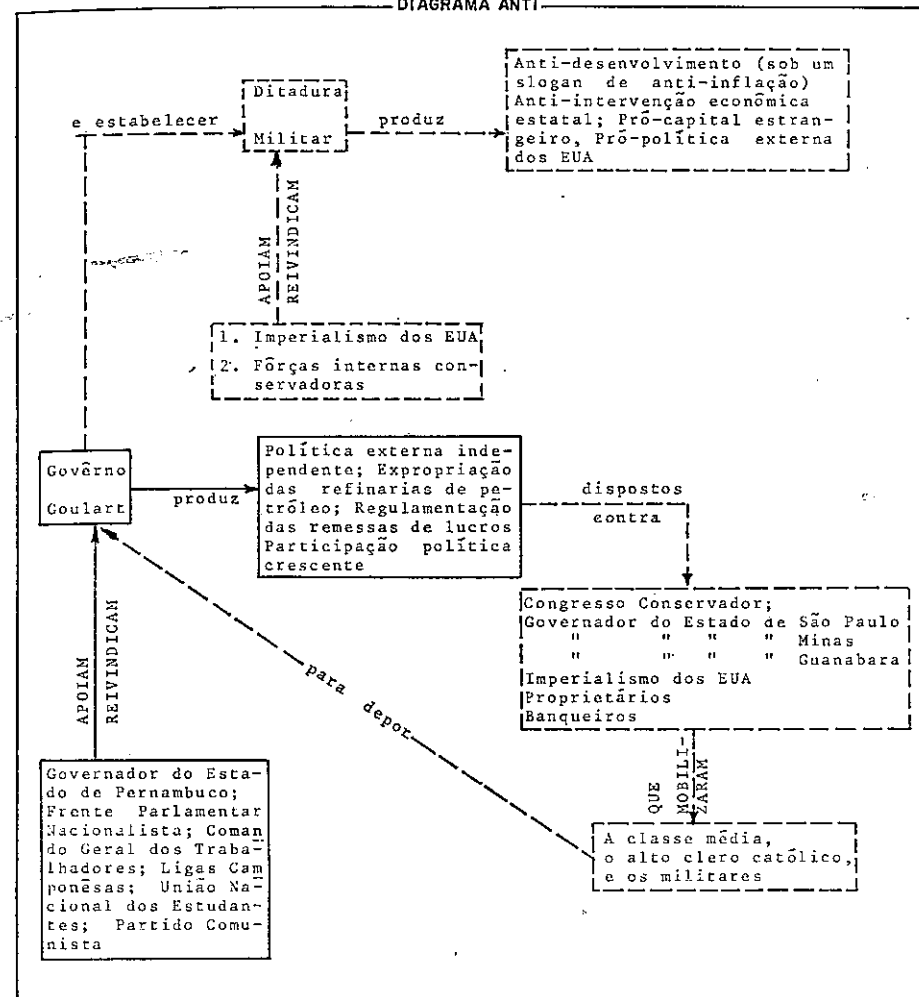
QUADRO Nº 1

DIAGRAMA PRO



QUADRO Nº 2

DIAGRAMA ANTI



rêses econômicos mais imediatos? Como agiu o governo Goulart em relação a estes interesses? A quem as prováveis realizações do novo governo pretendem beneficiar? A resposta a estas e outras perguntas semelhantes forneceria critério suficiente para explicar não apenas a emergência de percepções conflitantes dos mesmos

acontecimentos, mas também a concordância geral entre os partidários de cada um dos pontos de vista. Esta exploração, entretanto, desenvolverá uma linha de raciocínio diferente, cuja justificativa será logo dada.

Se atentarmos para os autores cujas interpretações se desviam dos padrões anteriores, descobriremos que suas

percepções podem ser ilustradas pelo quadro abaixo:⁷

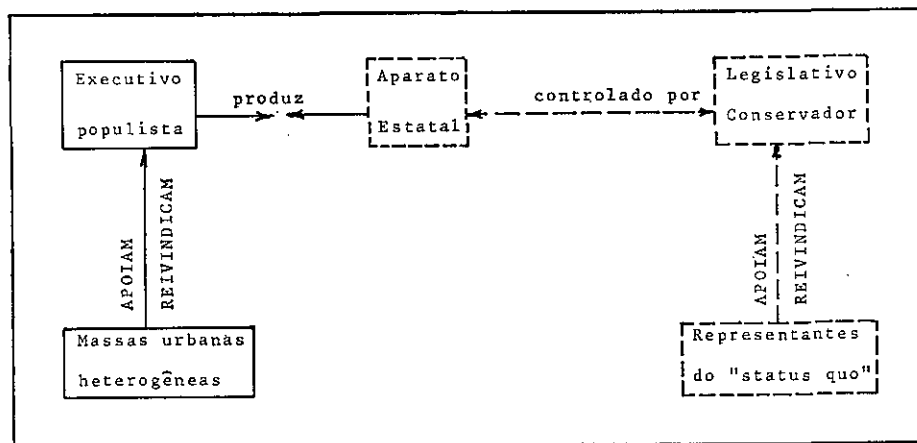
Traduzindo em linguagem discursiva, temos a seguinte hipótese interpretativa:

O executivo é alcançado através do apoio de massas urbanas não-organizadas, obrigando o presidente a adotar uma política de massa, a fim de manter a sua popularidade. Desta forma, o presidente tenta responder às reivindicações urbanas, mas é paralisado pela resistência da burocracia estatal, controlada pelo legislativo. Este nada mais é do que um representante do "status quo", e, portanto, contrário a reformas, depondo eventualmente o presidente ou criando condições para um arbítrio militar.⁸

A distância entre esta abordagem mais sofisticada e as elaborações anteriores é evidentemente grande. Para começar, não há ênfase em termos que sejam simultaneamente informação e valorização, tais como "corruptos" ou "reacionários". Além disso, e mais importante ainda: há uma despersonalização do processo político; conceitos abstratos tomando lugar de atores individuais. Desta forma, a análise torna-se menos contingente de atributos que se deseja assinalar como comportamentos particulares e mais orientada no sentido de regularidades observáveis. Enfim, poderia parecer que quanto mais o analista estiver desvinculado do conflito imediato de interesses materiais, mais ele se aproximaria da margem de objetividade.

Sem dúvida, a lógica do pensamento ideológico parece ser suficiente para

QUADRO Nº 3



7. Este Quadro pretende representar as elaborações de Furtado e Weffort. Deve ser dito, entretanto, que ele se baseia nos artigos de Furtado e Weffort relacionados no Apêndice 1, sem considerar outras sugestões que possam ser encontradas nas inúmeras obras de Furtado.

8. Daland tem a mesma explanação para implementação do planejamento no Brasil, a saber, a resistência da burocracia de Estado. Cf. Robert T. Daland, *Brazilian Planning — Development, Politics and Administration*. Também Edwin Lieuwen, *Generals vs. Presidents (Neo-Militarism in Latin America)*, p. 71.

responder pelo atual estado da imaginação política brasileira. De um lado, um argumento podia ser levantado em favor da idéia de calcar as interpretações anteriores em posições sócio-econômicas na estrutura social. De outro, a interpretação mais sofisticada poderia ser considerada como uma ilustração muito precisa da tese clássica mas controvertida que diz serem os intelectuais os únicos que podem superar os determinantes históricos do conhecimento. Acredito que esta constitui uma boa linha de investigação, porque não estou de forma alguma convencido da propalada esterilidade da sociologia do conhecimento. Questiono esta abordagem, no contexto particular da imaginação política brasileira, não por considerar que a sociologia do conhecimento não nos conduza a lugar nenhum, mas antes porque ela deixa-nos a meio caminho das respostas; não porque dogmáticamente não nos ofereça oportunidade para futuras indagações, mas precisamente porque deixa de formular algumas das mais importantes. No transcorrer deste estudo tentarei justificar esse ponto.

As interpretações *pró* e *anti* movimento de 1964 gozam de mais similaridades, como um padrão, do que se poderia inferir num primeiro momento. Existe um estilo de percepção articulado, subjacente, compartilhado pelos *pró*, pelos *anti* e pelos desviantes que, a meu ver, constitui a característica mais importante da imaginação política brasileira. Este estilo comum pode ser melhor descrito como uma tendência para representar a vida social como a luta contínua entre dois agrupamentos de fenômenos conflitantes. Para a literatura *pró*: participação de massa, comunismo, corrupção, desordem administrativa, demagogia,

ineficiência governamental caminham juntos e não pode ser de outra maneira. Para o lado *anti*: os agrupamentos estão estruturados em torno da democracia, industrialização e independência nacional, e contrários ao anti-reformismo, submissão aos poderes estrangeiros e ao autoritarismo. Para os desviantes: o legislativo é igual a "status quo" e executivo populista significa modernização. O mais importante aqui não é a ênfase dada ao conflito, mas a crença enraizada de que uma vez que o indivíduo é contra, digamos, o comunismo, necessariamente terá que se opor à participação de massa, à intervenção econômica estatal etc., simplesmente porque todas estas coisas estão interligadas. Ou, em outro exemplo, será inútil confiar no legislativo para aprovar programa de reforma. O legislativo representa o "status quo" e, portanto, se oporá a qualquer tipo de reforma. Por outro lado, quase por definição, um executivo populista visa à modernização e, conseqüentemente, industrialização, participação de massa, eficiência e coisas semelhantes. Talvez uma citação dê o sentido total da tendência:

(...) tal é a dinâmica bipolar da política brasileira. Por esta dinâmica queremos demonstrar a tendência da vida política brasileira em agrupar-se em torno de dois pólos — um, democrático e nacionalista, outro, entreguista e reacionário —, o que compele todas as forças sociais a uma definição geral face a estas duas posições básicas. Esta dinâmica bipolar reflete a principal contradição que atua no interior da sociedade brasileira contemporânea: a contradição entre a Nação, de um lado, e o imperialismo

norte-americano e seus suportes internos, de outro.⁹

Esta percepção dicotômica constitui a fonte comum da imaginação política brasileira corrente, não importa que posição ocupe o autor na estrutura sócio-econômica. Novamente, não é a ênfase no conflito, mas a configuração do conflito que constitui o traço distintivo. Faz muita diferença se um grupo encara outros grupos políticos como oposição eventual relacionada a questões singulares, ou como total oposição sobre todas as questões. Por ora, desejo apenas salientar a distinção entre a percepção do conflito, que é trivial, e a natureza do conflito percebido, que não o é.

Ter em comum os mesmos padrões de interpretação não significa, naturalmente, que as interpretações sejam as mesmas. Embora utilizando o mesmo raciocínio abstrato, estas abordagens maiores logo se distinguirão conforme a natureza da evidência, isto é, o tipo de dados julgados pertinentes para substanciar a interpretação proposta. Em geral, é bem visível que a literatura *pro* mostra-se mais sensível à moralidade pública e governamental, procurando reunir e estruturar evidências pertinentes em torno de um núcleo de julgamentos éticos. Num outro extremo, a literatura *anti* apóia-se em indicadores sociais e econômicos, como evidências mais apropriadas para tornar seu ponto mais convincente. Portanto, ao lado de uma similaridade de padrões, existe uma diferença de persuasão. Para algumas pessoas, a política requer e implica em exercício contínuo de opções morais; para outros, não passa de uma arena para os interesses sócio-econô-

micos em conflito. Não é de admirar, portanto, que os padrões valorativos aplicados às consequências políticas variem de acordo, e que a substância do conflito polarizado difira de persuasão para persuasão.

São estes os elementos que formam o núcleo da imaginação política brasileira contemporânea: primeiro, um estilo comum dicotomizado de percepção política, levando a uma visão agrupada e polarizada da realidade; depois, uma persuasão divergente em relação aos fatores causais *prima facie* da vida política; finalmente, a perícia pessoal responsável pela maior ou menor habilidade na manipulação do esquema básico e das informações disponíveis. São estas as facilidades com as quais o laboratório da imaginação produz uma representação da história brasileira e, em grau maior ou menor, ajuda a moldar as crenças políticas públicas no Brasil.

Deixando de lado o elemento perícia pessoal, que pertence à biografia e potencialidades de cada indivíduo, como poderíamos explicar a predominância do padrão dicotômico de interpretação? Qual a origem deste padrão?

O lugar mais adequado para se procurar uma resposta é a própria realidade política. Poderia ser o caso que, no Brasil, participação de massa, corrupção, demagogia e desordem administrativa estejam efetivamente interligadas. Ou que, contrariamente, a industrialização não possa ocorrer no Brasil na ausência de procedimentos políticos democráticos. Entretanto, a realidade não se submete a esta solução fácil. Primeiro, algumas das decisões estratégicas, embora iniciais, no sentido da industrialização foram toma-

das durante o primeiro período, autoritário, do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). O período do Presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960), por outro lado, assinalou um aumento do processo de participação de massa sem entretanto mostrar qualquer crescimento significativo da desordem administrativa ou demagogia.

Entretanto, não parece necessário ir aos fatos a fim de contestar a base precária desse tipo de resposta. Se este estilo de percepção fôsse para ser explicado pela realidade, a uniformidade geral de interpretação que se pode encontrar exigiria que a realidade estivesse estruturada tão claramente que se impusesse à percepção de todos, não deixando lugar para nuances interpretativas. Mas, nesse caso, como desembaraçar-nos do fato de existirem, pelo menos, duas interpretações consistentes para o mesmo conjunto de acontecimentos? Certamente poderíamos reintroduzir, neste ponto, o apêlo aos interesses materiais imediatos como interpretação plausível para a emergência das visões conflitantes. Entretanto, dada a impressionante semelhança nas descrições de ambos os lados, o preço de tal solução seria a atribuição de cegueira a um número bastante grande de pessoas, com o ônus adicional de se ter de decidir qual das correntes possui falsa consciência. Ao lado disso, se aceitarmos que a hipótese da falsa consciência é suficiente para explicar as persuasões opostas, então a velha questão de similaridade no *padrão* será novamente colocada, exigindo esclarecimento.

O fácil apêlo à estrutura social ou às linhas objetivas do processo político brasileiro é então vulnerável como interpretação da imaginação política brasileira corrente: ou se explica o padrão por suposições sobre a objetividade do processo político — e neste

caso a existência de convicções divergentes torna-se injustificável — ou os interesses materiais, localizados em segmentos diferentes da estrutura social, responderiam pela existência de convicções conflitantes, neste caso sob pena de se reduzir o padrão de similaridade de abordagem a um simples fenômeno accidental. Embora concorde que, de alguma forma, a identificação social dos autores desempenha um papel na interpretação de o *porquê*, eles acreditam *no que* acreditam, recurso tão rápido a tais argumentos pode ocultar informações valiosas sobre *como* as crenças estão articuladas segundo seu tom geral. Estes últimos eram os aspectos da imaginação política brasileira corrente que pretendia ressaltar nesta seção, sustentando que não podemos dispor deles considerando apenas a identificação social dos autores ou as peculiaridades dos processos políticos brasileiros. Alguns outros fenômenos precisam ser considerados nesse processo de formação de opinião, ou antes, formação de disposição interior, conduzindo à similaridade revelada. Como hipótese interpretativa, sugeriria que a percepção política decorre de um contexto cultural que fornece o padrão latente da análise. Além disso, os padrões não são imediatamente “lidos” na realidade política, nem constituem um subproduto de frios interesses materiais. Eles se desenvolveram historicamente, tornando-se estáveis no tempo, após adquirir lugar preponderante na cultura. Constituem o modo pelo qual as pessoas observam, organizam e representam a realidade política. Estabelecendo a hipótese de outra forma, temos: o processo de maturação política envolve não apenas socialização nas normas e valores sociais básicos, mas também uma conversão intelectual para os estilos de percepção que prevale-

9. Assis Tavares, “Causas da Derrocada de Abril”, Revista Civilização Brasileira, I, 8, págs. 29-30.

cem socialmente, os quais são relativamente autônomos, tanto em relação ao processo de desdobramento cotidiano da política quanto às posições conflitantes na estrutura sócio-econômica. Na seção que se segue, e de acordo com a hipótese interpretativa, tentarei traçar o desenvolvimento dos padrões brasileiros correntes de análise, baseando-me em algumas investigações preliminares sobre a história intelectual brasileira.

II — A história intelectual brasileira não é um tema particularmente visitado. Encontrei apenas 12 textos que proposital ou casualmente fornecem informação, sequência e críticas ao assunto.¹⁰ Segundo estas fontes, a história intelectual brasileira é obra de cem pessoas, reduzidas a 45 se se excluem os autores que começaram a produzir na década de 40, bem como os ensaístas e literatos ocasionalmente relacionados.¹¹ Além disso, apenas

vinte e um desses quarenta e cinco autores são citados em mais de uma das 12 fontes, o que, finalmente, nos conduz à seguinte população intelectual brasileira até 1940 (os números entre parênteses indicam quantas fontes relacionam o autor correspondente): Pontes de Miranda (4), Oliveira Vianna (4), Gilberto Freyre (4), Alberto Tôrres (3), Nestor Duarte (3), Sílvio Romero (3), Euclides da Cunha (3), Caio Prado Júnior (3), Florentino Menezes (2), Delgado de Carvalho (2), Jackson de Figueiredo (2), Tristão de Athaide (2), Gilberto Amado (2), V. Licínio Cardoso (2), Aníbal Falcão (2), Fernando Azevedo (2), Sérgio Buarque de Holanda (2), Afonso Arinos de Mello Franco (2), Tavares Bastos (2), Paulo Egídio (2) e Tito Lívio de Castro (2).

A forma em que está periodizado este desenvolvimento intelectual nos ajudará a entender porque inexistem,

entre as poucas avaliações históricas recentes, um tratamento sistemático, ou pelo menos atento, da herança cultural brasileira. Com a única exceção dos artigos de Guerreiro Ramos, os demais textos abordam a matéria com forte "bias" institucional, em vista do que esta herança é imediatamente classificada como pré-científica, pela única razão de ter sido produzida antes da criação das escolas de Ciências Sociais.

Costa Pinto,¹² Djacir Menezes,¹³ Fernando de Azevedo¹⁴ e Florestan Fernandes¹⁵ mostram a mesma atitude com respeito à produção cultural pré-institucionalizada no Brasil: considerando que a institucionalização da atividade científica teve início apenas na década de 30, toda produção anterior a esta data constitui-se de ensaios mais ou menos irrelevantes; portanto, é desnecessário, senão inútil, descobrir, organizar e discutir qualquer predecessor eventual dos tempos modernos.

Talvez seja verdade que este legado cultural não tenha nenhuma contribuição a oferecer para o progresso das Ciências Sociais — seja lá qual for o significado dessa expressão —, mas duvido que sua contribuição ao conhecimento dos processos políticos brasileiros possa ser em sua totalidade classificada como irrelevante. De qualquer forma, este preconceito impediu que a história intelectual brasileira fosse, em primeiro lugar, satisfatoriamente conhecida e, em segundo, ana-

lisada em si mesma, independente dos acasos institucionais. Os próximos parágrafos traçarão as raízes históricas da imaginação política brasileira, delimitadas a partir de alguns resultados iniciais de uma investigação cujo único mérito, se tem algum, consiste em seu caráter pioneiro. Creio não ser necessário advertir que a análise histórica que será apresentada a seguir é uma tentativa preliminar que deve ser tomada com cautela.

De 1870 a 1965 apareceram no Brasil cerca de 3.000 textos entre livros, panfletos e artigos, escritos por brasileiros, sobre um ou outro aspecto social e/ou político da realidade brasileira.¹⁶ É quase certo que a maior parte desses textos não tem valor, quer como fonte de informação, quer como análises significativas, embora qualquer avaliação mais séria deva resultar de uma investigação detalhada. Mas a questão que colocamos não é um julgamento definitivo do conteúdo específico desta literatura, e sim uma indagação sobre em que medida algumas evidências históricas apóiam a hipótese de que o estilo de percepção dicotômico contemporâneo está enraizado numa atmosfera intelectual historicamente estabelecida. É claro que o ponto crucial não é a identificação de padrões similares de análise em algum momento anterior ao tempo, nem a descoberta de que todo autor brasileiro, em qualquer ponto da história intelectual, desenvolve a mesma abor-

10. Estes textos são:

- 1) 1943 — Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira — Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*, Serviço Gráfico do IBGE, Rio.
 - 2) 1950 — Djacir Menezes, "La Science Politique au Brésil au cours des trinite dernières années", in *La Science Politique*, UNESCO.
 - 3) 1955 — L.A. Costa Pinto; Edson Carneiro, *As Ciências Sociais no Brasil*, CAPES.
 - 4) 1955a — Guerreiro Ramos, "Esforços de Teorização da Realidade Nacional Politicamente Orientados, de 1870 a nossos dias", in *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Rio, 1957.
 - 5) 1955b — A. Guerreiros Ramos, "A Ideologia da Jeunesse Dorée", in *Cadernos de Nosso Tempo*, 4.
 - 6) 1956 — A. Guerreiro Ramos, "O Inconsciente Sociológico — Estudo sobre a Crise Política do Brasil na década de 30", in *Cadernos de Nosso Tempo*, 4. Estes dois últimos artigos podem ser também encontrados em A. Guerreiro Ramos, *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Rio, 1957.
 - 7) 1956 — Djacir Menezes, "La Sociologie en Brésil", in G. Gurvitch and Moore (eds.), *Sociologia del Siglo XX*, Buenos Aires.
 - 8) 1956 — Fernando de Azevedo, *As Ciências no Brasil*, 2 vol., São Paulo.
 - 9) 1956 — Florestan Fernandes, "Ciências e Sociedade na Evolução Social do Brasil", *Revista Brasileira*, 6.
 - 10) 1957 — Florestan Fernandes, "Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil", *Anhembi*, VII, 75/76.
 - 11) 1958 — Florestan Fernandes, *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*, Belo Horizonte. Todos os textos de Fernandes podem ser também encontrados em seu *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*, São Paulo, 1958.
 - 12) 1961 — A. Guerreiro Ramos, "A Ideologia da Ordem", in *A Crise do Poder no Brasil*, Rio.
11. Estes, bem como os dados que se seguem sobre a história intelectual brasileira, constituem resultados preliminares de uma pesquisa desenvolvida pelo presente autor, sob responsabilidade do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, durante 1966 e parte de 1967.

12. Costa Pinto; Carneiro, *op. cit.*, p. 68.

13. Menezes, "La Sociologie", p. 237.

14. Azevedo, *As Ciências*, p. 380-381.

15. Fernandes, "Desenvolvimento", p. 201.

16. Estes dados baseiam-se numa pesquisa bibliográfica feita em 45 volumes bibliográficos e 23 coleções de periódicos e boletins. O número inclui apenas artigos e livros escritos por brasileiros que têm como objeto de estudo aspectos sociais ou políticos substantivos da sociedade brasileira. Não foram incluídos trabalhos antropológicos, históricos "strictu sensu", econômicos "strictu sensu" e psicológicos. O resultado foi o estabelecimento de uma lista confirmada que, embora muito imperfeita, constitui, para meu conhecimento, o primeiro censo especializado do pensamento social e político brasileiro.

dagem das ocorrências políticas. De fato, isto seria uma evidência para a posição exatamente oposta à que desejamos sustentar, na medida em que o estilo dicotômico poderia então ser abandonado como uma espécie de inclinação psicológica nacional; a banalidade do estilo revelaria sua falta de importância teórica. O que pretendemos estabelecer é que houve um tempo em que o estilo dicotômico era praticamente inexistente, onde as interpretações normais dos acontecimentos políticos seguiam rumo bastante diferente. Além disso, precisamos estar aptos para estabelecer, ainda que as fronteiras do tempo sejam mais vagas que nítidas, a emergência histórica do novo estilo e seu desenvolvimento no tempo, até o ponto em que se torna o padrão de análise prevalecente.

Até onde retrocedi na história intelectual brasileira, tendo em mente este propósito específico, não existe evidência do estilo dicotômico de percepção durante quase todo o desenrolar do século XIX. Não o encontrei nos trabalhos de panfletários famosos da época — Francisco de Salles, Torres Homem,¹⁷ Justiniano José da Rocha,¹⁸ Ferreira Viana,¹⁹ Tito Franco de Almeida²⁰ — nem nas análises mais pretensiosas de Tavares Bastos.²¹ O clássico Joaquim Nabuco — talvez o mais talentoso analista político brasileiro do século passado — tampouco mostrou qualquer indício de ter sido atingido pelo tipo polarizado de análise. Teremos de esperar pelos últimos anos

do século passado para observar a elaboração das primeiras tentativas sistemáticas de interpretação dos assuntos políticos e sociais segundo um ponto de partida radicalmente novo. Quais eram então as características das análises políticas desta época?

O estilo de análise predominante no Brasil do século XIX é semelhante a um tipo maquiavélico de percepção. A política é vista como permanente disputa pelo poder, empreendida por homens hábeis e experientes, onde o conteúdo específico de orientações políticas alternativas é avaliado segundo os resultados tático-políticos que produz. A história política não é a projeção necessária de choques sociais e/ou econômicos agregados, nem o espelho fiel onde se poderia ver o caráter ético da época. A história política registra, simplesmente, os resultados sucessivos de movimentos políticos bem sucedidos.²² Não há nenhum “a priori” teórico racional para o que acontece na história política, entre outras razões pelo fato de ser o comportamento humano, com frequência, imprevisível.

Talvez o único esforço no sentido da racionalização da história se deva a Justiniano José da Rocha, que propôs um esquema cíclico de três estágios para a representação dos acontecimentos políticos.²³ Segundo ele, há um primeiro período (ação) durante o qual uma orientação radical progressista no sentido da solução de qualquer fato político prepondera sobre

qualquer outra convicção; segue-se o período em que um radicalismo conservador (reação) se estabelece; finalmente, há o período de acomodação e barganha (transação), que equilibra o sistema político, até que o ciclo histórico recomece.²⁴ Deve-se notar, entretanto, que esta dialética não pretende explicar a substância dos acontecimentos, que continuam a ser produto secundário da luta dos políticos pelo poder. Ela pretende apenas explicar a inclinação geral, mais progressista ou conservadora da atividade política.

Resumindo, parece ser verdade que durante o século XIX o estilo de percepção dicotômico não aparece como atributo da imaginação política brasileira. Neste período, a política é vista como a arena onde habilidades individuais entram em disputa, sendo o próprio imperador tomado como um ator privilegiado, a cujas ações são atribuídos tanto os bons quanto os maus acontecimentos, dependendo do partido que está no poder.

Em fins do século passado verificase uma transformação na análise de assuntos políticos. Começou por uma mudança no conteúdo das polêmicas e na orientação no sentido do significado intrínseco das questões. Redundará na predominância, durante a década de 30, de uma abordagem totalmente nova dos vínculos entre os eventos políticos e suas fontes causais. A importância do comportamento individual como matéria-prima da análise política declinará, enquanto questões econômicas e sociais passam a exercer atrativo crescente como substância mesma dos argumentos políticos. Ao mesmo tempo, o conteúdo dos trabalhos será visto em termos mais estra-

tégicos, no sentido de que as posições serão tomadas considerando o saldo a longo prazo, positivo ou negativo, dos programas governamentais. Foram necessários trinta anos, entretanto, para que se completasse esta mudança na atmosfera intelectual brasileira.

Uma das mais importantes contribuições para a emergência do novo estilo de análise se encontra nas discussões sobre políticas tributárias relativas ao comércio externo, para importação, vinculadas à questão mais geral do protecionismo industrial. Embora possa parecer absurdo falar em protecionismo industrial no Brasil do século XIX, é contudo verdade que os tributos de importação, além de interessar sensivelmente ao tesouro como praticamente única fonte de renda governamental, sempre foram examinados à luz de suas implicações para o desenvolvimento industrial. Tendo início com a oportunidade oferecida pela reforma tributária de 1844 de Alves Branco, os debates sobre as relações entre a monocultura, industrialização, bem-estar nacional e independência política transpiraram para os jornais e para as associações de classe. Políticos, empresários, economistas, técnicos, jornalistas, estas foram as pessoas que começaram a lançar, na periferia do estilo tradicional de percepção, as sementes de um novo tipo de análise política. Atas parlamentares e coleções de jornais registram os nomes de Souza Franco, Malvino Reis, Alcino Guanabara, Mauá, entre outros, como políticos e empresários que contribuíram para colocar os temas econômicos e sociais no centro do debate político.

De início, os debates não convergiam para apenas um só foco. Entre-

17. Francisco de Salles Torres Homem, *O Libelo do Povo*, Rio, 1849.

18. Justiniano José da Rocha, *Ação, Reação, Transação*, Rio, 1865.

19. Ferreira Viana, *A Conferência dos Divinos*, 1867.

20. Tito Franco de Almeida, *O Conselheiro Francisco José Furtado*, Rio, 1867.

21. Cf. Tavares Bastos, *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* (1861), *A Situação e o Partido Liberal* (1872), *A Província (Estudo sobre a Descentralização no Brasil)* (1870).

22. Cf. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império* 4º vol., p. 102, nota de rodapé, para um exemplo vivo de como a política era vista nesta época.

23. Cf. J. J. da Rocha, *op. cit.*

24. Esta elaboração era tão impressionante para a época que até mesmo Nabuco a adota. Cf. Nabuco, *Um Estadista*, 1º vol., p. 42, nota de rodapé.

tanto, os primeiros anos da República, logo após 1889, assistiram à emergência de um estilo bem desenvolvido de análise que não guardava o mais leve vínculo com, digamos, “o individualismo metodológico” do Segundo Império. Pela nova abordagem, fazer política no Brasil era matéria de decisão entre duas potencialidades de país: uma, industrializada, economicamente autônoma, politicamente independente e soberana; outra, monocultora, economicamente dependente, politicamente colonizada. Todos os temas-chaves, bem como o raciocínio teórico que se tornariam famosos na década de 50 pela atividade intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foram claramente formulados nesse período: libertar-se da especialização agrícola como pré-requisito para a autonomia econômica; industrialização como instrumento básico para a autonomia econômica; autonomia econômica como fundamento da independência política. Aristides Queiroz, num discurso parlamentar, resumiu a questão da seguinte forma: “Eu entendo que a República, a atual geração, tem o dever e a obrigação de reagir contra o atual estado de coisas, iniciando um período de política financeira abertamente protecionista. Neste momento é necessário proteger especialmente a indústria superior, e por indústria superior refiro-me à manufatura (...) Nossos produtos são exclusivamente coloniais, justamente porque somos um país agrícola, apresentando no mercado internacional produtos coloniais; em consequência, somos um país que não desfruta de outra condição melhor que

o *status* inferior de uma colônia”²⁵. Amaro Cavalcanti e Serzedelo Corrêa são outros que, nesta época, juntamente com Aristides Queiroz, realizaram a tarefa de impor um novo estilo de análise dos assuntos sociais.

A nova abordagem não foi logo aceita, nem se tornou o estilo de análise predominante. Mais ou menos restrita ao exame de políticas econômicas alternativas, somente na década de 30 sua predominância será soberanamente imposta, graças ao desenvolvimento dado ao estilo por analistas políticos cuja orientação econômica não era tão marcante.

Foi talvez Euclides da Cunha, no ensaio *Da Independência à República*, publicado pela primeira vez em 1900, quem chamou a atenção para a existência de dois Brasis: um, urbanizado, litorâneo, desenvolvendo-se com os benefícios da atenção governamental; outro, constituído pelas populações rurais, estagnado, ou sobrevivendo por si mesmo, fora do âmbito da ação ou interesses governamentais²⁶. Neste ensaio é mencionado que esta dicotomia entre os dois Brasis formou-se durante o século XIX e que, provavelmente, se tornaria fonte de dificuldades, senão de crises, para o Brasil futuro. Embora este esquema seja apenas incidental no contexto geral do ensaio, é altamente importante na medida em que estabelece a fórmula intelectual para a análise política que estava por vir, a saber: descobrir uma dicotomia à qual possa ser racionalmente atribuída a origem de crises eventuais; traçar a formação da dicotomia no passado histórico nacional; propor a alter-

nativa política para a redução da dicotomia. Tal é a estrutura básica que fundamenta alguns esforços intelectuais para apreender a sociedade brasileira, da época de Euclides até o momento em que se torna o paradigma indiscutível na década de trinta.

O próprio Euclides da Cunha foi um dos primeiros a aplicar a nova abordagem, de forma mais ou menos sistemática, na análise da Rebelião dos Canudos. Ele discutiu o acontecimento duas vezes: em seu *Diários de Campanha* e no romance *Os Sertões*. Em ambos fica perfeitamente claro que está tratando com um tipo de fenômeno peculiar ao “outro” Brasil; entretanto, há um fator que os distingue: enquanto no *Diários* a variável interveniente que expõe a rebelião é a concentração das grandes propriedades agrícolas, o romance se detém mais em especulações raciais²⁷. Isto introduz o tema racial que desempenhará um papel importante na imaginação social e política brasileira durante a primeira metade de nosso século, principalmente nas três primeiras décadas. Sugeri-se que o caráter racista de muitas análises deste período deve-se à influência de alguns pensadores reacionários europeus, cujas doutrinas racistas não teriam sido criticamente absorvidas por alguns ensaístas brasileiros²⁸. Embora não se possa negar a influên-

cia, esta interpretação obscurece o papel fundamentalmente diferente que as considerações raciais desempenham na literatura brasileira do período. Em primeiro lugar, “raça” é um conceito bastante impreciso nas elaborações brasileiras, referindo-se a alguma coisa extremamente vulnerável às condições do meio, hábitos culturais e intercuro sexual. De fato, as especulações raciais brasileiras estão quase todas preocupadas em mostrar como este conjunto de determinantes — meio, raça e sexo — atua sobre as três raças — branca, preta e vermelha —, a fim de produzir o “tipo” brasileiro ou “tipos” e costumes²⁹. Em segundo lugar, as considerações raciais aparecem como o recurso intelectual disponível para descrever a formação histórica da dicotomia. O ponto teórico importante era a existência da dicotomia e, de forma secundária, o processo de sua formação³⁰.

De qualquer modo, a análise de Euclides da Cunha abre o caminho pelo qual vai enveredar número cada vez maior de analistas. As duas décadas seguintes testemunharão a crescente influência de escritores como Alberto Torres³¹, Oliveira Vianna³² e Gilberto Amado³³, cuja característica teórica distinta é a percepção de contrastes, oposições, polarizações, em contraposição ao estilo tradicional de análise representado por Álvaro Bomil-

25. Debates parlamentares e discursos são as únicas fontes onde se pode encontrar material para traçar a história deste período. Cf. também, como uma boa introdução e guia bibliográfico: Nícia Villela Luz, *A Luta pela Industrialização no Brasil*.
26. Euclides da Cunha, *Da Independência à República — Esboço Político*, inicialmente publicado como “O Brasil no século XX”, em 1900. Pode ser encontrado nas suas obras completas, recentemente publicadas, relacionadas na bibliografia.

27. Euclides da Cunha, *Os Sertões*, 1905. O romance e seu Diário de Campanha podem ser encontrados em suas obras completas.
28. Cf., por exemplo, Nelson Werneck Sodré, *A Ideologia do Colonialismo*, Rio, 1962.
29. Cf. Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Rio, 1933, e Afonso Arinos de Mello Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*, Rio, 1936.
30. Estes comentários aplicam-se a analistas sérios, não a analistas de segunda categoria como, por exemplo, Paulo Prado.
31. Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*, Rio, 1914; *A Organização Nacional*, Rio, 1914.
32. Oliveira Vianna é um dos autores brasileiros mais conhecidos, cuja produção é bastante extensa. Citarei apenas alguns de seus trabalhos menos conhecidos: *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República* (1922); *O Idealismo da Constituição* (1924); *O Ocaso do Império* (1925). Os dois primeiros livros tiveram uma edição reunida sob o título de *O Idealismo da Constituição*, em 1939.
33. Gilberto Amado, *Instituições Políticas e o Meio Social Brasileiro*, Rio, 1914.

car³⁴ e Hamilton Nogueira³⁵. Às vésperas da Revolução de 1930 ainda encontraremos um curioso pensador, Manoel Bonfim, cujas análises estão sempre passando de considerações sócio-econômicas para críticas cerradas ao português, numa mistura dos estilos tradicional e moderno³⁶.

A Revolução de 1930 assinala um divisor de águas para os desenvolvimentos precedentes. Para os analistas, ela representou uma demonstração ou uma conversão ao ponto de vista da existência de uma crise latente indiscutível atuando no interior da sociedade brasileira, cujas origens deveriam ser buscadas no desdobramento de alguma contradição. Fazendo a apologia dos tumultos que se seguiram à revolução, Virgínio Santa Rosa observou que a desordem foi fértil justamente porque trouxe à luz tôdas as incongruências, polarizações e dicotomias que minavam a sociedade brasileira³⁷, cujas conseqüências políticas foram demonstradas pelos dois conflitos simultâneos em processo no Brasil: um, entre políticos e militares; outro, entre o governo central e os interesses regionais³⁸.

Entre as dicotomias mais importantes Santa Rosa ressalta o descompasso entre as instituições políticas e a situação do país: "Sociedade, governo, literatura, instituições, leis, nada disso experimentou contato com o povo e a terra (...) O divórcio entre as concepções das elites políticas e as necessidades do país tornou-se mais flagrante ainda, dando lugar à mentalidade artificial das elites políticas"³⁹. Um ano depois, em outro livro, ele muda-

rá a diagnose substantiva, sem entretanto abandonar o estilo de análise. De acordo com a nova interpretação, duas classes fundamentais se constituíram durante a Primeira República (de 1889 a 1930): os industriais e os proprietários de terra formaram a classe superior, funcionários, comerciantes, trabalhadores industriais e forças militares formaram a classe mais baixa, que Santa Rosa chama de pequena burguesia urbana. A classe superior mantinha poder total sobre a sociedade brasileira através do controle das massas rurais (2/3 da população) e impedindo que a pequena burguesia tivesse qualquer participação importante no processo político. A quebra desta disposição política, de um lado, e o crescimento da pequena burguesia, de outro, constituíram o conflito fundamental da sociedade brasileira que levou, através dos levantes militares de 1922, 1924 e 1926, à Revolução de 1930⁴⁰.

No mesmo ano que Virgínio Santa Rosa publicou seu primeiro livro (1932), outro analista político, Martins de Almeida, trouxe sua contribuição às investidas contra o irrealismo das instituições políticas brasileiras. Sua análise, entretanto, é muito sofisticada e não pode ser resumida em uma pequena descrição. Restringirei a exposição à diagnose que faz das dicotomias básicas e aos seus principais determinantes.⁴¹

A primeira contradição sugerida por Martins de Almeida desenvolve-se entre as necessidades sociais de consumo e a capacidade produtiva da economia nacional. Como geradora desta

tensão ele coloca a seguinte cadeia de condicionantes: a abertura intelectual das elites conduziu-as a um refinamento de exigências, em conformidade com os padrões prevalecentes nos países mais desenvolvidos; este efeito de demonstração internacional produziu a constituição de hábitos de consumo entre as elites que ultrapassavam a capacidade econômica do país; os padrões de consumo das elites, a seguir, provocaram um efeito de demonstração nacional entre as classes baixas, o que aumentou a pressão por bens de consumo cada vez mais diversificados. Desta forma, tanto as elites como as não-elites contribuíram para o desenvolvimento de necessidades de consumo, superando em muito as possibilidades materiais do país.

No nível político, o mesmo universalismo intelectual impulsionou as elites para a adoção de instituições políticas que não se ajustavam ao estágio de organização social e desenvolvimento econômico brasileiros. Segundo Martins de Almeida, a estrutura constitucional moldada na dos Estados Unidos adapta-se apenas aos países que se encontram em estágio posterior à revolução industrial e que resolveram seus problemas agrários. Ambas as condições não tinham ainda se verificado no Brasil. Conseqüentemente, o sistema político para operar tinha que superar duas fontes permanentes de conflitos: por um lado, tinha que estabelecer algum pacto constitucional efetivo mais apropriado à constelação "real" de interesses, fora do e sem a legitimação do aparato legal; por outro, havia a necessidade premente de justificar cada movimento político no interior das próprias estruturas formais, como se o

verdadeiro comportamento político não fôsse mais que o sistema em operação⁴².

Da interação dessas duas dicotomias básicas — consumo versus capacidade econômica e instituições versus realidade política —, Martins de Almeida deduz, com aguda percepção, as características e a vida cotidiana do sistema político brasileiro até 1930.

Do lado conservador, a mesma abordagem polarizada prevalece, embora a substância da análise mostre uma persuasão distinta. Um ano depois de *A Desordem*, de Virgínio Santa Rosa, Alcindo Sodré publicou o seu *A Gênese da Desordem*, ao mesmo tempo que Santa Rosa publicava *O Sentido do Tenentismo*. O teor da análise de Sodré, entretanto, é visivelmente diferente do teor das análises de Santa Rosa e de Almeida.

Em primeiro lugar, Sodré procede à vasta generalização da abordagem dicotômica para tôdas as sociedades. Mais ainda, contestará a representação deste estado de tensão como não-natural, e por isso indesejável. É uma lei natural, afirma, que o poder político seja apropriado pelas classes mais inteligentes e cultivadas, precisamente porque a liberdade resulta da desigualdade das várias classes e da submissão à disciplina⁴³. O fundamento das sociedades é a disciplina, que estabelece o equilíbrio entre os impulsos bestiais da natureza humana, por um lado, e as exigências sociais de ordem, por outro⁴⁴. Dado este estado permanente de tensão que existe no interior de toda sociedade, o processo de democratização das sociedades modernas não é mais que o resultado da regeneração da ética social⁴⁵.

34. Alvaro Bomilcar, *A Política no Brasil ou o Nacionalismo Radical*, Rio, 1914.

35. Hamilton Nogueira, *A Doutrina da Ordem*, Rio, 1925.

36. Manoel Bonfim, *O Brasil Nação; O Brasil na História: O Brasil na América*.

37. Virgínio Santa Rosa, *A Desordem*, p. 45-46, e p. 154-155.

38. Santa Rosa, *A Desordem*, p. 35-36.

39. Santa Rosa, *A Desordem*, p. 40.

40. Virgínio Santa Rosa, *O Sentido do Tenentismo*.

41. Martins de Almeida, *O Brasil Errado*, Rio, 1932.

42. Almeida, *Brasil*, *ibidem*.

43. Alcindo Sodré, *A Gênese da Desordem*, p. 184.

44. Sodré, *Gênese*, p. 169.

45. Sodré, *Gênese*, p. 163-169.

Em relação ao Brasil, argumenta que é falsa a percepção das elites políticas brasileiras como impositoras de instituições estrangeiras à sociedade. Pelo contrário, as classes cultivadas, um número de pessoas bastante pequeno, sempre tentaram ajustar as leis básicas à realidade nacional, que é: um povo sem educação política exigindo executivos fortes. De fato, esta necessidade de ajustamentos constantes entre leis adequadas — que refletem altos estágios de desenvolvimentos políticos — e o primitivismo político do povo brasileiro é a principal fonte de crises, incluindo a crise revolucionária de 1930. Se o povo brasileiro fôsse mais educado politicamente e os dotes culturais e intelectuais não restritos a número tão pequeno de pessoas, estes ajustamentos teriam sido evitados e, em consequência, a emergência de crises não seria tão freqüente.⁴⁶ Como se pode observar, não obstante o estado dicotômico natural das sociedades, algumas dicotomias, no final das contas, não lhes são assim tão benéficas.

Acredito que esta descrição rápida dos primeiros anos da abordagem dicotômica deixa antever a imagem do que estava por vir. Os temas e a abordagem estavam ali; o resto tornava-se uma questão de imaginação analítica e manipulação de evidências pertinentes. A ala conservadora desenvolverá as sugestões

de Alcindo Sodrê, enfatizando a tensão entre as exigências do Estado moderno, de um lado, e, de forma subjacente, o desenvolvimento dos padrões éticos brasileiros; reclamando uma regeneração do povo brasileiro; discutindo as qualidades morais e intelectuais da elite política.⁴⁷ Do lado reformista, os tópicos mais importantes serão as polarizações sociais e econômicas, o descompasso entre instituições e realidade, a crescente distância entre os habitantes urbanos e a população rural.⁴⁸ E haverá também aqueles que hesitam entre as duas orientações, ora enfatizando qualidades éticas e de liderança, ora voltando-se para considerações econômicas e sociais.⁴⁹

Em meio à década, Azevedo Amaral iniciará a publicação de três dos mais importantes livros da história da imaginação política brasileira. Suas elaborações se estendem desde a relação existente entre o autoritarismo e os gigantescos estados industriais modernos, as bases sociais do moderno autoritarismo, o papel proeminente das elites tecnocráticas nos estados industriais, uma tipologia de sistemas políticos, uma teoria da história brasileira, para mencionar, apenas, algumas de suas realizações intelectuais. Em seus livros, o estilo de representação polarizado lança as bases das quais partirão suas melhores e mais valiosas considerações.⁵⁰

Ao fim da década, Nestor Duarte publicou a teoria mais abstrata que esta abordagem dicotômica originou no Brasil.⁵¹ Ele coloca dois modelos de sociedade abstratos, abrangentes, dos quais derivam as características necessárias dos respectivos sistemas políticos e a natureza das relações econômicas e sociais de cada um. Uma é denominada sociedade feudal, outra sociedade moderna. Na sociedade feudal não há poder público, a capacidade de penetração governamental é mínima, as relações sociais se fazem através da extensão de associações de parentesco, e até mesmo um modo econômico de produção tal como a escravidão é redefinido sob as normas predominantes da sociedade. Logicamente, a sociedade moderna possui um conjunto de atributos opostos. O ponto importante, contudo, é que a sociedade moderna não é o produto final do desenvolvimento histórico feudal. Uma sociedade feudal pode existir em qualquer época, e o mesmo é verdadeiro para sociedades modernas. E é somente através de um rompimento revolucionário com a estrutura anterior que uma pode transformar-se na outra. Com estes instrumentos intelectuais, Nestor Duarte procede a uma descrição da história social e política brasileiras, mostrando como foi possível a criação de uma sociedade feudal no Brasil, e como a revolução de 1930 abriu a possibilidade para sua completa destruição e a constituição do Brasil moderno.

Este estilo dicotômico de percepção permanece indiscutível desde então. Em

meados de 50, quando a imaginação política brasileira inicia sua recuperação da letargia imposta pelo autoritarismo do Estado Novo (1937-1945), a atmosfera intelectual era semelhante à da década de 30, revitalizada. Nos estudos publicados nos *Cadernos de Nosso Tempo*, primeiro⁵², e depois na atividade intelectual do ISEB, a abordagem dicotômica retomou força e, mais uma vez, tornou-se o “milieu” no qual os intelectuais brasileiros amadureceram.

Com este quadro, a análise corrente da crise política brasileira adquire novos contornos. Não é tanto a realidade que faculta Fernando Pedreira, por exemplo, quando afirma, como novo Martins de Almeida ou Virgínio Santa Rosa, que as recorrentes intervenções militares no Brasil devem-se ao descompasso que existe entre as instituições políticas — tomadas de outro povo — e as peculiaridades nacionais.⁵³ Há na observação um resíduo histórico de longa tradição de análise política no Brasil. Uma tradição que, começando talvez no início deste século, torna-se predominante nos anos 30, revive em meados de 50 e chega ao presente sob as formas de uma elucubração irrealista inflexível, de um lado, e uma “racionalização de um ideal ético”⁵⁴, de outro.

III — Agora chegou o momento de qualificar algumas observações e esclarecer ainda outras. Primeiro, a simplificação imposta à literatura corrente sobre o movimento político de 1964. Os autores se diferenciam muito mais

46. Sodrê, *Gênese*, *ibidem*.

47. Este é, tipicamente, o sabor da literatura integralista da década de trinta. Cf. por exemplo, Plínio Salgado: *A Doutrina do Sigma*; *Despertemos a Nação*; *A Quarta Humanidade*; *O Sofrimento Universal*; e *Psicologia da Revolução*; Miguel Reale, *Formação da Política Burguesa*, *O Estado Moderno*, *Perspectivas Integralistas e Atualidades Brasileiras*; Jayme R. Pereira, *Democracia Integralista*.

48. Cf. além dos autores já referidos, Menotti del Picchia, *Questões Nacionais*, e Agamenon Magalhães, *O Estado e a Realidade Contemporânea* (1933).

49. Cf., por exemplo, Afonso Arinos de Mello Franco, *Preparação ao Nacionalismo* (1934), *Introdução à Realidade Brasileira* (1933), *Terra do Brasil* (1939).

50. Os mais importantes livros de Azevedo Amaral são: *Brasil na Crise Atual* (1934), *A Aventura Política do Brasil* (1935), e *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938). Para uma excelente introdução às suas teorias, ver Aspásia Brasileiro de Alcântara “A Teoria Política de Azevedo Amaral”, *DADOS* 2/3 (1967).

51. Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, Rio, 1939.

52. Cf. particularmente, *Cadernos de Nosso Tempo*, nº 5.

53. Fernando Pereira, *Março 31: Cívica e Militares no Processo da Crise Brasileira*, p. 43 e seguintes e p. 60 e seguintes. Ver também Hélio Jaguaribe, “A Crise Estrutural Brasileira”, p. 10. Cf. também, Edmundo Moniz, *O Golpe de Abril*; Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, último capítulo; Fausto Guedes, “Revolução Brasileira: Nova Fase de um Debate Antigo”, *Revista Civilização Brasileira*, I (1965); e “Condições e Perspectivas da Política Brasileira”, *Revista Civilização Brasileira*, I (1965).

54. Cf. Paulo Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil*, Introdução.

do que se poderia prever com base na apresentação deste estudo. Uns acentuarão a importância de certos dados que outros simplesmente ignorarão; uns manipularão informações que não aparecem na análise de outros, e assim por diante. Além disso, as análises estão longe de ter a continuidade que o estudo sugere. Seu desenvolvimento lógico deve-se mais a esta apresentação do que aos ensaios originais. O que pertence aos ensaios é o estilo básico de percepção, ainda que não esteja completamente desenvolvido, como algumas vezes ocorre. É este estilo básico amplamente difundido que permite, após a leitura de umas poucas páginas, prever o que o autor dirá eventualmente a seguir.

O papel desempenhado pela história intelectual brasileira não pode ser mal interpretado. Não se trata aqui de supor que o estilo brasileiro de análise seja único, sendo explicado pelo desenvolvimento brasileiro específico. A história concorre aqui para o argumento de que a abordagem política predominante no Brasil não reflete apenas a configuração particular de processos objetivos, nem tampouco é uma predisposição "natural" da psicologia brasileira. É uma abordagem que deve muito à história, a qual não tem sido sempre igual. Em outras palavras, o recurso à história pretende mostrar que, se um analista político brasileiro do século XIX fôsse interpretar a cena contemporânea, provavelmente estaria inclinado para o tipo de análise do comportamento político mais próximo ao formalismo de Lindblom, sem prestar atenção nos determinantes substantivos e/ou nas conseqüências das orien-

tações políticas.⁵⁵ É quase certo que estas mudanças de estilo de percepção ocorrem em todas as sociedades, e acredito que seria um interessante projeto de análise comparativa investigar a extensão em que estes estilos diferentes de percepção política estão vinculados a tipos distintos de política, à estabilidade ou transformação da sociedade como um todo e a outros aspectos do sistema político. Isto, entretanto, não constitui o tópico deste ensaio.

Não foi feito nenhum julgamento sobre o mérito, adequação ou inadequação das teorias discutidas. Para ser exato, existe um grande número de hipóteses específicas, dispersas pela literatura, que merecem desenvolvimento e verificação, qualquer que seja o estilo de análise em que se originam. Isto é especialmente verdade para a produção intelectual da década de 30. Embora o tipo de evidências contidas neste estudo não permita qualquer afirmação categórica, desejo pelo menos levantar a suspeita de que dificilmente existirá, entre as teorias contemporâneas, alguma boa hipótese sobre política no Brasil que não tenha sido desenvolvida durante a década de 30. É possivelmente algumas já formuladas naquela época ainda estão aguardando os analistas que as reelaborarão. Acredito que o inventário destas hipóteses seria um largo passo para o progresso da imaginação política brasileira, para não mencionar os subsídios potenciais para análises políticas mais sofisticadas.

Traduzido do inglês por

Sirtes Carvalho de Castro

55. Cf. Charles Lindblom, *The Intelligence of Democracy*.

APÊNDICE 1

A) Avaliação Positiva:

1. ALMEIDA, José Américo de e outros — *A Revolução de 31 de Março: 2.º Aniversário. Colaboração do Exército* — Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1966.
2. CAMPOS, Roberto de Oliveira — *Política Econômica e Mitos Políticos*, Rio de Janeiro, APEC Editora, 1965.
3. CAMPOS, Roberto de Oliveira — *Três Discursos*, Rio de Janeiro, APEC Editora, 1965.
4. Inquérito Policial-Militar n.º 709 — *O Comunismo no Brasil, I*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1966.
5. LYRA TAVARES, A. de — *Exército e Nação*, Recife, Imprensa Universitária, 1965.
6. PINTO, Bilac — *Guerra Revolucionária*, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1964.
7. PORTO SOBRINHO, Antônio — *A Guerra Psicológica no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1965.
8. SCHMIDT, Augusto Frederico — *Prelúdio à Revolução*, Rio de Janeiro, Edições do Val, 1964.
9. STTACCHINI, José — *Março 1964: Mobilização da Audácia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
10. MAGALHAES, Juracy — "A Autenticidade do Movimento de Março", 1966.

B) Avaliação Negativa:

1. ALVES, Márcio Moreira — *A Velha Classe*, Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1964.
2. AMOROSO LIMA, Alceu — *Revolução, Reação ou Reforma?*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1964.
3. AMOROSO LIMA, Alceu — *Pelo Humanismo Ameaçado*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1965.
4. ARRAES, Miguel — *Palavra de Arraes*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
5. CARLOS, Newton — *Da Independência à Interdependência*, Petrópolis, Editora Vozes, 1966.
6. CARPEAUX, Otto Maria — *O Brasil no Espelho do Mundo*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
7. CONY, Carlos Heitor — *O Ato e o Fato*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964.
8. GASPARIAN, Fernando — *Em Defesa da Economia Nacional*, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1966.
9. MARTINS, Mário — *Em Nossos Dias de Intolerância*, Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1965.
10. MONIZ, Edmundo — *O Golpe de Abril*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
11. MOREL, Edmar — *O Golpe Começou em Washington*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
12. NETO, J. S. Maia — *Brasil: Guerra Quente na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
13. PEDROSA, Mário — *A Opção Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
14. ROCHA, Eusébio — *Brasil, País Ameaçado e o Acôrd de Garantias*, São Paulo, Editora Fulgor, 1965.
15. RODRIGUES, José Honório — *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
16. WERNECK SODRÉ, Nelson — *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
17. AMADO, Eurico — "Perplexidade da Burguesia Industrial Brasileira", *Tempo Brasileiro*, IV, 1966.
18. CAVALCANTI Proença, M. — "A Dissemântica de Abril", *Revista Civilização Brasileira*, I, 7 (1966).
19. "Condições e Perspectivas da Política Brasileira", *Revista Civilização Brasileira*, I, 4 (1965).
20. FRANCIS, Paulo — "1º Aniversário do Golpe: quem deu, quem levou, reações possíveis", *Revista Civilização Brasileira*, I, 2 (1965).
21. GUEDES, Fausto — "Revolução Brasileira: fase nova de um debate antigo", *Revista Civilização Brasileira*, I, 3 (1965).

22. POERNER, Arthur J. — "A Política Externa Brasileira entre a Interdependência e a Soberania", *Política Externa Independente*, I, 2 (1965).
23. SILVEIRA, Cid — "Teoria Marxista da Revolução Brasileira", *Revista Civilização Brasileira*, I, 8 (1966).
24. TAVARES, Assis — "Causas da Derrocada de Abril", *Revista Civilização Brasileira*, I, 8 (1966).
25. THEOTÔNIO Junior — "A Ideologia Fascista no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, I, 3 (1965).

C) Analítico:

1. BARROS, Adirson de — *Ascensão e Queda de Miguel Arraes*, RJ, Editora Equador, 1965.
2. GALVÃO de Souza, J. P. — *Raízes Históricas da Crise Política Brasileira*, Petrópolis, Editora Vozes, 1965.
3. IANNI, Octavio e outros — *Política e Revolução Social no Brasil*, RJ, Editora Civilização Brasileira, 1965.
4. OLIVEIRA, Beneval de — *Ódio Destrói o Brasil*, RJ, Edições Tempo Brasileiro, 1965.
5. PEDREIRA, Fernando — *Março 31: Cívica e Militares no Processo da Crise Brasileira*, RJ, José Alvaro Editor, 1964.
6. PRADO Junior, Caio — *A Revolução Brasileira*, SP, Editora Brasiliense, 1966.
7. REALE, Miguel — *Imperativos da Revolução de Março*, SP, Livraria Martins Editores, 1965.
8. TELLES Junior, Goffredo — *A Democracia e o Brasil*, RJ, Edição da Revista dos Tribunais, 1965.
9. FERNANDES, Florestan — "Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, I, 8 (1966).
10. FRANCIS, Paulo — "Tempos de Goulart", *Revista Civilização Brasileira*, I, 7 (1966).
11. FURTADO, Celso — "Obstáculos Políticos ao Crescimento Econômico no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, I, 1 (1965).
12. IANNI, Octavio — "Democracia e Progresso", *Revista Civilização Brasileira*, I, 2 (1965).
13. JAGUARIBE, Hélio — *The Brazilian Structural Crisis*, University of California at Riverside, 1966.
14. LACERDA, Carlos — "Natureza, Crise e Rumos da Revolução Brasileira", 1966.
15. MARTINS, Luciano — "Aspectos Políticos da Revolução Brasileira", *Revista Civilização Brasileira*, I, 2 (1965).
16. MENDES, Candido — "Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil", *DADOS*, I, 1 (1966).
17. MENDES, Candido — "O Governo Castelo Branco: Paradigma e Prognose", *DADOS*, I, 2/3 (1967).
18. WEFORT, Francisco C. — "Estado e Massas no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, I, 7 (1966).

D) Análise Estrangeira:

1. CHILCOTE, Ronald H. — "Brazil: Suppressing the Future" (1964).
2. DE KADT, Emanuel — "The Brazilian Impasse" (1965).
3. FRANK, Andrew G. — "The Goulart Ouster" (1964).
4. HARDING, Timothy F. — "Revolution Tomorrow: the failure of the left in Brazil" (1964).
5. HOROWITZ, Irving L. — "Revolution in Brazil: The Counter-Revolutionary Phase" (1964).
6. JACQUES, Faust, J. — *A Revolução Devora seus Presidentes*, RJ, Editora Saga, 1965.
7. LIEUWEN, Edwin — *Generals vs. Presidents: Neomilitarism in Latin America*, N.Y., 1965.
8. ROWE, James — "Revolution or Counterrevolution in Brazil? Part I, The Diverse Background", *AUFS*, 1964.
9. ROWE, James — "Revolution or Counterrevolution in Brazil? An Interim Assessment of the April Movement — Part II: From 'Black Friday' to the New Reforms", *AUFS*, 1964.
10. SKIDMORE, Thomas E. — *Politics in Brazil (1930-1964) — An Experiment in Democracy*, N.Y., 1967.

BIBLIOGRAFIA

- ALCANTARA, Aspasia Brasileiro de — "A Teoria Política de Azevedo Amaral", *DADOS*, 2/3 (1967).
- ALMEIDA, Martins — *O Brasil Errado*, Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1932.
- ALMEIDA, T. Franco de — *O Conselheiro Francisco Jose Furtado*, Rio, 1867.
- ALVES, Marcio Moreira — *A Velha Classe*, Rio de Janeiro, Editora Arte Nova, 1964.
- AMADO, Eurico — "Perplexidade da Burguesia Industrial Brasileira", *Tempo Brasileiro*, IV (junho de 1966).
- AMADO, Gilberto — *Instituições Políticas e o Meio Social Brasileiro*, Rio, 1914.
- AMARAL, Azevedo — *A Aventura Política do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Ed., 1935.
- *O Brasil na Crise Atual*, Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Ed., 1934.
- *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Ed., 1938.
- AZEVEDO, Fernando de — *A Cultura Brasileira*, Rio, 1943.
- *As Ciências no Brasil*, São Paulo, 1956.
- CARLOS, Newton — *Da Independência a Interdependência*, Petrópolis, Editora Vozes, 1966.
- COSTA Pinto, L.A.; Carneiro, Edson — *As Ciências Sociais no Brasil*, Rio, 1955.
- CUNHA, Euclydes — *Obras Completas*, 2 vols., Rio de Janeiro, Aguilar Editora, 1967.
- DALAND, Robert T. — *Brazilian Planning, Development, Politics and Administration*, Chapel Hill, the University of North Carolina, 1967.
- DEL PICCHIA, Menotti — *Questões Nacionais*, Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Ed., 1935.
- DUARTE, Nestor — *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, Rio, 1939.
- FERNANDES, Florestan — "Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, I (dezembro 1966).
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Rio, 1933.
- FURTADO, Celso, "Obstáculos Políticos ao Crescimento Econômico do Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, I (março 1965).
- GASPARIAN, Fernando — *Em Defesa da Economia Nacional*, Rio de Janeiro, Saga Editora, 1966.
- GUEDES, Fausto — "Revolução Brasileira: nova fase de um debate antigo", *Revista Civilização Brasileira*, I (julho 1965).
- *A Crise do Poder no Brasil*, Rio, 1961.
- GUERREIRO Ramos, A. — *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Rio, 1957.
- JAGUARIBE, Hélio — *The Brazilian Structural Crisis*, Latin America Research Program, Seminar Series Report (1), University of California at Riverside, 1966.
- LIEUWEN, Edwin — *Generals vs. Presidents: Neomilitarism in Latin America*, N. Y., Praeger, 1964.
- LINDBLOM, Charles — *The Intelligence of Democracy*, 1965.
- LUZ, Nícia V. — *A Luta pela Industrialização no Brasil*, São Paulo, 1961.
- MAGALHÃES, Agamenon — *O Estado e a Realidade Contemporânea*, Rio, 1933.
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de — *Introdução à Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Schmidt Editora, 1933.
- *Conceito de Civilização Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.
- *Preparação ao Nacionalismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora, 1934.
- *Terra do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- MENDES, Candido — "Sistema Político e Modelos de Poder no Brasil", *DADOS*, I, 1 (1966).
- "O Governo Castelo Branco: paradigma e prognose", *DADOS*, I, 2/3 (1967).
- MERCADANTE, Paulo — *A Consciência Conservadora no Brasil*, Rio de Janeiro, Saga Editora, 1964.
- MONIZ, Edmundo — *O Golpe de Abril*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
- NABUCO, Joaquim — *Um Estadista do Império*, 4 vols., in *Obras Completas*, São Paulo, 1949.
- NOGUEIRA, Hamilton — *A Doutrina da Ordem*, Rio, 1925.
- PEDREIRA, Fernando — *Março 31: Cívica e Militares no Processo da Crise Brasileira*, Rio de Janeiro, José Alvaro Editor, 1964.
- PEREIRA, Jayme — *Democracia Integralista*, Rio, 1936.
- PRADO, Paulo — *Retrato do Brasil*, Rio, 1929.
- REALE, Miguel — *Atualidades Brasileiras*, Schmidt Editora, 1937.
- *O Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Ed., 1933.
- *Formação da Política Burguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Jose Olympio Ed., 1934.
- *Perspectivas Integralistas*, São Paulo, Editora Odeon, n.d.
- ROCHA, Justiniano José da — *Ação, Reação, Transação*, Rio, 1855.

- SALGADO, Plínio — *Despertemos a Nação*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1935.
- *A Doutrina do Sigma*, Rio de Janeiro, Schmidt Editôra, 1936.
- *Psicologia da Revolução*, Rio de Janeiro, Schmidt Editôra, 1933.
- *A Quarta Humanidade*, Rio de Janeiro, Jose Olympio Ed., 1934.
- *O Sofrimento Universal*, Rio de Janeiro, Jose Olympio Ed., 1934.
- SANTA ROSA, Virginio — *A Desordem*, Rio de Janeiro, Schmidt Editôra, 1932.
- *O Sentido do Tenentismo*, Rio de Janeiro, Schmidt Editôra, 1933.
- SODRÉ, Alcindo — *A Gênese da Desordem*, Rio, 1933.
- SODRÉ, Nelson Werneck — *História Militar do Brasil*, Editôra Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- *A Ideologia do Colonialismo*, Rio, 1962.
- SOUZA, Amaury de — *Annotated Bibliography on the Brazilian Political Movement of 1964*, Latin America Research Program, Bibliography Series Report (2), University of California at Riverside, 1966.
- TAVARES, Assis — "Causas da Derrocada de Abril", *Revista Civilização Brasileira*, I (julho 1966).
- TORRES, Alberto — *O Problema Nacional Brasileiro*, Rio, 1914.
- *A Organização Nacional*, Rio, 1914.
- TORRES HOMEM, F. de Salles — *O Libelo do Povo*, Rio, 1849.
- VIANA, Ferreira — *A Conferência dos Divinos*, Rio, 1867.
- VIANA, J. F. de Oliveira — *O Ocaso do Império*, Rio, 1925.
- *O Idealismo da Constituição*, Rio, 1939.
- WEFFORT, Francisco C. — "Estado e Massas no Brasil", *Revista da Civilização Brasileira*, I (maio 1966).
- "Raízes Sociais do Populismo em São Paulo", *Revista Civilização Brasileira*, I (maio 1965).
- "Condições e Perspectivas da Política Brasileira", *Revista Civilização Brasileira*, I (março 1965).

SUMMARY

The article classifies the available literature on the Brazilian political movement of 1964 according to the crude models of causation they are based on. It is verified that the scheme representing the literature favoring the movement, as well as the opposite scheme, display the same style of analysing political conflicts, namely in an inflexible dichotomous way. To both currents the social world is so much integrated as to allow the inference of some phenomena, given the existence of another one. The existence of an industrialization process in any country, for instance, implies by itself the existence of extensive political participation, international autonomy, etc. To others, the popul-

ist style of politics supposes necessarily the existence of corruption, subversion, governmental inefficiency, etc.

The A. holds that the root of style of perception is to be found in the intellectual climate prevalent in the Brazilian culture, rather than in the structure of the Brazilian society. The consideration then of the evolution of the Brazilian social and political theory supports the point, although in a preliminary way, that the dichotomous style does not exist in the Brazilian political and social literature of the past century. It begins to appear, so it seems, at the turn of the century, and finally becomes the predominant style of analysis during the thirties.

RÉSUMÉ

L'article classe la littérature existante sur le mouvement politique brésilien de 1964 d'après les modèles rudimentaires de cause qu'ils impliquent. On voit que non seulement le schéma représentatif de la littérature favorable au mouvement mais aussi le schéma opposé, coïncident quant à la manière de percevoir les processus politiques de conflit, c'est-à-dire une manière hautement dicotomisée. Pour les deux courants, le monde social existe si intégré

que face à l'existence d'un phénomène, celle, des autres phénomènes est automatiquement prouvée. L'existence d'un processus d'industrialisation dans un pays, par exemple, implique l'existence simultanée d'une large participation politique, d'une autonomie nationale, etc. Pour d'autres, le style "populiste" coexiste nécessairement avec la subversion de l'ordre établi, la corruption, l'incompétence gouvernementale, etc.

L'auteur pense que les racines de ce genre de perception se trouvent dans l'ambiance intellectuelle qui se fait prévaloir au Brésil et non dans la structure de la société brésilienne.

En étudiant l'évolution de la théorie sociale et politique au Brésil, on arrive donc

à vérifier préliminairement que ce style dicotomique d'analyse est absent des textes politiques et sociaux du siècle dernier. Ce style apparaît au début du XXème siècle et devient finalement le genre d'analyse prédominant pendant les années 30.

A Atitude do Cientista Social no Estrangeiro Richard N. Adams *

Introdução

A atividade acadêmica não pode sobreviver em uma torre de marfim. A verdadeira tarefa do intelectual não só requer o apoio da sociedade em geral, pois que, em muitos casos, o que se estuda é a própria essência da sociedade. Por isso torna-se indispensável contar com um certo grau de proteção e isolamento.

Para que o acadêmico tenha tempo de refletir e utilizar os procedimentos necessários de investigação, para que esteja livre de ameaças políticas e econômicas que restringem o processo criativo, deve desfrutar de uma liberdade maior que a existente em outras partes da sociedade. Assim, o investigador deve salvaguardar constantemente estes requisitos indispensáveis de proteção, sendo decisivo o apoio que cada um outorgue à comunidade formada por seus colegas, no sentido de fortalecer a situação e capacidade coletivas destes.

O crescimento da comunidade acadêmica nos Estados Unidos deu origem a que um número cada vez maior de seus membros se voltasse para trabalhos no exterior. A América Latina,

ao oferecer terrenos de investigação férteis e de fácil acesso, exerceu atrativo especial. Contudo, ainda que a comunidade acadêmica seja essencialmente interdependente, por natureza está fragmentada; seus membros encontram-se não apenas dispersos entre colégios superiores e universidades, como também a intercomunicação, dentro das mesmas instituições, parece ser ainda mais difícil. Verifica-se, em certos casos, que o acadêmico deixa de cumprir com suas obrigações no período em que se distancia do controle social exercido por sua própria sociedade acadêmica. Entretanto, o fato de ultrapassar as fronteiras físicas de sua instituição não deve implicar no abandono de suas responsabilidades para com a grande sociedade acadêmica.

Este informe não pretende trazer à luz erros específicos cometidos no passado em relação a este problema. Seu propósito é sugerir diretrizes para o futuro, a fim de que a comunidade acadêmica em conjunto possa beneficiar-se o mais possível dos esforços de seus membros. Por conseguinte, não enumeraremos os diferentes casos em que o acadêmico restringiu e limitou, seja intencionalmente, seja por inadvertên-

cia, o desenvolvimento de sua comunidade; nem relataremos os contínuos esforços de muitos no sentido de aprimorar o estado desta comunidade. Em vez disso, passaremos em revista alguns aspectos da evolução do problema, apresentando, a seguir, uma série de recomendações, as quais esperamos sejam consideradas por nossos colegas, suficientemente judiciosas e bem formadas, para que possam ser consideradas como um enunciado compreensivo sobre certas responsabilidades acadêmicas.

Nosso alcance é limitado. Nosso propósito não é analisar as possíveis relações entre o investigador e sua própria comunidade acadêmica local, seus patrocinadores, sua nação, seu governo ou com a comunidade acadêmica mundial em geral. Nosso tema é a relação média entre o intelectual e a comunidade acadêmica mundial. Ainda que o bem-estar de qualquer comunidade acadêmica local dependa, obviamente, do bem-estar da comunidade nacional, nós, como acadêmicos, devemos emitir certos juízos sobre o que consideramos o melhor para a vida acadêmica em geral. Nosso enfoque se orienta, em termos gerais, para a relação existente entre o pesquisador estrangeiro e a comunidade acadêmica da localidade em que está trabalhando. Se estas obrigações forem cumpridas, não haverá motivo de queixa por parte de outros investigadores, patrocinadores, governos, nações e interessados em geral.

O Problema Geral

As comunidades acadêmicas nacionais evoluíram sem que manifestassem uma preocupação efetiva pelo bem-estar de uma comunidade acadêmica total. O termo "comunidade acadêmica" refere-se ao conjunto de indivíduos

organizados e não-organizados, com treinamento e experiência suficientes para trabalhar em um nível de investigação e ensino que reflita métodos e teorias razoavelmente avançados em suas respectivas disciplinas. Um indivíduo pertence à comunidade acadêmica não em virtude do que escolhe para estudar, mas pela capacidade de levar avante o estudo feito com competência considerada profissional por seus colegas.

Esta falta de atenção ao mundo acadêmico em sua totalidade se deve a que os estudiosos de cada nação respondem aos costumes e obrigações de sua própria comunidade nacional, sendo, em alguns casos, responsáveis perante seu próprio governo. Ainda que a comunidade acadêmica mantida por uma nação específica tenha obrigações reais com esta nação, é bem diferente de argüir se isto deve ou, inclusive, pode ser interpretado como uma responsabilidade para com um governo determinado. Os governos refletem necessariamente tanto organizações de interesses específicos como interesses nacionais mais gerais; por conseguinte, mantém, em algumas ocasiões, políticas tão contraditórias com os fins da vida acadêmica que nenhuma comunidade acadêmica deve considerar-se responsável frente a elas.

Torna-se difícil determinar se um pesquisador tem maior responsabilidade frente à comunidade acadêmica ou à comunidade nacional. As distintas condições existentes entre elas impedem a formulação de um princípio geral alheio às preferências particulares. As nações, por sua natureza, são organizações sociais que competem entre si. Se os acadêmicos se identificam unicamente com sua própria nação, terão necessariamente que competir entre si mesmos. O dilema não é fácil de resolver e todo acadêmico tem,

* O presente documento é a introdução feita por Richard N. Adams para *Responsibilities of the Foreign Scholar to the Local Scholarly Community: Studies in Guatemala, Chile and Paraguay* e aprovado pelo Council on Educational Cooperation with Latin American, de Education and World Affairs, e pela Latin American Studies Association.

diante da comunidade acadêmica em geral, a responsabilidade de pesar bem sua posição a respeito. No entanto, seja qual for a dívida do acadêmico com a nação, não cabe a menor dúvida de que a vida acadêmica como tal só pode desenvolver-se se existir uma interação produtiva entre os acadêmicos, e deixar de reconhecê-la e de procurá-la seria fatal para o bem-estar da comunidade acadêmica em seu todo.

O Desenvolvimento das Atividades Acadêmicas na América Latina e nos Estados Unidos

O exercício da vida acadêmica na América Latina e nos Estados Unidos modificou-se substancialmente a partir da Segunda Guerra Mundial. O número de investigadores e de organismos dedicados à investigação aumentou consideravelmente. Como parte desta expansão geral, cresceu o número de professores e estudantes norte-americanos que trabalham na América Latina, não sendo absurdo supor que um número tão grande de interessados no exterior se ocupa desta região, em um momento ou outro, simplesmente pelas facilidades existentes. Ainda que o volume total de investigações realizadas na América Latina seja menor que nos Estados Unidos, tanto em termos de financiamentos como de pessoal, é certo que quase todos os países latino-americanos estão levando a cabo diferentes e bem estruturadas atividades de investigação, independentes do patrocínio ou interesses estrangeiros.

Ainda que o crescimento das instituições acadêmicas nas duas regiões sejam paralelas, seus interesses não o são. Os investigadores latino-americanos tendem a dirigir sua atenção para os temas referentes ao desenvolvimento dos problemas da independência e

dependência externa e às características peculiares de seu próprio meio. Como grande parte dos fundos utilizados provém de organismos governamentais, deve-se prestar especial atenção a esta fonte de financiamentos. As mudanças políticas podem fazer com que o pesquisador latino-americano tenha que se preocupar não apenas com a sorte de seu próprio trabalho, como também com a sobrevivência da comunidade acadêmica onde vive. Por último, em caso de necessitar realmente de apoio, a seleção de temas a investigar torna-se importante e as oportunidades de fortalecer as instituições acadêmicas adquirem maior relevo.

As motivações do investigador norte-americano obedecem a uma série de condições inteiramente diferentes. O sistema acadêmico estadunidense, em cujas bases se encontram quase todos eles, está dividido por diferenças de posição e remuneração, e o prestígio é função de uma hierarquia acadêmica, que contém certas exigências. O aspirante a pesquisador é obrigado a publicar e provar sua competência metodológica. A trajetória profissional do investigador estadunidense médio não está determinada pelo tema que se elege para estudo; porém, na medida em que isto tem importância, torna-se mais seguro permanecer próximo aos temas tradicionalmente aceitos pela instituição (o "establishment"). Digo, especificamente o pesquisador "médio", porque o superior pode sobressair ao eleger um tema especialmente significativo e pouco convencional. Da mesma forma que seus colegas latino-americanos, o investigador norte-americano também se interessa pelas condições de suas próprias instituições, porém raras vezes teme por sua sobrevivência. Eles reconhecem geralmente que são partes importantes do meio em que normalmente trabalham e têm isso co-

mo premissa, considerando seu respaldo como certo.

É certo que existem inúmeras razões que explicam por que as comunidades acadêmicas destas duas áreas não se encontram. Notadamente diferenciam-se os critérios utilizados para selecionar temas, tais como a *preocupação relativa com o próprio sistema de organização*, os fundos disponíveis e a segurança do trabalho.

O trabalho do investigador estrangeiro põe em jogo outras variáveis, a saber: os contatos, os intercâmbios e a comunicação reais que ocorram entre o estrangeiro e os diferentes componentes do centro nacional onde irá trabalhar. Ao examinar as recomendações expostas mais adiante, um especialista considerou-as pouco importante para a situação em que se encontravam seus colegas. Com isenção considero este ponto de vista um tanto fora de propósito. Não se trata aqui de saber se uma disciplina específica se acha livre dos problemas para os quais se dirigem estas recomendações, mas do comportamento do indivíduo em relação a elas. O investigador de literatura que estuda as influências sociológicas ou políticas pode encontrar-se no terreno dos estudiosos da ciência social, recorrer às mesmas técnicas e manter contato com pessoas de sensibilidade política. Nestas circunstâncias, deve-se levar em conta os efeitos que suas atividades possam ter sobre a comunidade acadêmica local.

O problema central é se o trabalho do pesquisador estrangeiro interessa à comunidade acadêmica local ou nacional, quer seja por sua produção, quer seja por constituir uma ameaça. Sendo assim, deve-se manter presentes estas recomendações.

Dado o fato de ter sido notória grande parte da atividade acadêmica estadunidense na América Latina, pro-

vocando comentários especiais no último decênio, os problemas surgidos nesta região constituem a origem desta série de recomendações. No entanto, esperamos que resultem interessantes para uma área mais ampla da vida acadêmica. Por existirem condições especiais em cada região e, de fato, em cada país, não seria prudente a generalização categórica, sem que as estudássemos devidamente. Os trabalhos feitos na Europa, Estados Unidos, Oriente Médio, África ou Ásia apresentarão variações importantes. Não obstante, esperamos que estas recomendações sejam adequadas ao estrangeiro que trabalhe na América Latina. De modo especial, o pesquisador norte-americano não pode ocultar o fato de que sua nação é a mais poderosa e rica do mundo. Os problemas que surjam em suas relações não se duplicarão em todos os contatos acadêmicos internacionais. Assim, ainda que o trabalho do acadêmico norte-americano ofereça problemas especiais, podemos apresentar algumas sugestões que poderão ser consideradas para outras regiões.

Antecedentes das Recomendações

A necessidade das recomendações que se seguem foi reconhecida pelo comitê reunido em 1966 para redigir o estatuto da Associação de Estudos Latino-Americanos (Latin American Studies Association, LASA). De acordo com este estatuto criou-se, dentro da LASA, um comitê permanente de Relações Acadêmicas Interamericanas. A falta de fundos impossibilitou a ação imediata deste comitê. Por acaso, durante este mesmo período, a Education and World Affairs (EWA) criou seu Conselho sobre Cooperação Educativa com a América Latina (Council on Educational Cooperation with Latin

América, CECLA). Os interesses deste Conselho e as normas para o ainda inexistente comitê da LASA coincidem. As duas entidades celebraram um acordo de cooperação segundo o qual a EWA financeira e a LASA levaria a cabo um estudo sobre a investigação norte-americana em três nações da América Latina, preparando uma série de recomendações que atenderiam tanto à LASA quanto ao CECLA.

O projeto, aprovado por ambos os comitês, devia consistir em um estudo separado dos trabalhos dos pesquisadores norte-americanos em cada um dos três países. Escolheram-se a Guatemala e o Chile, devido a grandes trabalhos nêles realizados. Tratava-se, além disso, de um país pequeno e outro grande; tomou-se o Paraguai por ser este um país sobre o qual muito pouco se havia investigado. Apesar da exiguidade de tempo, pôde-se contar com uma equipe composta por Calvin P. Blair (economista da Fundação Ford), Richard P. Schaedel (antropólogo da Universidade do Texas) e James H. Street (economista da Universidade Rutgers). Estabeleceu-se que os investigadores trabalhariam o mais próximo possível de um maior número de pesquisadores latino-americanos, procurando-se, além disso, colaboradores locais. Aceitou-se, em princípio, a sugestão de que o México seria uma das nações estudadas, porém o volume de investigações norte-americanas neste país é tão grande que se considerou impossível realizar um trabalho adequado dentro dos poucos meses disponíveis. Os membros do grupo de estudo realizaram listas de investigadores que haviam trabalhado nos três países e durante o verão foram-lhe enviados questionários. Cada membro da equipe realizou entrevistas durante o mesmo verão e em princípios do outono de 1968.

Em novembro, o grupo de estudos se reuniu com Víctor Urquidí, então presidente do CECLA, Richard N. Adams, então presidente da LASA, e Joel L. Johnson, da EWA, para redigir uma série de conclusões preliminares. Apesar do Dr. Schaedel não poder assistir à reunião por motivos de força maior, o primeiro esboço do informe do Dr. Schaedel sobre o Chile assentou as bases para a análise feita pelos outros membros. Nesta reunião formulou-se uma série de enunciados que conduziram às recomendações aqui publicadas. Os membros do Conselho Executivo da LASA, assim como os do CECLA, propuseram algumas modificações. Este último sugeriu que se aludisse à recomendação número 8, assunto que ia de encontro às conclusões gerais, mas que não havia sido mencionado especificamente pelos autores. Desta forma, a versão final destas recomendações foi aprovada pelo Conselho Executivo da LASA e pelo CECLA da EWA. Em conjunto, as recomendações derivam de uma grande série preliminar de sugestões e análises de que participaram as pessoas entrevistadas nos três países, os grupos de estudo e os grupos da LASA e EWA-CECLA.

Entretanto, não se considera que tenham sido esgotados todos os pontos, nem que sejam necessariamente conclusões perfeitas. Além disso, não devem ser consideradas como regras rígidas. São diretrizes traçadas com o objetivo de recordar aos investigadores e às instituições que os financiam que têm responsabilidades frente à comunidade acadêmica em geral. Serão eficazes na medida em que as comunidades acadêmicas latino-americanas e estadunidenses decidam orientar-se por elas. Indicam ao acadêmico o que razoavelmente se pode esperar dele quando em trabalho no exterior; e,

inversamente, sugerem à comunidade acadêmica de um país anfitrião o que também razoavelmente pode esperar de um visitante. As recomendações aqui apresentadas poderão ser revistas mais tarde. Espera-se que a comunidade acadêmica de cada país julgue seu grau de aplicabilidade. De forma similar, as organizações internacionais de investigadores, como o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), deverão revisá-las (CLACSO e LASA criaram um comitê conjunto que, além de outras possíveis tarefas, empreenderá o estudo destas recomendações).

Apesar das recomendações que se seguem terem sido aprovadas oficialmente pela LASA e pelo CECLA, este ensaio introdutório e os três estudos sobre os quais se basearam permaneceram sob a responsabilidade individual de seus autores. Na maioria dos casos, os organismos revisores aceitaram (na medida em que seus conhecimentos o permitiram) as conclusões dos autores. Entretanto, não parecia nem indicado e nem necessário que os estudos "fôssem recomendados". Portanto, as propostas que aparecem em cada um deles não refletem, necessariamente, os pontos de vista de nenhuma das organizações patrocinadoras.

Por fim, caso ainda não esteja claro, quero manifestar explicitamente que o objetivo das recomendações é melhorar a investigação acadêmica e não desvirtuá-la; facilitá-la e não obstaculizá-la; torná-la mais humana e não desumanizá-la. Em nenhuma circunstância deve-se considerar que as necessidades menores de um só setor da comunidade acadêmica antepõem-se ao bem-estar geral da comunidade acadêmica internacional. Tampouco estabelecem regras específicas de conduta; deverão ser interpretadas à luz de casos concretos. Não acreditamos que eliminem

problemas; seu propósito é antes situá-los em um contexto em que sua solução repouse no senso comum de investigadores que atuem *inter pares* e não nos elementos não-acadêmicos da sociedade. O princípio básico que os domina é o de que o acadêmico deve atuar de forma tal que seu trabalho conduza sempre ao contínuo aprimoramento do nível acadêmico.

Recomendações e Comentários

A. Responsabilidades do Investigador e da Organização Patrocinadora

1. Caso seja possível, os projetos de investigação deverão ser levados ao conhecimento dos pesquisadores locais, ouvindo-se sua opinião no que se refere às prioridades de investigação do país hóspede e sua capacidade de adaptação às condições locais. A possibilidade implica a existência de uma comunidade de investigadores nacionais ou, melhor ainda, de uma organização acadêmica; as consultas a uma organização deste tipo são preferíveis às consultas a um pesquisador isolado. As consultas podem ser feitas tanto pelo indivíduo que apresenta a proposta como pela instituição patrocinadora; esta última, porém, deve exigí-las sempre que sejam viáveis.

Comentário: Isto se dirige principalmente aos investigadores não familiarizados com os interesses acadêmicos em desenvolvimento na região onde pretendem trabalhar, ou com as condições nas quais deve efetuar a investigação proposta; estimula-os a ver com melhor perspectiva o realismo da proposta, além de proporcionar-lhes maior contribuição aos interesses acadêmicos locais. Isto não significa ou, sugere, de modo algum, o direito de veto de um investigador sobre o projeto de outro. Contudo, supõe-se que a cooperação

acadêmica local será função de interesse dos acadêmicos locais pelo trabalho, sendo, portanto, proveitoso que o investigador estrangeiro receba uma opinião antes de realizar o estudo. Isto tampouco significa que a instituição patrocinadora ou o acadêmico devam submeter-se aos pesquisadores locais e sacrificar seus interesses aos deles. A inovação é obviamente necessária para o desenvolvimento acadêmico. O que se sugere é que, ao efetuarem-se as consultas, é mais proveitoso tratar com grupo acadêmico organizado, quando este existe, simplesmente porque com isto o estrangeiro disporá de uma gama mais ampla de opiniões e uma parte maior da comunidade local ficará familiarizada com a sua investigação.

2. Quando, num determinado país, inicia-se uma investigação, o responsável deverá incluir em seus planos consultas prévias necessárias com pesquisadores destacados e familiarizados com o terreno onde se realizará a investigação. Estes conselhos devem ser buscados entre os investigadores do país anfitrião, nas organizações acadêmicas regionais e em outras partes. Os subsídios ou bolsas de estudos devem permitir ao investigador os contatos necessários para obter a informação preliminar.

Comentário. Devido às falhas existentes na comunicação do trabalho acadêmico, os especialistas devem se esforçar para assegurar ao investigador estrangeiro uma cobertura razoável para que se utilize de fontes de informação sobre a atividade a que ele se propõe; ao mesmo tempo informará a comunidade acadêmica local sobre o trabalho proposto. Isto obviamente é de particular importância para aqueles que estão iniciando seus trabalhos em uma área em que são pouco conhecidos.

3. Quando a inexperiência do investigador ou a complexidade da tarefa de investigação o exijam, o investigador deve realizar, previamente, algumas visitas de exploração, devendo as instituições patrocinadoras incentivá-lo a fazê-las.

Comentário. Veja-se o comentário sobre o Nº 2.

4. As instituições patrocinadoras devem informar-se sobre as investigações que o acadêmico realizou anteriormente em país estrangeiro e quais foram as instituições e acadêmicos específicos com os quais se relacionou no que se refere ao terreno de investigação.

Comentário. Os pesquisadores que trabalharam no exterior deixam uma reputação que resulta das relações que mantiveram com a comunidade local. Aqui, o propósito é chamar a atenção das instituições patrocinadoras sobre o fato de que é vantajoso para elas, e para a comunidade acadêmica em geral, determinar se o trabalho mencionado beneficiou ou não ao acadêmico em geral.

5. Ainda que isto possa ser óbvio para qualquer país, os mentores, colegas e instituições patrocinadoras devem desencorajar o investigador que se propõe a empreender seu trabalho, caso este não apresente o domínio necessário da língua para a tarefa prevista e para as relações de investigação propostas.

Comentário. Esta recomendação não deveria ser necessária, porém os estudos indicam persistir o problema que a justifica.

6. A comunidade acadêmica internacional deve efetuar uma supervisão mais rigorosa dos pesquisadores em processo de treinamento. Quando possível, os estudantes devem associar-se aos investigadores residentes, quer sob os auspícios de instituições locais, quer sob a supervisão direta de um

acadêmico responsável e com experiência. Em investigações a curto prazo não se deve patrocinar estudantes sem a garantia de uma supervisão responsável.

Comentário. Com isto acentua-se a importância de desencorajar os investigadores não especializados, a fim de que não obstaculizem o terreno com erros desnecessários e que podem ser evitados, colocando-se o peso do controle sobre os investigadores e as instituições patrocinadoras. Não se recomenda que todos os estudantes estejam sob uma supervisão direta, especialmente aqueles com experiência prévia na área e os que tenham o propósito de ficar o tempo suficiente para familiarizarem-se com as condições locais. Recomenda-se, porém, especificamente, que, quando possível, utilize-se algum tipo de supervisão, especialmente quando os estudantes estejam presentes por pouco tempo. É óbvio que isto depende muito das qualidades pessoais e profissionais do estudante.

As instituições patrocinadoras têm a responsabilidade de chamar a atenção do investigador, de forma construtiva, sobre qualquer aspecto de suas atividades que possam levá-lo ao não cumprimento das responsabilidades aqui mencionadas.

Comentário. Com isto pretende-se lembrar às instituições patrocinadoras que sua responsabilidade não termina ao outorgar os financiamentos.

As instituições patrocinadoras e os investigadores devem encorajar especialmente a investigação conjunta e o estabelecimento de centros de informação locais sobre investigações em instituições acadêmicas. É aconselhável que as instituições patrocinadoras solicitem provas de que os investigadores aceitaram colaborar, antes de apoiar as propostas de trabalho conjunto.

B. Responsabilidades do Investigador

9. O investigador deve colocar-se à disposição das organizações acadêmicas locais para oferecer cursos informais, conferências e auxiliar a comunicação acadêmica quando isto lhe seja solicitado, sob a condição de que estas atividades não interfiram seriamente em seu trabalho acadêmico central.

Comentário. O propósito do item anterior não é inibir ou interferir na tarefa acadêmica escolhida, mas recordar que a comunicação contínua dos processos e resultados acadêmicos é fundamental para uma comunidade acadêmica sadia e que constitui obrigação especial a tentativa de comunicar este benefício à comunidade acadêmica local. Não se pretende com isto interferir na investigação realizada, mas estabelecer que se destine um tempo necessário para estas atividades quando for elaborado o projeto.

10. Quando a área disciplinar em que se trabalha não esteja suficientemente desenvolvida no país anfitrião, o investigador estrangeiro deverá incorporar ao seu projeto o treinamento de pesquisadores locais sempre que possível.

Comentário. Mais uma vez não se pretende insistir sobre uma prática que obstaculize projetos particulares de investigações, mas em ajudar o fortalecimento das comunidades acadêmicas locais em áreas que sejam tecnicamente débeis ou que necessitem de ajuda.

11. O investigador estrangeiro tem a responsabilidade de comunicar periodicamente suas conclusões à comunidade acadêmica local. Sobre os projetos a longo prazo (por exemplo, um ano ou mais), devem apresentar informes periódicos acerca do andamento do trabalho. Ao terminar a in-

investigação no país, o investigador estrangeiro deve assegurar-se de que os investigadores nacionais terão oportunidade de conhecer o estado em que se encontra seu trabalho. A este respeito, poder-se-ia apresentar um informe escrito sobre os progressos realizados ou, quando viável, organizar uma discussão pública; seriam igualmente possíveis outras formas de apresentação.

Comentário. Aqui, uma vez mais, o propósito não é interferir no processo de investigação, mas recordar ao investigador a grande importância que tem para a comunidade local a comunicação de seu trabalho e de suas conclusões, devendo encontrar o tempo necessário para fazê-lo. Não se pretende que esta responsabilidade constitua uma pressão que leve o investigador a conclusões prematuras; tal informe deve somente indicar o estado em que se encontra uma investigação, podendo incluir os resultados alcançados ainda que isto não seja indispensável.

12. Dada a responsabilidade do acadêmico ante a comunidade acadêmica onde trabalha, este deve assegurar-se de que os resultados de suas investigações sejam colocados à disposição dessa comunidade. No caso da comunidade local solicitá-las, esta responsabilidade não pode ser considerada cumprida enquanto os resultados não estiverem disponíveis na língua nacional, encontrem-se num centro em que possam ser distribuídos por outros núcleos e estejam à disposição dos investigadores locais.

Comentário. Com isto reitera-se a responsabilidade que tem o investigador de comunicar suas conclusões, especificando-se, além disso, que esta comunicação só terá existência real quando os resultados estiverem à disposição da comunidade acadêmica local interessa-

da, na língua exigida por esta. Alguns informes e monografias são de tal forma especializados que os investigadores locais interessados podem manejá-los perfeitamente no idioma do original. Contudo, quando se verifica um interesse muito grande pelo trabalho e a comunidade acadêmica compreenda um número importante de indivíduos que não maneja adequadamente o idioma do original, torna-se então parte da responsabilidade do investigador desenvolver todos os esforços possíveis para que o trabalho seja traduzido para a língua da comunidade anfitriã. Sugere-se que os custos da tradução sejam cobertos pelo autor estrangeiro, mas que a publicação do estudo seja efetuada pelas editôras disponíveis no país anfitrião. Já que assegurar a publicação de suas obras ultrapassa a capacidade da maioria dos investigadores, o máximo que se lhes pode pedir é o depósito de cópias do manuscrito em centros locais, onde estejam facilmente à disposição dos investigadores.

C. *Recomendações à Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA) e à Latin American Research Review*

13. A LASA deverá encarregar-se de estudar as possibilidades de estabelecer um sistema mediante o qual o investigador possa solicitar, desta ou de outras instituições similares, um documento que comprove sua capacidade acadêmica e seu projeto de efetuar uma investigação na América Latina.

Comentário. O propósito disto é proporcionar um instrumento de identificação do investigador e de suas credenciais que sirvam tanto para as comunidades acadêmicas locais como para o investigador estrangeiro. Com frequência, e de maneira especial, no

caso de investigadores jovens, é importante contar com um documento que certifique quais são suas bases. É provável que as comunidades locais desejem conhecer os antecedentes de um investigador desconhecido e saber quais são as instituições que respaldam seu trabalho. Nesta recomendação propõe-se que a LASA, da mesma forma que outras organizações acadêmicas, proporcionem ao acadêmico, que apresente as provas adequadas, um certificado que explique sua situação.

14. A LASA deverá incentivar as reuniões acadêmicas locais e com elas cooperar no sentido de identificar as áreas cruciais de investigação e treinamento, tanto do ponto de vista local como continental, estabelecendo as prioridades. Dever-se-á prestar atenção à elaboração de guias sobre materiais e instituições locais de investigação para incrementar a atividade em áreas pouco atendidas.

Comentário. Ainda que muitos dos participantes das entrevistas antes assinaladas indicassem a necessidade dos investigadores estrangeiros prestarem mais atenção às necessidades de investigação segundo as defina a comunidade local, não é comum encontrar este tipo de definição nas comunida-

des locais. Esta recomendação insta a LASA e seus membros a cooperar, quando necessário, para determinar o alcance e conteúdo das necessidades locais de investigação.

15. A *Latin American Research Review*, revista trimestral patrocinada pela LASA, deve intensificar seus esforços para consolidar a informação existente sobre a investigação que se está realizando com o objetivo de evitar uma duplicação involuntária destes esforços e difundir informação sobre os campos em que esta se faz necessária. Dever-se-á incentivar os redatores da *Latin American Research Review* no sentido de prepararem um resumo anual que destaque as áreas onde foram empreendidas investigações em grande escala e aquelas em que resulte evidente a necessidade de maior investigação.

Comentário. Considerou-se que os diretores desta revista estão numa posição única, o que lhes proporciona uma perspectiva de toda a área de investigação, o que lhes permite, portanto, realizar, com a maior eficiência, o tipo de trabalho antes assinalado.

(Traduzido do espanhol)

Antecedentes da República: Irene Maria Magalhães *

Intervencionismo Militar e Legitimidade

1. INTRODUÇÃO

O fato de a República, que pôs fim ao regime imperial centralizado, ter sido implantada por um setor da própria administração central, ou seja, o Exército, constitui um paradoxo cujas implicações estão ainda para ser completamente elucidadas. O que parece claro é que a tendência à descentralização e autonomia dos Estados só se firmou pouco a pouco, e coexistia, em sua oposição ao regime imperial, com outros tipos de oposições e resistências. Para determinar os diversos tipos de atitudes e opiniões presentes no período anterior à proclamação, foi feito um estudo exploratório de jornais da época, cujos resultados preliminares são apresentados aqui. Este estudo sugere, também, a viabilidade do emprêgo da análise de conteúdo para a avaliação deste tipo de fenômenos.

A situação interna do Brasil, no final do segundo reinado, poderia ser classificada como uma época de crise de legitimidade; o Estado Imperial perdera a capacidade de engendrar e manter a crença na validade e eficácia das instituições políticas vigentes.¹

Em oposição à ideologia da elite política, surgem ideologias conflitantes que congregam adeptos de diversas camadas sociais. Os que se opõem ao regime apresentam como alternativa, moralmente certa e adequada, a instauração da República.

Partindo dessas idéias e admitindo que as opiniões expressas no editoriais dos jornais estariam de certa forma ligadas às atitudes e ideologias endossadas pelos diversos atores da sociedade política (proprietários rurais, comerciantes, intelectuais etc.), realizamos o teste empírico que comprovasse:

- a ilegitimidade atribuída à Monarquia;
- a idéia republicana funcionando como pólo de atração para grupos influentes politicamente; e
- a legitimidade atribuída ao intervencionismo militar.

2. MÉTODO DE ANÁLISE

Utilizamos a técnica de análise de conteúdo para o estudo das comunicações manifestas nos editoriais de jornais publicados em São Paulo e Rio de Janeiro, províncias de destaque na vida nacional. Escolhemos dois jornais republicanos — "A Província de São Paulo" e "O Paiz" — e um monarquista — "A Gazeta de Notícias". Focalizamos períodos de crise institucional mais acentuada: 1884 a 1886, "A Questão Militar"; 1888, "A Abolição dos Escravos"; 1889, "República". Avaliamos a 1ª semana dos meses de junho e outubro, perfazendo um total de 174 editoriais, pois "O Paiz" aparece publicado em outubro de 1884. As categorias de análise estabelecidas referiam-se ao "Que foi dito" ou também chamadas categorias de matéria ou substância. Dentre estas, escolhemos dois tipos:

(*) A autora, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é aluna do Curso de Mestrado em Ciência Política do IUPERJ. Agradece aos Professores Peter McDonough e Simon Schwartzman, pela orientação dada durante a realização deste trabalho.

(1) LIPSET, Seymour Martin — *O Homem Político*, Rio de Janeiro, Zahar 1967, pp. 78 a 84.

- As que dizem respeito ao tema ou objeto de estudo;
 - As que dizem respeito à direção tomada pelo tema.²
- Se o jornal apresentasse mais de um editorial, avaliáramos todos, a fim de comprovar a coerência entre eles. Após a classificação de cada jornal individualmente, organizamos tabelas e gráficos que permitiam a comparação dos resultados. A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Nacional, em material acessível a qualquer interessado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

I — Referente à categoria, tema ou objeto de estudo:

QUADRO-Nº 1

CITAÇÕES AOS VÁRIOS TEMAS

	1 8 8 4			1 8 8 5			1 8 8 6			1 8 8 8			1 8 8 9		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
TRATA DA MONARQUIA	10	6	7	11	10	11	9	7	7	12	9	11	10	11	10
TRATA DO EXÉRCITO															2
TRATA DE AMBOS				1	2		1	5	4		2		2	1	
OUTROS TEMAS			4			1	2					1			
NÃO HÁ EDITORIAL	2								1		1				

FONTE: Arquivo da Biblioteca Nacional

(1) "A Província de São Paulo"

(2) "O Paiz"

(3) "A Gazeta de Notícias"

1. A concentração mais intensa nos três jornais, em estações que se referiam a dimensões sobre as instituições vigentes, leva-nos a afirmar que o debate em torno da vida política foi uma característica constante. Esta situação era um reflexo da crise existente.

Na "A Província de São Paulo" as discussões se faziam principalmente em torno de problemas da própria província, permanecendo constantes as referências às instituições monárquicas, o que atinge maior intensidade em 1888 por ocasião do movimento abolicionista. Enfatizam as "soluções acertadas" dadas por São Paulo acerca da carência de mão-de-obra para a lavoura.

(2) Constituída por estudos de:

— DUVERGER, Maurice — *Ciência Política* — Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1962 — 1.ª parte — Capítulo II — "Técnica de Análise de Conteúdo".
— Berelson, Bernard — "Content Analysis", in *Handbook of Social Psychology*, edited by Bardner. Lindsay, Massachusetts, 1954, pp. 488 a 522.

2. Somente o jornal monarquista trata do aspecto administrativo e organizacional do Exército.

3. Entre os jornais republicanos, "O Paiz" apresenta a maior frequência na associação entre o Exército e a Monarquia. Este jornal, que em várias ocasiões defendia os interesses dos comerciantes, contava com a participação de Quintino Bocaiuva e Joaquim Nabuco; apresentava-se ligado a líderes militares. Daí seu empenho em mencionar constantemente o Exército. As referências atingem maior intensidade em 1886 por ocasião da queda do Ministro da Guerra, provocada pela Questão Militar.

Interessante é a diminuição de alusões aos militares em 1889, o que acreditamos ligada a motivos de estratégia política: observamos que em novembro esta tendência se intensifica, havendo mesmo vários dias sem publicação de editorial.

"A Província de São Paulo", que trata em raras ocasiões do Exército, menciona em seus debates, frequentemente, os agricultores paulistas ligados ao setor cafeeiro, defendendo seus interesses. Menciona o Exército por ocasião de crise mais intensa, e mesmo assim, depois que os outros jornais já se haviam referido ao tema. Pareceu-nos que propositalmente preferiam se omitir em relação aos militares.

II — Referente à categoria *direção* em relação ao tema:

QUADRO Nº 2

LEGITIMIDADE DA INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO

	1 8 8 4			1 8 8 5			1 8 8 6			1 8 8 8			1 8 8 9		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
MUITO FAVORÁVEL															
FAVORÁVEL							4			1			1		
NEUTRO OU AMBÍGUO					2		1	1	3	1					2
DESFAVORÁVEL															
MUITO DESFAVORÁVEL				1					1				2		
AUSÊNCIA DE REFERÊNCIA	12	6	12	11	10	12	11	7	8	12	10	12	10	11	10

FONTE: Estudo realizado no arquivo da Biblioteca Nacional

(1) "A Província de São Paulo"

(2) "O Paiz"

(3) "A Gazeta de Notícias"

QUADRO Nº 3

LEGITIMIDADE DA MONARQUIA

	1 8 8 4			1 8 8 5			1 8 8 6			1 8 8 8			1 8 8 9		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
MUITO FAVORÁVEL			7			11			11			10			
FAVORÁVEL															
NEUTRO OU AMBÍGUO		4			3		2			1	2			4	
DESFAVORÁVEL	3	2		1	3		4			1	4				
MUITO DESFAVORÁVEL	3			10	6		2	12		6	5		11	8	10
AUSÊNCIA DE REFERÊNCIA	6		5	1		1	4		1	4	1	2	1		2

FONTE: "Arquivo da Biblioteca Nacional"

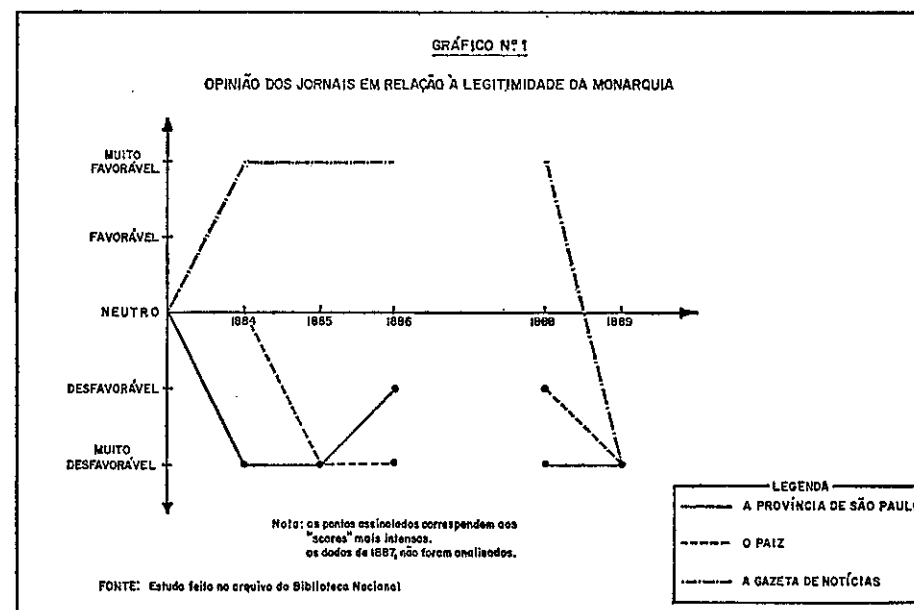
(1) "A Província de São Paulo"

(2) "O Paiz"

(3) "A Gazeta de Notícias"

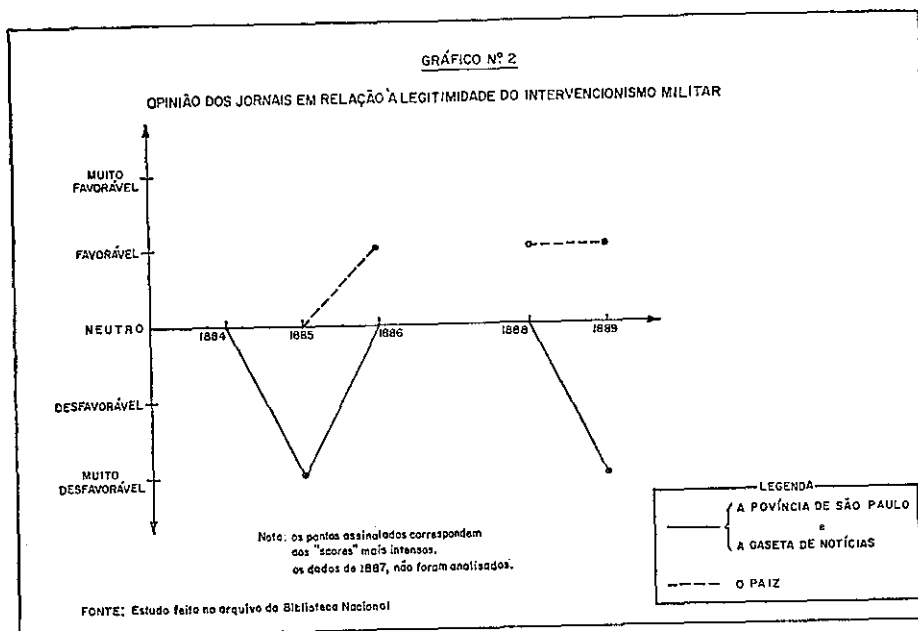
1. Concluímos que em 1889 os três jornais consideram a Monarquia ilegítima.

Os dois jornais republicanos apresentam esta opinião desde 1884, enquanto que o jornal monarquista somente em 1884 tornou-se republicano.



2. O jornal mais hostil ao regime é "A Província de São Paulo"; nele aparece maior número de casos na coluna referente à ausência de referência às instituições monárquicas, o que significa que, nas ocasiões em que este assunto era tratado, aparecia manifesta a hostilidade à Monarquia. Faziam parte da "A Província" Alberto Sales e outros defensores do Partido Republicano Paulista.

No "O Paiz" as críticas são feitas ao nível do senso comum, com a utilização de recursos de ridicularização para o ataque à ordem instituída. Não encontramos nele a fundamentação teórica existente na "A Província".



3. Há diversidade na opinião dos jornais acerca da legitimidade da intervenção do Exército.

"A Província de São Paulo" fez poucas citações ao Exército: em 4 casos, 3 são para afirmar a ilegitimidade da intervenção.

"A Gazeta de Notícias" apresentou-se "neutra" ou "muito desfavorável" ao intervencionismo militar: em 6 casos de referência, 5 são neutros e 1 muito desfavorável.

Somente "O Paiz" se apresentou "favorável a que o Exército desobedecesse às instituições monárquicas por considerarem estas ilegítimas". O período em que se mostrou mais desfavorável à Monarquia foi em 1886, coincidindo com a opinião acerca da legitimidade do papel desempenhado pelo Exército na época política.

No mesmo ano de 1886, "A Província" e "A Gazeta" apresentaram-se "neutras" ou "desfavoráveis" aos militares ou não se referiram ao tema.

Em 1889, "A Gazeta" se apresentou neutra à legitimidade do intervencionismo; "A Província" como "muito desfavorável". "O Paiz", que antes defendera a legitimidade da desobediência do Exército ao poder instituído, se omitiu.

Em síntese: o papel desempenhado pelo Exército é considerado legítimo apenas por um dos jornais analisados.

4. CONCLUSÕES

1. Comprovamos que no final da década de 1880:

- a) A Monarquia como regime político é considerada ilegítima;
- b) O intervencionismo militar é considerado legítimo apenas por pequena parcela da população;
- c) A República passou a ser desejada por grupos influentes no setor político.

2. Acerca da legitimidade da intervenção do Exército:

- a) "O Paiz", ligado a alguns elementos das elites urbanas (comerciantes, militares e intelectuais), foi favorável à intervenção;
- b) "A Província", associada a intelectuais republicanos e proprietários agrícolas de São Paulo, apresentou-se muito desfavorável ao papel desempenhado pelos militares;
- c) "A Gazeta", ligada a parcelas das elites urbanas, não considerou legítima a intervenção.

3. A derrubada da Monarquia e a ascensão militar ligam-se às clivagens existentes nessa fase; o Exército fortalecido, no ponto de vista organizacional, após a Guerra do Paraguai, era na ocasião a única força com possibilidade de instaurar a nova ordem. Mas não era a única fonte de oposição, nem, necessariamente, a mais legítima.

5. ANEXO

Observações sobre a técnica utilizada:

Utilizamos a técnica de análise de conteúdo, focalizando a atenção no estudo das comunicações formais de dois jornais republicanos e um monarquista (este se tornou republicano em 1889).

As categorias empregadas foram formuladas a partir da hipótese estabelecida. Detivemo-nos nas categorias referentes ao "Que foi dito" ou também chamadas de matéria ou substância; dentre estas utilizamos dois tipos:

Tipo A — As que dizem respeito ao tema ou objeto de estudo:

- 1) tratam da Monarquia, mas não tratam do Exército;
- 2) tratam do Exército, mas não tratam da Monarquia;
- 3) tratam de ambos: Exército e Monarquia;
- 4) não tratam nem do Exército nem da Monarquia.

Tipo B — As que dizem respeito à direção tomada pelo tema:

- 1) favorável ou desfavorável às instituições monárquicas;
- 2) favorável ou desfavorável ao intervencionismo militar.

Os dados coletados poderiam ser colocados em duas tabelas, formadas pela combinação das variáveis:

	Trata do Exército		Opinião em relação ao intervencionismo		
	Sim	Não	Favor.	Desfav.	
Trata da Monarquia	Sim		Favor.		
	Não		Desfav.		

De acordo com nossa hipótese, em 1889, haveria maior número de casos na célula correspondente à opinião favorável ao intervencionismo militar e desfavorável à Monarquia.

A seguir, apresentamos o quadro analítico empregado no estudo exploratório. Unidade de análise: tema ou assunto do editorial.

Tipo A — Categorias referentes ao tema ou objeto de estudo:

- 1) Trata apenas das instituições monárquicas:
 - Refere-se somente a problemas da administração provincial
 - Refere-se à administração provincial e a associa ao poder central
 - Refere-se ao poder central como órgãos decisórios: trata do Conselho de Ministros, do Senado, do Imperador, da Câmara dos Deputados
 - Refere-se ao funcionamento da política nacional e o associa à política internacional
 - Trata do funcionamento das instituições monárquicas
 - Discute temas apolíticos e os associam às instituições monárquicas
 - Trata de teorias e doutrinas políticas e associa com as instituições monárquicas
- 2) Trata apenas do Exército:
 - Discute temas referentes à organização: eventos militares como recrutamentos, homenagens, verbas etc.

- 3) Trata de ambos: Exército e Monarquia:
 - Liga o Exército a grupos nacionais ou internacionais, associando com as instituições monárquicas
 - Associa o Exército às instituições monárquicas, especialmente ao Poder Central
- 4) Não trata nem do Exército nem da Monarquia:
 - Discute temas referentes às ciências naturais, descrição de fábricas, empresas, colégios e fatos pitorescos
- 5) Não há editorial

Tipo B — Categoria Direção em relação ao tema:

- 1) Opinião do jornal em relação à legitimidade da Monarquia:
 - Muito favorável — A Monarquia é uma forma de governo excelente e qualquer ataque que vise suprimi-la é errado
 - Favorável — A Monarquia é uma forma de governo necessária ao Brasil
 - Neutro — Neutros ou ambíguos em relação à legitimidade da Monarquia
 - Desfavorável — A Monarquia é uma forma de governo errônea, mas não deve ser derrubada no momento
 - Muito desfavorável — A Monarquia necessita ser derrubada por ser sua existência um mal para o Brasil
 - Omissão — Ausência de referência em relação à legitimidade da Monarquia
- 2) Opinião do jornal em relação à legitimidade da Intervenção do Exército:
 - Muito favorável — O Exército deve derrubar a monarquia e ser o governante do país
 - Favorável — O Exército deve desempenhar um papel mais ativo na solução de crises e não obedecer às instituições monárquicas se elas são errôneas
 - Neutro — Neutros ou ambíguos em relação ao papel do Exército de apoio à Monarquia
 - Desfavorável — O Exército tem como função apoiar a Monarquia por ser este o poder instituído
 - Muito desfavorável — O Exército não deve interferir na vida pública
 - Omissão — Ausência de referência ao papel do Exército de apoio à Monarquia

Algumas observações quanto à metodologia utilizada:

1. A avaliação dos editoriais tem sua confiabilidade limitada pelo fato de que havia somente um juiz. Provavelmente, se mais de um juiz avaliasse os editoriais, teríamos maior confiabilidade, pois diminuiria a subjetividade inerente a toda análise de conteúdo. Ligado a esse fato, prende-se provavelmente a não existência de editoriais classificados como "muito favoráveis" ao intervencionismo, talvez por um excessivo rigor por parte do analista.
2. A escolha aleatória de meses e dias traz o risco de se avaliar períodos que conduzam a resultados falaciosos. Em períodos de queda de gabinetes, as críticas tornam-se muito acentuadas, e poderíamos ter escolhido meses em que não houvesse nenhum fato crucial.
3. Consideramos importante que, num tipo de análise como este, não se avalie apenas os editoriais. Além de se contar com a censura, existe também a possibilidade de que os fatos realmente pertinentes ao momento histórico apareçam discutidos em outras seções.

População Favelada no Rio de Janeiro: Histórico de um Trabalho Renato Raul Boschi *

O presente trabalho tem por objetivo a descrição das atividades de um projeto de pesquisa, desde a fase inicial de discussão do marco teórico até a transposição dos dados para os cartões IBM, prontos para análise. Trata-se, portanto, de um histórico do trabalho, no qual se apontarão as dificuldades e os problemas envolvidos na realização de um determinado *survey*. Tais dificuldades dizem respeito a uma pesquisa onde a não-disponibilidade de dados estatísticos, e, portanto, a ausência de acumulação científica na área, não permite sua realização em condições ideais. Pretende-se aqui levantar questões geralmente não explicitadas por sua natureza supostamente trivial, sendo que tal tipo de tarefa é fundamental para a definição do âmbito dentro do qual as operações teórico-analíticas poderão desenvolver-se. Além disso, esta nota de pesquisa tem a finalidade de explicar em linhas gerais o projeto. Com base em seus dados serão produzidos alguns artigos na área da "marginalidade social", num futuro próximo.

I — DEFINIÇÃO DO ESCOPO DO TRABALHO, PROBLEMAS INICIAIS

Previo-se, inicialmente, um estudo esboçado de maneira bastante simples para se verificar a distribuição de uma única variável na população em questão: imagem que o favelado tem do governo enquanto agente de urbanização. Seguindo a distinção proposta por Hyman,¹ tratava-se de um estudo de caráter descritivo, por oposição a um *survey* de caráter teórico ou experimental.

No entanto, logo em seguida, a maneira pela qual se pensou inicialmente em tomar a população já passou a caracterizar o projeto como um estudo mais amplo: *survey* experimental, avaliativo e de diagnóstico. Experimental porque se decidiu tomar a população estratificada segundo duas variáveis com a finalidade de se estabelecer grupos de controle; de diagnóstico porque se previa uma busca de causas num âmbito relativamente restrito, de forma a possibilitar uma intervenção eficaz sobre a realidade.

Uma vez definido o escopo do projeto em termos de um estudo do tipo mencionado acima, passou-se à discussão de qual seria o melhor método de coleta de dados, tendo em vista o caráter problemático (geral) da população envolvida. De que forma conhecer melhor a realidade e obter dados relativamente confiáveis? Qual a melhor maneira de se evitar, a um máximo desejável, as condições constrangedoras geradas pela situação de entrevista?

A avaliação girou em torno de dois pólos opostos enquanto métodos de entrevista: por um lado, a coleta de dados através de observação participante e, por outro, através de entrevistas formais com uso de questionário.

Como fator a ser considerado em relação ao primeiro caso, havia a experiência anterior do sociólogo L. A. Machado e do antropólogo Anthony Leeds que haviam realizado trabalhos extensivos em favelas do Rio de Janeiro, valendo-se da observação

* O autor, graduado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, pertence à equipe de pesquisadores do IUPERJ, onde realiza o curso de Mestrado. Pertence também ao Depto. de Sociologia da PUC — Rio, onde leciona Ciência Política.

Agradeço a colaboração constante de minha colega Rose Ingrid Goldschmidt na realização desta pesquisa. Sou também grato aos comentários e orientações dos Profs. Peter McDonough e Bolivar Lamounier em várias fases do trabalho.

(1) Hyman, H.: *Survey Design and Analysis*

participante como método de abordagem. Os pontos favoráveis a esse tipo de abordagem centralizam-se ao redor da eliminação de uma situação constrangedora criada com a utilização do questionário, além de permitir a obtenção de dados, em certo sentido mais históricos e, portanto, de maior alcance explicativo. A entrevista seria feita com a utilização de um roteiro básico, totalmente informal e não-diretiva, na medida do possível. Para tanto não seria necessário nem um desenho amostral, porque a idéia era a de se poder estabelecer a estrutura da comunidade através de um tipo de sociograma, onde os indivíduos a serem entrevistados surgiriam naturalmente por indicação de outros indivíduos anteriormente escolhidos ao acaso. Conquanto interessante e eficaz do ponto de vista de abordagem de uma população de difícil acesso, a idéia traria uma série de problemas tanto práticos como teóricos e analíticos. Práticos no sentido de que, para a realização do trabalho de campo em prazo limitado, seria necessária uma equipe de entrevistadores altamente qualificada, treinada e disponível para uma atuação na qual dedicassem tempo integral; e teóricos e analíticos (está aqui o argumento mais desfavorável) no sentido de que seria extremamente difícil uma padronização dos dados que possibilitassem tratamento estatístico adequado.

O questionário traria uma desvantagem: a não validade dos dados obtidos, em aspectos como a desiderabilidade social envolvida na situação de entrevista, a honestidade das respostas em certos itens básicos (como renda), a não-historicidade do dado em certo tipo de pergunta de opinião (questões sobre as quais o entrevistado jamais pensou e emite opinião momentânea), alternativas exteriores ao universo do entrevistado etc. Mas somente o questionário, na medida do possível, pré-codificado possibilitaria a padronização de dados e um adequado tratamento estatístico posterior.

Uma solução intermediária, em certo sentido, parecia ser a da utilização de um bom questionário pré-codificado com uma porcentagem equilibrada de perguntas abertas e fechadas na suposição de que, com as primeiras, estaríamos eliminando uma fonte de erro proveniente do mau conhecimento do universo do favelado. Com as perguntas fechadas pretendia-se cobrir uma área de interesse teórico no sentido de nossas hipóteses, além de facilitar o trabalho posterior de codificação, com a eliminação de uma fonte considerável de erro.

II — O MARCO TEÓRICO

O problema prático inicialmente enfrentado, foi na obtenção de material bibliográfico pertinente. Todo um levantamento de bibliografia existente foi levado a cabo e chegou-se à verificação de que, na área de marginalidade social (se assim podemos rotular o problema), em comparação com outros tópicos da pesquisa, havia um acervo razoável de trabalhos, embora de qualidade flutuante.

O ponto de partida teórico centralizou-se sobre a possível verificação de como a favela se insere no processo de desenvolvimento. As teorias a respeito propõem uma vinculação da origem dos núcleos favelados à população componente do êxodo rural, o qual se dá em função da atração exercida por centros urbanos em processo de industrialização. Não se sabe contudo qual o componente de população rural responsável pela atual formação de núcleos marginais urbanos. No caso do Rio de Janeiro, esta indagação-hipótese não parece ser muito relevante. No Rio, algumas favelas tenderiam a ter assumido uma configuração própria através do tempo — o que corresponderia a um estágio de desenvolvimento mais avançado, na medida em que a industrialização nas áreas urbanas anteriormente atrativas já haveria alcançado um padrão mais estável (o que poderia implicar numa diminuição da taxa de êxodo rural). O oposto a essa afirmação tenderia a se aplicar ao caso de Belo Horizonte, onde o componente rural é ainda (e principalmente no presente) responsável pela alta taxa de crescimento urbano e conseqüente formação dos núcleos favelados.

A caracterização do processo de formação dos núcleos favelados é, do ponto de vista externo, o objetivo mais amplo do estudo. Dentro de tal quadro, teríamos ainda de verificar, do ponto de vista interno, não só o que significa a favela para seus habitantes como também chegar à caracterização da sua estrutura, em diversos aspectos.

Desta forma, defrontamo-nos com a questão fundamental da favela se constituir ou não em um agrupamento social homogêneo como um todo — como parece ser a tendência afirmada na maioria dos estudos. Parece-nos que a resposta a essa pergunta é negativa. Neste caso teríamos de contrapor à tendência de se atribuir à favela rótulos como o de "subcultura da pobreza" a noção de que ela apresenta um padrão diferenciado de estratificação interna que caracteriza diferentes níveis de integração do indivíduo no meio urbano. O favelado é um indivíduo que passa por um processo constante de mobilidade social e a própria favela se constituiria num trampolim para níveis altos de estratificação.

Tal noção levaria à consideração do padrão de mobilidade social em suas diversas facetas, permitindo um enriquecimento teórico quanto às bases para consideração do

comportamento dessas populações. Poder-se-ia ligar, por exemplo, *status* sócio-econômico a nível de participação política e tipos de demanda a estágios sucessivos de mobilidade.

Essa análise de mobilidade se refere tanto a seus aspectos observáveis externos ou estruturais (renda, ocupação e educação) quanto aos que dizem respeito a uma mobilidade de tipo psicológico. No primeiro nível foram levadas em consideração todas as variáveis mencionadas, tomando-se o padrão de consumo do favelado, utilização de serviços e facilidades oferecidas pelo contexto urbano, padrões de relacionamento e desempenho na ocupação, estrutura ocupacional da favela, distribuição de renda; no segundo, o nível e pauta de aspirações desses indivíduos, sua integração na comunidade urbana, valores, abertura à modernidade, e assim por diante.

Alguns relacionamentos importantes, bem como questões a serem cobertas com estudos, se refeririam, por exemplo, aos seguintes tópicos:

1. De que maneira a população se distribui em camadas diferenciadas? Qual o padrão de estratificação interno da comunidade?
2. Se se pode falar em estratificação interna, quais os grupos de referência incluídos na percepção dos diversos estratos? O comportamento social do indivíduo é função de suas aspirações e (b) tensões e posições políticas.
3. De que maneira se compõe a pauta de aspirações nos diversos estratos e qual a importância relativa da necessidade de urbanização dentro da mesma?
4. Na medida em que se constata a existência de estratificação interna, qual a função da liderança em cada um dos estratos? Em que medida existiriam tipos de liderança influenciando o comportamento da população em seus diversos aspectos, principalmente políticos?
5. Em que medida poder-se-ia aferir o grau de participação dos indivíduos em problemas políticos? Como o grau de participação se relaciona com *status* sócio-econômico?
6. Em que medida o grau de integração do indivíduo na comunidade urbana global tem conseqüências sobre o nível de satisfação e, conseqüentemente, com a imagem que ele possa ter do governo?

Em resumo, foi o seguinte o plano das variáveis em nosso estudo, a partir do qual se poderá elaborar um arcabouço analítico:

Variáveis Independentes (Vi)

- (Vil) *status* sócio-econômico: (Vi11) renda,
(Vi12) ocupação
(Vi13) origem
(Vi13) padrão de mobilidade
(Vi14) educação
(Vi21) experiência de mobilidade geográfica
(Vi22) experiência de mobilidade educacional
(Vi23) experiência de mobilidade ocupacional
(Vi24) experiência de vida urbana

Variáveis Dependentes (Vd)

- (Vd1) escala de prioridades (o que o favelado demanda a estágios sucessivos de mobilidade)
(Vd2) pauta de aspirações: (Vd21) nível de aspiração educacional
(Vd22) nível de aspiração habitacional
(Vd23) nível de aspiração ocupacional
(Vd24) nível de aspiração assistencial
(Vd25) nível de aspiração quanto a serviços comunitários
(Vd3) percepção de obstáculos à mobilidade
(Vd4) tensão (definida a partir de desequilíbrio ou inconsistências em fatores de comportamento do indivíduo)
(Vd5) atitudes políticas: (Vd51) percepção da estrutura de poder interna
(Vd52) percepção da estrutura de poder externa
(Vd53) sindicalização
(Vd54) liderança
(Vd6) grau de integração local e/ou urbana:
(Vd61) exposição aos meios da massa
(Vd62) padrão de consumo
(Vd63) utilização de serviços urbanos
(Vd7) percepção da estrutura de estratificação interna e externa

Variável Interveniente:

Intervenção governamental e/ou de grupos externos sofrida pela comunidade.

Nosso problema fundamental com relação ao desenvolvimento teórico-analítico acima proposto foi o de saber se não estava havendo sobreposição em diferentes variáveis. Certas variáveis têm um caráter amplo e podem ser subdivididas numa série de áreas distintas e medidas através de um número bastante grande de indicadores. Outras variáveis apresentam o defeito de não serem claramente explicitadas na teoria sociológica, levando muitas vezes a uma dificuldade de operacionalização, além de se verificar também que frequentemente estamos medindo o mesmo fenômeno com conceitos expressos em duas ou mais variáveis. Tal foi o caso com os conceitos de grupo de referência e integração na comunidade urbana, que apresentam conteúdo diferente na literatura mas que, ao se estabelecer indicadores, verifica-se quererem dizer a mesma coisa.

Diga-se de passagem que essa foi uma das maneiras de se controlar a validade das variáveis selecionadas em nosso marco teórico: uma verificação através de uma lista de indicadores possíveis para determinados conceitos com o que se chegou a eliminar certas áreas e incluir outras como foco de atenção no *survey*.

III — QUESTIONÁRIO E PRÉ-TESTE

O princípio acima exposto de validação das variáveis envolvidas no marco teórico através de uma busca de um número amplo de indicadores para as mesmas foi o que nos orientou na elaboração do questionário. Separou-se de início as variáveis por áreas amplas e tratou-se, a partir daí, de cobri-las com toda a sorte de indicadores que se pôde pensar. Apesar de tal método não ser aconselhável, de maneira geral nos manuais de metodologia que apontam no sentido de se elaborar indicadores específicos de posse de um instrumento dosado, refletido e bem elaborado.

O segundo processo de filtro pelo qual passou o instrumento foi o pré-teste, que realmente serviu-nos para indicar o tamanho adequado do mesmo, a média da duração da entrevista, o grau de entendimento do entrevistado com relação às perguntas e coisas afins. O questionário do pré-teste sofreu a redução no seu tamanho ideal, inclusão e supressão de perguntas, substituição de termos nas escalas etc.

No entanto, por mais que se tenha observado princípios rigorosos na elaboração do questionário, não se pôde isentá-lo totalmente de erros. O erro devido ao instrumento afeta fundamentalmente o nível do trabalho analítico-teórico posterior. Esse tipo de erro é o que passaremos a explicar a seguir.

Em primeiro lugar, a dificuldade primordial girava em torno do tamanho do questionário, em virtude da natureza das unidades investigadas. Era de se supor que não só o favelado teria dificuldade em responder a certas questões, como o número dessas questões afetaria de perto o resultado. Portanto, deu-se bastante ênfase ao tamanho ideal do questionário, que deveria ter por volta de 70 a 80 perguntas simples. Todavia, mesmo com a redução ocorrida após o pré-teste, viu-se que seria impossível cobrir todas as áreas de interesse teórico de uma maneira satisfatória com tal número de itens. Calculou-se então uma média de duração da entrevista, antes do que o tamanho do questionário, com vistas à obtenção de dados mais seguros por parte do entrevistado, que não deveria cansar-se muito: a margem plausível de duração da entrevista foi de 30 a 40 minutos, e incluiu-se um total de 140 perguntas no questionário. A pergunta que cabe aqui é, então, qual a confiabilidade dos dados obtidos no final da entrevista, mesmo quando a mesma é conduzida de maneira bastante eficaz, segundo certos moldes? Deve-se mais uma vez salientar que esse tipo de problema foi gerado em virtude de um impasse existente entre a necessidade de cobrir as áreas teóricas de maneira adequada, incompatível com um questionário de tamanho reduzido, por mais que se houvesse tentado conciliar os dois problemas. Uma segunda questão tem a ver com o tipo de perguntas utilizadas: mais abertas ou fechadas. Já se tratou por alto dessa questão quando se discutiu o problema do método de coleta de dados. Havia-se decidido por uma utilização de perguntas abertas com margem maior do que o desejado em *surveys*. No entanto, a pergunta aberta aumenta a margem de erro, porque passa por um processo triplo de distorção do dado original, o que não ocorre com a pergunta fechada. O entrevistador lê a pergunta, o entrevistado recebe o estímulo e o interpreta. O entrevistado dá a resposta, o entrevistador interpreta a resposta e anota. O codificador novamente interpreta a resposta anotada, para enquadrá-la numa das categorias. Se, por um lado, a limitação da pergunta fechada está em reduzir o universo do entrevistado com alternativas dadas (que muitas vezes não pertencem a esse universo), por outro, o processo de distorção a que ela está sujeita é bastante menor do que no caso da pergunta aberta (a pergunta aberta está sujeita somente ao primeiro processo de distorção).²

(2) Uma das conclusões que podemos extrair agora que o trabalho ultrapassou a fase da codificação é que, sob todos os pontos de vista, a pergunta fechada é mais vantajosa que a aberta, mesmo porque, ao se

Outra fonte de erro deriva da margem de confiança com que se trabalha no sentido das perguntas medirem o conceito proposto. Exemplos de perguntas nas quais essa margem de confiança é pequena (apesar de pré-testadas) são abundantes em qualquer questionário. No nosso, um exemplo típico seria a escala de percepção de níveis governamentais, onde é condição necessária o entrevistado conhecer determinada figura política e saber o cargo que exerce, mas não condição suficiente para se inferir sobre a percepção da estrutura e níveis de atuação governamental.³

IV — AMOSTRAGEM

Nossa grande dificuldade com a amostra foi a de poder extrair-la cientificamente de um universo bastante desconhecido: tivemos de lançar mão de elementos de *judgement sampling* para alcançar representatividade razoável. Trabalhou-se com uma amostra em dois níveis: no nível estrutural envolvendo a escolha das comunidades segundo critérios preestabelecidos e no nível individual a seleção de barracos onde se deveria tomar os chefes de família com idade superior a 18 anos. (As unidades de amostra puderam ser definidas pelos barracos, de vez que o quociente do número de famílias por habitação é de 1,3 apenas.)

Após exaustiva discussão de quais critérios seriam utilizados para elaboração do desenho amostral final, duas vezes este critério teve de ser alertado, pelo fato de que, ao se buscar confirmação para dados de que dispúnhamos para o cálculo da amostra, verificou-se que não correspondiam nem de longe à realidade.

Os critérios utilizados para a estratificação da amostra foram os de zona (Norte e Sul) e tipo de intervenção governamental sofrida pela comunidade. A primeira variável foi selecionada em virtude de se supor uma forte variação na estrutura ocupacional das favelas segundo a zona em que estão localizadas. As favelas da Zona Sul apresentam uma estrutura ocupacional muito ligada à prestação de serviços e subempregos. As da Zona Norte apresentam uma estrutura ocupacional mais ligada à área tipicamente industrial na qual se localizam.

A segunda variável foi dividida em termos de um contínuo, no qual teríamos, num pólo, a não-intervenção, e num outro, a intervenção maciça (comunidades com ameaça de remoção ou que tenham sofrido um processo constante ou marcante de penetração por órgãos do governo no sentido da urbanização). Como ponto intermediário, teríamos um tipo de intervenção na comunidade que se caracterizaria mais pela atuação intermitente de grupos governamentais ou assistenciais: trata-se de uma intervenção definida como superficial. A inclusão dessa variável para a estratificação da amostra deveu-se ao fato de que ela daria conta da explicação de grande parte da variação do comportamento político do favelado.

Devido à ausência de dados sobre os quais se trabalharia com uma amostra aleatória para a seleção das unidades, decidiu-se que as favelas escolhidas seriam setorializadas e em cada setor tomar-se-ia uma unidade aleatoriamente, as outras sendo tomadas a partir daí, pela contagem de um número *k* de unidades, calculado proporcionalmente ao número de unidades (barracos) existentes na comunidade.

O primeiro desenho a que nos referimos acima, e que foi alterado em virtude da não-correspondência dos dados à realidade, ficou definido conforme demonstramos no quadro nº 1.4

Tendo chegado à elaboração deste desenho, nossa preocupação foi a de sair em campo para verificar a correspondência dos dados obtidos através do censo com os que se verificavam na realidade. Constatou-se, então, que não se poderia utilizar o desenho acima. Diante do impasse, e de vez que as condições tanto financeiras quanto de tempo eram totalmente inviáveis para permitir a realização de um mapeamento para daí se extrair a amostra, tivemos que optar pela solução mais prática e mais razoável, que levasse a uma decisão final.

codificar, é mesmo o universo analítico do pesquisador que prevalece e, portanto, vai por terra o pressuposto inicial que havia levado à opção por pergunta aberta.

- (3) É a seguinte a referida escala: perguntou-se ao entrevistado se ele conhecia uma série de pessoas que desempenham cargos político-administrativos, de mais a menos conhecidos, o cargo por cada um deles desempenhado e o nível em que atuam (federal ou estadual) e atribuem-se pontos diferentemente, de acordo com a resposta estar totalmente certa, parcialmente certa ou errada.
- (4) Agradecemos à colaboração do Prof. Peter McDonough, que muito nos auxiliou nas discussões do desenho amostral.

O cálculo de *n* (número de unidades em cada favela) foi feito da seguinte maneira: número de barracos na comunidade sobre o número total de unidades na amostra das comunidades multiplicado pelo

$$\text{número de casos (500). Exemplo: } \frac{230}{6.272} \times 500 = 18.$$

A diferença entre o número de casos na Zona Norte e Zona Sul foi colocada, de vez que a população favelada da primeira é maior, muito embora não se tenha respeitado rigorosamente a proporcionalidade existente entre elas.

QUADRO Nº 1

	NÃO-INTERVENÇÃO	INTERV. SUPERFICIAL	INTERV. MACIÇA	
	GUARARAPES	MACÊDO SOBRINHO	ALTO SOLAR	
S	Barracos: 230 n = 18	Barracos: 813 n = 71	Barracos: 200 n = 16	t: 105
	MORRO SOSSÊGO	PARQUE UNIÃO	BOREL	
N	Barracos: 629 n = 50	Barracos: 1900 n = 145	Barracos: 2500 n = 200	t: 395
	TOTAL: 68	TOTAL: 216	TOTAL: 216	T: 500

O novo esquema começou a ser pensado incluindo na base de nossas considerações os fatores tamanho da comunidade e número de comunidades de um determinado tamanho segundo a zona em que se situava. A conclusão geral a que se chegou foi a de que haveria uma certa correspondência na distribuição dos dois casos, i. é, o mesmo padrão se verificava para número e tamanho das favelas, segundo as variáveis que estavam sendo utilizadas para a estratificação da amostra: intervenção governamental e zona. A referida distribuição é apresentada no quadro nº 2.

QUADRO Nº 2

	NÃO-INTERVENÇÃO	INTERV. SUPERFICIAL	INTERV. MACIÇA
sul	Nº de favelas: pequeno tamanho: pequenas	nº de fav.: grande tamanho: grandes	nº de fav.: médio tamanho: médias
norte	Nº de favelas: pequeno tamanho: pequenas	nº de fav.: grande tamanho: grandes	nº de fav.: médio tamanho: médias

Na base das parcas estatísticas disponíveis, o critério mais geral e válido por nós encontrado foi o acima mencionado. O modelo final teve todos os dados reconfirmados *in loco* (vide quadro nº 3).

Este modelo pareceu-nos muito mais razoável, tendo em vista inclusive o fato de que o primeiro não apresentava sequer uma distribuição capaz de tratamento estatístico, em vista do número de variáveis que contém o questionário. Evidentemente, pelo fato mesmo de se evitar um número muito pequeno em cada célula, a Zona Norte ficou sub-representada em termos proporcionais.

Acreditamos ter conseguido atender ambos os critérios de heterogeneidade e representatividade de maneira razoável. As comunidades escolhidas apresentam, além das variações incluídas na estratificação da amostra, uma heterogeneidade em termos de sua localização na Zona (variação ecológica: favelas mais centrais, favelas de subúrbio etc.) e em termos do tipo de estrutura das mesmas (variação na estrutura ocupacional, no tipo de organização interna, no tipo de habitação etc.), heterogeneidade essa que nos permitirá uma análise comparativa intrafavelas.

Muito embora montado à base de decisões práticas e de bom-senso, cumpre-nos salientar aqui as possíveis fontes de erro derivadas do desenho amostral e de sua efetivação em campo no nosso projeto de pesquisa.

Por ser vital no que tange à análise dos dados, à possibilidade de generalização com os mesmos e também por ser responsável pelo controle de nossas variáveis dependentes e independentes (através da amostra definiu-se a variável interveniente: intervenção governamental), a definição e cumprimento do desenho amostral num *survey* constitui seu ponto mais crítico, no nosso entender.

No caso de um *survey* contratado e feito à base de custos reduzidos, a possibilidade de definição de um desenho amostral que seguisse um modelo estatístico rígido é limitada de antemão. O tamanho da amostra, em virtude da carência de recursos financeiros, é determinado *a priori*, independentemente de sua correspondência ao universo em estudo. A tarefa do pesquisador na elaboração do desenho amostral se dirige no sentido da habilidade em manejar um modelo dentro dos limites desses recursos escassos. Não foi com pouca habilidade que se conseguiu, no nosso caso, aumentar o tamanho da amostra de 300, anteriormente preestabelecido, para 500, de forma a permitir maior adequação, ainda que imperfeita.

Nossa amostra não pretende, portanto, representar o universo das favelas do Rio, mas sim dar representação a um número de variáveis julgadas importantes com um propósito analítico bastante específico.

QUADRO Nº 3

	NÃO-INTERVENÇÃO	INTERV. SUPERFICIAL	INTERV. MACIÇA	TOTAL
sul	Parque da Cidade barracos: 300 n = 50 k = 6 p ⁺	Cantagalo barracos: 1200 n = 90 k = 13 G ⁺	Macêdo Sobrinho barracos: 1200 n = 60 k = 20 M ⁺	n = 200
norte	Sossêgo barracos: 900 n = 75 k = 12 p ⁺	Barreira do Vasco Barracos: 2000 n = 135 k = 15 G ⁺	Borel Barracos: 1500 n = 90 k = 17 M ⁺	n = 300
total	n = 125 25%	n = 225 45%	n = 150 30%	500

+ - Nº e tamanho das favelas: P (pequeno); G (grande) e M (médio)

n = nº de unidades a serem tomadas

k = nº de unidades a se saltar para a escolha da unidade a ser entrevistada

População total da zona sul: 116.400; nº de barracos: 27.500

População total da zona norte: 630.100; nº de barracos: 132.600

V — PRÉ-TESTE, TREINAMENTO DE ENTREVISTADORES, TRABALHO DE CAMPO

Foi selecionada uma equipe de 30 entrevistadores entre estudantes universitários da Guanabara, a maioria dos cursos de ciências sociais e com experiência anterior em trabalho desta natureza. O treinamento enfocou uma parte geral sobre técnicas de entrevistas e outra sobre problemas específicos do questionário, com o qual o grupo devia familiarizar-se. Também os aspectos teóricos que orientavam nosso projeto foram discutidos com certo vagar no sentido de que o grupo aprendesse bastante bem o significado do questionário e cada pergunta em particular.

Cinco entrevistadores trabalharam na aplicação do pré-teste, realizado no Morro da Liberdade, Tijuca. Foram entrevistadas 30 pessoas. Em termos de cálculos estatísticos, para efeito de construção de escalas, o número era bastante reduzido. Chegou-se, contudo, a suprimir toda uma escala e itens de outras, resultando numa reformulação bastante substantiva de todo o questionário.

O trabalho de campo foi levado a cabo em 4 fins de semana consecutivos, sendo que as entrevistas em cada comunidade eram realizadas de uma só vez por todo o grupo. Os entrevistadores foram divididos em equipes de 5, com um coordenador, ao qual eram explicados a setorização da favela e o número de unidades a serem contadas em cada uma. Deve-se salientar que todo este trabalho de setorização da favela e conferência de dados era realizado de antemão durante a semana, pelo diretor da pesquisa e seu auxiliar imediato, dentro do permissível pelas condições e da forma mais adequada possível. Para se ter uma noção da distribuição ecológica dos barracos e processar a divisão da comunidade de forma a evitar a sobreposição de áreas na amostra, recorreu-se a mapas, guias locais e aos censos da Associação de Moradores, quando era o caso. Apesar de todos os cuidados tomados para se evitar erros, o trabalho não pôde correr totalmente isento deles. Em primeiro lugar, a adequação do desenho amostral à realidade de campo. Em muitos casos, a contagem de unidades era extremamente difícil porque os caminhos eram quase indistinguíveis e de difícil acesso. Existem ainda outros erros que podem resultar do trabalho de campo: erro derivado da situação de entrevista, erro derivado da má aplicação do desenho amostral e erro derivado de fatores incontroláveis.

Quanto aos últimos, nossa preocupação foi a de registrar possíveis fatos que influíam nas respostas de opinião política, em vista da delicadeza das mesmas e dos problemas de confiabilidade dos dados obtidos.

VI — CODIFICAÇÃO

O trabalho de codificação foi dividido em partes e levado a cabo de maneira bastante cuidadosa, tendo-se como diretriz fundamental a menor perda de informação possível. Os melhores estudantes do grupo de entrevistadores foram recrutados para a tarefa, que levou 10 semanas para ser concluída. Numa primeira fase, codificaram-se todas as perguntas fechadas, e como havia sido explicado aos entrevistadores que anotassem qualquer categoria de resposta que não se enquadrasse nas alternativas do questionário, em alguns casos abriram-se novas perfurações para se aproveitar a informação adicional. Pôde-se constatar que houve defeitos de aplicação do questionário em certos casos (perguntas mal anotadas, perguntas não-formuladas etc...), mas numa percentagem muito pequena, no total.

A segunda fase do trabalho de codificação foi a das perguntas abertas, realizada da seguinte maneira: sorteou-se pela tabela de números aleatórios três amostras sucessivas de 20% do total dos questionários. Em cada uma dessas amostras era feita a listagem de um determinado número de perguntas através da qual se elaborava o código final. Apenas quatro perguntas foram abandonadas pela total impossibilidade de padronização dos dados e de conferência adequada dos mesmos. Os dados foram mantidos da maneira mais diversificada possível, só sendo agrupados em categorias mais gerais quando a informação não era "padronizável" em todos os questionários.

Avalla-se, num cálculo preliminar pessimista, que no total houve apenas uma perda de informação ao redor de 10%.

Após enfrentarmos várias questões tendo como diretiva básica do trabalho reduzir o erro, temos que pesar ainda o erro involuntário, cujo controle é impossível. Exemplo: transferências dos dados para as folhas de codificação da IBM. Mesmo considerando-se que uma revisão de todos os questionários foi feita antes do início desse processo, temos de calcular a margem de erro envolvida na passagem desses dados para as folhas, bem como a margem de erro envolvida na passagem dos dados das folhas para os cartões.

THE POLITICAL SYSTEMS OF EMPIRES

S. N. Eisenstadt,
New York: The Free Press, 1963.

Em lugar de confinar a disciplina "desenvolvimento político" ao modesto escopo que lhe caracterizou o aparecimento como campo formalmente tratado nos currículos acadêmicos e nas pautas dos congressos profissionais, este é dos livros que, com alguns poucos outros, dão à disciplina as grandes dimensões e amplas perspectivas que ela deve ter.

O livro apresenta visão englobante e matizada do processo de institucionalização e evolução dessa figura histórica importante: os impérios burocráticos centralizados. Trata-se, sem dúvida, de ambicioso projeto, pois o que empreende fazer é nada mais nada menos do que sistematizar a evidência historiográfica existente sobre mais de trinta sociedades burocráticas, em busca de comprovação de hipóteses gerais sobre as condições de possibilidade e dinâmica própria da esfera política, e sobre a articulação desta com as demais esferas sociais.

O enfoque teórico é, declaradamente, estrutural-funcional, sendo fontes explícitas Parsons, Levy, Almond e Easton. Também, subjacente, a in-

fluência de enfoques mais tradicionalmente europeus, por exemplo, na preocupação de distinguir a esfera política das demais, no que se reflete a velha e importante distinção entre Estado e Sociedade Civil, reconceituada brilhantemente, nos anos 30, por Herman Heller (*Teoria do Estado*). Entretanto, a grande presença, na preocupação central e a cada ponto deste livro, é Max Weber, o Weber das grandes análises histórico-sociológicas, dos estudos sobre o patrimonialismo, a burocracia, a formação da classe política e a institucionalização do carisma. Não se esqueça, finalmente, na leitura do livro, a preocupação de Eisenstadt com as perspectivas evolucionistas em sociologia, objeto, inclusive, de artigo (*American Sociological Review*, junho de 1964) e verbete (na *International Encyclopedia of the Social Sciences*) de sua autoria, ambos posteriores ao presente livro, porém construídos, basicamente, com os materiais nele apresentados.

Divide-se o livro em duas grandes seções, tratando uma da emergência dos impérios burocráticos, a outra de sua sobrevivência ou declínio. Distinção importante, pois que as condições de aparecimento desses sistemas políticos não eram suficientes para sustentá-los a relativa complexidade institucional atingida.

Muitos deles apareceram após períodos de agitação, guerra civil, invasão externa, muitas vezes manifestações de superfície de transformações mais profundas — possivelmente caracterizáveis como fenômeno de mobilização social — conduzindo, eventualmente, a estádios superiores de desenvolvimento. Sob que condições isto se dava? Aqui está o cerne da teoria de Eisenstadt, que distingue condições de dois tipos: as *internas* à própria esfera política e as *externas*, ligadas às esferas institucionais da sociedade que não são a política.

Vejam os mais pormenorizadamente tais condições. As internas consistiam no desenvolvimento, por parte dos governantes, de "aspirações políticas articuladas e de atividades promotoras do desenvolvimento de metas políticas autônomas" (pág. 27). As externas consistiam no "desenvolvimento em todas as esferas institucionais da sociedade... de certos níveis limitados de diferenciação, juntamente com recursos "livremente circulantes" ("free-floating resources"). (pág. 27)

Está patente, na especificação de dois grupos de condições, a idéia central de distinguir *política* e *sociedade*. O império burocrático tem como condições necessárias a *diferenciação na sociedade* — que, inclusive, se reflete no aparecimento de uma esfera política com legalidade própria — e a *formulação de metas autônomas* por parte dos governantes. Aqui se revela o elemento "voluntarista" na perspectiva de Eisenstadt. Ou seja, a distinção de uma esfera política torna-se importante na explicação da dinâmica social porque é através dela que, privilegiadamente, metas criadoras, relativamente autônomas com relação a grupos, interesses ou arranjos preexistentes, podem tomar corpo. No marco da sociedade global, a sociedade seria o domínio

dos determinismos, a política o da liberdade humana. A dinâmica social produz-se, entre outras coisas, pela existência de indivíduos e grupos estrategicamente colocados, capazes de formular metas novas e de corporificá-las institucionalmente. O papel das elites criadoras, carismáticas, daria em sociologia a analogia mais aproximada da idéia de *mutaçao* em genética. Este pode ser visto, naturalmente, como ponto controverso na teoria de Eisenstadt. Constitui, porém, a nosso ver, solução inescapável quando o foco se transfere dos problemas de manutenção do equilíbrio de um determinado sistema social para os de mudança histórica e criação institucional. Aí, sempre parece necessário promover algum ator a propulsor prometeico da história.

Os criadores de impérios, promotores de "metas autônomas", revelam, no seu próprio surgimento, o interjogo de condições acima apontado. Não eram selecionados "de acordo com critérios rígidos ou formais... eram recrutados de muitos estratos diversos, tais como a aristocracia, alguns das classes médias, grupos religiosos e até do campesinato... e não raro vinham de diferentes estratos de usurpadores ou chefes militares vitoriosos". Qual quer que fosse a sua origem, tal elite política assim surgida "era distinta de todos os outros grupos sociais... por força de suas metas e comportamentos especificamente políticos" (pág. 116). Havia, portanto, certa fluidez na estrutura social, que permitia a pessoas de fora dos círculos aristocráticos chegar às posições políticas supremas. Já havia, também, aspectos especificamente políticos na sociedade. Em outras palavras, tais sociedades apresentavam um mínimo de diferenciação interna, pois "as funções sociais principais e as esferas institucionais maiores

separavam-se uma das outras, ligavam-se a coletividades e papéis especializados em esquemas organizatórios e simbólicos relativamente autônomos e específicos dentro do marco do mesmo sistema institucional" (do verbete "evolution" na IESS).

A idéia de "diferenciação estrutural" leva a outra muito importante e sempre presente neste e noutros escritos de Eisenstadt: a idéia de recursos livremente circulantes, pelo que se podem entender tanto recursos mais concretos, como os econômicos e os de mão-de-obra, como também os mais simbólicos. Tais recursos são "livremente circulantes" na medida em que, com a diferenciação de estruturas, quebram-se muitas das barreiras hereditárias, "adscritivas", levantadas pelos vínculos de parentesco, clientela e localidade, pelo estancamento da economia natural ou seminatural etc., permitindo-se sejam combinados em novos arranjos e projetos.

A grande hipótese geral de Eisenstadt, relativa ao desenvolvimento da política burocrática centralizada, é a seguinte: "a convergência entre a tendência para autonomia da esfera política, tal como se mostra no desenvolvimento de metas e objetivos políticos autônomos por parte dos governantes, e as condições "externas"... facilita a plena institucionalização dos aspectos organizatórios principais dos sistemas políticos dos impérios centralizados burocráticos e o estabelecimento de uma entidade política unificada" (pág. 95). Retomemos, então, nossa discussão. Em que medida são possíveis metas e objetivos políticos autônomos, sem a presença das condições *externas*? Ou, pôsto de outra forma, em que medida são distintas as duas variáveis independentes, cuja convergência, na citação acima, "facilita"

o surgimento da política imperial burocrática?

Eisenstadt é bastante consciente da dificuldade suscitada pela hipótese. Evidentemente, a discussão a que procedemos acima sobre a perspectiva "voluntarista" é relevante no presente caso. Mais diretamente, Eisenstadt lembra-nos que é possível, diante de casos empíricos, mostrar a relativa independência entre os dois grupos de variáveis. Alguns casos elucidativos são apontados nas duas grandes seções do livro. Nas cidades-estado gregas, por exemplo, toda a diferenciação estrutural foi insuficiente para compensar a falta de formuladores de metas centralizadoras, especificamente políticas, capazes de criar um império. O outro caso é igualmente interessante: todo o esforço carolíngio de institucionalizar o império foi inútil diante da força centrífuga da dispersão feudal, mais consentânea com o baixo nível de diferenciação estrutural então presente.

Traduzindo em outros termos a visão de Eisenstadt, podemos dizer que dois fatores são encarados como básicos na dinâmica social: recursos e empresariado (este em todas as suas manifestações, e aqui, em particular, na política). Apenas recursos produzidos pela diferenciação estrutural não bastam. São necessários empresários que os utilizem e multipliquem na construção de novos arcabouços institucionais.

Apesar de funcionalista, o enfoque deste livro está longe de oferecer a imagem ajustada e bem lubrificada de sociedade, tão comum em tantos que o empregam. Isso porque, em primeiro lugar, Eisenstadt mostra como o aparecimento dos impérios dependia de combinação muito especial, nada determinista, de circunstâncias. Em segundo lugar porque, mesmo após es-

tabelecidos, não eram os impérios imunes à mudança. Na verdade, bem ao contrário, pois grandes contradições instalavam-se no seu bôjo. Passemos-las em revista.

A estabilidade dos impérios dependia da articulação das orientações dos diversos grupos dentro dos "órgãos da luta política", através dos quais os governantes podiam assegurar-se apoio político ou, pelo menos, regular as relações dos grupos uns com os outros e com o poder político. Dependia, também, e em grau elevado, de a burocracia prover a sociedade de serviços básicos e de manter uma "orientação-de-serviço" (pág. 316). Entretanto, o jogo entre as atividades e orientações dos governantes e as dos atores mais importantes tornava tal estabilidade bastante precária.

Mas quem eram os atores principais no drama dos impérios burocráticos? Temos, por um lado, os que se opunham às premissas do sistema, beneficiários que eram das situações anteriores, particularmente os grupos aristocráticos. Mas também havia os grupos beneficiários da nova situação, porém suscetíveis de desenvolverem orientação, que escapavam às premissas desta, em particular os grupos urbanos nos quais os governantes tinham de apoiar-se na luta contra os grupos aristocráticos. Lembra Eisenstadt, igualmente, os estratos mais vastos, passivos social e politicamente, que "podiam beneficiar-se mesmo indiretamente do enfraquecimento das forças aristocráticas e do estabelecimento de ordem e paz por parte dos governantes" (pág. 15). Finalmente, há que lembrar o próprio pessoal dos órgãos administrativos, promovidos pelos governantes na implementação de suas metas, cuja orientação entretanto estava longe de sempre coincidir com a dos governantes.

Contradição importante vinha de que os governantes dos grandes impérios burocráticos eram ainda legitimados por princípios religiosos tradicionais, o que punha obstáculos ao desenvolvimento de critérios racionais legais necessários à expansão dos diversos setores dentro da esfera política e também na sociedade abrangente. "Limitava-se a mútua identificação possível entre os governantes e as camadas mais baixas da população e a possibilidade de que pudessem os governantes apelar para tais camadas..." (pág. 150). Note-se, de passagem, que tal fato tornava os governantes mais dependentes dos grupos tradicionais, os quais, por outro lado, precisavam ser coartados para que o Poder Central se afirmasse.

A burocracia, como ator, merece devida análise no livro. A natureza de sua orientação política e padrões de atividade era afetada por sua posição social, esta, por seu turno, sendo afetada pela extensão da diferenciação social, pelas metas maiores dos governantes, pela força relativa dos estratos sociais maiores no confronto de uns com os outros e com os governantes e, finalmente, pela compatibilidade entre as metas dos governantes e as orientações desses estratos. Tais fatores não eram imutáveis, pois eram realimentados pelo resultado da própria luta política.

O ponto crucial é que as orientações políticas da burocracia influenciavam as várias facetas de suas atividades, em particular a relativa importância de atividades técnicas, por um lado, e reguladoras, por outro. Essa importância relativa era também influenciada, em grande parte, pela abrangência dos "mecanismos reguladores autônomos" elaborados pelos diversos grupos. Na Inglaterra, por exemplo, "a aristocracia, a pequena

nobreza (*gentry*) e os grupos urbanos desenvolveram gradualmente seus próprios sistemas de *status* e valores. Lá, a burocracia e a elite governante normalmente não regulavam a hierarquia existente, mas antes a mantinham e impunham... Na França, ao contrário, "muitos dos grupos mais importantes (exceto a "noblesse d'épée") desenvolveram poucos critérios autônomos de *status*. As autoridades centrais francesas... não apenas acatavam as distinções de *status* existentes, mas criavam novos símbolos e grupos de *status*" (pág. 295).

A burocracia era tanto um grupo funcional, desempenhando funções relativamente específicas, como também grupo intimamente ligado às bases do poder, portanto capaz de monopolizar posições de mando e transformar-se em estrato social independente que podia impedir a própria continuidade desses sistemas políticos.

A discussão da contradição acima apontada leva-nos ao importante problema, não discutido explicitamente por Eisenstadt, das relações entre estruturas burocráticas e desenvolvimento. A hipótese seria a seguinte: as sociedades organizadas em bases feudais teriam favorecido desenvolvimentos posteriores, tanto no plano político como no econômico, ao passo que as sociedades centralizadoras e burocráticas mostraram-se, em geral, infensas a tais desenvolvimentos. É hipótese bastante freqüente na literatura. Um importante proponente dela foi Tocqueville, que encarava o regime feudal sob o ângulo de suas funções positivas, particularmente na proteção da liberdade pelos privilégios feudais. Mais recentemente, nos anos 30, o problema foi retomado por Hintze, e vários outros autores o seguiram. Fred Riggs, por exemplo, associa baixo desenvolvimento econômico, especialmente o de

caráter "local", com a existência de sociedades agrárias densamente povoadas e organizadas em impérios burocráticos. Barrington Moore vê a organização feudal como favorecendo os ulteriores progressos no sentido da democracia parlamentar, apesar de não negar que, a seu tempo, as monarquias absolutas foram positivas em conter a "turbulência da nobreza" (*The social origins of dictatorship and democracy*, pág. 417). Aliás, nesse caso, Moore antes insiste no equilíbrio dos dois princípios, o feudal e o central-burocrático, do que na pura e simples prevalência histórica daquele. Atribui, também, à segmentação da sociedade — segmentação da qual o feudalismo se aproxima mais do que a centralização burocrática — a sua relativa imunidade às revoluções camponesas (op. cit., pág. 459). Huntington, por sua vez, sustenta haver maior adaptabilidade das estruturas feudais à modernização política não-violenta e à ampliação da participação política (*Political Order in Changing Societies*, pág. 176).

Tal hipótese não deixa de ter alguns aspectos teoricamente incômodos, pois, em perspectiva evolucionista, não resta dúvida de que a institucionalização dos impérios burocráticos representou grande inovação política. Foram, em seu tempo, o que de mais adiantado existiu, em contraposição à dispersão feudal, forma regressiva, ossificadora de privilégios sociais, marcada pelo estancamento econômico e pela pequena integração geográfica. Na verdade, essa hipótese (ou hipóteses) necessita de maiores especificações e de prova mais sistemática. Cada tipo de variável dependente — vulnerabilidade às rebeliões camponesas, facilitação do desenvolvimento capitalista, abertura à participação política, contrapêso do Poder Central pela re-

presentação parlamentar dos grupos etc. — pode ser pensado em aspectos diversos englobados nos conceitos nem sempre claramente definidos de "feudalismo" e "império burocrático". Há "feudalismo" e "feudalismo", "império burocrático" e "império burocrático". Certos aspectos enfatizados para a relação "feudalismo-democracia parlamentar", por exemplo, podem ser peculiares ao feudalismo inglês, mas ter faltado ao francês ou japonês. Tampouco é claro, nos textos mais recentes mencionados, se a hipótese é formulada em termos de condições necessárias, ou suficientes, ou ambas, e isso é importante na avaliação da evidência existente.

A análise de Eisenstadt deixa claro de qualquer maneira, porque a organização política burocrática poderia prejudicar a evolução econômica das sociedades. Nos impérios burocráticos — pense-se nos casos mais familiares de Espanha e Portugal —, os governantes necessitavam de recursos para implementar suas metas, de modo que não mais dependessem dos grupos territoriais tradicionais. Entretanto, na implementação dessas metas, tendiam a exaurir as fontes provedoras de recursos. Por exemplo, o expansionismo militar levou-os a recorrer a extremo fiscalismo, que não raro sufocou a economia. Outro problema era a desconfiança com relação às tendências autônomas mostradas pelos grupos mais dinâmicos, produtores de recursos, que eram em geral minorias étnicas. Tal suspeita partia, em geral, segundo Eisenstadt, do aspecto tradicional dos valores das elites governantes, e do forte desejo de reter o poder e de mobilizar os recursos à plena discrição (pág. 154). Note-se de passagem, nesses casos, que a explicação é remetida ao plano das "metas" e "valores", e que, em geral, no

esforço de demonstrar a legalidade própria da esfera política e a sua não-subordinação necessária às demais esferas, é esse o recurso explicativo utilizado pelo autor.

Ao cabo dessa visão sumária das contradições existentes dentro dos impérios burocráticos, chega a admirar como muitos deles puderam durar por tanto tempo. Em alguns, a mudança tendia a ser do tipo "acomodável", como resultado da combinação de ambiente geopolítico favorável e de fatores internos, tais como a fraqueza dos grupos aristocráticos e a força dos *literati* no caso chinês. Mas alguns desses sistemas regrediram a situação menos diferenciada, e outros tiveram êxito em evoluir para a situação não-tradicional relativamente estável. Nesse último caso, tratava-se de impérios já altamente diferenciados, em que houve mudanças nas referências básicas da atividade política, passando esta a orientar-se no sentido de maior diferenciação do sistema político e exigindo um padrão de decisões políticas basicamente diferente do que prevalecia até então. Nos sistemas menos diferenciados, em geral tendeu a prevalecer a contradição lembrada, entre as políticas imperiais e a contínua produção de recursos. Já nos mais diferenciados, a maior complexidade econômica e social, juntamente com as orientações e ideologias universalistas, contrapunham-se com maior força as orientações dos governantes, o que abalou as premissas do sistema e levou a mudanças mais ou menos profundas. Somente na Inglaterra foi preservado o arcabouço institucional e político básico, devido a combinação única de fatores.

Quer-nos parecer que o argumento de Eisenstadt é bastante bem elaborado na análise das contradições internas dos sistemas imperiais, mas na

última parte, quando mostra a evolução desses sistemas, torna-se demasiado esquemático, deixando implícita toda uma hipótese de *desenvolvimento sincrônico* que transparece por exemplo nas explicações *ad hoc* arroladas para o caso inglês (pág. 358).

Não empreendemos, na presente nota, trabalho crítico mais rigoroso, que exigiria reduzir a teoria do autor, aos conceitos e proposições básicos, estudar-lhes o encadeamento e coerência lógica, e o grau de comprovação apresentado. Da leitura atenta do livro ficou-nos a impressão de hipóteses expressas em linguagem vaga, conceitos nem sempre muito precisos, exigindo busca em outros trabalhos do autor para clarificar-lhes o sentido. Nem sempre vemos muito clara a distinção entre as grandes variáveis utilizadas na análise. Ou seja, ainda que se aceite o que rotulamos de "voluntarismo" do autor na explicação da dinâmica histórica, que o leva a distinguir, por exemplo, as metas políticas autônomas dos governantes da diferenciação social (as duas como variáveis *independentes*), e ambas das variáveis *dependentes* englobadas na idéia de institucionalização dos impérios burocráticos (centralização política, tipo de atividades e grau de autonomia da burocracia, grau de diferenciação dos órgãos de luta política em relação às estruturas tradicionais, grau de institucionalização dos poderes desses órgãos etc.), ainda assim não temos muita convicção de que não haja fortes contaminações não só nos conceitos teóricos, mas nos conceitos operacionais utilizados. Por exemplo, consultando os apêndices ao final do livro, vemos que, na operacionalização de diferenciação estrutural, recorre o autor, entre outros, a indicadores políticos — a existência de atividades, papéis, organizações, mecanismos, va-

lôres e normas, e elites políticas (o autor é avaro de explicações, mas entendemos que, se o indicador estava presente, atribua-se um valor, e se ausente, zero, adicionando-se os pontos para obter uma contagem global). Depois, na operacionalização das variáveis dependentes, recorre obviamente a indicadores políticos — por exemplo, grande diferenciação de papéis políticos, grau de diferenciação dos grupos governantes com relação a grupos ecológicos ou "adscritos" etc. Ainda que seja legítimo dar ênfase a aspectos diferentes em cada caso, permanece de pé o problema da evidente contaminação das medidas umas pelas outras.

Há, no livro, notório desequilíbrio entre a parte empírica e a teórica. A parte empírica é jogada, meio desmazeladamente, para o volumoso apêndice no final do livro. Dá-se uma lista pormenorizada das categorias e subcategorias dentro de cada conceito, mas sobre a forma de codificação e agregação nos índices maiores quase tudo é deixado à perspicácia e imaginação do leitor. É verdade que o autor apresenta, pelo menos, contagens globais para as categorias mais amplas em extensa matriz de dados, o que, inclusive, pode permitir reanálise do material. Procedeu, depois, já com as categorias agregadas em categorias de nível mais alto, a tabulações cruzadas entre elas. Nenhuma medida sumariadora é, contudo, oferecida, nem ao menos diferenças percentuais. Note-se que não fazemos tal crítica por mero ritualismo metodológico. É que, se o autor está buscando evidência sistemática, a parte substantiva exige um comprometimento mais sério com as regras do jogo explicativo. Há muitas indagações interessantes que deveriam ter sido respondidas com análise mais cuidadosa do material. Qual é, por

exemplo, a inter-relação entre as condições internas e externas? Como se relacionam as diferentes variáveis dependentes umas com as outras? Formam, de fato, um "cluster" que possamos rotular "institucionalização do império burocrático"? Seria, também, fascinante, detendo-se na análise das medidas de diferenciação da estrutura social, inspecionar o padrão através do qual se articulam. Se os indicadores seguem um modelo Guttman, por exemplo, teríamos uma descoberta importante para o estudo da dinâmica social. No texto, vez por outra, é feita referência às tabelas finais. Tem-se, porém, a impressão de que a análise seria a mesma, ou seja, qualitativa, exemplificativa, não existissem tais tabelas, senão apenas a grande erudição do autor.

Eisenstadt apóia-se demasiado no esquema de luta política entre classes sociais e grupos de interesse. Em se tratando de sociedades pré-industriais, perguntamo-nos se não seria mais produtivo olhar, também, para as vinculações do tipo "patrão-cliente", que dividem a sociedade verticalmente, em lugar de horizontalmente, como o faz o esquema classista.

Tal esquema analítico é provavelmente responsável por outra deficiência. Se o tema são os impérios burocráticos *centralizados*, é conspícua a ausência de discussão dos problemas envolvidos nas relações entre o centro e a periferia. Quem se identificava com o centro, quem com a periferia? Como eram resolvidos os problemas de identidades com os marcos menores que o imperial? Quais as estratégias que tornavam possíveis agregar grupos e regiões díspares no mesmo arcabouço?

Que papel tinham os "intermediários" entre o "centro" e a "periferia", de que poder dispunham, de onde provinha tal poder — da força do centro ou do enraizamento na localidade? Que impérios foram mais bem sucedidos em amalgamar as diferentes partes, quais mais vulneráveis a irridentismos? Que diferenças básicas, nesse caso, apresentam os impérios pré-nacionais com relação aos que se armaram em estados-nacionais?

Apesar dessas críticas, e deixando de lado os comentários sobre o terrível estilo inglês do autor, comparável ao de Gurvitch em francês, e sobre a organização do livro, muitas vezes mais parecido a esquema apressado de aula do que a um texto acabado, não podemos esconder nossa admiração pelo trabalho de Eisenstadt. Quão longe estamos dos esqueminhas familiares do tipo "moderno-tradicional", "western-non-western political systems", tão comuns na literatura de desenvolvimento político. Todo esse vasto livro é apenas sobre um dos tipos de sociedade tradicional — a burocrática imperial. Ao lado dela, ou muitas vezes precedendo-a ou sucedendo-a no tempo, houve as sociedades patrimoniais, as duas nômade-sedentárias, as feudais, as cidades-estado. Isso já impõe cautela quando se fala de sociedade e política tradicionais.

A nosso ver, o maior mérito do livro está em retomar, com ousadia e grau elevado de realização, a tradição weberiana. Não se pode falar de desenvolvimento político desprezando a experiência histórica universal. O trabalho comentado constitui argumento decisivo nesse sentido.

Antônio Octávio Cintra

Boris Fausto

São Paulo: Editora Brasiliense, 1970

O livro de Boris Fausto representa importante contribuição no que se refere à revisão crítica dos modelos explicativos implícitos nas análises mais correntes acerca do significado da Revolução de 1930.

Inicialmente, o autor questiona a interpretação do movimento de trinta em termos da ascensão ao poder da burguesia industrial. Neste sentido, reexamina a caracterização da sociedade brasileira a partir da dicotomia latifúndio-burguesia, pressuposto básico deste tipo de interpretação. Procedendo à análise da indústria brasileira na década de vinte, o autor ressalta a existência de uma complementaridade básica entre interesses agrários e industriais, dada a dependência da atividade industrial em relação ao setor agro-exportador. Salienta ainda o predomínio do setor de bens de consumo não duráveis, representando cerca de 76% da produção industrial, bem como o predomínio da pequena empresa, constituindo o setor que poderia ser definido como burguesia industrial (uma faixa numericamente restrita, embora significativa do ponto de vista político). Entretanto, pelas características de seu processo de formação, este setor não oferece um programa industrialista, capaz de fornecer as bases de uma reorientação da política econômica.

A partir destas observações iniciais, o autor discute os fundamentos das conexões entre burguesia industrial e revolução de trinta. Até que ponto a análise do quadro social imediatamente anterior ao movimento de trinta per-

mite sustentar a hipótese da intervenção direta da burguesia industrial no processo que conduziu à vitória da revolução? Em que medida existem evidências para identificar o Estado, no período pós-revolucionário, como representante desta classe? A estas indagações o autor procura responder, através de sugestiva análise da dinâmica das forças sociais e políticas envolvidas nos principais acontecimentos que marcaram a evolução do movimento. Quanto ao primeiro ponto, ressalta, através do exame de dados extraídos da documentação jornalística da época, a adesão dos setores industriais de S. Paulo e do Rio, principais centros industriais do país, à candidatura Júlio Prestes, bem como o apoio posterior da burguesia industrial paulista à revolta de 1932, movimento de oposição ao governo nascido da revolução de trinta. Analisa a seguir a composição do Partido Democrático de S. Paulo, criado em 1926, que se constituiria em adversário do governo Washington Luís, apoiando posteriormente a Aliança Liberal, embora sem participar diretamente das articulações revolucionárias. Este partido não só não contaria entre seus adeptos com os setores industriais como, em seu programa, manifestaria claramente uma tendência antiindustrialista. Por sua atuação, o Partido Democrático caracterizou-se pela defesa dos interesses da oligarquia tradicional, em oposição à hegemonia da burguesia cafeeira, podendo, assim, ser interpretada antes como representante da oligarquia dissidente do que como porta-voz da classe empresarial emergente. Outro dado sugerido pelo autor refere-se ao programa da Aliança Liberal, em que a meta da industrialização não está presente, a não ser sob a forma de alusões eventuais, como, por exemplo, a necessidade de resolver o problema si-

derúrgico. Finalmente, em sua primeira fase, o governo posterior a trinta caracterizou-se pelo atendimento dos interesses das diversas frações das classes dominantes e não por uma ação efetiva do Estado visando à industrialização, como parte de um plano integrado de desenvolvimento industrial. Desta forma, conclui, a Revolução de 1930, "seja sob a forma direta de intervenção da fração de classe no processo revolucionário, seja sob a forma de uma revolução do alto, promovida pelo Estado", não representou o ascenso ao poder da burguesia industrial.

Num segundo momento, o autor passa a analisar um segundo tipo de interpretação, que define a Revolução de 1930 como "revolução das classes médias". Esta posição, apesar da especificidade da orientação de cada um dos autores que a sustentam, supõe a identificação entre tenentismo e classe média, atribuindo às Forças Armadas o papel de representante dos interesses desta classe. Dentro desta perspectiva, o fator explicativo seria a categoria classe média, sendo o movimento tenentista a expressão política de suas reivindicações. A estas formulações, o autor contrapõe o argumento de que na década de vinte o tenentismo, representando a mais importante fonte de contestação ao predomínio da burguesia cafeeira, revela traços específicos, que não podem ser reduzidos simplesmente ao protesto das classes médias. Não obstante a origem pequeno-burguesa de grande parte de seus membros, o movimento tenentista adquire certa especificidade, que decorre, a um tempo, da posição intermediária da categoria na hierarquia das Forças Armadas e de seu enquadramento no Exército, agente de ressocialização, que guarda certa autonomia com relação ao conjunto da sociedade.

Por outro lado, se é negável a im-

portância da adesão dos setores médios à frente antioligárquica que sustentou o movimento revolucionário, é necessário precisar o sentido e o alcance desta participação, antes de se chegar a uma conclusão definitiva. Teriam as classes médias, neste momento, grau de autonomia suficiente para assumir um papel de liderança?

Esclarecendo as limitações da documentação disponível, que restringem a análise a uma discussão genérica e à conceituação de classe média em termos de um conjunto relativamente homogêneo, o autor retoma a argumentação de Francisco Weffort, segundo a qual pode-se caracterizar o comportamento da pequena burguesia brasileira nesta época por um reduzido grau de autonomia em relação ao núcleo agro-exportador. A dependência social e política desta categoria social se explicaria por seu processo de formação e consolidação, relacionado ao desempenho de atividades em áreas subordinadas de uma estrutura social e econômica, cuja pauta é dada pela grande propriedade. Refletindo sua condição de força subordinada, seu universo ideológico favorece um inconformismo que se adapta às cisões da classe dominante.

Concluindo a crítica às explicações do movimento de trinta, em termos de ascensão da burguesia industrial ao poder, ou revolução das classes médias, o autor ressalta, entre os traços essenciais da Revolução de 30, o caráter limitado das mudanças que então se processam. Tais mudanças não resultariam em "alteração das relações de produção, na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe, na instância política". Em última análise, observa, o movimento de trinta ganha amplitude a partir da formação de uma frente de oposição, englobando, além do setor

militar, grupos oligárquicos dissidentes. Sua base de sustentação está representada pelo apoio não só do conjunto das forças sociais das regiões em dissidência como também das classes médias dos grandes centros urbanos. O setor operário intervém de forma difusa, através de manifestações isoladas e parciais de adesão ao movimento revolucionário.

Destruídas as bases da hegemonia da burguesia cafeeira, a incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder, em caráter exclusivo, conduziria ao Estado de compromisso, que caracteriza o período pós-revolucionário. Em tais condições, o novo governo expressa uma política de transação entre as classes dominantes, oscilando ao longo das várias posições possíveis, dentro dos limites impostos pelos interesses representados na estrutura de poder.

Eli Diniz Cerqueira

PROCESSOS E IMPLICAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO

Organizadores: L. A. Costa Pinto e W. Bazzanella

Rio: Zahar Editôres, 1969

Este livro constitui-se numa compilação de diversos estudos que complementa o primeiro volume já publicado sob o título "Teoria do Desenvolvimento". A antologia se divide em duas partes: uma que trata dos "processos de desenvolvimento" (constituída de quatro estudos) e outra que trata das "implicações do desenvolvimento" (constituída de seis estudos). Muitas questões poderiam ser levantadas, mas o espaço disponível e a heterogeneidade dos assuntos tratados obrigam-nos a um sumário e a uma apreciação bas-

tante breves dos diferentes trabalhos compilados na obra.

Na primeira parte da antologia consideram-se, dentro de um escopo seletivo (que é indicado no preâmbulo), "alguns níveis e esferas definidos no processo de desenvolvimento: comunidade rural, relações industriais, psicologia coletiva e instituições políticas".

O Prof. A. K. Datta, num estudo que se refere a uma palestra pronunciada pelo autor em 1956, em Amsterdã, discute brevemente o que ele chama de "revolução pacífica", ocorrida nas comunidades rurais da Índia em consequência do desenvolvimento, considerando separadamente as transformações espontâneas e as inovações provocadas por meio de um plano intensivo de desenvolvimento comunitário, iniciado em 1952 pelo Governo Central da Índia, que só conseguiu realizar esse trabalho numa quarta parte da nação indiana.

O estudo que se segue, de autoria do Prof. Wilbert Moore, data de 1952. Consiste na análise rápida dos problemas referentes ao recrutamento de mão-de-obra para os empreendimentos econômicos industriais, a partir de alguns dados obtidos por uma investigação local de caráter antropológico numa região mexicana onde fábricas têxteis modernas se localizavam nas vizinhanças de aldeias índias. Compara de modo breve as características semelhantes e divergentes de duas dessas aldeias e infere que é a pressão da pobreza, e não o grau de aproximação dos sistemas urbanos de vida em geral, o responsável pela diferença notável dos resultados. Sugere que o que foi conseguido com essa investigação mostra a pouca possibilidade de previsão que têm os enfoques teóricos que envolvem progressões unilineares, como é o caso da de Robert Redfield em

"The Folk Culture of Yucatan". Em virtude da análise bastante simplificada que o autor faz do problema, torna-se impossível estendermos mais nossos comentários a respeito, embora reconheça-se que o mesmo é bastante relevante não só aos que se dedicam às pesquisas antropológicas mas também a todos cientistas sociais que se detêm na investigação de problemas de desenvolvimento, onde os esquemas teóricos unilineares que postulam o "continuum folk-urbano" têm apresentado um uso bastante significativo.

George Balandier, que se segue, analisa, em parte de seu estudo publicado em 1957, o impacto do processo de desenvolvimento sobre a mentalidade e o comportamento do homem africano, especialmente de suas elites, discutindo rapidamente as ambigüidades e inquietações que resultam da marcha do progresso acompanhado de reestruturação de sociedades que, até então, se continham em reduzidos limites que lhes eram próprios. Segundo o autor, como a autonomia política e o fim da condição de colônia não significaram automaticamente a finalização do passado tribal, a coexistência desses dois mundos se reproduz no interior da própria personalidade do homem africano.

Torcuato Di Tella, encerrando essa primeira parte da antologia, apresenta um estudo (de 1962) em que está preocupado fundamentalmente com os processos que antecedem e que precedem o momento de "take-off", pretendendo enfatizar os fatores sociais que estão implicados nesse período de transição econômica. Pondera que a explicação econômica da eclosão de revolução industrial européia, embora seja importante, não esclarece adequadamente por que foram os "países marginais" como Inglaterra e Holanda, que eram rivais secundários dos principais

centros de poder (Itália e Espanha), os que mais avançaram na revolução industrial. Diz o autor que a explicação weberiana, embora já muito criticada e discutida, deve ser levada em conta, pois levanta o problema da funcionalidade que uma ideologia de tipo ascético, puritano e fanatizante tem no processo de crescimento econômico. Di Tella propõe um modelo teórico que não atribua aos fatores ideológicos um papel independente, mas que por outro lado não privilegie os fatores sócio-econômicos como condicionantes de mudança social. Desta forma tenta combinar num único modelo os fatores sócio-econômicos que seriam "causas diretas" do desenvolvimento industrial e os fatores sócio-econômicos que condicionariam a formação de ideologias de incentivo à mudança social, de tipo diverso dos primeiros.

Seguindo a linha metodológica de Hagen faz uma comparação entre a China e o Japão, concluindo que a "maior flexibilidade" da sociedade clássica chinesa atuou em detrimento de seu processo de industrialização, enquanto que a "rigidez" da sociedade japonesa propiciou o aumento de tensões num certo estrato social — os comerciantes —, o que originou uma dimensão da mudança e a ascensão de um novo grupo dominante no processo de controle da evolução da sociedade.

Um problema que se nos coloca é até que ponto essa possibilidade de ascensão não se referiria ao nível ideológico?

O autor prossegue sumariando os postulados de Hagen sobre as condições que garantem a verificação do processo de mudança no setor industrial. São elas: existência de um grupo subordinado social ou economicamente, com um alto nível de aspiração em virtude de sua tradição, ou de sua elevada situação econômica ou de seu

alto nível de educação; impossibilidade de supressão da situação de subordinação por vias tradicionais de ascensão e possibilidade de um aumento de poder através da atuação econômica. Denomina essas proposições de “teorias dos grupos subordinados de alto nível de aspirações”.

Passa, então, a analisar a mudança social na Rússia e na China a partir desse esquema e entra logo após na consideração da situação latino-americana, em particular a Argentina, que, segundo o autor, tem uma importância histórica para comprovação da “teoria dos grupos subordinados”. Distingue então 2 tipos de países: 1º) “países tipo Argentina” (incluindo Uruguai, em grau inferior o Chile, e certas regiões do Brasil), onde a classe média é mais numerosa (30% do total), ocorrendo uma alta mobilidade social dessa classe que tende a solidarizar-se com os setores da burguesia. A linha divisória principal de tensão passa entre a classe média e a operária; 2º) “países tipo Peru ou Bolívia” (incluindo México, Venezuela), onde a pirâmide social é mais estreita e a classe média se constitui em 15% da população. A linha divisória de antagonismos sociais se dá entre a “alta burguesia” e o conjunto das classes médias, operárias e camponesas. A mobilidade social entre os estratos é muito menor, e isso explica em parte a radicalização da classe média ou de apreciáveis setores dela.

Reconhece que a situação assim descrita não configura a dinâmica que está implícita na “teoria dos grupos subordinados de alto nível de aspirações”. Considera, então, que nos “países tipo Peru ou Bolívia” a ausência do mecanismo de tipo universitário ou pré-profissional, descrito para o caso russo, provoca a impossibilidade da classe média criar uma dinâmica suficiente

de mudanças, pois seu nível de aspirações não é tão alto quanto necessário para se gerarem tensões.

Depois dessa análise rápida dos países do 2º tipo, demora-se mais em considerar o caso da Argentina. Analisa bem sumariamente a formação de um novo grupo industrial argentino (que é em grande parte favorecido pela política protecionista fomentada durante a Segunda Guerra Mundial), caracterizando-o como um típico “grupo subordinado de alto nível de aspirações”. Coloca o peronismo como fenômeno central do período de “arranque”, admitindo que, apesar de não se haver dado o suficiente impulso para a industrialização sem o auxílio estrangeiro, a mudança na distribuição do poder social é possivelmente o mais importante fenômeno ocorrido na Argentina desses últimos vinte anos. Porém diz que esta mudança ocorreu de “forma muito pouco consciente por parte do grupo que ascende ao poder”. E também que esse grupo, apesar de suas características de “subordinado”, em face de sua “inatividade”, chega ao poder indiretamente. Não fica claro em sua análise se realmente o empresariado industrial tomou ou não o poder, como também não explicita como tenha se dado o estancamento econômico a partir de 1954. Parece estar bastante preocupado em provar que “a Argentina já não é um caso de país subdesenvolvido”; desta forma tornam-se relativamente ambíguos os argumentos que utiliza para assegurar que ocorreram os fenômenos econômicos e políticos do “arranque” e que se estabeleceu uma importante estrutura industrial no país voltada para o desenvolvimento auto-sustentado.

Na segunda parte da antologia, de acordo com o que é indicado no preâmbulo, “estudam-se as relações entre o desenvolvimento econômico e mudan-

ças antecedentes, concomitantes ou conseqüentes, que se operam em diferentes setores da estrutura social”.

O Prof. Hermes Lima, num trabalho publicado em 1955, interpreta de modo breve o surto do nacionalismo no Brasil a partir da Revolução de 1930, dizendo que faltou à política nacionalista brasileira uma caracterização ideológica que a identificasse com os objetivos fundamentais de superação de problemas de subdesenvolvimento, como a reforma agrária e a industrialização. Ressalta a importância da liderança do Estado na formulação de uma política de desenvolvimento, atribuindo-lhe características que fazem parte da ideologia desenvolvimentista que dominou a década de 1950.

Segue-se o estudo do Prof. Graciana (publicado em 1966) que procura discutir as implicações políticas do desenvolvimento. O ponto que particularmente interessa ao autor é o da “tipicidade de orientação dos sistemas políticos, suas conseqüências sobre o desenvolvimento econômico e seus reflexos no equilíbrio do próprio sistema político”. Parte da análise de Silvert para concluir que nos países latino-americanos a conexão entre a economia e o sistema político assume aspectos diversos dos encontrados nos moldes clássicos de desenvolvimento. Não é a economia que de forma autônoma conduz às mudanças no sistema político, mas, pelo contrário, é exatamente este último que impulsiona o desenvolvimento econômico. Com base neste argumento, o autor faz uma adaptação da tipologia de Apter (que se refere à relação sistema político-desenvolvimento), no sentido de torná-la compatível com o problema que o preocupa: a estabilidade dos sistemas políticos em desenvolvimento. Estabelece, então, duas orientações típicas: 1ª) sistema de mobilização — onde a prin-

cipal finalidade é o processo de desenvolvimento econômico e onde se tem, portanto, “alto desenvolvimento e baixo custo de manutenção do sistema” (seria o caso de Cuba); 2ª) sistema de conciliação — onde a principal finalidade não é o desenvolvimento, mas a definição de um *status quo* através da estabilidade de autoridade relativamente débil, apoiada por um conjunto de grupos de interesse antagônicos, reunidos através de acordos circunstanciais e transitórios; tem-se em resumo: “pouco desenvolvimento e alto custo do sistema”. A maioria dos países latino-americanos coincide em suas características com esta orientação, pois, segundo o autor, parece difícil imaginar-se um outro caso como o de Cuba. Acrescenta que essa modalidade de política de compromissos é bem diferente daquela que se verifica nas sociedades industrializadas e desenvolvidas: nestas, conciliação e desenvolvimento são compatíveis porque é grande o nível de desenvolvimento já alcançado; em condições de subdesenvolvimento, a conciliação equivale a estancamento, significa desigualdade e atraso.

Detém-se mais em analisar essa política de compromisso onde o nível de desenvolvimento é baixo, alinhando os seguintes fatores que caracterizariam essa situação: 1º) posição estrutural débil dos grupos modernizantes, que só podem ascender mediante o compromisso e na medida em que renunciarem em grande parte a seus propósitos de transformação; 2º) debilidade do impulso das forças econômicas espontâneas, que sofrem interferências que só podem ser evitadas mediante a promoção política de um plano de desenvolvimento; 3º) grau duplo de subordinação no tocante às relações externas: tanto no que se refere às inversões estrangeiras como impulso dinâ-

mico da economia como à necessidade da intervenção externa para manter a instabilidade interna numa situação de conflito controlado.

A fim de avaliar as possibilidades dos diferentes tipos dos sistemas políticos se adaptarem, gradativamente, ou não, às situações concretas do desenvolvimento, o autor apresenta um esquema bastante significativo de três variáveis que ele subcategoriza em detalhes: ritmo do desenvolvimento, grau de desenvolvimento e capacidade do sistema político. Finalmente, apresenta a diversidade dos problemas centrais com que se defrontam os sistemas políticos voltados para o desenvolvimento e os voltados para o compromisso, tentando formular as possíveis condições de ruptura da estabilidade desses sistemas. No sistema voltado para o compromisso os problemas cruciais são: primeiro, o da estabilidade política e do seu custo para o desenvolvimento; e, segundo, o da integração da sociedade marginal, uma vez iniciado o processo de mobilização. A ruptura do sistema tenderá a ser, então, uma resultante da intensidade do desequilíbrio entre a política de compromisso e a integração da sociedade marginal. Em suma, podemos dizer que o trabalho do autor parece-nos bem montado, havendo uma seqüência lógica de conceitos e argumentos na elaboração do tema tratado. Em vista disso, achamos que, dada a sua profundidade, ele nos convoca mais à reflexão de problemas que podem ser levantados a partir de sua análise do que à crítica exaustiva do caráter explicativo do trabalho.

A seguir é transcrito um estudo clássico do Bureau Internacional do Trabalho (de 1955) sobre alterações na distribuição ecológica da população em países da América Latina, abordando-se em particular as migrações indígenas. Desenvolve-se dentro de uma pers-

pectiva descritiva, compilando-se alguns dados empíricos e registrando-se tipos de legislação realizados pelos diferentes países acerca do problema das migrações internas.

O Prof. Clarence Senior, que se segue, num trabalho de 1958, está preocupado com as implicações “democráticas” da reforma agrária, abordando rapidamente as posições de organismos internacionais, sociólogos, psicólogos etc., a respeito do problema tomando como ponto de referência, de modo bastante breve, o caso mexicano.

É apresentado depois um estudo de Gino Germani, que faz parte de seu conhecido livro “Política Y Sociedad en Una Época de Transición” (editado em 1963). Nêle o autor apresenta e discute uma tipologia das etapas que especificam a participação das camadas populares no processo político das sociedades latino-americanas, dentro de sua perspectiva do *continuum* evolutivo “sociedade tradicional-sociedade moderna”. As seis etapas por ele nomeadas parecem ser muito restritas e de difícil generalização para a América Latina como um todo. Inclusive o próprio autor considera que a passagem para a 4ª etapa (“democracia de participação limitada”) pode ser aplicada para o Brasil, embora “com tôdas as reservas do caso”, após o estabelecimento da República.

Bert F. Hoselitz, que encerra a antologia, trata do desenvolvimento econômico da América Latina, num trabalho realizado em 1960, onde está preocupado fundamentalmente em analisar os fatores diversos que contribuíram para delinear diferentes modelos de desenvolvimento não só na América do Norte e na do Sul como também dentro do conjunto dos próprios países latino-americanos. Esses fatores, segundo o autor, encontram-se na estrutura social e na supremacia de

determinados valores e aspirações das classes economicamente estratégicas; é assim que distingue a “classe alta de aristocratas proprietários de terra” dos “agricultores independentes” dos Estados Unidos, no período colonial, endossando o trabalho de Viana Moog (“Bandeirantes e Pioneiros”). Mas quando passa a considerar a atuação das “classes médias” a partir dos princípios deste século, não fica clara em sua análise a explicação dos diferentes modelos de desenvolvimento tomados por Chile, Argentina, Brasil e México, países por ele abordados.

Grande parte desta resenha mostra a má estruturação formal da obra; não há uma exposição clara e sintética das finalidades e conteúdo do livro, como das relações existentes entre a primeira e segunda partes. Tanto autores como o leitor perdem-se num número considerável de assuntos inter-relacionados, havendo muita dificuldade em separar o que é ou não relevante em relação aos temas considerados. Acrescenta-se que grande parte dos trabalhos restringe-se a uma abordagem descritiva, sendo poucos aqueles onde está implícita a elaboração teórica do problema, embora deva reconhecer-se que nestes o leitor poderá encontrar uma convocação mais profunda à discussão, como é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Di Tella, Graciarena e Germani. Deve-se assinalar, finalmente, que muitos artigos, por outro lado, datam da década de 1950, perdendo muito no que diz respeito à consideração de problemas mais contemporâneos relacionados com o tema desenvolvimento.

Nancy Alessio

BUREAUCRATIC BEHAVIOR IN THE EXECUTIVE BRANCH:

An Analysis of Organizational Change

Louis C. Gawthrop

New York: Free Press, 1969

Este livro vem aumentar a já extensa lista de trabalhos que tratam da questão do controle da administração pública e das resistências burocráticas às pressões da mudança. O propósito do autor é, no entanto, o de superar a mera descrição de comportamentos administrativos na área do Executivo norte-americano e desenvolver “um modelo analítico que possa ser utilizado na explicação do funcionamento de sistemas burocráticos” (pág. VII). A premissa maior da organização é que os processos decisórios e de solução de conflitos são integralmente relacionados um com o outro e ambos diretamente conectados com o conceito de lealdade organizacional (VI).

A nosso ver, contudo, os seus méritos estão justamente no aspecto descritivo — ainda que nada acrescenta ao conhecimento já acumulado —, pois sua contribuição teórica para a teoria organizacional ou para as chamadas “ciências administrativas” é praticamente nula.

A ampliação da área de atividades do Estado moderno resultou na tendência para a expansão da esfera de competência, prerrogativas e responsabilidades do Executivo transformado em centro das iniciativas de formulação de políticas. Para o desempenho de suas crescentes atribuições, o Executivo “institucionalizou-se”, ou seja, em torno da autoridade do Presidente e a ela subordinado desenvolveu-se um complexo aparato administrativo. A forma pela qual evoluiu este aparelho

— adição de novas unidades às já existentes — e a necessidade incontornável de utilizar cada vez mais a técnica da delegação de autoridade resultaram na proliferação de unidades autônomas ou semi-autônomas, precariamente integradas, que na defesa de seus interesses próprios — conflitantes entre si e não raro incompatíveis com as políticas formuladas no ápice da pirâmide administrativa — criaram uma extensa rede de relações com grupos de interesse externos e sobretudo com comitês e subcomitês do Congresso. Estas relações de apoio mútuo mostraram ser um mecanismo eficiente de evasão ao controle do Executivo, principalmente porque estes grupos externos demonstraram estar mais capacitados do que, por exemplo, o Presidente, para, através de sanções negativas ou positivas — legislação favorável ou investigações senatoriais, para citar as mais evidentes —, conquistar a lealdade das unidades administrativas. Por outro lado, por estarem em condições de fornecer recursos ou prestar serviços relevantes, tanto aos membros do legislativo — informações técnicas, serviços às clientelas eleitorais etc. — quanto aos grupos de interesse, as unidades administrativas tornaram-se centros de poder com capacidade de barganha considerável.

O sucesso na formulação e implementação de políticas permanece, entretanto, na dependência do grau de controle que o Executivo possa exercer sobre os órgãos da administração e de sua capacidade para garantir sua lealdade. Este é, basicamente, o problema do qual se ocupa o autor.

Realmente, se estas condições de controle e sobretudo de lealdade não se efetuam, torna-se problemático o grau de *fidedignidade* das informações fornecidas pelas unidades administrativas e necessárias no processo decisó-

rio; os níveis médios e baixos da administração decidirão arbitrariamente que preferências subjetivas aplicarão em situações decisórias de sua competência, pois faltará um padrão estabelecido de valores, atitudes e crenças; e as tensões individuais provenientes do receio da perda de estabilidade e segurança dentro dos papéis e posições administrativas — ameaçadas, por exemplo, por investigações de comitês ou subcomitês do Congresso — tornarão os funcionários mais sensíveis às demandas e preferências dos membros do Legislativo.

Estes problemas tornam-se particularmente importantes quando a ação do Executivo se orienta menos para a solução de questões manifestas do que para a *inovação*. Atualmente o desafio que enfrentam os *decision-makers* é o de não permitirem que “morram os futuros possíveis” e dois erros são comuns: o de não levá-los em conta enquanto estão vivos e não ter consciência de sua morte quando já foram mortos pela ausência de previsões que os identificassem (pág. 261). O comportamento inovador na formulação de políticas consiste exatamente na descoberta de futuros possíveis e no desenvolvimento sistemático e racional de programas que os tomem em conta.

A inovação, porém, encontra obstáculos no comportamento de *consolidação* que caracteriza sobretudo os escalões médios e inferiores da administração e que consiste na tendência em satisfazer demandas de mudança sem a alteração das estruturas organizacionais existentes e dos valores, normas e atitudes estabelecidas. O compromisso, a negociação e a acomodação são os componentes básicos do comportamento de consolidação. O remédio contra a esclerose administrativa tem sido, normalmente, a criação de unidades novas e comprometidas com a

mudança; unidades formais de planejamento, comissões presidenciais e grupos de assessoria. Estas são medidas válidas mas de sucesso muitas vezes questionável. Novas unidades, passado o ímpeto inicial, terminam por se comprometer com a consolidação; os programas das unidades de planejamento dependem da aprovação de funcionários executivos de escalão superior nem sempre inovadores; e as comissões presidenciais e grupos de assessoria, que devem ser “politicamente neutros” e intelectualmente independentes para evitar os riscos políticos conectados com a sua utilização, não raro chegam a conclusões inteiramente diferentes daquelas desejadas pelo Presidente e seus assessores diretos (e este é outro tipo de risco que não deve ser negligenciado).

É certo que o Presidente dispõe de instrumentos de *controle direto* e pode utilizar sanções negativas — demissão de membros do Gabinete, por exemplo —, com o objetivo de superar resistências à inovação. Mas é também verdadeiro que as consequências destas medidas podem enfraquecer as bases do poder presidencial e ameaçar valores — reputação, *status*, prestígio — que devem ser protegidos a todo custo. Além disso, existem restrições estatutárias quanto à sua aplicação a certas camadas de funcionários e a determinados tipos de unidades. E os indivíduos e órgãos afetados por tais medidas podem mobilizar freqüentemente uma ampla escala de “fatores de poder” para resistir a este controle direto.

Por outro lado, as técnicas de “acôrdio manipulado” (*manipulated agreement*) e de “negociação” (*bargaining*) dependem para ser efetivas, seja do monopólio das sanções últimas para controle, seja do suporte de grupos externos para aumentar a “pressão” sobre as unidades administrativas re-

calcitrantes. São, além disso, técnicas que tendem a sancionar e reforçar a “política administrativa” sobre a qual se apóia a consolidação. Quando as técnicas da “persuasão pura” (*pure persuasion*) e de “solucionamento de problemas” (*problem solving*) tornam-se parte integral da estrutura de controle, pode-se esperar um fortalecimento dos compromissos e orientações organizacionais para com a inovação. A viabilidade da alternativa de “solucionamento de problemas” depende da aceitação do pressuposto de que a solução última para um dado problema ou conflito deve ser satisfatória para todas as partes envolvidas; a sua efetividade é máxima quando são elevados os graus de aceitação dos objetivos da organização e das subunidades, dos valores e atitudes individuais. Nestes casos o conflito normalmente deriva da carência de dados objetivos que possam ser aplicados a uma dada situação e o pressuposto é o de que um esforço comum de pesquisa leva à obtenção destes dados e, conseqüentemente, à solução do conflito.

Quando existe mais de uma solução correta e “objetiva” — e este é normalmente o caso —, a técnica mais adequada é a da persuasão pura, isto é, o esforço em convencer a outra parte do conflito que a sua solução para o problema traz menos vantagens — ou mais desvantagens — que a outra alternativa proposta. A vantagem destas duas técnicas, sobretudo quando aplicadas aos escalões inferiores, onde as operações podem ser controladas de forma objetiva, é que minimizam o papel de fatores subjetivos de preferência. A sua aplicação, entretanto, é questionável nos escalões superiores onde a interferência de variáveis não quantificáveis é muito maior. Nestes níveis as técnicas de análise objetiva — como o sistema de planejamento e

programação orçamentário (*planning-programming-budgeting-system* ou simplesmente PPBS) — estão em sua infância.

Em síntese, este é o aspecto descritivo do livro em questão. O que dizer das suas contribuições teóricas? O autor enumera as seguintes generalizações: 1. as posições mais altas na hierarquia administrativa — as de maior autoridade e responsabilidade — são as mais sensíveis aos estímulos de inovação; inversamente, o comportamento de consolidação tem mais probabilidade de se institucionalizar nos escalões inferiores; 2. os escalões inferiores e médios são recompensados pelo comportamento de consolidação e isto devido à natureza de suas responsabilidades administrativas — implementação de tarefas rotineiras; devido às dimensões e forças de inércia destes escalões pode-se dizer que o centro de gravidade de estrutura hierárquica é muito baixo e como resultado a alternativa de consolidação é muito mais fácil de ser adotada.

O autor oferece também as seguintes relações hipotéticas: 1. o comportamento de consolidação se conecta com o modelo decisório de “satisfação” (Simon); 2. o comportamento de inovação com o modelo de “otimização”; 3. as técnicas de negociação e acôrdo manipulado relacionam-se com a consolidação; 4. as técnicas de solução de problemas e de persuasão pura, com a inovação.

Escrever 267 páginas para concluir por tais proposições é, evidentemente, um excesso. Era de se esperar que o autor conseguisse mais do que a mera constatação de que as burocracias públicas são conservadoras e *self-serving*. Por outro lado, tendo em vista os progressos alcançados pela teoria organizacional graças ao abandono das orientações prescritivas, não deixa de

surpreender o tom normativo adotado pelo autor. Propor como “ideal” as técnicas de análise objetiva em nada contribui para a correção das disfuncionalidades administrativas; na verdade, dificulta a descoberta de alternativas mais viáveis. Admitidas as dificuldades de análise objetiva nos escalões superiores, onde prevalecem as preferências subjetivas, a análise teria sido mais fecunda se houvesse descoberto os processos políticos pelos quais naqueles escalões alcança-se o mínimo de consenso necessário para formulação de políticas.

Fica frustrada também a expectativa de encontrar-se neste livro algo que se assemelhe a um “modelo analítico” como prometia o autor. As comparações entre administração pública e de empresas privadas ao longo de certas dimensões são extremamente singelas para serem tomadas como “análise” comparada. E, a julgar pela bibliografia utilizada, o autor infelizmente dispensou a consulta de trabalhos fundamentais para o sucesso de sua empresa. Evidentemente, estas deficiências aparecem quando se compara o livro com o padrão médio dos trabalhos publicados sobre o assunto nos Estados Unidos. A sua leitura é relevante em qualquer país onde a literatura especializada padece da obsessão pela “engenharia organizacional” e em que o organograma é a chave mágica das reformas administrativas. Nestes contextos, a leitura deste livro poderá sugerir aos técnicos que as disfuncionalidades administrativas são o correlato das disfuncionalidades políticas; e que o conservantismo burocrático é a extensão lógica da carência de espírito inovador dos que a dirigem. O desejo de mudar ainda é, ao contrário da proliferação dos técnicos, o requisito fundamental da mudança.

Edmundo Campos

Notícias do IUPERJ

I. Banco de Dados Latino-Americanos

O Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro adquiriu a primeira parte do Banco de Dados Latino-Americanos, da International Data Library and Reference Services, do Survey Research Center da Universidade da Califórnia em Berkeley. O Banco compõe-se de 33 estudos de “survey” e dados agregados, realizados em dez países da América Latina. Cada estudo compreende um conjunto de cartões, um livro de código detalhado (inclusive o questionário) e demais informações sobre seleção da amostra, treinamento de entrevistadores etc.

Esta coleção de estudos será utilizada para análises secundárias de dados, com vistas à elaboração de trabalhos individuais e/ou de curso, e teses de Mestrado. Os dados estão, pois, à disposição de qualquer membro do Instituto e demais cientistas sociais interessados; o seu uso está condicionado à autorização do Diretor de Pesquisas do IUPERJ e, quando se fizer necessário, do diretor do estudo em questão. Os livros de código podem ser consultados livremente; os dados ainda se encontram em fitas, devendo ser transferidos para cartões em futuro próximo.

O Banco de Dados Latino-Americanos inclui os estudos seguintes, listados por autor, título, país e data de realização:

Institute for International Social Research: *Attitudes of Cubans* (1960).

Joseph Kahl: *Career Values in Mexico* (1963)

Seymour Martin Lipset: *University Students — Vocational and Political Orientations* (México, 1964).

Seymour Martin Lipset: *University Students — Vocational and Political Orientations* (Panamá, 1964).

Seymour Martin Lipset: *University Students — Vocational and Political Orientations* (Pôrto Rico, 1964).

Kurt Black: *Family and Population Control* (Pôrto Rico, 1953).

David Nasatir: *Role of University in Development of Political Consensus* (Argentina, 1963).

Gino Germani: *Stratification and Mobility in Four Latin American Cities* (Argentina, 1960).

Torcuato Di Tella: *Theory of the First Impact of Economic Development* (Argentina, 1965).

- Jose Miguens: *Voting Opinions* (Argentina, 1965).
 Jose Miguens: *Voting Opinions* (Argentina, 1963).
 Universidad Nacional del Litoral: *Political Apathy in Rosario* (Argentina, 1963).
 Ronald Scheman: *Law School Students* (Brasil, 1960).
 Joseph Kahl: *Career Values in Brazil* (1960).
 A. Feinsot: *University Students Images of the United States* (Brasil, 1963).
 Seymour Martin Lipset: *University Students — Vocational and Political Orientations* (Brasil, 1964).
 Philippe Schmitter: *An Aggregate Data Bank and Indices of Brazil* (1965).
 United States Information Agency: *World Survey II: Attitudes Toward Domestic and Foreign Affairs* (Brasil, 1964).
 Glaucio Soares: *Voting Attitudes in Rio* (Brasil, 1960).
 Latin American Center for Research in the Social Sciences: *Stratification and Mobility in Four Latin American Cities* (Brasil, 1959).
 Henry A. Landsberger: *Personnel Managers* (Chile, 1963).
 Henry A. Landsberger: *Union Leaders* (Chile, 1963).
 Marplan: *Students at State University of Santiago, University of Concepcion and University of Temuco* (Chile, 1964).
 Corporacion de la Reforma Agraria: *Agrarian Reform in Chile* (1963).
 Eduardo Hamuy: *Stratification and Mobility in Four Latin American Cities* (Chile, 1961).
 Eduardo Hamuy: *Political Behavior* (Chile, 1958).
 Eduardo Muñoz: *Attitudes and Opinions Towards Education and Work* (Chile, 1964).
 Seymour Martin Lipset: *University Students — Vocational and Political Orientations* (Colômbia, 1964).
 A. Eugene Havens: *Personality Disorganization Among Refugees of the Violência* (Colômbia, 1962).
 Seymour Martin Lipset: *University Students — Vocational and Political Orientations* (Paraguai, 1966).
 Seymour Martin Lipset: *University Students — Vocational and Political Orientations* (Uruguai, 1964).
 S. Schwartzman e Mora y Araujo: *Prestige of Latin American Nations According to Students* (América Latina, 1965).

Informações mais detalhadas sobre os estudos podem ser obtidas na Diretoria de Pesquisas do IUPERJ.

II. Documentos de Trabalho

O Departamento de Publicações do IUPERJ iniciou a publicação, sob forma mimeografada, de Documentos de Trabalho, com o objetivo de divulgar resultados iniciais de pesquisas e incentivar a discussão entre a comunidade acadêmica. Já foi publicado, e poderá ser solicitado à instituição, o trabalho "Empresários Financeiros no Brasil: Aspectos Históricos", de Carlos A. Hasenbalg, Clóvis Brigagão e Fernando José Leite Costa.